



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**IMIGRANTES *OVERCLASS*: IMIGRANTES EMPREENDEDORES  
ITALIANOS NO NORTE E NORDESTE BRASILEIRO NO COMEÇO DO SÉCULO  
XXI.**

André Luiz Santos de Oliveira

São Cristóvão - SE,  
2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

O48i Oliveira, André Luiz Santos de  
Imigrantes *overclass* : imigrantes empreendedores italianos no norte e nordeste brasileiro no começo do século XXI / André Luiz Santos de Oliveira ; orientador Marcelo Alário Ennes. – São Cristóvão, SE, 2023.  
253 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Sociologia. 2. Emigração e imigração. 3. Italianos - Brasil. 4. Imigrantes. 5. Empreendedorismo. 6. Prestígio ocupacional. I. Ennes, Marcelo Alário, orient. II. Título.

CDU 316:314.15(450)

André Luiz Santos de Oliveira

**IMIGRANTES *OVERCLASS*: IMIGRANTES EMPREENDEDORES  
ITALIANOS NO NORTE E NORDESTE BRASILEIRO NO COMEÇO DO SÉCULO  
XXI.**

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia da  
Universidade Federal de Sergipe  
como requisito parcial para obtenção  
do título de Doutor em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marcelo Alário Ennes (Orientador – Presidente - UFS)

---

Prof. Dr. Eder Cláudio Malta Souza (PPGS - UFS)

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Pericles Morais de Andrade Junior (PPGS - UFS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Bomtempo (UECE)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria da Conceição Pereira Ramos (FEP- UP – PT)

São Cristóvão,  
Fevereiro/2023

## AGRADECIMENTOS

Sou muito grato e com imenso contentamento por estar concluindo o doutorado em sociologia. A pós-graduação, a partir do mestrado causou uma relação em minha vida, iniciando-se pela vida profissional, mas que acaba por transcender para diversas outras áreas da vida, mostrando-me que educação vale a pena de diversas formas.

Primeiramente, agradeço a força divina, que notadamente, ao confluir fatores e encontros, e diria milagres, que os mais céticos e presos à linguagem da racionalidade, poderiam chamar de acaso, conduziu-me à feliz oportunidade de dar continuidade aos estudos acadêmicos permitindo-me, ainda que com todos os contratemplos, ou simplesmente acontecimentos (boa parte deles, certamente, também com sua razão de ter ocorrido), chegar à conclusão do percurso. Em breve recapitulação, nos últimos quatro anos, vivenciei mudança de cidade e o desafio de iniciar a atividade como docente universitário; pandemia iniciada longe da família e da esposa grávida da primeira filha, nascimento da minha amada filha; seguido de pouco mais de um mês depois, acidente na estrada que quase põe fim a vida de minha companheira ou quase a deixou paralítica, mas que felizmente, após muitos meses de sofrimento, graças ao milagre divino, livrou-se das duas coisas.

Quanto às pessoas que gostaria de demonstrar gratidão, destaco inicialmente minha mãe e meu pai por todo apoio e suporte e pelo exemplo de suas vidas de amor, comprometimento, honestidade. Agradeço a Maria pela influência e encorajamento na vida acadêmica. Agradeço a minha filha Celina por me inspirar ainda mais responsabilidade, assertividade e propósito.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Prof. Marcelo Alário Ennes, pela honra de ter me aceito como orientando, por todo o conhecimento transmitido, sempre com todo zelo, generosidade e nos inspirando, ao mostrar que ,mesmo diante de trabalho tão sério, demandante e rigoroso, é possível a sua condução com serenidade, leveza e bom humor, demonstrando sempre, além do alto nível de conhecimento, grande inteligência emocional e segurança, refletida em sua constante sobriedade, cordialidade e sensatez, indubitavelmente, características dos excepcionalmente bons.

Agradeço ao PPGS da UFS, através dos servidores da área administrativa ligados ao programa, que a partir de um trabalho sério e consistente tornam a vida do

discente menos difícil, viabilizando o bom andamento das atividades e consequentemente, contribuindo com resultados mais satisfatórios.

## Resumo

Utilizando-nos do método Estudo de Casos Múltiplos, sobre casos de empreendedorismo protagonizado por imigrantes de origem italiana instalados em duas capitais do norte e nordeste do Brasil (Palmas-TO e São Luís – MA), que chegaram ao país neste começo de século XXI, buscamos compreender, a partir da perspectiva preconizada pelo modelo analítico designado *mixed embeddedness* com adaptações, os processos de entrada e integração socioeconômica de tais imigrantes. Investigamos quais relações e redes são estabelecidas ou em quais se inserem esses imigrantes e a importância delas em tais processos; ainda, como estão dispostas a *estrutura de oportunidades* em cada um dos casos, considerando sua amplitude transnacional. Serão também exploradas as dinâmicas de capitais mobilizados nesse processo e as disposições dos nacionais ante tais italianos e como elas podem se encontrar refletidas no aparato político-institucional e nos aspectos regulatórios que compõem a realidade desses imigrantes nas localidades estudadas. Serviram ainda de contexto para as análises e discussões efetuadas sobre os casos, a perspectiva da literatura sobre a interação entre desigualdade, imigração e o papel das políticas e regimes políticos em tal relação. Nesse compasso, buscamos verificar: são os italianos nas localidades estudadas no norte e nordeste do país, no intervalo temporal estudado, em certa medida, privilegiados enquanto imigrantes? Seriam, assim, imigrantes *overclass*?

Palavras chave: imigração, imigrante empreendedor, capitais, redes sociais, *mixed embeddedness*, governança migratória, imigrante *overclass*.

## *Abstract*

The work consists of approaching cases of entrepreneurship carried out by immigrants of Italian origin installed in two capitals at the north and northeast of Brazil (Palmas - TO e São Luis – MA), that arrived in the country at the beginning of the 21st century. The method used is the Multiple Case Study in combination with the analytical model *mixed embeddedness* with adaptations. We seek to understand the processes of entry and the socioeconomic integration of immigrants. We investigated which relationships and networks are established or in which these immigrants are inserted and their importance in such processes; also, how the structure of opportunities is arranged in each of the cases, implying their transnational scope; The dynamics of capital mobilized in this process and the dispositions of nationals towards such immigrants are also explored and how they can be found reflected in the political-institutional apparatus and on the regulatory aspects that make up the reality of these immigrants in the studied locations. Literature's perspective on the interaction between inequality, immigration and the role of policies and political regimes in this relationship have also served as contexts for the analyzes and discussions carried out on the cases. In this compass, we seek to verify: are the Italians in the studied locations in the north and northeast of the country, in the studied time interval, to a certain extent, privileged as immigrants? or, are they overclass immigrants?

Keywords: immigration, entrepreneurial immigrant, capitals, social networks, mixed embeddedness, migratory governance, *overclass immigrant*.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                               |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 1: ESQUEMATIZAÇÃO DA TIPOLOGIA DE MERCADOS DE ACORDO COM A ACESSIBILIDADE E POTENCIAL DE CRESCIMENTO -----                             | 38  |
| FIGURA 2: FLUXOGRAMA DAS CONDICIONANTES CONSIDERADAS NO MODELO ANALÍTICO DO <i>MIXED EMBEDDEDNESS</i> COM AS ADAPTAÇÕES DESTE TRABALHO. ----- | 47  |
| FIGURA 3: MONUMENTO “SUPLICA DOS PIONEIROS” DE MAURICIO BENTES – PRAÇA DOS GIRASSÓIS – PALMAS – TO -----                                      | 152 |
| FIGURA 4 – MURO FRONTAL DA CASA COM PLACA DO RESTAURANTE-----                                                                                 | 159 |
| FIGURA 5 – RESTAURANTE CASA DI MARCO – ÁREA EXTERNA -----                                                                                     | 160 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes  
ASSOCAMERE - Associação das Câmaras Italianas  
BVAC - Brazil Visa Application Center  
CClg - Coordenação Geral de Imigrações  
CGlg - Coordenação Geral de Imigrações  
CGIL - Coordenação Geral de Imigração Laboral  
CCIN - Câmara de Comércio Ítalo-brasileira no Nordeste  
CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados  
DEMIG - Departamento de Migração  
ITA - Italia Trade Agency  
MEI – Microempreendedor Individual  
MJ - Ministério da Justiça e Segurança Pública  
MRE - Ministério das Relações Exteriores  
NSE – Nova Sociologia Econômica  
OIM – Organização Internacional para as Migrações  
OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais.  
PC do B - Partido Comunista do Brasil  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PF – Polícia Federal  
PP – Partido Progressista  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PTC - Partido Trabalhista Cristão  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

# Sumário

## INTRODUÇÃO 1

### 1. Aspectos Teórico - Metodológicos 16

#### 1.1 Aspectos metodológicos aplicáveis aos estudos migratórios. 17

##### 1.1.1 O Estudo de Casos Múltiplos em combinação com a abordagem analítica *Mixed Embeddedness*. 17

##### 1.1.2 Das Técnicas de pesquisa e sua aplicação – orientação das entrevistas a serem realizadas para a tese 42

##### 1.1.3 A Análise de Conteúdo 46

##### 1.1.4 A Observação Direta 49

### 2. Fundamentação Teórica: Teorias Pós-Industriais, transnacionalismo, capitais e disposições e desigualdade implicados no empreendedorismo imigrado no Brasil do século XXI 55

#### 2.1 Teorias Pós-Industriais e as migrações no final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. 56

#### 2.2 Imigrações e o que é ser imigrante para a Sociologia? 66

#### 2.3 Teorias migratórias e o imigrante empreendedor. 74

##### 2.3.1 Transnacionalismo como abordagem ao imigrante empreendedor internacional 78

##### 2.3.2 A teoria dos capitais de Bourdieu, outros capitais e as migrações transnacionais 81

##### 2.3.3 A Teoria da Ação de Weber e o campo migracional 101

##### 2.3.4 Processo de integração socioeconômica do imigrante sob a perspectiva da teoria disposicionalista e dos capitais cultural e simbólico 106

#### 2.4 Imigração, desigualdades e políticas públicas. 109

### 3. Histórico da imigração e evolução do aspectos regulatórios no Brasil como condicionante da experiência do imigrante (empreendedor) internacional – “governança migratória” e “quadro político – institucional.” 116

#### 3.1 Historicidade das razões para migrar para as América - Fatores de Atração e Repulsão 117

#### 3.2 Estrutura de oportunidades, quadro político - institucional e o empreendedor imigrado internacional no Brasil - séculos XX e XXI. 122

#### 3.3 Peculiaridades de ordem político-institucional em torno do imigrado empreendedor italiano no Brasil. 139

|                                                                                                                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4. Análise de dados - Imigrantes empreendedores italianos no norte e nordeste do Brasil – estudo de casos múltiplos - <i>mixed embeddedness</i> aplicado no norte-nordeste do Brasil. | 143 |
| 4.1 Perfil socioeconômico das localidades de destino dos imigrados – Palmas - TO e São Luís – MA.                                                                                     | 144 |
| 4.2 Da Coleta e Análise dos Dados                                                                                                                                                     | 146 |
| 4.2.1 Capitais e recursos pessoais mobilizados nos processos de entrada e integração do imigrante empreendedor italiano                                                               | 167 |
| 4. 2. 2 Os Recursos dos Empreendedores imigrados italianos em Relação a Estrutura de Oportunidades.                                                                                   | 176 |
| 4. 2. 3 As relações da estrutura de oportunidades (nível <i>meso</i> ) com o quadro político institucional (nível macro) nos casos estudados.                                         | 181 |
| 5. Considerações Finais                                                                                                                                                               | 199 |
| REFERENCIAS.                                                                                                                                                                          | 203 |
| ANEXOS                                                                                                                                                                                | 218 |

## INTRODUÇÃO

No decorrer da história, fenômenos de mobilidade humana através de fronteiras ou entre regiões de um mesmo país ou território em busca de novos ou melhores meios e condições de vida, são de constante ocorrência. Como efeito de tais movimentos, nos quais de modo definitivo ou não, pessoas deixam sua região de origem (ou não de origem, simplesmente deixam uma localidade por outra), são comuns enfrentamentos de adversidades de diversas ordens, podendo serem aqui destacadas aquelas peculiares ao processo de integração socioeconômica e cultural.

Por outro lado, podem ser imaginados e verificados, em determinados casos, os benefícios e sentimentos positivos experimentados, advindos da, muitas vezes almejada, mudança e renovação de vida. Os estudos migratórios na sociologia se ocupariam das causas e dos diversos efeitos de tais processos, tanto sobre a vida daquele(a) que migra, quanto sobre as localidades de destino e, até mesmo, sobre o local do qual este (a) tem origem, uma vez considerada a perspectiva transnacional sobre os processos e casos estudados, perspectiva que ainda se mostra mais frequente nos estudos.

Os mencionados efeitos do processo migratório podem se apresentar de diversos modos, entretanto, os fatores negativos que levam um indivíduo ou grupo a migrar, gerando, assim, como objeto de estudo grupos marginalizados ou em condição de vida precarizada, mostram-se tradicionalmente prevaletentes nas pesquisas e trabalhos voltados às migrações, atribuindo-se, justificadamente, maior relevância pela academia e pesquisa, a casos de tal ordem.

Porém, contemplando a pluralidade, a diversidade social e de fenômenos sociológicos que podem ser notados, também, no âmbito migratório (ou das “mobilidades humanas”), num exercício de observação menos frequente dentro da amplitude dos objetos e abordagens sobre as migrações e, ainda, buscando refletir sobre definições com tendência hegemônica em tais estudos, há aqueles que considerem como objeto em suas análises, casos e fatores não propriamente ou necessariamente negativos como geradores do impulso e ânimo para migrar, como também, aqueles que contemplam em suas análises, divergindo do mais usual nas ciências sociais, não só as percepções do imigrante, suas relações e as implicações estritamente socioculturais, passando-se a, conjuntamente, serem tecidas maiores análises sobre fatores ambientais e estruturais – entre os quais, os político-

institucionais e os socioeconômicos que, direta ou indiretamente, influenciem no processo de chegada e integração do imigrado numa nova terra. Neste último caso, faz-se tal afirmação, tendo em mente o *imigrante empreendedor* - aquele que deixa sua terra com a intenção de empreender em terra estrangeira (não necessariamente por uma contingência ou ainda que seja, teria a opção de não migrar) -, subcategoria a que se dá maior enfoque no presente trabalho.

A partir da seleção e da experiência de indivíduos empreendedores italianos que tem como parte do seu eixo migratório capitais do norte e nordeste brasileiro – Palmas- TO e São Luís - MA, a presente pesquisa propõe abordar o panorama da imigração internacional para fins de empreendedorismo em tais cidades, buscando a análise das peculiaridades do processo de integração socioeconômica nas localidades em que tais grupos se instalaram, a partir de uma perspectiva transnacional e integralizada sobre tais movimentos. Assim, busca-se alcançar tal intuito com a inclusão no escopo analítico a partir dos relatos desses imigrados e das relações e redes sociais nas quais estão inseridos, oportunizando-se a coleta de dados tanto na localidade de origem (consideradas relações que de algum modo exerçam influência sobre o processo migratório e a vida desses imigrados no Brasil e os impactos do mesmo processo na terra de origem), quanto as relações e redes nas quais esses se inserem na terra de destino, o que compõe, assim, o capital social desses indivíduos, considerados, portanto, em sua amplitude transnacional.

Analises são promovidas ainda, sobre as *estruturas de oportunidades* que geram a atração e eventualmente viabilizem a entrada no desempenho de atividades socioeconômicas e na integração e possível ascensão social desses imigrantes empreendedores, o que inclui a análise das peculiaridade do perfil socioeconômico de cada imigrado e seus recursos pessoais mobilizados em tais processos (capital humano). Ante tal fim analítico, considera-se, em certa medida, como adequada fundamentação teórica, os conhecimentos pertinentes à teoria dos capitais de Pierre Bourdieu e seus corolários.

Outro aspecto a ser analisado, contemplando o modelo analítico adotado com adaptações – *mixed embeddedness* -, é a relação da *estrutura de oportunidades* com o quadro político-institucional em torno da vida e atividades desse imigrante em um dado local e tempo, estando dentre as questões a serem levantadas, a de como os capitais cultural e simbólico e demais capitais de tais imigrantes associados às *disposições* dos brasileiros dessas localidades sobre estes imigrantes italianos,

podem de algum modo estarem refletidos na funcionalidade dessa estrutura (ENNES, 2001).

Tal análise sobre os capitais reunidos e mobilizados em cada um dos casos e as disposições dos nativos sobre estes imigrados, será ainda inserida em uma discussão mais ampla, tendo como base a literatura que se dedica à interação entre “desigualdade e imigração”, que usam como foco os processos de integração socioeconômica dos imigrados e a relação deste com as políticas públicas e regimes políticos encerrados no país ou nas localidades estudadas, algo pertinente aos estudos sobre governança migratória. Na medida em que se considere haver uma estratificação ou hierarquia na classe migrante, indagamos se alguns deles seriam em certos contextos e em alguma medida, favorecidos pela sua origem, não devendo tal condição ser entendida como universal, mas circunstancial ou localizada no espaço e tempo.

Em consonância com tal aproximação, quanto à problemática da presente pesquisa, trazemos o questionamento de partida: em que medida, nas relações entre os imigrantes empreendedores italianos e os brasileiros nas localidades de destino analisadas na presente pesquisa, os capitais mobilizados pelos imigrados em combinação com as disposições prevaletentes nos brasileiros (nativos) sobre tais imigrantes, podem estar se fazendo refletir na “estrutura de oportunidades” e no “quadro político-institucional” nos quais se inserem. E de que modo tais processos impactam na experiência migratória e integração socioeconômica de tais grupos?

A proposta apresentada restringe-se a empreendedores italianos no comando de empreendimentos de pequeno a médio porte e que elegeram o norte e nordeste do Brasil, como “opção” de destino, considerando o lapso temporal do ano de 2003 a 2022. Entendemos que as análises sobre a dinâmica interação de variáveis<sup>1</sup>, através do modelo analítico do *mixed embeddedness* e das lógicas pós-industriais e das articulações de sentidos amparáveis pelas teorias da formas de capital e disposicionalista sobre tais casos, trouxe respostas e avanços aos estudos das apontadas categorias.

Reitera-se que a concepção neste trabalho adotada é a da lógica que possibilita um escopo analítico mais abrangente, o que se mostra como tendência evolutiva dos estudos migratórios, coadunando com a ideia das ciências sociais passarem a

---

<sup>1</sup> A sugestão inicial é que sejam analisadas as seguintes variáveis: capital social, capital humano, capital cultural, simbólico e econômico e aspectos regulatórios. Cf. Vertovec, 2006

considerar em suas análises (“sob pena de se tornar obsoleta”), a evolução do capitalismo e suas reconfigurações, como também, incentivar, racionalmente, a interdisciplinaridade (SOLE *et al*, 2007). Além de tal atribuição, na demonstração da mencionada abrangência analítica propiciada pelo modelo analítico do *mixed embeddedness*, trazemos neste trabalho, a discussão e crítica constantes da literatura quanto à precariedade das análises que priorizam ou as que se dão exclusivamente ênfase sobre as redes sociais nas quais se insere o imigrado ou o aspecto relacional dos processos migratórios, deixando a canto questões estruturais, políticas e econômicas que podem impactar em tais processos.

Nesse jaez, como um dos pilares do texto, propomos um brevíário histórico da institucionalidade e dos aspectos regulatórios relacionados a imigração para o Brasil nos séculos XX e XXI com ênfase para a fase a partir da reabertura democrática no país, Assim, o diferencial proposto quanto a tal exposição histórica, é justamente, o de considerar a história em função dos aspectos regulatórios e políticos que permearam a realidade migratória no referido período, coadunando, assim, com as bases do modelo analítico proposto, quanto à análise do pertinente “quadro político-institucional”.

Usando como referencial teórico inicial a perspectiva das teorias pós-industriais que explicam as reorientações das rotas migratórias internacionais em virtude das mudanças geopolíticas iniciadas no último quarto do século XX e das cíclicas reconfigurações do capitalismo, abordamos a subcategoria dos estudos migratórios que se voltam à realidade do empreendedorismo imigrado ou *imigrante empreendedor*, que fugindo, com anteriormente ventilado, ao mais usual e reconhecido na literatura, procura-se igualmente enfatizar os fatores não necessariamente negativos que levam o sujeito a migrar, tais como a “propensão pessoal ao risco e as oportunidades de mercado” ou em fatores negativos, entretanto, não de ordem ambiental ou macroestrutural como é mais costumeiro na literatura, mas por questões particulares do indivíduo que migra, como as causas familiares e as pertinentes a auto realização e demais peculiaridades individuais ou de grupos.

Em suma, sobre a proposta de abordagem do imigrante empreendedor neste trabalho, deve ser destacado que a sua característica distintiva das abordagens mais frequentes, é o fato do migrante que empreende ser aqui abordado não com foco em questões contingenciais negativas - tais como os casos cuja motivação migratória é a

fuga do desemprego, por dificuldades de integração social ou qualquer condição de precariedade e vulnerabilidade humana.

Ainda quanto ao arcabouço teórico adotado, sempre em consonância e em extensão ao que preconiza o modelo analítico proposto, abordamos a Teoria das Formas de Capital, a partir da concepção bourdieusiana. Consideramos ainda proveitosa, ante os objetivos a serem alcançados neste trabalho, a articulação com os estudos da teoria da ação social de Max Weber e outras concepções deste com os pressupostos da teoria disposicionalista, tendo em vista, o contexto, também a ser analisado, de relações entre o nacional brasileiro e o imigrante europeu e a possível diversidade no modo de acolhida do imigrante (empreendedor) em localidades diversas, o que por sua vez, em proposição, pode se mostrar refletido nas estruturas de oportunidade e nos quadros político – institucionais das localidades de destino, sugerindo a verificação da ocorrência do que quero designar como ***imigrante overclass***. Traduzindo-se, na possibilidade dos imigrados italianos em tais localidades desfrutarem de certos favorecimentos de ordem político-social ante outros grupos, sendo tal discussão uma das pretensões deste trabalho.

Outro aporte teórico de aplicação aos estudos voltados para o imigrante e que adotamos neste trabalho, é o do Transnacionalismo. Tal perspectiva emerge nos estudos migratórios nos anos 1990, possivelmente como decorrência das mudanças estruturais do sistema capitalista global a partir da década de 1980. Para os defensores de tal abordagem teórica, parte majoritária dos casos de migração pode ser amparada por essa teoria. O transnacionalismo deixa de focar o movimento migratório do modo mais usual - como movimento unidirecional ou bidirecional, quando são comuns as análises voltadas estritamente para a localidade de destino (ou retorno) do migrante, optando-se por tomá-lo como um movimento circular que se desdobra sobre um eixo migratório, onde são enfatizadas nas análises, os vínculos de ordem social, política e econômica implicados em tal movimento, não só na localidade de destino, mas também na localidade de origem.

A proposta metodológica aplicável aos estudos migratórios e mobilizada no presente trabalho é a do método Estudo de Casos Múltiplos, em vinculação ao modelo analítico que vem destacadamente sendo aplicado à subcategoria do empreendedorismo imigrado (ou migrante empreendedor), a saber, o modelo analítico do *mixed embeddedness*, que é aqui utilizado com adaptações e numa perspectiva transnacional, tendo como eixo a Europa (Itália) – norte e nordeste brasileiro.

Assim, a pesquisa na qual se baseia o presente trabalho, propõe um olhar mais amplo e integrado sobre os movimentos migratórios transnacionais no Brasil, a partir da abordagem do, pouco usual na literatura (nacional), eixo migratório transnacional, abrangendo o continente europeu e o norte e nordeste do Brasil, o que traz um apelo pós-industrial ao trabalho, uma vez que se trata tanto domesticamente, quanto internacionalmente, de uma representação de reorientações globais de rotas migratórias que tem como pano de fundo as mudanças de ordem socioeconômica e as reconfigurações do capitalismo. Ante tais peculiaridades, mostra-se profícuo o amparo trazido pela adoção do referido modelo analítico com adaptações, que coadunando com tal propósito, para além das relações sociais e peculiaridades pessoais do imigrante empreendedor (escopo analítico mais usual na literatura), propõe a exploração, de modo menos restrito em suas análises, da dimensão da *estrutura de oportunidades* para entrada e eventual ascensão social desse empreendedor na localidade de destino e ainda a do *quadro político-institucional* vigente no espaço e período de tempo analisados. Implicados nessa análise, estão os recursos desses imigrantes dispostos e categorizados como “capitais”. Nesse entendimento, além do capital social e humano que é originalmente explorado no referido modelo analítico, são aqui também consideradas as análises sobre o *capital cultural* e *capital simbólico*, no que podemos, assim, afirmar, que também por tal razão, a adoção do modelo *mixed embeddedness* dar-se-á com adaptações.

O estudo dos casos de imigrantes empreendedores italianos e o eventual favorecimento desses no norte e nordeste do Brasil, a partir de tal particular abordagem visa a contribuir com os estudos migratórios de modo a implicar o debate em torno das políticas voltadas ao imigrante e sua relação com as desigualdades de diversas ordens em tal campo social.

A divisão do trabalho disposta no sumário, buscou contemplar, além dos objetivos e problemática proposta, todos os aspectos de ordem teórico e metodológica mobilizados no trabalho, além do processamento e análise dos dados levantados em campo no que passamos a comentar a divisão dos capítulos: o “capítulo 1” é destinado aos aspectos teórico – metodológicos considerados como adequados na abordagem do objeto proposto. Assim, é traçada uma caracterização do método Estudo de Caso seja aplicado tanto a caso único, quanto a casos múltiplos, buscando-se traçar reflexões e argumentos que demonstrem a viabilidade da adoção de tal método e de todos os outros métodos e técnicas mobilizados na presente pesquisa.

No mesmo capítulo, apresentamos o modelo analítico considerado na abordagem do objeto e dados levantados - o *Mixed Embeddedness* - e a evolução de tal abordagem no decorrer do tempo. Tratamos ainda de caracterizar o método Análise de Conteúdo, considerando a perspectiva de sua aplicação de forma suplementar na análise de dados, o mesmo ocorrendo em relação ao método Observação Direta.

O “capítulo 2” é reservado à fundamentação teórica e à revisão bibliográfica, onde são abordadas as Teorias Pós-Industriais, Transnacionalismo, Teorias dos Capitais, Teoria da Ação e Disposicionalista buscando aplica-las ao empreendedorismo imigrado no Brasil do século XXI. Esse capítulo, desde o seu título, procura trazer o apanhado teórico que entendemos pertinente à temática migratória sob o viés de abordagem pretendida. A começar das Teorias Pós-industriais, tais teorias, como a pós-fordista, teriam o poder, entre outros, para explicar as reconfigurações de rotas migratórias internacionais a partir do último quarto do século XX, decorrentes das mudanças ocorridas na geopolítica e, sobretudo, na reconfiguração do capitalismo (KUMAR,1997; HARVEY,1990). As alterações abordadas pelas teorias pós-industriais explicariam, por exemplo, as *causas de repulsão* de grupos migratórios europeus (objeto deste trabalho) que os levaram a deixar a terra de origem, como também, explicariam, em parte, as causas de atração para as localidades de destino de tais grupos no norte e nordeste brasileiro, nas duas décadas iniciais do século XXI.

É também explorada no “capítulo 2”, a Teoria do Transnacionalismo, de uso frequente em trabalhos mais recentes sobre estudos migratórios. Tal teoria considera como relevante incluir na análise dos diversos movimentos migratórios, os componentes peculiares, qualificadores e explicativos de tais fluxos que se encontram não somente na terra de destino do imigrante (abordagem mais usual na literatura), mas também nas relações e demais fatores de influência que se encontram na terra de origem dos que migram, sendo um objetivo específico no presente trabalho justamente o de se desvendar as configurações do aspecto transnacional nos casos investigados.

São ainda considerados nos estudos que se utilizam da abordagem transnacional, os efeitos socioeconômicos de tais movimentos na terra de origem e não somente na de destino. Assim, é dito que os movimentos migratórios analisados

transnacionalmente são considerados em seu caráter circular e não simplesmente unidirecional ou bidirecional.

Para o pesquisador que busca compreender o fenômeno analisado de forma mais abrangente e em sua integralidade, a lógica (e adoção) de tal teoria parece bastante óbvia, entretanto, em geral, os trabalhos acerca de fenômenos migratórios não contemplavam tal aspecto transnacional em suas abordagens. No presente trabalho, busca-se uma compreensão mais ampla de como se operam as redes sociais e o consequente capital social dos imigrantes dos casos analisados, o que inclui o exame das relações destes sejam com pessoas ou instituições, e os eventuais efeitos do processo migratório refletidos em tais relações e na realidade socioeconômica na terra de origem.

Ainda no capítulo 2, dentro do preconizado pela teoria dos capitais e seus desdobramentos, trataremos dos *capitais* mobilizados na experiência desses imigrados empreendedores. A pretensão é, partindo dos ensinamentos de Bourdieu (1986) e sua Teoria dos Capitais, discutir questões atinentes ao capital financeiro, capital social, capital humano, cultural e simbólico. Análises de informações relacionadas ao capital humano e social de cada um dos casos apresentados compõem o modelo do *mixed embeddedness*, o que torna ainda mais premente a exploração de tais categorias. A análise dos capitais dos grupos analisados, servirá para elucidar o papel destes na estrutura de oportunidades que se erguem ante tais empreendedores nas localidades em que se instalaram. A propósito, um dos objetivos específicos da pesquisa é justamente o de explicitar elementos da estrutura de oportunidades na qual se inserem os (as) imigrantes empreendedores (as) nas localidades selecionadas.

Tratamos também neste capítulo, das disposições do(a) nacional brasileiro(a) das localidades estudadas sobre a presença de tais imigrados empreendedores. A teoria disposicionalista se ocupa justamente das percepções do sujeito sobre uma dada realidade e das consequências sociais de tais perspectivas, sendo tais percepções forjadas por elementos anteriormente postos nos processos socioculturais – compondo os gostos e pré-disposições. O objetivo maior no presente trabalho seria justamente o de verificar se e como tais disposições podem estar refletidas no quadro político institucional ou no aspecto regulatório que tais imigrados italianos podem estar a usufruir na sua experiência brasileira.

Por fim, buscando um diálogo entre a questão da governança com a das disposições, aplicada aos casos estudados. A proposta é abordar a discussão da interação entre imigração e desigualdade e o papel das políticas públicas e regimes em tal relação, na qual implicaremos a realidade dos casos estudados nas mencionadas localidades brasileiras. Em outros termos, traçamos uma reflexão sobre as peculiaridades da governança migratória e seus efeitos nos contextos das localidades analisadas.

Em consonância com tal viés sobre o campo empírico, de modo diverso do mais usualmente visto na literatura sobre migrações internacionais nas Américas, a proposta para o “capítulo 3” é o de trazer, não simplesmente a cronologia de fatos relacionados à migração no país com suas causas e efeitos, mas um apanhado histórico com ênfase nos aspectos político-regulatórios voltados para o imigrante, sobretudo, o imigrante empreendedor no Brasil no período entre o final do século XIX e início de século XXI. Tal histórico contemplaria, primeiramente, o aspecto regulatório federal que atinge, naturalmente, todo imigrante internacional no país. Em seguida, propomos traçar um panorama dos elementos normativos, regulatórios e institucionais nas localidades de destino dos grupos estudados, o que viria, a seu turno, a contemplar um dos pilares do modelo analítico adotado, o *mixed embeddedness*, a saber, o que os autores do modelo designam como *estrutura de oportunidades*

O “capítulo 4”, foi destinado aos registros de coleta e análise dos dados empíricos. Nas análises foram prioritariamente consideradas as bases analíticas preconizadas pelo modelo analítico adotado, tendo em vista, naturalmente, os objetivos e questões a serem respondidas com a pesquisa. São selecionados como objeto da pesquisa, imigrados empreendedores de origem italiana no norte e nordeste do Brasil – três empreendedores na cidade de Palmas – TO e três na capital São Luís – MA.

No decorrer da pesquisa, foi cunhado o termo a que designo *imigrante overclass*. Tal termo adjetiva ou classifica aquele imigrante que dentro de determinado recorte temporal, em uma dada cidade, região ou mesmo país, desfruta junto à sociedade de uma valoração tal que se faz refletir, de modo peculiar, em benefícios ou privilégios de ordem política, socioeconômica, institucional ou legal. Tal valoração decorreria de específica reunião de capitais - com ênfase para os capitais cultural e simbólico - , que, por sua vez , verificados nas *disposições* dos sujeitos da comunidade de destino.

Os italianos, nas regiões estudadas, se não podem ser plenamente enquadráveis mais plenamente como *imigrantes overclass*, por tudo o visto em campo e por serem notoriamente beneficiados no forjar da “*estrutura de oportunidades*” dos nichos econômicos que atuam, estariam bastante próximos do que seria o *tipo ideal* para exemplificar essa categoria de imigrantes, nas localidades estudadas e no período abrangido pela pesquisa.

Passando a destacar alguns elementos básicos do presente trabalho, o objeto da pesquisa consiste na abordagem de empreendedores italianos atuantes em seis atividades diversas de empreendedorismo, que no comando de negócios de pequeno a médio porte, elegem o norte e nordeste do Brasil como “opção” de destino neste início de século XXI - a partir do ano de 2003. As empresas estão sediadas nas capitais Palmas – TO e São Luis-MA. Assim, mais especificamente, debruçamo-nos sobre os depoimentos, relatos, conteúdo de entrevistas e no observado no cotidiano desses empreendedores e nas relações com nacionais e com a institucionalidade em torno deles, que em alguma medida, estão relacionados à realidade desses empreendedores imigrados, considerando, portanto, o “duplo nível” – interpessoal e interinstitucional. Como também, são objeto de análise os quadros político-institucionais a que se vinculam a esses empreendedores imigrados ou, em outros termos, que sobre a vida deles exercem impacto, enquanto empreendedores imigrados internacionais em seu ramo de atividades, nas duas mencionadas localidades do norte e do nordeste do Brasil nas quais estão situados.

Buscando definir o “problema de pesquisa”, a início, salientamos que a experiência de migrar para outra nação por parte do pequeno a médio empreendedor<sup>2</sup> e o seu processo de integração socioeconômica estão relacionados a uma série de fatores, tais como: às relações e redes sociais estabelecidas por este imigrado ou nas quais se inserem, tanto no país de origem quanto no de destino, o que compõe o seu capital social transnacional<sup>3</sup>; pelo perfil pessoal do empreendedor, incluindo qualificação técnico-profissional, educacional, intelectual e outras peculiaridades ligadas à sua personalidade, elementos que estão implicados no conceito de *capital humano*; sendo ainda fatores de influência nesse processo e no desempenho do

---

<sup>2</sup> Nesta pesquisa consideramos como recorte empírico aquele imigrado que chega ao Brasil com o intuito pré-determinado de empreender, não aquele que passa a empreender como decorrência das necessidades de sobrevivência ante, por exemplo, a baixa empregabilidade em setores formais da economia, como mostra-se mais recorrente nos estudos migratórios.

<sup>3</sup> KATILA, Saija; WAHLBECK, Östen. The role of (transnational) social capital in the start-up processes of immigrant businesses: The case of Chinese and Turkish restaurant businesses in Finland. *International Small Business Journal*, v. 30, n. 3, p. 294-309, 2012.

migrante empreendedor, a conjuntura de ordem regulatória, político-institucionais e mercadológica, que podemos aqui acobertar no termo “quadro político institucional”, sobretudo, no país de destino<sup>4</sup>.

A migração relativamente recente de empreendedores italianos para região sul do Brasil, região tradicional de destino migratório internacional, é curiosamente designada em alguns estudos como uma “migração burguesa”<sup>5</sup> e considerando o perfil de tais imigrantes em termos de capital humano, econômico, cultural<sup>6</sup> e simbólico, estariam bem posicionados na *hierarquia global de mobilidade*, para utilizar expressão proposta por Bauman (1998) na sua obra *Globalization: The human consequences*.<sup>7</sup> Essa constatação extraída das pesquisas promovidas ao sul do Brasil, leva-nos a crer na possibilidade dos imigrantes empreendedores italianos, de um modo geral, como reflexo de um mais favorável acolhimento de ordem sociocultural, não só restrito ao sul do Brasil, mas uma realidade extensível a outras regiões do país, contarem com certos privilégios junto à sociedade brasileira. Nesse sentido, porém em perspectiva mais ampla, Canclini (2006) já afirmou que na América Latina, não ocorrem relações equânimes nas relações e acolhimentos dos europeus, havendo o histórico de algumas nacionalidades terem tido preferência em relação a outras.

A experiência obtida no desenvolvimento da pesquisa de mestrado na qual se promoveu um estudo de caso único sobre uma empresa do setor de incorporação imobiliária e construção chamada Polypromotion do Brasil sediada em Aracaju, no Estado de Sergipe trouxe a experiência imprescindível para a abordagem, desenvolvimento da pesquisa e aproximação dos italianos (DE OLIVEIRA, 2018).

Buscando atender aos objetivos pretendidos, a problemática e hipótese suscitada (tópico na sequência) para o trabalho, foram formuladas questões a serem respondidas a partir das análises sobre os dados coletados (vide anexo), que por sua vez serão amparadas pelo arcabouço teórico pré-definido para a pesquisa.

---

<sup>4</sup> Cf. KLOOSTERMAN, Robert; VAN DER LEUN, Joanne; RATH, Jan. Mixed embeddedness:(in) formal economic activities and immigrant businesses in the Netherlands. *International journal of urban and regional research*, v. 23, n. 2, p. 252-266, 1999.

<sup>5</sup> CAPPELLIN, Paola. Entre a memória e o mercado. *Revista de sociologia e política*, v. 16, n. 31, 2008.

<sup>6</sup> Para Bourdieu (1986) o capital pode apresentar-se em três formas fundamentais: capital econômico, cultural e social, todos convertíveis em capital econômico, sob certas condições. In: BOURDIEU, Pierre. *The forms of capital* (1986). **Cultural theory: An anthology**, p. 81-93, 2011.

<sup>7</sup> Citado por Giorgi (2010). DE GIORGI, Alessandro. Immigration control, post-Fordism, and less eligibility: A materialist critique of the criminalization of immigration across Europe. **Punishment & Society**, v. 12, n. 2, p. 147-167, 2010.

As razões dos questionamentos lançados nas entrevistas é o de atender aos objetivos gerais e específicos e de indiretamente buscar esclarecimentos relacionados à hipótese lançada para a pesquisa - identificar e analisar elementos que permitam afirmar que no Brasil, mais especificamente, nas localidades de destino migratório nas quais esses empreendedores imigrados se instalaram e desenvolvem seus negócios, desfrutariam de vantagens ou privilégios ante imigrantes de outros países ou até mesmo, em relação ao seus equivalentes nacionais, o que pode estar ainda refletido nas políticas relacionadas ao setor da imigração para fins de empreendedorismo. Quanto a este último aspecto, análises sobre políticas implementadas pela administração pública e normas que compõe o ordenamento jurídico das esferas estaduais e municipais das localidades, poderão trazer pistas. Tais questionamentos e abordagem devem ainda responder ao problema anteriormente apresentado.

Quanto à “hipótese”, neste trabalho, lança-se a reflexão de que os capitais simbólico e cultural do imigrante empreendedor italiano, quando aliados às disposições do homem médio brasileiro nas relações com tais sujeitos, geram reflexos que, para além das relações interpessoais, podem, em alguma medida, fazerem-se refletir na estrutura de oportunidades e no quadro político-institucional que, em determinada localidade e tempo, podem se manifestar na forma de favorecimentos ou privilégios a tais grupos de (empreendedores) imigrados.

Tais favorecimentos pertinentes aos processos de integração socioeconômica e cultural verificáveis nos quadros político-institucionais nas localidades em que se instalam imigrados italianos no norte e nordeste do Brasil, refletiriam, a seu turno, as disposições sociais do nativo brasileiro sobre tais grupos imigrados, o que os tornam, em certa medida, imigrantes privilegiados dentre outros, fazendo do sujeito imigrado (empreendedor) italiano, assim, o que designo como ***imigrante overclass***.

Expondo tal conceito de modo mais detalhado, o termo *imigrante overclass* é aplicável àquele imigrante (ou grupo de imigrantes) que, em certa medida, poderá estar sendo favorecido no quadro regulatório e ou político-institucional das localidades em que se instalam ante outros grupos migratórios<sup>8</sup>. Salienta-se que o favorecimento observável ao *imigrante overclass* deve se verificar mesmo quando ocorra paridade em aspectos como classe social, poderio financeiro e os aspecto racial/etnia ante

---

<sup>8</sup> Para fins de aferição desse favorecimento que faz valer a aplicação do termo *imigrante overclass*, devem ser considerados para comparação, grupos ou indivíduos imigrados de mesma classe socioeconômica, nível instrucional e aspectos de raça/cor (prevenindo eventuais contra-argumentos de que tal favorecimento tem somente a ver com a classe econômica e o aspecto racial do imigrado).

outros grupos. Quanto ao *imigrante overclass*, há a tendência de serem priorizados em suas necessidades ou serem alvo de maior deferência institucional e regulatória seja da parte de setores públicos ou privados nas localidades estudadas. Tal realidade pode ser, também, objeto de discussão mais ampla sobre imigração e desigualdade sob o prisma das políticas públicas.

Quanto a “justificativa” para a pesquisa, entendemos que grande parte dos trabalhos sociológicos produzidos internacionalmente dentro da temática do migrante empreendedor e do transnacionalismo têm como objeto de pesquisa casos sobre fluxos “sul-norte” de empreendedores ou, em outros termos, tendem a contemplar os movimentos que têm como origem países menos desenvolvidos em direção às economias centrais do capitalismo - países da Europa ou América do Norte.

Assim, a relevância dos resultados obteníveis com a pesquisa, no contexto do estado da arte, está primeiramente no fato que o presente projeto agrega ao propor contribuição de teor menos típico à literatura, ao pretender promover uma abordagem exploratória sobre migrantes empreendedores que se deslocam de uma das economias centrais do capitalismo – a Itália – para a região norte e nordeste do Brasil (região economicamente periférica de um país de economia periférica – “país em desenvolvimento”). Ou seja, atipicamente, pretende-se abordar o fluxo migratório, transnacional, que ocorre não a partir de uma economia menos desenvolvida para uma determinada localidade em um país desenvolvido (sentido sul-norte), como é mais frequente na literatura<sup>9</sup>.

Outro fator de interesse na pesquisa é o fato da região de destino, ou que compõe o eixo migratório abordado, ser a região norte e nordeste do Brasil, uma região de economia emergente dentro do país e de, relativamente, pouco histórico relacionado à imigração italiana e também de pouca frequência como campo de estudos da migração internacional no país, quando comparado com outras regiões, como o estado de São Paulo e estados da região sul do Brasil, podendo esse recorte menos comum da região de destino do fluxo do empreendedor imigrante, em uma perspectiva doméstica, ser considerado uma outra peculiaridade justificadora deste projeto de pesquisa.

---

<sup>9</sup> Na fase da globalização no início de século XXI, ocorre a nítida concentração dos países desenvolvidos como destinos migratórios. No ano 2000, “63% (110 milhões) de todos os migrantes registrados (e provavelmente uma proporção bastante mais elevada dos migrantes não-registrados e documentados) residiam nos países desenvolvidos.” Cf. MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005.

Uma vez que estão implicados na aplicação do referido modelo analítico do *mixed embeddedness*<sup>10</sup>, o trabalho virá a agregar ainda aos estudos relacionados às categorias do *capital social*, *capital humano*, *capital cultural* e ainda do transnacionalismo, especificamente de pequenos e médios empreendedores e seus negócios. Em outra perspectiva, o estudo poderá vir a servir de referência para a administração pública na implementação de diretrizes para a criação de políticas relacionadas aos fluxos migratórios e às atividades exploradas por esses empreendedores.

Quanto aos “Objetivos” da pesquisa, consideramos como “Objetivo Geral” o de compreender como se configura a imersão (*mixed embeddedness*) do migrante empreendedor italiano que eleger o norte e nordeste do Brasil como opção de destino, nas duas primeiras décadas século XXI. Considerar-se-á como enfoque analítico de tal imersão, os aspectos do (1) capital social (nacional e transnacional); (2) capital humano; (3) estrutura de oportunidades (4) as políticas públicas pertinentes - condicionantes que compõem o escopo do modelo analítico do *mixed embeddedness*<sup>11</sup>. Além do (5) capital cultural e simbólico. O presente trabalho pode ser considerado, em certa medida, um *continuum* do trabalho desenvolvido em mestrado, quando se promoveu um estudo de caso sobre uma empresa de médio porte fundada e dirigida por empreendedores originários da Itália que se instalaram no estado de Sergipe – região nordeste do Brasil. A empresa atuante na área de incorporação de imóveis e loteamentos é ligada a um grupo empresarial sediado na comuna de Agrate Brianza (província de Monza e Brianza), região da Lombardia, na Itália.

Naquele trabalho, são explorados as condicionantes macro e microsociologias nos quais estão inseridos esses empreendedores e os impactos no desempenho desse negócio e na realidade local. Para atingir esta finalidade, foi considerada a aplicação do referido modelo analítico *mixed embeddedness*, conforme concebido e desenvolvido por Kloosterman et al (1999); Kloosterman e Rath (2001, 2006) e Kloosterman (2010). Dada a sua assertividade, tal modelo analítico foi mantido na pesquisa proposta neste trabalho, como também o método Estudo de Caso de modo múltiplo. Além das implicações teóricas implicadas na utilização do mencionado modelo analítico, o aporte teórico deve se dar prioritariamente a partir das teorias pós-

---

<sup>10</sup> Poderia ainda reforçar a justificativa do trabalho, o fato de se aplicar o modelo *mixed embeddedness* a casos no Brasil, o que até o momento, acredita-se ser algo original na literatura.

<sup>11</sup> Kloosterman, op. cit.

industriais com as reconsiderações promovidas pelo advento da globalização ou mundialização<sup>12</sup>; os estudos da ação social e ação econômica de Max Weber<sup>13</sup>, as teorias migratórias e mais especificamente, as teorias voltadas ao imigrante empreendedor; a teoria dos capitais de Bourdieu (1986) e alguns postulados da Teoria Disposicionalista de Lahire (2001).

Quanto aos chamados “Objetivos Específicos” que deverão vir a ser alcançados com a pesquisa são:

- Compreender quais as razões de atração dos empreendedores italianos pelo norte e nordeste do Brasil neste início de século XXI;
- Identificar elementos da estrutura de oportunidades na qual se inserem os (as) imigrantes empreendedores (as) nas localidades selecionadas, em função dos recursos e capitais mobilizados;
- Identificar contribuições positivas ou negativas de tal fenômeno para a sociedade local e de origem<sup>14</sup>;
- Descrever os peculiares obstáculos enfrentados e eventuais vantagens desfrutadas por esses empreendedores no processo de integração socioeconômica;
- Identificar e caracterizar as relações e eventuais redes estabelecidas por esses (as) empreendedores (as) imigrados;
- Identificar e caracterizar as disposições da parte do brasileiro (a) verificáveis na relação com os empreendedores;

---

<sup>12</sup> Existe na literatura a idéia que o termo Globalização, aplica-se estritamente às questões puramente econômicas, entretanto o fenômeno em que a “diminuição de distâncias” transcende a esfera econômica atingindo diversas dimensões sociais, vem sendo designada como “Mundialização.” Cf. BUCCHIANERI, MCP. A internacionalização do Poder Constituinte. 2006. In: CASELLA, Paulo Borba; LIQUIDATO, Vera Lúcia Viegas. **Direito da integração**. Editora Quartier Latin do Brasil, 2006.

<sup>13</sup> Cf. SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a idéia de sociologia econômica**. Via Lettera Editora e Livrar, 2005

<sup>14</sup> Um dos argumentos centrais sobre o debate sobre a migração são concernentes as vantagens e desvantagens dos fluxos para a economia e sociedade locais. Cf. Fairlie, Robert W.; Lofstrom, Magnus (2015): Immigration and Entrepreneurship, CESifo Working Paper, No. 5298.

### **1. Aspectos Teórico - Metodológicos**

No presente trabalho, optou-se por se utilizar um modelo analítico pré-existente, a saber, o *mixed embeddedness*, com adaptações. Tal modelo, originalmente formulado e aplicado a casos de imigrantes empreendedores na realidade dos países baixos se mostrou eficiente na sua aplicação à realidade brasileira, tendo em vista os fins propostos para a pesquisa (DE OLIVEIRA, 2018). Por modelo analítico pode ser designado *todo sistema de relações entre propriedades selecionadas, abstratas e simplificadas, construído conscientemente com a finalidade*

*de descrição, explicação ou previsão e, por conseguinte, plenamente controlável (...)* (BOURDIEU *et al*, 2004, p. 26).

A proposta metodológica passa, assim, pela ideia de se desenvolver um estudo qualitativo considerando análises sobre *casos múltiplos*, dispostos em dois estados diferentes da região norte e nordeste do Brasil, consideradas dentre capitais historicamente sem tradição de maior fluxo migratório italiano – Palmas – TO e São Luís – MA. O instrumento visando à coleta de evidências é o da promoção de entrevistas semiestruturadas com os empreendedores imigrados e colher informações junto a membros de instituições que de algum modo se relacionam com tais imigrados e suas atividades. Serão considerados ainda suplementarmente elementos do método a análise de documentos e a observação (DUCCI e TEIXEIRA, 2011).

### **1.1 Aspectos metodológicos aplicáveis aos estudos migratórios.**

#### **1.1.1 O Estudo de Casos Múltiplos em combinação com a abordagem analítica *Mixed Embeddedness*.**

No caso do presente trabalho, ante os fins da pesquisa, em relação a trabalho realizado anteriormente, mostrou-se oportuno ampliar o escopo do campo, contemplando casos em localidades diversas, a partir do atendimento de alguns critérios como o de se considerar localidades do norte e nordeste do Brasil, pelas razões a saber: primeiramente o norte e nordeste do Brasil são historicamente, destinos menos frequentes e relativamente recentes ou pouco “tradicionais” de grupos migrantes europeus o que traz implicações relacionadas às teorias pós-industriais quanto as reorientações de rotas migratórias em adaptação à evolução do capitalismo, conforme será melhor elucidado na sequência deste trabalho .

De acordo com Yin (2010), mostra ser opção recomendada sempre que as questões de pesquisa procurarem explicar circunstâncias presentes e perguntas introduzidas por “como” ou “por que” certo fenômeno social funciona de certa maneira, sendo um método aplicado com grande frequência na sociologia e economia, como, por exemplo, nos casos de investigação sobre aspectos estruturais de um determinado setor da indústria ou a economia de determinada cidade ou região.

Reforça o mesmo autor que o Estudo de Caso se mostra adequado àquela investigação empírica que aborda um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, cotidiano, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. O tempo de tais fenômenos seria o presente (caráter de contemporaneidade), e a formulação das perguntas de pesquisa devem permitir a inserção do “como” ou “por que” (um dado fenômeno social funciona

de certa maneira). Utiliza-se o termo *Estudo de Casos Múltiplos*, quando a pesquisa tiver por objeto mais de um indivíduo ou organização. É um método aplicado com frequência na sociologia e economia, como, por exemplo, nos casos de investigação sobre a estrutura de um determinado setor da indústria ou a economia de determinada cidade ou região (YIN, 2010).

“E para que serviriam os casos?” Em resposta a essa pergunta, Thacher (2006), aponta que os cientistas tradicionalmente recorrem a duas respostas sobrepostas: os casos que são estudados podem ajudar a identificar relações causais, e podem servir, ainda, para entender a visão de mundo das pessoas estudadas - o que é mais diretamente o nosso propósito no presente trabalho.

A primeira opção, Thacher denomina de “caso de estudo causal” e a segunda, “estudo de caso interpretativo<sup>15</sup>”. O mesmo autor acrescenta ainda a terceira resposta à referida pergunta a que ele se refere como “o caso de estudo normativo<sup>16</sup>”, que em uma breve explicação, é aquele que considera a adoção do estudo de caso como um meio de se “avaliar a racionalidade”, uma opção para contribuir com o objetivo de compreender nosso entendimento sobre “valores públicos importantes”, como por exemplo, quais responsabilidades líderes organizacionais deveriam atender<sup>17</sup>.

Visando conferir qualidade aos resultados obtidos, são adotadas técnicas diversas dentro do previsto para um estudo de caso, tais como análise de documentos, entrevistas disponibilizadas na internet, jornais e depoimentos. As entrevistas realizadas pela pesquisa, são conduzidas, a princípio, de forma aberta, com fins exploratórios para obtenção do maior número possível de informações sobre o tema e categorias de estudo, como também, identificar aspectos específicos culturais e habilidades comunicacionais, visto que parte dos entrevistados não dominam plenamente o idioma português (MINAYO, 1993).

São também utilizadas entrevistas semi-estruturadas, combinando perguntas abertas e fechadas, buscando compreender a trajetória dos empreendedores, as disposições, configuração de suas redes sociais, a percepção sobre a estrutura de oportunidades e políticas locais e nacionais e sobre a evolução de seus negócios e da integração socioeconômica.

---

<sup>15</sup>Tradução nossa. No original, David Thacher usa os termos *causal case study* e *interpretive case study*. in THACHER, David. The Normative Case Study1. **American journal of sociology**, v. 111, n. 6, p. 1631-1676, 2006.

<sup>16</sup>Tradução nossa. Id., 2006.

<sup>17</sup> Cf. THACHER, op. cit.

O Estudo de Caso como metodologia, teria como o seu primeiro registro, a publicação do trabalho intitulado *A System of Logic*, de 1843, da autoria de J. S. Mill. Desde então, muito foi explorado e discutido no decorrer do tempo. A literatura acerca do Estudo de Caso é hoje muito vasta e diversa de modo que se torna difícil a missão de se traçar descrições acuradas, o que para alguns sinaliza o sucesso do método ou, de modo contrário, o seu fracasso, para outros (ELMAN; GERRING e MAHONEY, 2016).<sup>18</sup>

A premissa de que não existe superioridade de um método ou técnica em relação a outra, deve ser sempre considerada na discussão acerca da mais apropriada abordagem metodológica para uma determinada pesquisa, de modo que apenas critérios de adequação e oportunidade sejam considerados na utilização de cada um dos métodos. O que se mostra em consonância com a relatividade, e fim maior, da ciência social em si. No atendimento às necessidades de compreensão e análise de um dado fenômeno em uma pesquisa que se conduz a partir de um estudo de caso, deve ser garantida ao pesquisador plena liberdade para inventar métodos capazes de resolver o problema de sua pesquisa. Ou, caso a inovação metodológica seja prescindível, que possa o pesquisador de modo livre, simplesmente recorrer a arranjos metodológicos já disponibilizados e cabíveis, nos quais seja promovida a associação do estudo de caso a outros métodos e técnicas que tanto podem compactuar do mesmo “paradigma contracionista” qualitativo ou, até mesmo, lançar mão de utilização de métodos quantitativos (ou ao menos dados quantitativos em associação a métodos qualitativos), para fins de conferir à pesquisa, maior coesão e abrangência (BECKER, 1997).

No presente trabalho considerou-se a pertinência da adoção de um arranjo metodológico já experimentado e disponível na literatura – o Estudo de Caso sob a perspectiva analítica do mixed *embeddedness*. Mais especificamente, adotamos o “estudo de casos múltiplos”, tendo em vista a intenção de se buscar as diferenciações de perspectiva dos empreendedores imigrados selecionados para a pesquisa, quanto aos fatores de atração à determinada localidade de destino; ainda, o capital humano que esses imigrados detém e os possíveis efeitos sobre suas relações e integração socioeconômica; como também, quanto às redes sociais estabelecidas nas quais se inserem e se utilizam, passando, assim, a compor o que se denomina de capital social.

---

<sup>18</sup> Tradução nossa.

A opção por casos múltiplos permite ainda a análise do quadro político-institucional pertinente à realidade do imigrante empreendedor encontrada em cada uma das localidades nas quais se instalam os empreendedores imigrados selecionados para a pesquisa. No caso do presente trabalho, atinentes ao quadro político-institucional, serão procedidas análises sobre os aspectos regulatórios, políticas públicas e instituições privadas que direta ou indiretamente tenham o atributo de impactar na questão de atração à localidade, manutenção e ascensão social de tais empreendedores.

Os critérios a serem atendidos na seleção dos imigrantes empreendedores (ou grupos deles) reunidos em torno de um negócio passam por fatores como, além da viabilidade de acesso do pesquisador, a instalação dos negócios movimentados por esses imigrados em localidades da região norte-nordeste brasileira. Mantendo o recorte adotado no mencionado trabalho anteriormente realizado, opta-se por grupos de imigrados italianos, por entendermos tratar-se de oportunidade de conferir maior amplitude e aprofundamento à referida pesquisa, que se mostrou com significativo potencial para desenvolvimento da presente tese. Para os fins propostos no presente trabalho, adotou-se o conceito de empreendedores enquanto “indivíduos e grupos de indivíduos buscando e explorando oportunidades econômicas” (MCKENZIE; UGBAH e SMOTHERS, 2007, p. 23)<sup>19</sup>.

Tal compreensão, é ainda complementada pela ideia do empreendedor enquanto um articulador de redes (VALE; WILKINSON e AMÂNCIO, 2008). Não entendemos haver necessidade de mais pormenorizadamente discorrer sobre o conceito de empreendedor uma vez que o intuito priorizado no atual trabalho é o de abordar os italianos enquanto imigrantes, com foco especificamente nos estudos sociológicos em torno da subcategoria do imigrante empreendedor, constantes da literatura e cujo aprofundamento bibliográfico será promovido neste trabalho.

No que concerne à conduta do pesquisador, Yin (2010) elenca como habilidades básicas na utilização do estudo de caso, as seguintes: ser um bom ouvinte, pressupondo a ideia de não permissão de que suas próprias ideologias ou preconceitos interfiram no andamento dos trabalhos em sua pesquisa; a habilidade de ser adaptável e flexível, devendo estar propenso a considerar situações novas ou imprevistas não como ameaças, mas oportunidades de enriquecimento da pesquisa; deve possuir noção clara dos assuntos em estudo, mesmo nas

---

<sup>19</sup> Tradução nossa.

investidas exploratórias, o que gera ganhos em termos de assertividade (minimizando os “eventos relevantes”) e racionalizando o volume de “informação” a ser buscado; mostrar-se imparcial em relação a noções pré-concebidas, mesmo nas implicações teóricas, quando deve agir com sensibilidade e responsividade ante eventuais evidências contraditórias. Em suma, um “pré-requisito” do bom candidato a pesquisador que opta por fazer uso do estudo de caso, seria a capacidade de formular e propor boas questões. Essas questões por sua vez, devem ter o condão de promover um produtivo diálogo com as evidências surgidas.<sup>20</sup>

A combinação da abordagem analítica do *mixed embeddedness* com o método do Estudo de Caso foi introduzida a partir dos estudos liderados por Robert Kloosterman na Holanda no final dos anos 1990 (KLOOSTERMAN et al 1999; KLOOSTERMAN e RATH 2001, 2006; KLOOSTERMAN, 2010). Tal concepção analítica foi aplicada, primeiramente, em análises sobre a realidade de imigrantes empreendedores conduzidos em cidades daquele país. Os pesquisadores Robert Kloosterman, Joanne van der Leun e Jan Rath em artigo de 1999, explorando o papel do imigrante empreendedor inicialmente em atividades informais, procuraram demonstrar que a posição socioeconômica do migrante empreendedor na terra de destino – o que inclui efeitos no processo de integração socioeconômica e na consequente propensão a uma mobilidade social ascendente – poderá ser propriamente compreendida apenas quando forem consideradas em análises, além da sua imersão em redes sociais (*embeddedness* simples), a combinação com análises de sua imersão no meio socioeconômico e político-institucional do país de destino, de modo que o modelo designado como *mixed embeddedness* vem englobar “ambos os lados da imersão”, ao se analisar processos de inserção e integração nas localidades de destino de imigrantes empreendedores.<sup>21</sup>

Pode ser resumido, em outros termos, que em tal modelo analítico, a realidade experimentada por um imigrante empreendedor em uma dada localidade e tempo, pode ser explicada basicamente, a partir da imersão do imigrante empreendedor e seus negócios nas condicionantes, do (1) *capital social* que detém - conjunto das suas relações e redes sociais nas quais se inserem (2) *capital humano*; (3) a *estrutura de oportunidades* que se disponibiliza para um dado empreendedor (peculiaridades do

---

<sup>20</sup> Cf. Yin, op. cit.

<sup>21</sup>In: KLOOSTERMAN, Robert; VAN DER LEUN, Joanne; RATH, Jan. Mixed embeddedness: (in) formal economic activities and immigrant businesses in the Netherlands. International journal of urban and regional research, v. 23, n. 2, p. 252-266, 1999, p. 3.

“mercado” e a sua estrutura dinâmica de oportunidades) e, por fim, (4) o *quadro político-institucional* ou as estruturas e mecanismos decorrentes de “políticas públicas” e da função de instituições públicas e privadas atuantes em uma dada localidade e período que tenham o condão de influenciar em alguma medida as atividades exercidas por esse empreendedor.

Na concepção elaborada pelos autores do modelo analítico, a integração socioeconômica e as possibilidades de ascensão social de um dado grupo de imigrantes em uma localidade de destino estão condicionadas à intrincada dinâmica de interações entre os recursos e ou *capitais* peculiares a tais grupos e a, chamada pelos autores, *estrutura de oportunidades*. Tal estrutura, segundo o preconizado pelos autores, trata-se basicamente, de uma função das *condições tecnológicas, fatores de custo de produção, a natureza da demanda por produtos, a estrutura institucional*, elementos que determinam onde, quando e com que extensão ocorrerá abertura de mercado para tais negócios.<sup>22</sup>

A análise se dará sobre uma seleção de imigrantes empreendedores italianos titulares ou colaboradores de empreendimentos de pequeno a médio porte que se instalaram no norte e nordeste brasileiro no período das primeiras duas décadas do século XXI, tendo como universo de exploração, os empreendedores com esse perfil. Assim, são selecionados grupos que se instalaram nas capitais de Palmas – TO (região norte do país) e São Luís – MA (nordeste do Brasil)<sup>23</sup>.

Além das entrevistas, serão também considerada a seleção de pessoas atuantes em instituições que de algum modo estejam relacionadas com os grupos imigrados e suas atividades e empresas, buscando aferir a percepção dessas pessoas sobre tais grupos de imigrantes e as peculiaridades de ordem regulatória dessa relação usando como referência na elaboração das perguntas e condução das entrevistas, os objetivos e questões de pesquisa. As pessoas a serem contatadas são aquelas atuantes em instituições públicas sediadas nas localidades onde estão instalados os imigrantes, tais como, camaras de vereadores, assembléias legislativas. Serão ainda abordadas pessoas atuantes em instituições privadas que de algum modo estejam relacionadas a aspectos legais, burocráticos da vida destes imigrantes, suas atividades e aquelas que se mostrem importantes para os levantamentos de dados no decorrer da pesquisa de campo.

---

<sup>22</sup> Ibid.

<sup>23</sup>Única câmara de comércio na região nordeste do Brasil reconhecida pelo governo italiano. \_\_\_\_\_ <http://www.italiabrasile.com.br/>. Acesso em 12 de julho de 2020.

Serão promovidas entrevistas semiestruturadas primeiramente com os italianos atuantes nessas empresas, considerando para a elaboração das perguntas eixos que contemplem os objetivos geral e específicos propostos, além das respostas às perguntas que compõe a problemática da pesquisa. O mesmo se aplica aos mencionados sujeitos representantes das instituições públicas e privadas.

Quanto à hipótese levantada de que alguns grupos migratórios, dado os recursos a eles disponíveis e atributos em termos de capitais, possam vir a ser favorecidos não só nas relações cotidianas com o nacional médio brasileiro, mas ainda pelos reflexos decorrentes de certo status no quadro político-institucional, ainda que possa, à primeira vista, ser tomado como algo negativo visto ir contra a ideia de impessoalidade, igualdade e até justiça social, pode em mais aprofundada análise sobre seus desdobramentos, levar a conclusões menos óbvias, como quanto aos possíveis efeitos indiretos que atingiriam a maior parte dos imigrantes (empreendedores), tendo em mente, por exemplo, os efeitos extensíveis a todos (*erga omnes*) de muitos atos provenientes do aparato institucional da Administração Pública ante os princípios constitucionais (direitos e garantias) que permitem reinvidicação de isonomia de tratamento e benefícios equiparados a todos em igual condição, sendo vedada a discriminação. Acreditamos que o desenvolvimento da pesquisa, trará respostas e *insights* diversos sobre todos esses pontos.

As entrevistas foram gravadas com o aplicativo Gravador de Voz utilizável em aparelho de smartphone, sistema Android, produzindo arquivos de gravações de áudio no formato mp3, disponível no aplicativo Google play Store<sup>24</sup> ou através do aplicativo Google Meet da Google para videoconferência.

Nesta mesma fase, dentro do prescrito para os métodos adotados, foi efetuada a seleção e análise de documentos; promovidas anotações, além da realização de entrevistas. As entrevistas, do tipo semiestruturada, foram gravadas com duração média de 40 minutos cada, serão realizadas com os empreendedores italianos; serão ainda entrevistados sujeitos italianos ou não atuantes de modo mais proeminentes em entidades e instituições de algum modo relacionadas com as atividades desses empreendedores.

Uma indagação relacionada à validade dos resultados encontrados pode ser colocada: qual seria o número de entrevistas necessárias em uma pesquisa? Quanto a tal dúvida, Gaskell (2002) afirma não haver um número ideal ou pré-definido, no

---

<sup>24</sup> Aplicativo disponível em: [play.google.com/store](https://play.google.com/store).

entanto, defende como ponto-chave a compreensão de que mais entrevistas não vão, necessariamente, significar mais qualidade na pesquisa, ou mesmo que conduzirão a mais detalhada compreensão do caso estudado. Dois argumentos serviriam como razões para tal constatação: (I) versões ou interpelações da realidade se dá em número limitado, tendo em vista que as representações sobre experiências mostram-se mais como resultados de processos sociais vivenciados em grupo, do que como resultantes de experiências individualizadas. Ante tal raciocínio, afirma o autor que seriam em boa parte compartilhadas, as representações geradas acerca de temas de interesse comum ou sobre pessoas em um dado meio social.<sup>25</sup>

Uma interação direta entre pesquisador e seu interlocutor e uma baixa diretividade por parte do investigador. Assim é caracterizada, a técnica da entrevista individual por Quivy e Van Campenhoudt (2005). Argumentam os autores que a entrevista, em suas diferentes formas, quando bem conduzida, torna-se fonte de “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados”. A variação entre a entrevista semidirigida ou “semidiretiva” – composta por questões não inteiramente abertas e sem maior precisão nas perguntas – são as mais adotadas em investigações sociais (QUIVY e VAN CAMPENHOUDT, 2005, p. 191).

Documentos institucionais relacionados as atividades do empreendedores imigrados, material disponibilizado em sites e ou publicidade dos serviços, produtos e das empresas, além de matérias publicadas pela imprensa, servirão de fonte de dados secundários. A exemplo de pesquisa realizada anteriormente também com empreendedores italianos, entre os documentos institucionais que poderão servir como fonte de dados estão: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, quando aplicável, atas de Assembléia de Conselho, registros em associações e Juntas comerciais e câmaras e associações de comércio etc (DE OLIVEIRA, 2018).

As chamadas “categorias iniciais” anteriormente enumeradas serão selecionadas de acordo com a pertinência, em função das categorias (ou temas) analisados no modelo analítico *mixed embeddednes*. Estas funcionarão neste trabalho como “categorias finais”<sup>26</sup>. Delineados os termos nos quais serão suplementarmente utilizados o método Análise de Conteúdo e uma vez definidas as “categorias finais”, insta retomarmos à discussão acerca do método de análise

---

<sup>25</sup> Cf. GASKELL, op. cit., p. 71.

<sup>26</sup> Na fase de pré-análise do material colhido em campo, após a categorização inicial, poderão ser consideradas, a partir de determinados critérios, a criação de “categorias intermediárias” e por fim, “categorias finais”. Cf. Bardin, op. cit. Cf. SILVA e FOSSÁ, op. cit.

adotado para a pesquisa - o *mixed embeddedness* e seu correspondente arcabouço analítico.

Kloosterman *et al* (2006; 2010), em uma abordagem mais amadurecida de aplicação do *mixed embeddedness*, sobre casos de empreendedorismo conduzido por imigrantes, propõem que as análises sejam feitas uma relação do nível “micro” (*micro-level*), do empreendedor (capital social e seus recursos pessoais), com nível “meso” (*meso-level*) - nível da “**estrutura de oportunidades**” – considerando um dado local e tempo. A partir daí, considerar uma conexão, “não tão rígida”, desta estrutura com o correspondente **quadro macro institucional** vigente. Segundo os autores, essa combinação, entre outras coisas, propiciaria *insights* sobre os recursos necessários a um empreendedor “aspirante ou nascente”, tendo em vista a estrutura de oportunidades (KLOOSTERMAN, 2010, p 26 -27).

A escolha da abordagem analítica do *mixed embeddedness* sobre para este trabalho é reforçada com o pensamento de autores como Jan Rath (2002), ao observar que o desenvolvimento teórico aplicável ao migrante empreendedor, em que pese ter evoluído no sentido de favorecer as abordagens com ênfase no *social embeddedness*, muitos estudantes do tema, especialmente nos Estados Unidos, debruçam-se exacerbadamente ao pensamento sociológico econômico focado estritamente nas redes sociais aspectos individuais do empreendedor e o seu decorrente impacto nas atividades desses empreendedores. São, assim, relativamente subestimadas as dinâmicas que são processadas entre indivíduo e estrutura (*agency and structure*). Segundo o mencionado autor, tal reducionismo da prática investigativa, deve ser compreendido como uma renúncia ao “modelo integrativo”, sendo ao contrário, mais adequada a adoção do recurso analítico do *mixed embeddedness*, uma vez que tal modelo liga as relações sociais à estrutura político-econômica mais amplamente, gerando resultados mais profícuos (RATH, 2002)<sup>27</sup>.

Concernente a tal entendimento, essa proposta analítica, também considera na análise da experiência do imigrante empreendedor, a coexistência de diferentes tipos de *aberturas* ou *entradas* (*openings*) em uma dada estrutura de oportunidades, o que por um lado, implica na consideração de eventuais “barreiras de entrada”, que por sua vez, condicionam-se perfil do imigrante e seus recursos pessoais (implicações

---

<sup>27</sup> Tradução nossa.

decorrentes do capital humano e social do imigrante) e por outro lado, as “dinâmicas” dessas estruturas no que se relaciona à eventual estagnação ou crescimento de uma dada área de negócio.

Assim, tal abordagem deixa de focar majoritariamente na atuação particular do indivíduo imigrante empreendedor, para com certa equidade, considerar também como definidor da sua experiência, o contexto socioeconômico e político no qual este se insere.

Visando ilustrar tal raciocínio, Rath *et al* (2002) utiliza como exemplo a cidade de Amsterdam na Holanda, que com a sua particularidade de ordem morfológica e a disposição para a qualidade de vida de sua população, dispõe do mercado consumidor local adequado para bicicletas utilitárias (*carrier bikes*). Tal propício contexto é estimulado, ainda, pelo ambiente regulatório local, que permite o surgimento de fabricas de tais bicicletas por iniciativa de grupo de imigrantes na localidade central da cidade de Amsterdam.<sup>28</sup> A figura 2, permite melhor compreensão sobre os tipos de mercado e principais “entradas” considerados pelos autores, vejamos:

FIGURA 1: ESQUEMATIZAÇÃO DA TIPOLOGIA DE MERCADOS DE ACORDO COM A ACESSIBILIDADE E POTENCIAL DE CRESCIMENTO.

---

<sup>28</sup> Ibid.



Fonte: Kloosterman e Rath (2006), com adaptações

Nos termos propostos por Kloosterman e Rath (2006), ilustrado no esquema acima (figura 2), temos o **quadrante 1**<sup>29</sup> representando aberturas em um dado mercado que tem como requisito de ingresso, alto nível de *capital humano*, entretanto, com a peculiaridade de se tratarem de mercados que passam por processo de “estagnação” ou mesmo de declínio. Pode ser considerado que o nível de capital humano necessário para acessar esse tipo de mercado também poderia dar acesso a aberturas em mercados em “expansão” (quadrantes 3 ou 4) ou mesmo, acesso ao mercado de trabalho, ingresso em “empregos melhores”. Segundo os autores, esta abertura de mercado, seria, porém, como pouco provável para atrair empresários imigrantes. Destaca-se que tais estudos foram desenvolvidos no âmbito de cidades dos Países Baixos. Quanto ao **quadrante 2**, por sua vez, representam mercados de fácil acesso, o que os fazem atraentes para imigrantes empreendedores e aspirantes. Em tais circunstâncias, não há exigências por alto nível de capital humano para inserção no mercado e iniciação do negócio, uma vez que em tal tipo de mercado, a produção é pouco qualificada, em pequena escala e com mão-de-obra intensiva.

O potencial de crescimento neste tipo de mercado é menos promissor, uma vez que neles, a demanda está estagnada ou até mesmo em declínio, gerando baixa

<sup>29</sup> Originalmente, no esquema elaborado pelos autores, os quatro quadrantes não são numerados, mas identificados por sua posição dentro da figura, o primeiro, por exemplo, é definido como “quadrante superior à esquerda” (*upper left-hand quadrant*) e assim por diante. Cf. Kloosterman e Rath, op.cit (tradução nossa).

lucratividade. Em que pese a estagnação de demanda em tais mercados, as aberturas são criadas através do processo de “**cadeias de vaga**” (*vacancy chains*), pelo qual o empresário estabelecido nesse mercado, acaba em determinado momento, deixando-o em direção a um patamar mais elevado em termos de empreendedorismo, numa dinâmica ascendente nessa cadeia, de modo que, em benefício dos recém-chegados, vagas são disponibilizadas no mercado que aquele empreendedor deixou.<sup>30</sup>

No **quadrante 3**<sup>31</sup>, intitulado como mercado “Pós-industrial/ altamente qualificado” (*post-industrial/high-skilled*), as atividades exigem um alto nível quanto ao capital humano e são, também, caracterizadas por grande potencial de crescimento uma vez que estejam na fase inicial do ciclo de vida do produto. Servem de exemplos desses mercados, as empresas de alta tecnologia (“novo e dinâmico capitalismo”), simbolizadas pelas empresas do Vale do Silício nos Estados Unidos. Imigrantes de países não centrais, mas com sistemas educacionais compatíveis (como por exemplo, a China e Índia) são também atraídos por tais mercados, formando pessoal preparado para atuação em tais negócios.<sup>32</sup>

Nos mercados do **quadrante 3**, também se enquadram pequenas firmas de pequeno porte que combinam demandas por alto capital humano, com significativo potencial de expansão na área de serviços, podendo ser citados como exemplos: “empresas de consultoria, serviços na área jurídica e publicidade e propaganda”<sup>33</sup>. Em tais tipos de economias urbanas pós-industriais, imigrantes altamente qualificados podem ter bom acolhimento e tornarem-se bem-sucedidos, sobretudo aqueles das segundas gerações.<sup>34</sup>

Enfim, o **quadrante 4**, representam aqueles mercados que estão no escopo pós-industrial<sup>35</sup> e que, relativamente, exigem para ingresso baixo nível de capital humano, detendo, entretanto, grande potencial de expansão. Sociedades pós-industriais têm propensão a gerar mercados com tal lógica, sobretudo, no setor de serviços pessoais. São características desse mercado: dinamismo; abertura para novatos com propostas

---

<sup>30</sup> Kloosterman e Rath (2006).

<sup>31</sup> No esquema original elaborado pelos autores, este quadrante é apresentado por último (neste trabalho, ‘quadrante 3’). Ibid.

<sup>32</sup> Kloosterman e Rath, op. cit., p. 6 (tradução nossa).

<sup>33</sup> Exemplos citados pelo autor. Ibid. loc. cit.

<sup>34</sup> Ibid. loc. cit. it.

<sup>35</sup> O autor adverte que na utilização do termo pós-industrial, não deve estar subentendido como o “fim de todas as formas de manufatura, mas mais precisamente, refere-se à gradual diminuição das fabricações de larga escala. Nós poderíamos também o ter nomeado Pós-fordismo. Este termo, entretanto, é frequentemente (e demasiado) expresso em narrativas não-lineares e, conseqüentemente, tende a ignorar a possibilidade de diferentes trajetórias”. Ibid., p. 6 (tradução nossa).

inovadoras; baixo custo de investimentos e pouca exigência quanto habilidades específicas; baixa ou nenhuma regulação. Encontram-se, em geral, nos estágios iniciais de um ciclo de produção demandando baixo nível de qualificação.<sup>36</sup> São mercados muito atraentes para aspirantes a empresários, sejam ou não imigrantes. Entretanto, podem surgir impedimentos e obstrução com implicações políticas quando acontecem de serem mercados atraentes também para os nativos.

Assim, a tipologia proposta por Kloosterman e Rath (2006), considera a classificação da estrutura de oportunidades em diferentes tipos de abertura que se baseiam, por um lado, em diferentes barreiras de entrada em função do capital humano do empreendedor e por outro, na dinâmica de estagnação ou expansão desses setores produtivos. Recursos pessoais do imigrante, oportunidades e resultados são, assim, relacionados nessa abordagem analítica de forma sistemática (KLOOSTERMAN, 2010).<sup>37</sup>

Análises sobre os objetos deste trabalho, dentro da tipologia apresentada, os farão ser alocados em um dos quadrantes anteriormente descritos. obtendo-se tal classificação a partir da natureza do negócio desenvolvido pelo empreendedor e o nível de capital humano que deve ser mobilizado para a sua implementação. Em pesquisa realizada tendo como objeto grupo de empreendedores imigrados italianos no Estado de Sergipe, a atividade foi considerada a partir dos resultados das análises dos dados coletados, como enquadrada no *quadrante 3* - mercado do setor imobiliário, que exige qualificação especializada (alto capital humano); encontrava-se em *expansão* na região no período de entrada da empresa no Estado de Sergipe (anos de 2011/2012). No contexto da referida pesquisa, o setor imobiliário é um setor tradicional, experimentando fases tanto de expansão quanto estagnação no período em que os empreendedores italianos atuaram na região. Nas entrevistas com os empreendedores italianos, foi apurado que à época da abertura da empresa no país, a “crise mundial” deflagrada em 2008 na Europa, ainda não havia atingido o Brasil, estando o cenário muito convidativo. Entretanto, a partir de 2015, os sintomas de crise se faziam presentes. Constatou-se que em tal realidade ocorreram mudanças na *estrutura de oportunidades* decorrentes de acontecimentos a nível político-institucional no transcurso de certo período de tempo (OLIVEIRA, 2018).

---

<sup>36</sup> Para maiores detalhes e exemplos. Cf. Kloosterman e Rath, op. cit.

<sup>37</sup> Tradução nossa.

Aplicável a tal constatação, Kloosterman e Rath (2006) aponta quanto a possibilidade de análises serem implementadas de um “modo sincronico” – considerando mudanças ocorridas no decorrer do tempo em uma mesma localidade ou país. Análises poderiam ocorrer ainda, de “modo diacrônico”, ou seja, permitindo comparações entre países diversos. De acordo com os mesmos autores, desde que estejam assegurados vistos de residência e havendo reconhecimento de qualificações do empreendedor no país de destino, nos mercados pós-industriais, com exigência de alto capital humano (fig. 2 *supra*), os imigrados empreendedores estariam praticamente em situação equivalente aos empreendedores qualificados nativos. As mais significativas diferenças entre nativos e estrangeiros, podem, entretanto, estar em tal contexto, nas composições de redes sociais estabelecidas - caso estejam imersos (*embedded*) majoritariamente em redes compostas por estrangeiros, se equiparariam aos empreendedores pouco qualificados relacionados no “quadrante 4” da figura anterior.

Para os citados autores, tal questão pode ser minimizada caso contem com o apoio de conexões transnacionais.<sup>38</sup> Porém, ainda para esses autores, “o capital social heterogêneo seria um recurso essencial no processo de descoberta e exploração de oportunidades no tipo de mercado pós-industrial de alta qualificação.”<sup>39</sup> No caso dos empreendedores do referido estudo realizado no Estado de Sergipe - Brasil, as peculiaridades encontradas foi a de um quadro inicial em que os empreendedores imigrados italianos, tinham pleno apoio, sobretudo financeiro do grupo na Itália, que foi especialmente formado para o projeto de implantação da empresa no Brasil, de modo que os fizeram relativamente fortes em termos de *capital econômico*, o que podemos considerar como *capital social transnacional*. No referido caso, outra característica identificada quanto ao grupo italiano foi a de vivenciarem fragilidades decorrentes de um capital social inicialmente precário na localidade de destino, seja considerando as relações com coétnicos/estrangeiros ou mesmo o heterogêneo/nativos.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Grupos com boas conexões internacionais, o exemplo dos chineses no Vale do Silício na Califórnia, são exemplos utilizados pelos autores. Kloosterman e Rath. Ibid.

<sup>39</sup> Kloosterman e Rath, op. cit., p.10.

<sup>40</sup> OLIVEIRA, ibid.

#### **1.1.1.1 A Nova Sociologia Econômica e a evolução de perspectivas sobre o *embeddedness***

Ainda que se trate de componente de cunho teórico, que de algum modo poderíamos encaixar no próximo capítulo deste trabalho que se reserva à fundamentação teórica, dado a estreita ligação com as origens do nosso modelo analítico, que a seu turno, se vincula ao método predominantemente aqui adotado, registramos neste subtópico, reflexões acerca da chamada Nova Sociologia Econômica (NSE).

Buscando elucidar o conhecimento relativo às categorias sociológicas que compõem a base do modelo analítico adotado neste trabalho (*mixed embeddedness*), mostra-se pertinente um estudo sobre a análise da concepção da imersão da economia na sociedade (*embeddedness*), considerando a perspectiva dos autores aqui elencados. Tal ideia está diretamente relacionada com uma das questões clássicas da sociologia que é a de como os comportamentos e as instituições podem ser afetadas por meio das relações sociais. A situação em que não ocorre de forma alguma tal influencia, é vista como utópica, apenas possível a partir de um exercício de abstração mental, visto que as relações sociais em certa medida, sempre exercem influência sobre o comportamento humano, sendo um equívoco qualquer análise que não as considerem (Granovetter, 2007). Assim, a ideia do *embeddedness* estaria em oposição à da economia clássica, neoclássica e de grande parte da tradição utilitarista, que concebe a economia como algo fundado na racionalidade e que independe de relações sociais.

Para Granovetter (1973, 1985), o comportamento do empreendedor ou da economia (*economic behaviour*) estariam condicionados preponderantemente às decorrências da imersão na sua “própria rede social”, invocando a questão clássica da teoria sociológica sobre “como o comportamento e as instituições podem ser influenciadas por suas relações sociais”, destaca a concepção que defende ser peculiar à ação econômica estar amplamente “imersa”, em estruturas de relações sociais (*over socialized*) na moderna sociedade industrial, o que contraria a ideia neoclássica que considera ser a ação econômica atomizada, autônoma ou “subsocializada” (*undersocialized*), ou seja, pouco influenciada pelo contexto relacional. Em sua teorização, Granovetter (1985) em crítica, argumenta que ambas as vertentes de pensamento são paradoxalmente similares ao negligenciarem o fato que a maioria dos comportamentos humanos de qualquer ordem são influenciados por uma estrutura continua de relações sociais. Assim, evitando os extremos do

“sobre” ou “sub” socializada (*over or under socialized*), uma observação séria sobre a ação econômica deveria admitir sua imersão em tal estrutura relacional.

O autor ilustra seu raciocínio, ao afirmar que considerando que tais relações sociais estão sempre presentes, somente quando promovido um exercício de abstração mental, poderia se conceber uma circunstância em que não exista a influência delas. Aponta ainda que durante muito tempo, predominou entre sociólogos, antropólogos, historiadores e cientistas políticos a ideia de que apenas em relação às sociedades “pré-mercado” (*premarket societies*) se concebe a ideia de influência sobre a economia da imersão nas relações sociais, vindo ela a se tornar, porém, muito mais autônoma com a modernização. Tal entendimento aparta totalmente a sociedade moderna da esfera econômica. Existem ainda os defensores que, inversamente à alegada lógica tradicional da fase pré-mercado, consideram as relações sociais na sociedade moderna, como um “epifenômeno” do mercado, ou seja, decorrentes deste.<sup>41</sup>

Processos estritamente ligados ao mercado ou temas mais afeitos à teoria clássica seriam, em geral, para Granovetter (1985), um inibidor para sociólogos. Para esse autor, em geral, sociólogos, esquivam-se da atividade de implementação de estudos sérios relacionados a temas que são pela ciência econômica neoclássica. Acabam, assim, de forma tácita, a ratificarem ou, ao menos, aceitarem o presunçoso entendimento dos economistas de que “processos de mercado” não são objetos afeitos ao estudo sociológico, uma vez que, nas sociedades modernas, em tais processos, as relações sociais não desempenham papel central, mas somente a função de gerar ‘atrito e disruptividade’. (...) *E nos casos que sociologistas estudam processos em que mercados vêm a ser tema central, procuram evitar as análises* (GRANOVETTER, 1985, p. 504).

Considerar a promoção de análises sobre a ação econômica a partir dos efeitos de sua imersão em relações sociais são o cerne da contribuição de Granovetter, autor de grande destaque na chamada “Nova Sociologia Econômica” (NSE) sendo tal noção designada como *embeddedness*. A perspectiva da imersão não se inicia, porém, com Granovetter ou a NSE, essa remete, entre outras, à escola “substantivista” na Antropologia, que tem como maior representante Karl Polanyi (1944), outro autor a que damos ênfase no presente trabalho, sobretudo, por ser considerado o pai da

---

<sup>41</sup>Cf. GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. American journal of sociology, p. 481-510, 1985.

concepção *embeddedness*. Entretanto, para Machado (2010), apesar de ter sido a primeira grande referência na análise da economia em função das relações sociais, o seu modelo seria explorado e aplicado de forma equivocada, uma vez que se deu uma “apropriação seletiva”, não se considerando todo o conjunto da obra de Polanyi (MACHADO, 2010).

Alega ainda Machado (2010), que Polanyi não mostrou maior preocupação em definir explicitamente o conceito de “incrustação” (*embeddedness*), talvez uma razão para ocorrerem diversas interpretações controversas sobre o pensamento polanyiano, o qual exige para a sua mais acurada compreensão, que seja levado em conta “o papel, a função, a relação e o lugar que [a incrustação] ocupa” no pensamento do autor, prevalecendo em contra senso, deduções a partir de algumas de suas afirmações que foram tomadas isoladamente do restante de sua obra, gerando confusões e mistificação.

Para se compreender plenamente a perspectiva Polanyi sobre a economia, deve se ter em mente alguns dos conceitos operados pelo autor, a começar pela divisão que implementa entre a economia no sentido formal e no sentido substantivo. A primeira está ligada a supervalorização da racionalidade, tendo como objeto de sua análise o indivíduo e tem no seu cerne a escassez e busca por satisfação das necessidades usando como fundamento o modelo neoclássico da teoria econômica, sendo tais os termos de descrição do *homo economicus*, sendo aplicável, sobretudo, ao estudo das economias capitalistas modernas; a segunda diz respeito às instituições e estruturas que se constituem em torno do processo de busca por satisfação das necessidades humanas de todos os tempos, estando mais ligado à suficiência do que eficiência. Polanyi defende o reconhecimento da importância da definição substantiva, que aborda a economia enquanto processo instituído entre o homem e o ambiente na exploração dos meios tendo em vista as universais necessidades do ser humano, constituindo esta a base do método “análise institucional” preconizado por Polanyi. O método, em linhas gerais, concebe que a economia pode estar “instituída” de diferentes formas nas variadas sociedades. São identificados pelo autor, três padrões que são tomados como fundamentais na integração econômica: “reciprocidade, redistribuição e troca (mercantil) —, mediante a combinação das quais a economia adquire unidade e estabilidade” (MACHADO, 2010)<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Para uma explicação mais detalhada a respeito dos padrões fundamentais, conferir Machado (2010).

Deve ser retido a esta altura que para Polanyi, o sistema de mercados autorregulados deve ser compreendido como de forma de integração dominante. Polanyi defende que numa economia de mercado, sua condução se dá em princípio, a partir de um sistema de auto regulação, adotando suas próprias leis e regras, como a lei da oferta e procura, sendo, assim, naturalmente uma perspectiva que concebe a economia de mercado como “desincrustada”(*disembedded*) da sociedade, sendo incrustadas na visão de Polanyi apenas as economias tribais e arcaicas, nas quais, acreditava o autor, não havia sequer uma consciência clara de economia por parte dos membros dessa sociedade.<sup>43</sup>

Assim, a crítica traçada sobre Granovetter é que esse além de nem sequer citar o Polanyi em sua bibliografia, acaba por aplicar de forma distorcida (ou “seletiva”), o seu fundamento, quando concebe qualquer forma de economia como economia incrustada, incluindo a economia de mercado.<sup>44</sup>

*Mixed embeddedness* como evolução da perspectiva do *embeddedness*. As concepções em torno do *embeddedness* evoluem na contemporaneidade, sob o manto da Nova Sociologia Econômica dando espaço a novas perspectivas teóricas e analíticas que contemplam a ideia da incrustação social da economia. Dentro dessa realidade, os estudos encabeçados a partir dos anos 1990, pelos pesquisadores radicados na Europa, Robert Kloosterman e Jan Rath, parecem ser emblemáticos exemplos dessas concepções.

Essa perspectiva analítica toma campo primeiramente em casos conduzidos em cidades da Holanda. Os pesquisadores Robert Kloosterman, Joanne van der León e Jan Rath em artigo de 1999, fruto de pesquisas que exploraram o papel do imigrante empreendedor naquele país, inicialmente, em atividades informais, procura demonstrar que a posição socioeconômica do migrante empreendedor – e consequente propensão de mobilidade social ascendente – só pode ser propriamente compreendida ao se considerar não somente a sua imersão em redes sociais (*embeddedness*), mas de modo mais abrangente, considerando a combinação com análises de sua imersão no meio socioeconômico e político - institucional do país de destino. Tal modelo designado como *mixed embeddedness* engloba, assim, “ambos os lados da imersão” – o relacional (capital social) e estrutural, ao se analisar processos de inserção de imigrantes empreendedores, atributo que,

---

<sup>43</sup> MACHADO, op. cit.

<sup>44</sup> Id.

segundo os autores, conduziriam a análises mais confiáveis, do que aquelas que contemplam apenas ou prioritariamente, o aspecto relacional (KLOOSTERMAN *et al*, 1999).

Para nos aprofundarmos nas implicações e aplicabilidade da perspectiva analítica do mixed *embeddedness*, mostra-se relevante primeiramente trazer a luz os conceitos, definições e categorias elementares que compõem este modelo, a partir do entendimento de seus idealizadores. Um desses conceitos é o de *embeddedness* conforme o termo é tratado na literatura sociológica, que já discutimos anteriormente neste trabalho.

Ainda que o modelo do *mixed embeddedness* possa ter parte de seus fundamentos originados nas ideias concebidas por Granovetter, segundo Kloosterman *et al* (1999), tal modelo analítico tem maior sintonia com o proposto por Karl Polanyi, precursor do conceito de imersão (*embeddedness*), estando claramente exposto no artigo de 1957 intitulado *Aristotle Discovers the Economy*, que compõe a obra *Trade and Market in the Early Empires*<sup>45</sup>.

No primeiro artigo em que o *mixed embeddedness* é abordado, Kloosterman *et al* (1999) tece críticas sobre certos pontos da teorização de Granovetter, denominada *embedddedness*, ao demonstrar que a posição socioeconômica do imigrante empreendedor (e conseqüentemente, suas possibilidades de ascensão na escala de mobilidade social) só podem ser devidamente compreendidas ao se considerar, não apenas a sua “incrustação” em redes sociais de imigrantes circunscritas “quase exclusivamente” aos conterrâneos (ou “coetnicos”) - como basicamente, defendia Granovetter na sua visão de *embeddedness* - mas deve, sim, ser considerada a incrustação num *mix* composto, além das relações sociais, pelo contexto socioeconômico que propicia a entrada do imigrante empreendedor (estrutura de oportunidades), e o quadro político-institucional do país de acolhimento, no que estão implicadas as “políticas públicas” e institucionais vigentes em um dado período que tenham o condão de influenciar (favorecer mais ou menos) em alguma medida, as atividades exercidas por esse empreendedor (Figura 2).

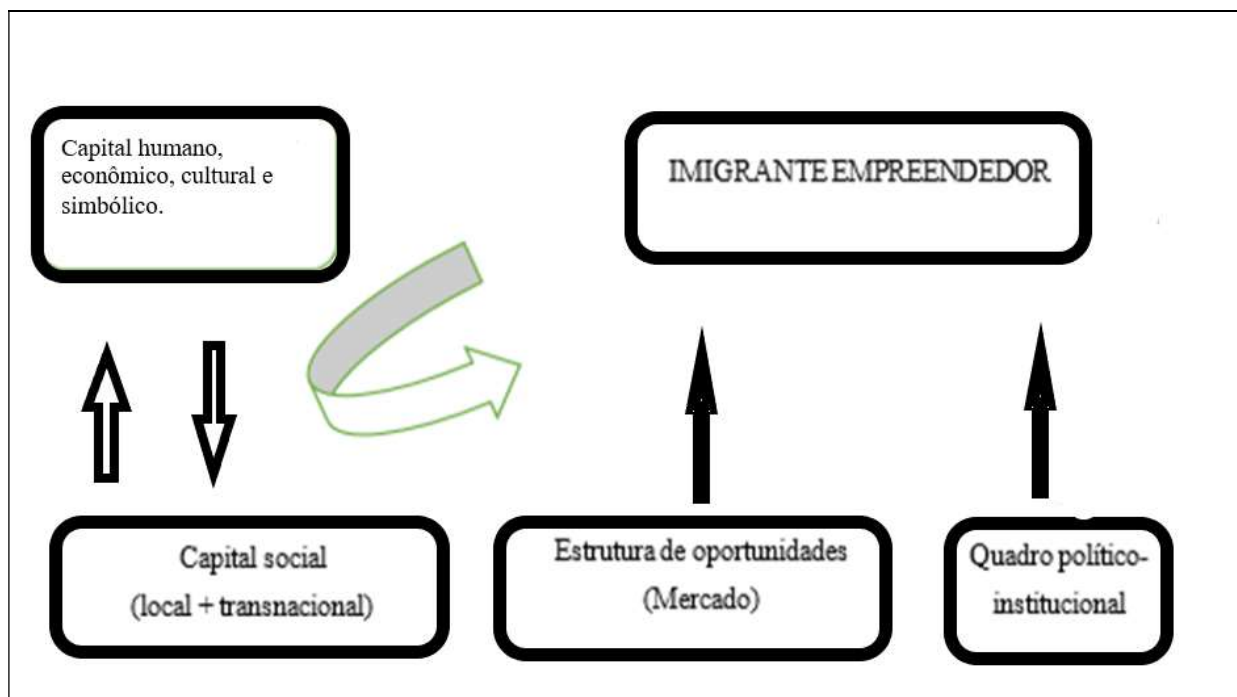
Ambos os lados do processo de inserção do imigrante no país de destino são contemplados no escopo das análises do modelo proposto. Estão, portanto, alocadas na interseção entre as mudanças nos quadros socioculturais, por um lado, e os

---

<sup>45</sup> Id.

processos de mudanças nas economias (urbanas) e panorama institucional, de outro.<sup>46</sup>

Figura 2: Fluxograma das condicionantes consideradas no modelo analítico do *mixed embeddedness* com adaptações.



Fonte: OLIVEIRA, ANDRÉ (2022).

Como esquema ilustrado na figura 2, em análise abrangente sobre o capital social, por implicação, é também considerada análise sobre o capital humano, muitas vezes subentendido na expressão “recursos pessoais” (do imigrante empreendedor), recorrente na literatura referida, o mesmo ocorrendo com o capital econômico (disponibilidade de recursos financeiros pelo imigrado). Tais recursos, em certa medida, retroalimentam-se, na medida em que, o capital econômico facilita a aquisição de preparo técnico e intelectual, favorecendo, assim, a acumulação do capital humano. Este, a seu turno, pode facilitar o estabelecimento de novos laços sociais, reforçando assim o capital social. No presente trabalho, incluímos, em uma adaptação ao referido modelo analítico, análises sobre o capital cultural e simbólico, por considerar ser nos casos estudados, fatores marcantes ao influenciar determinadas relações, sobretudo, na relação dos italianos com os nativos nas localidades de destino - do norte e nordeste brasileiro. O favorecimento do imigrante empreendedor decorrente dos capitais por eles (as) mobilizados, será melhor demonstrado adiante neste trabalho.

<sup>46</sup>Cf. Kloosterman *et al*, op. cit., p.08 (tradução nossa).

Assim, a integração socioeconômica e a eventual ascensão social nas localidades em que se instalam de um dado grupo de imigrantes, irão depender da intrincada dinâmica de interação entre as características etnosociais e socioeconômicas do grupo em foco e a “estrutura de oportunidade”. Buscando uma explicação do que seria a “estrutura de oportunidade” na concepção dos autores, alegam ser esta basicamente, uma função das “condições tecnológicas, fatores de custo de produção, a natureza da demanda por produtos, a estrutura institucional”, elementos que determinam onde, quando e com que extensão ocorrerão aberturas de mercado para um negócio específico (Kloosterman, 2010).

A aderência a ideia de implementar a abordagem analítica do *mixed embeddedness* sobre o nosso objeto de estudo, dá-se por entendermos que apesar de se tratar de abordagem analítica de aplicação menos comum em economias menos desenvolvidas ou não - centrais como a brasileira, mostra-se altamente explicativa e fértil, em que pese serem eventualmente necessárias certas adaptações em sua aplicação ante dado caso concreto.

Jan Rath (2002), argumenta que o desenvolvimento teórico relacionado ao migrante empreendedor evoluiu no sentido de privilegiar abordagens relacionadas ao *social embeddedness*, contudo, muitos estudantes do tema, especialmente nos Estados Unidos, aderem fervorosamente ao pensamento sociológico econômico com foco nas redes sociais do empreendedor e o seu consequente impacto nos negócios. São relativamente subestimadas, assim, as dinâmicas entre indivíduo e estrutura (*agency and structure*) e priorizadas os aspectos individuais. Esse reducionismo, segundo Rath, seria uma renúncia ao “modelo integrativo”, ao que considera como mais apropriada, assim, a adoção do recurso analítico do *mixed embeddedness*, uma vez que este liga as relações sociais a estrutura político-econômica mais ampla (RATH et al, 2002).

Reiterando o já anteriormente exposto, outro conceito implicado na implementação do *mixed embeddedness* é o de capital social. Na sua visão sobre o modelo analítico que propõe a princípio, enfatiza e restringe as análises sobre as relações e rede de relações do migrante empreendedor basicamente aos coétnicos ou conacionais, a partir da compartilhada *identidade de “não-nativo”* (*non-indigenous identity*) ou o do “compartilhamento da experiência de migrante”, considerando o fomento da confiança como uma decorrência dessas relações e a importância desse fator no aproveitamento das oportunidades de mercado.

A visão sobre capital social nos trabalhos encabeçados por Kloosterman, alinha-se, em certa medida, ao de Bourdieu (1986) que em seus estudos sobre privação e exclusão social, afirma que o capital social se constitui pelos recursos, redes sociais e confiança, o que pode em determinada instância ser conversível em capital econômico, o mesmo podendo ocorrer com o capital cultural (BOURDIEU, 1986). O termo “capital social”, porém, é amplamente usado, em diversas circunstâncias, o que implica em dissonâncias em seu significado, entretanto, o termo “capital” é basicamente usado como uma metáfora financeira, indicando a ideia de estoque ou acúmulo de algo que pode em algum momento se converter em algum tipo de benefício ou vantagem (BRUCE e YEARLEY, 2006).

O “mercado”, ou, mais precisamente, nos termos dos autores, a “estrutura de oportunidades” de uma dada localidade confrontada por um dado empreendedor. Mas como o mercado ou essa estrutura é compreendida pelos autores desse modelo analítico? De acordo com Kloosterman e Rath (2001), muitos pesquisadores ao abordarem o papel do imigrante empreendedor tendem, na relação demanda – oferta, a focar na problemática em torno do aspecto da “oferta” (*supply*), ou seja, exploraram as diferenças de propensão para o empreendedorismo entre certos grupos de imigrantes.

Tais estudos, no entanto, segundo os autores, muitas vezes negligenciam os outros dois aspectos cruciais desse mercado “fictício” dos estudos: o lado da demanda (*demand*) e o processo de correspondência entre empresários e potenciais aberturas em um dado mercado para novos negócios (*matching process*). Assim, primeiramente, devem surgir oportunidades geradas por uma demanda de um dado mercado, propiciando a gestão “economicamente sensível” – gerador de excedentes que viabilizem, ao menos minimamente, os investimentos do empreendedor. Em segundo lugar, essas oportunidades devem ser “acessíveis” ao aspirante (imigrante) empreendedor, que muitas vezes se deparam com impedimentos da ordem de falta de capital, qualificação ou mesmo impedimentos legais ao tentar atuar em determinada atividade no país ou região de destino. Em terceiro lugar, as oportunidade de negócios rentáveis devem ser percebidas, ou mesmo assumidas, por tais empreendedores e, por fim, os autores acrescentam que tais oportunidades devem ser aproveitadas de forma palpável, dando o exemplo da abertura do próprio negócio.

Como medida para transcender a especificidade de um estudo de caso e entendendo como ocorre a inserção de empresários imigrantes em “economias urbanas avançadas” a partir de uma perspectiva comparativa, os autores propõem que essa chamada “estrutura de oportunidades” venha a ser explorada de forma mais sistemática. A pretensão é a de se utilizar de uma abordagem abrangente o suficiente para que se permita a comparação internacional de padrões do empreendedorismo imigrante, considerando um modo teoricamente fundado.

Devemos reter da explanação acima, tendo em vista os objetivos do presente trabalho, que a perspectiva analítica do *mixed embeddedness*, em muito recupera o pensamento de Karl Polanyi a respeito do *embeddedness* e do método de “Análise Institucional”, sendo, por isso, uma releitura mais completa e acertada do que a proposta por Granovetter, caracterizando, assim, uma positiva evolução.

Em um estudo de caso, aplicado sobre um grupo de imigrantes italianos do ramo de construção civil e venda de imóveis, no Estado de Sergipe, região nordeste do Brasil, local de baixíssima incidência de imigração italiana ou europeia, foi aplicado a abordagem analítica do *mixed embeddedness*, o que se mostrou uma experiência bem sucedida. Acreditamos que o mesmo não teria ocorrido se a escolha do modelo analítico se restringisse a uma investigação sobre as relações sociais desses empreendedores, conforme preconizado pela perspectiva do *embeddedness* de Granovetter (1985). No caso de Sergipe, consideramos a proposição de que na ausência de um expressivo ou consistente número de conacionais ou coetnicos italianos na região, além dos próprios membros da empresa estudada, uma análise que restringisse o seu campo as relações sociais, seria insatisfatória, por ser incompatível com a realidade do grupo estudado em termos relacionais na localidade, teria, enfim, muito baixo poder explicativo (DE OLIVEIRA, 2018).

Utilizando-se do modelo *mixed embeddedness* em suas análises e contrariando a ideia de que o empreendedorismo imigrado se presta basicamente a servir a própria comunidade de imigrados ou trabalhos pesados que exigem baixa qualificação, Sommer (2018) considerando o contexto dos imigrados da Ex-União Soviética na Alemanha, demonstra que, contemporaneamente, o campo de ação do imigrante empreendedor vai além desses dois segmentos particulares. Observa-se que empreendedores imigrados lançam mão de diversas estratégias e dinâmicas, sendo o capital social proveniente de diferentes redes, acionado a depender do mercado em

que operam os seus negócios<sup>47</sup>. Conforme já colhido em estudos anteriores, aponta a autora que o capital social pode ser acionado para recrutamento de empregados ou colaboradores e clientes. A busca por parceiros comerciais entre parentes e conterrâneos podem ainda minimizar riscos e inseguranças.

Demonstra-se ainda que as redes de negócios (*business networks*) são uma combinação de *laços fortes* e *laços fracos* que se complementam, sendo que os laços fortes são importantes, sobretudo, nos estágios iniciais do negócio, quando se precisa de mais ajuda de ordem prática e financeira. Sendo que tal peso dos vínculos mais fortes se invertem em estágio mais avançado do negócio, ao poderem se tornar menos convenientes, pois a lealdade e reciprocidade esperada nesses ciclos sociais e a predominante informalidade das relações, podem vir a ser contraproducentes na fase de crescimento do negócio. Os laços fracos por sua vez, podem ter sua importância na aquisição de clientes, seleção de equipes de trabalho, e na geração de ideias e informações em geral para os negócios de atuação em mercados diversos, com destaque para os negócios que encontram menores barreiras de entrada (*low entry barrier*) e ainda nos negócios de alta qualificação do mercado tipo *mainstream*. A Formalidade e profissionalismo nas relações são mais observadas nas relações extra comunidade de coétnicos.<sup>48</sup>

No que concerne às “barreiras de entrada”, Kloosterman (2010) aponta que o tipo de negócio iniciado por um imigrante e a importância deste no processo de sua integração, são determinados não somente pelos recursos que este aspirante a empreendedor tem o poder de mobilizar, mas são também decididos pela específica “estrutura de oportunidade”, em determinado lugar e tempo (Kloosterman, 2010, p. 26).<sup>49</sup>

Desdobrando o escopo analítico do *mixed embeddedness*, atente-se que no estabelecimento das relações e da inserção ou posicionamento nas redes sociais por parte dos imigrantes empreendedores, como também na segunda base de análise - configuração da estrutura de oportunidades que lhes é disponibilizada - os recursos pessoais de que tais imigrantes são detentores tem relevante e definidor papel (DE

---

<sup>47</sup> A autora exemplifica a variedade de mercados com uma classificação que inclui o *mercado migrante* (*migrant market*), o *mercado misto* (*mixed market*) e o mercado do tipo *mainstream*. Cf. SOMMER, Elena. Social Capital as a Resource for Migrant Entrepreneurship: A Qualitative Study of Self-employed Migrants from the Former Soviet Union in Germany. 2018. Tese de Doutorado. Universität Bremen (tradução nossa).

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> Tradução nossa.

OLIVEIRA, 2018). Nos termos da literatura que prioriza os aspectos subjetivos, poderíamos apontar como alguns desses recursos, a propensão pessoal ao empreendedorismo, “sendo ainda considerados aspectos psicológicos, socioculturais, religiosos, como também, o compartilhamento de valores tais como a propensão ao risco, desejo de auto realização, a frugalidade, independência e autodisciplina” (GIACONNE, 2014).

Entretanto, nesse trabalho, pretendemos priorizar como opção na identificação desses recursos, a teoria das formas de capital, a partir do preconizado por Bourdieu (1986). Como melhor detalhado no capítulo 2 deste trabalho, para este autor, os recursos de um sujeito (ou grupo) podem ser considerados enquanto formas de capital, estes, a seu turno, podem ser classificados nas seguintes formas fundamentais: capital econômico, cultural, social e simbólico, dando-se o emprego do termo capital em tal contexto, justamente, como uma alusão ao capital financeiro, uma vez que todas essas modalidades de recursos seriam para o autor, eventualmente, convertíveis em capital econômico (BOURDIEU, 2011).

Estendendo a compreensão Bourdieusiana, consideramos também de importante contribuição, o estudo do *capital humano* nos casos relacionados ao migrante e migrações, por entender ser de relevante influência na experiência deles no destino escolhido coadunando, assim, com o preconizado na base do modelo analítico neste trabalho adotado (KLOOSTERMAN et al, 1999, KLOOSTERMAN e RATH, 2001, 2010; OLIVEIRA, 2018; VERTOVEC, 2006), como também, propomos implicar nas análises sobre o estabelecimento desse *capital social* e do modo que se lhes apresenta a estrutura de oportunidades, as modalidades do capital cultural e simbólico.

No presente estudo, consideramos também levar a teste a proposição de serem os imigrantes empreendedores italianos no nordeste do Brasil favorecidos nas suas relações com os nacionais, entre outras razões, devido ao que detém em termos de capital cultural e simbólico. Tal fato pode corresponder a impactos favoráveis nos negócios, na mobilidade social ou penetração social desses imigrados. Outro pilar no qual se firmam as questões de pesquisa no presente trabalho, é aquele dos processos relacionados à *estrutura de oportunidades* – oportunidades de entrada no mercado da região em função dos recursos disponíveis a esses empreendedores - além das questões relacionadas à estrutura político-institucional vigente. Assim, pode ser afirmado, em síntese, considerando a peculiaridade em relação às relações entre

italianos e nacionais, que as questões de pesquisa orbitam, basicamente, em torno do escopo analítico da perspectiva do *mixed embeddedness*, com as referidas adaptações. Mostra-se como “fio condutor” na abordagem dos casos a busca por identificar, compreender as variáveis e o desvelar dos processos subjacentes na constituição das localidades do norte e nordeste como opção de destino dos grupos de imigrantes empreendedores selecionados para o estudo e experiência que vêm vivenciando quanto a integração e mobilidade social.<sup>50</sup>

#### 1.1.2 Das Técnicas de pesquisa e sua aplicação – orientação das entrevistas a serem realizadas para a tese

Neste trabalho, com o intuito de conferir melhor confiabilidade aos resultados obtidos, serão adotadas técnicas diversas dentro do previsto para um estudo de caso, tais como análise de documentos, entrevistas, jornais e depoimentos. As entrevistas que devem ocorrer, a preliminarmente, de forma aberta, com fins exploratórios, considerando ser esse expediente adequado para obtenção do maior número possível de informações sobre o tema e categorias de estudo, como também, prestar-se-á na identificação de aspectos específicos culturais e habilidades comunicacionais de origem italiana, visto que significativa parte dos entrevistados não dominam plenamente o idioma português.

Ante os objetivos e o arcabouço teórico propostos como pilares da presente pesquisa, serão consideradas a realização de entrevistas sobre as seguintes bases exploratórias: 1) entrevistas com os imigrantes empreendedores italianos; 2) entrevistas com os consumidores/clientes brasileiros dessas empresas; 3) entrevistas com membros de instituições públicas ou privadas relacionadas por questões burocráticas, sociais ou econômicas aos sujeitos ou aos negócios desses empreendedores.

O propósito das entrevistas com os imigrantes empreendedores italianos é, além de colher informações objetivas acerca de recursos e experiências relacionadas ao capital humano, o de captar a percepção desses imigrantes empreendedores, basicamente, acerca dos seguintes pontos: (i) dos fatores de repulsão da terra de origem e atração à localidade de destino e a estrutura de oportunidades; (ii) os

---

<sup>50</sup> Em trabalho conduzido no Estado de Sergipe a partir de estudo caso aplicado sobre uma empresa fundada e gerida por italianos no setor de construção civil, chegados no Brasil no ano de 2009, foram consideradas a mesma proposição e modelo analítico. Apesar da pesquisa ter sido produtiva quanto a seus objetivos específicos, o resultado mostrou-se inconclusivo quanto à formação de hipótese levantada, no que foi considerando a ampliação da proposta do trabalho para casos múltiplos, em mais de uma localidade – no norte e nordeste do Brasil. Cf. OLIVEIRA, A. L. S. de. Enésima Itália: dimensões sociológicas da migração de empreendedores de origem italiana para o estado de Sergipe nos últimos anos. 2018.

aspectos transnacionais (ligações com a terra de origem, sobretudo, às que de algum modo estejam relacionadas com as atividades no Brasil); (iii) identificação e caracterização das redes sociais das quais fazem parte (*embeddedness*). Assim, em tais entrevistas poderão ser verificadas na formulação das questões, além da óbvia pretensão de atendimento aos objetivos geral e específicos da pesquisa, a implicação do arcabouço teórico selecionado para o trabalho, no caso das entrevistas com os imigrantes empreendedores italianos, mais especificamente: a Teoria da Ação Social de Max Weber, a teoria disposicionalista de Bourdieu e Lahire, as teorias imigratórias integralistas, sob a perspectiva do modelo analítico do *mixed embeddedness* e seus pilares analíticos, que a seu turno, trazem suas respectivas implicações teóricas.

Em entrevistas com membros de instituições privadas e públicas (servidores públicos, agentes políticos), a ideia é promover entrevistas com pessoas que de algum modo podem estar relacionadas ou ter informações de cunho mais técnico e institucional pertinentes e relacionadas a aspectos regulatórios e políticos em torno da vida desses empreendedores imigrados e seus negócios, o que, a seu turno, está relacionado a estrutura de oportunidades e ao modelo analítico adotado, podendo ainda implicar conteúdos relacionáveis à teoria disposicionalista, uma vez que é colocada a proposição que esses empreendedores italianos em determinadas localidades podem ser beneficiados por políticas e no aspecto regulatório em geral, o que os fariam imigrantes privilegiados ante outros grupos migratórios <sup>51</sup>.

As perguntas a serem formuladas em tais casos, seriam pautadas na legislação vigente ou nas políticas voltadas para o imigrante internacional implementadas nas localidades exploradas e de acordo com a função ou atividade desempenhada pelo entrevistado e a relação com as atividades dos imigrados. As entrevistas devem ser realizadas com representantes de associações ligadas ao setor de indústria e comércio, servidores da Polícia Federal, Ministério da Justiça, Secretários de Estado, ocupantes de cargos políticos que de algum modo se relacionem com a realidade desses empreendedores nas localidades etc. As perguntas devem girar, ainda, em torno da estrutura de oportunidades gerada para esses imigrados, aspectos regulatórios, políticas e práticas relacionadas à integração e eventual favorecimento ou prioridade desses quando em comparação com imigrados de outras nacionalidades.

---

<sup>51</sup> Sugestões de roteiros elementares para as entrevistas aplicadas aos imigrados e demais - ver ANEXO 1.

### 1.1.2.1 Entrevistas semiestruturadas aplicadas a falantes não nativos.

Estudos realizados nos Estados Unidos, sobre a aplicação de instrumentos ou técnicas em pesquisa qualitativa, como a entrevista ou *survey*, a falantes estrangeiros, concluíram pela recomendação de que sejam previamente efetuadas entrevistas cognitivas (*cognitive interviews*), como meio de aferir os níveis de compreensão do idioma e ajudar a seleção de estratégias e adaptações da metodologia adotada para tais casos, o que pode, além do componente linguístico, gerar implicações relacionadas às diferenças culturais dos entrevistados.<sup>52</sup> No caso sob análise na presente pesquisa, há um conhecimento prévio do nível de compreensão do idioma português por parte dos entrevistados, o que aliado a experiências prévias do pesquisador, garante condições comunicativas condizentes e satisfatórias para a aplicação de entrevistas do tipo semi estruturada. A adoção pelo pesquisador, na medida da viabilidade e credibilidade técnica, de um vocabulário mais simplificado, com perguntas formuladas de modo autoexplicativo é um critério adotado por este pesquisador. Dispor de boas noções do idioma italiano é outro fator que acreditamos ser favorável ao pesquisador, facilitando na interpretação de passagens do discurso em que podem ocorrer as previsíveis pequenas confusões entre o idioma italiano e português.

A roteirização das entrevistas propostas consideram primeiramente um breve perfil biográfico do entrevistado, buscando aferir aspectos relacionados ao capital humano – escolaridade e experiência profissional – seguido, não tão rigidamente, da separação das perguntas por tópicos, relacionados às condicionantes do *mixed embeddedness, como o capital social* – questões atinentes aos laços sociais com outros italianos na região e, sobretudo, com os nativos, o que deve incluir tanto as relações interpessoais como interorganizacionais ou, em outros termos, relações em multinível (BRAILLY et al, 2016).

Dentro do mesmo raciocínio de se contemplar as categorias mobilizadas no modelo analítico tendo em função dos objetivos da pesquisa, serão formuladas perguntas relacionadas ao *mercado* e a *estrutura de oportunidades que atraíram ou nas quais estão inseridos* os empreendedores. E ainda, formularemos questões que estejam relacionadas a aspectos político-institucionais de modo a averiguar a percepção dos empreendedores sobre as dificuldades e ou vantagens percebidas no

---

<sup>52</sup> Cf. PAN, Yuling. Cognitive interviews in languages other than English: Methodological and research issues. In: **The 2004 American Statistical Association Proceedings of the Joint Statistical Meetings**. 2004. Cf. GOERMAN, Patricia L. Adapting cognitive interview techniques for use in pretesting Spanish language survey instruments. **Survey Methodology**, 2006, p. 3.

atendimento à legislação e à burocracia, relação com entidades da administração pública federal, estadual ou municipal e entidades privadas. Além das perguntas relacionadas aos capitais mobilizados, nos termos e considerando o intuito anteriormente demonstrado.

Tendo em vista obter maior proveito e segurança na sistematização dos dados colhidas em campo, em fase de “pré-análise” das entrevistas a serem realizadas, serão mobilizados elementos do método Análise de Conteúdo, por viabilizar um assertivo aproveitamento das “comunicações” colhidas e suas informações. O referido método será considerado para aplicação nos termos propostos por Bardin (2011), sendo esta uma autora reconhecida na literatura como aquela que tornou o método popular a partir de sua obra de 1977, o habilitando para aplicação em diversas áreas do conhecimento (SILVA e FOSSÁ, 2017).

Utilizando-o na presente pesquisa enquanto método suplementar, serão promovidas análises sistemáticas do conteúdo das respostas dos entrevistados. No caso dos empreendedores italianos, o esperado é que se traga à luz, uma compreensão sobre a percepção de cada um deles sobre tópicos pertinentes às questões, objetivos e problemas da pesquisa.

Para ilustrar, podemos trazer como exemplo, perguntas sobre a configuração das relações e eventuais redes sociais estabelecidas por tais sujeitos ou grupos nas cidades que se situam ou nas relações com a terra de origem; de que modo são percebidas e eventualmente exploradas a questão do capitais cultural e simbólico na interação e relações com o nativo; o mesmo servindo para questões feitas ao nativo, buscando compreender as suas disposições na questão da valoração do italiano e sua cultura. Este método se presta ainda para, através do conteúdo das entrevistas aferir a percepção do empreendedor imigrado sobre a *estrutura de oportunidades* da região de acolhida, como também a sua percepção sobre a estrutura político-institucional vigente, sendo que quanto a este aspecto, a análise de conteúdo se aplicará ainda ao teor do contido em documentos e dispositivos normativos. A análise de conteúdo tem como objetivo, “a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 52).

Seguindo o proposto pelo método, ao se analisar os materiais, procura-se promover a técnica da *análise categórica temática*, ou seja, uma classificação das mensagens em categorias simbólicas ou temáticas de modo que facilite a identificação

e compreensão do que se encontra subjacente aos discursos. Schmidt (2014), que utilizou tal método com sucesso na exploração de comunicações em uma pesquisa sobre empreendedores étnicos de origem italiana, em síntese, o define como “um instrumento usual do paradigma compreensivo ao selecionar temas, categorizando e interpretando o significado dos sentidos expressos nas comunicações. Este tipo de análise condensa os dados em tópicos de acordo com sua relevância na teia de significados tecidos pelos agentes” (SCHMIDT, 2014, p. 48).

Quanto ao pertinente à proposta deste trabalho, a mencionada categorização prevista em tal método, a partir dos dados colhidos com as entrevistas e demais materiais a serem explorados, ocorre precipuamente em função das análises preconizadas pelo modelo do *mixed embeddedness* (cf. *supra*) e ainda tendo em mente o propósito maior de alcance dos objetivos e problema da pesquisa. No entanto, nesse ensejo, há todo o cuidado para que na mobilização dos conteúdos não se aplique restrições de cunho procedimental de modo a dificultar ou subestimar “descobertas inesperadas”, que possam suscitar outras análises “dispostas em torno de novas dimensões teóricas”.<sup>53</sup> É natural que o caráter exploratório da pesquisa possa desvelar fenômenos, conexões e processos sobre os quais ainda não se deu um pleno exercício de imaginação demandando, assim, empenho investigativo, análises e reconsiderações (MILLS, 1972).

### 1.1.3 A Análise de Conteúdo

Os textos produzidos a partir da transcrição de áudios das entrevistas, seguindo o preconizado pelo método Análise de Conteúdo, deverão ser fracionado em unidades textuais menores, sendo tais unidades designadas na obra de Bardin (2011) como “unidades de registro”, consistido estas nas “unidade de significação codificada”. Tais trechos do texto ou fragmentos do material a ser analisado (unidades) são estabelecidos como base para análises, categorização e, caso seja aplicável, contagem de frequência ou nos termos do autor: “(...) Efetivamente, executam-se certos recortes a nível semântico, por exemplo, o ‘tema’, enquanto que outros são feitos a um nível aparentemente linguístico, como a ‘palavra ou a frase’” (BARDIN, 2011, p. 134).

Para os fins pretendidos com o presente trabalho, cada um dos parágrafos das transcrições das entrevistas é definido como uma unidade de registro e sendo

---

<sup>53</sup>Cf. Bardin , op. cit., p.132.

analiticamente considerados os “temas” que são abordados no conteúdo destes, o mesmo se aplicando ao conteúdo de documentos selecionados.<sup>54</sup> O material desse modo processado, por sua vez, deve dar origem a categorias que, no caso da nossa pesquisa, servem de base às análises condizentes ao referido modelo analítico priorizado neste trabalho ou podem ainda vir a ser utilizadas em análises com o fim de atender a objetivos específicos do presente trabalho (cf. *supra*) ou mesmo, análises complementares. Nesse sentido, anota Bardin (2011): “(...) em análise de conteúdo, a mensagem pode ser submetida a uma ou várias dimensões de análise”.<sup>55</sup>

Ainda de acordo com os apontamentos da mesma autora acerca do método, a *pertinência* seria um dos requisitos que devem ser atendidos por estas categorias, podendo ser desse modo consideradas: quando previamente inserida no quadro teórico definido para a pesquisa; mostrarem-se adaptadas ao material analisado, seguindo a ideia do que é chamado pela autora de “adequação ótima”. O conjunto de tais categorias, por sua vez, será dotado de pertinência, quando refletir os objetivos da investigação; as questões norteadoras formuladas pelo analista; as características da própria mensagem<sup>56</sup>. Ante o que compreendemos do referido método, ainda que adotemos uma maior flexibilidade, cremos que a categorização inicial proposta neste trabalho, enquadra-se na qualidade da pertinência apontada por Bardin.

Uma vez iniciada a fase de coleta de dados, considerando-se o determinado pelo método Análise de Conteúdo, experiência prévia do pesquisador e tipo de questões formuladas, as categorias ou temáticas levantadas na fase de “pré-análise”, a partir dos discursos a serem colhidos nas entrevistas, primeiramente com os empreendedores italianos - “categorias iniciais” tendem a ser definidos nos termos a seguir: I. *capital humano*; II. *capital social* (local e transnacional); III. *fatores de repulsão e atração*; IV. *Estrutura de oportunidades* (propiciadora de inserção e integração socioeconômica); V. [no caso dos empreendedores, percepção sobre a] *estrutura político-institucional*, VI. *autopercepção enquanto imigrante* VII. [percepção sobre o próprio] *capital cultural e simbólico*.

Em consonância com o preconizado por Bardin (2011), as categorias acima, enumeradas, seriam as chamadas “categorias iniciais”, concebidas e nomeadas de

---

<sup>54</sup> Ibid.

<sup>55</sup> Ibid., p. 148.

<sup>56</sup> Há outras qualidades atribuíveis às categorias na concepção de Bardin. Cf. Ibid., p. 150. Cf CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.p. 186.

acordo com as primeiras impressões e conhecimento do investigador<sup>57</sup>. Aponta Bardin que “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p.147).

Buscando não desrespeitar os postulados do método e técnicas adotados, nas entrevistas a serem realizadas com os italianos, espera-se, sempre que se mostrar possível, colher informações de modo mais pragmático. Como, por exemplo: na coleta de informações relativas ao nível de capital humano - nível e formação educacional do entrevistado, experiências profissionais prévias. E, de modo inverso, fugindo de “rasa objetividade”, aferir as representações dos entrevistados acerca dos outros temas ou categorias acima enumeradas, considerando a formulação de questões abertas, com maior liberdade para as respostas e seus desdobramentos. A partir da análise do material colhido, poderemos constatar ainda, no que convergem ou se distanciam entre si, as visões dos entrevistados em relação aos temas ligados ao aspecto relacional e estrutural da experiência por eles vivenciadas nas localidades nas quais se instalaram com seus negócios.

Três fases devem ser consideradas no processo de aplicação do método, sendo a primeira delas, a fase de *pré-análise*, na sequência, a da *exploração do material* e por fim, a fase do *tratamento dos resultados e interpretações* – fase em que “resultados brutos” receberão tratamento de modo que adquiram significado e validade, o que, ao final, deverá conferir ao pesquisador segurança e consistência suficientes habilitando-o à propositura de inferências e elaboração de interpretações.<sup>58</sup> O método Análise de conteúdo traz implicada a técnica cuja finalidade é, de modo objetivo, produzir inferências a partir de uma comunicação, aplicáveis ao contexto social no qual se insere, destacando o seu caráter social (GASKELL, 2002). Como já anteriormente ressaltado, serão aplicados neste trabalho os procedimentos previstos para a aplicação do método Análise de Conteúdo, estritamente no que é previsto para a sua fase de “pré-análise”. Além das já apontadas razões de maior segurança e melhor sistematização das informações, a justificativa para a adoção de tal procedimento está no fato dos textos de referência sobre o modelo analítico do *mixed embeddedness*, não trazerem claramente, como devem ser processadas as informações dos casos após a fase de coleta de dados.

---

<sup>57</sup>SILVA e FOSSÁ, op. cit

<sup>58</sup> Definições e roteiro previstos para cada uma das fases. Cf. Bardin, loc. cit.

#### 1.1.4 A Observação Direta

A Observação Direta foi usada de forma residual ou suplementar em nossa pesquisa. Durante os contatos preliminares ou mesmo nas visitas para a realização das visitas principais, o pesquisador se deslocava, geralmente, para os locais onde os italianos exerciam as suas atividades. Somados todos esses encontros, podemos afirmar que ultrapassam o período de dez horas de observação direta desses ambientes, quando se conferia a interação dos italianos com os clientes no caso dos restaurantes, a dinâmica dos atendimentos, algumas conversas desenvolvidas, breves depoimentos, além do perfil etário e as impressões sobre o nível socioeconômico da clientela, entre outras informações.

A Observação Direta é método típico, fundante, elementar e central da pesquisa qualitativa nas ciências sociais. Independentemente de sua natureza, a observação de fenômenos está no cerne de qualquer procedimento de cunho científico, remetendo desde a Grécia e Roma antiga. Ela foi “critério fundamental do conhecimento” para os precursores das ciências sociais e da sociologia e desde então, firma-se como etapa primeira do processo de construção do saber para esta ciência, permitindo a relação, ao mesmo tempo que o necessário distanciamento entre sujeito e objeto, atendendo ao necessário “rigor científico”. A observação “figura sistematicamente ao lado das outras técnicas de coleta do material qualitativo, tais como a entrevista, os relatos de vida, ou ainda a pesquisa documental, nos manuais básicos sobre os métodos de pesquisa nas ciências sociais” (JACOUD & MAYER, 2008, p.255).

Em que pese a ideia da observação direta da ação e interações sociais por parte de quem se encontra em determinado local, ou, em outros termos, a ideia de ser testemunha ocular de determinado fenômeno, por lógica, parece ser uma prática bastante condizente com as pretensões da sociologia no estudo do mundo social a partir da proximidade do viver de seus atores, a Observação enquanto método de abordagem, nunca desfrutou de fácil acolhimento por parte da sociologia. As razões para tal constatação seria a exacerbada perseguição por uma maior “cientificidade” e o intuito de se conformar às “ciências naturais”, tratadas talvez como maior referência e, ainda, pela “rivalidade” ou pretensão de diferenciação ao se rejeitar o compartilhamento dos mesmos métodos utilizados na prática de outras atividades, como o jornalismo. Tais seriam as causas que explicam parcialmente a resistência ou dificuldade na integração da *Observação* nas “fontes documentais comuns da sociologia”, podendo haver margem para variação a depender dos contextos nacionais (CHAPOULIE, 2000a).

Ainda que devam ser consideradas as naturais pressões e enfrentamentos do âmbito acadêmico/ científico por rigor técnico e metodológico, tal dificuldade de aceitação da *Observação*, abordagem metodológica tão condizente com a natureza da pesquisa e rotinas no campo sociológico, soa como espécie de complexo relacionado a auto aceitação e subestima aos próprios atores dessa vertente científica. De modo que a preocupação em adequação aos critérios e rigores das ciências naturais, de modo a garantir a “validação”, crédito e prestígio do meio científico (parecer e ser aceito como “ciência séria”), parece sobrepujar os imperativos de seu próprio *genus operandi* enquanto atividade científica.<sup>59</sup>

Chapoulie (2000a) ainda referindo-se preponderantemente à realidade francesa, alega mostrar-se como um dos indicativos da indeterminação do posto que a “fonte documental” da *Observação* ocupa na sociologia, a “ambiguidade” ou imprecisão peculiar do vocabulário a ela relacionado. O termo “trabalho de campo”, por exemplo, é costumeiramente aplicado de forma genérica, referindo-se a todo e qualquer tipo de técnica de coletas de dados, incluindo entrevistas e aplicação de questionário, situações em que o contato do pesquisador com as pessoas participantes ou ambientes dos fenômenos estudados, ocorrem apenas pontualmente, o que a princípio, não coaduna com a natureza da *Observação* propriamente dita<sup>60</sup>.

Destaca, porém o mesmo autor, que prefere adotar o termo trabalho de campo para designar o processo de coleta de documentação sobre fenômenos em relação aos quais há interesse de estudo, sob condição da presença do pesquisador nos locais e momento da ocorrência de tais fenômenos, podendo tal documentação consistir, por exemplo, em depoimentos de atores e demais dados decorrentes da observação direta – palavras, ações e interações<sup>61</sup>.

Nessa esteira, o autor promove a distinção entre dois tipos diferentes do uso do método da observação: a *observação difusa* – referindo-se a uma ação mais descritiva sobre os objetos e fenômenos, pessoas, lugares, ligados geralmente a ideia de habitualidade, do que é típico e regra. Tal tipo se consubstancia, a princípio, nos relatórios de pesquisa. Outro tipo apontado é o da *observação analítica* – diferentemente do primeiro tipo, esta foca em um ou mais aspectos particulares dos fenômenos abordados em determinado local e tempo, implicando em categorias de observação, que passam por um esforço por parte do pesquisador, de apreender

---

<sup>59</sup> Id.

<sup>60</sup> Id.

<sup>61</sup> Ibid.

características de fenômenos de interesse de modo sistemático, testando a validade de interpretações elaboradas por ele no decorrer do trabalho de campo.<sup>62</sup>

A abordagem da Observação teve historicamente entrada e desfrutou de aceitação e maior popularidade primeiramente nos Estados Unidos, sendo, no âmbito da pesquisa, na Universidade de Chicago, no início do século XX, o ex-jornalista Robert Park, seu introdutor. Park iniciou seus alunos no que era por ele chamado de “pesquisa real”, a qual exigia presenciar os fenômenos a serem estudados, em campo. As críticas iniciais vão, porém, no sentido de que Park se limita em seu trabalho de campo a imitar o feito no jornalismo. Relata ainda o autor, porém, que os alunos de Park em suas monografias quando utilizavam da Observação o faziam minimamente ou de forma equivocada, restringindo-se a visitas in loco e ouvir conversas, com anotações de campo feitas após o fato, de modo que a reprodução literal não fosse garantida.<sup>63</sup> (CHAPOULIE, 2000a).

Foi na mesma Universidade de Chicago, que nos anos quarenta do século XX, que se constitui o primeiro “corpus de justificativas” para a utilização do trabalho de campo com uma parte substancial da observação analítica foi formado. É da mesma década, contudo, que se impõe como modelo de referência em termos de abordagem a pesquisa que leva à exploração estatística – que se torna quase universalmente reconhecida como “mais científica” quando em comparação com o trabalho de campo. De modo que ao serem realizadas pesquisas por amostragem (a abordagem popular) o uso do trabalho de campo tende a ser restrito à fase preparatória de tais pesquisas.

Nos anos 1960, numa evolução, já era observado significativo apoio e desenvolvimento de pesquisas de campo nos Estados Unidos, com destaque para pesquisas baseadas em “observação sistemática e na construção explícita de categorias de observação”. Ao que Chapoulie (2000b) aponta haver uma conexão entres o difundido na época entre várias universidades americanas e o que se ensinava a partir dos anos 1940, nas batutas de Eve Rett C. Hughes, depois de Robert E. Park e Ernest W. Burgess. Enquanto isso na França, até o início dos anos 1980, não se divulgava tais configurações da mencionada abordagem, pelas razões já

---

<sup>62</sup> “Essas categorias podem incluir distinções ausentes da linguagem, da percepção ou simplesmente da atenção comum” (CHAPOULIE, 2000a, p. )

<sup>63</sup> O autor cita, entretanto, como um bom exemplo do uso da observação difusa a monografia *The Taxi-Dance Hall*, do aluno de Park, Paul G. Cressey. O autor destaca que nessa pesquisa, o aluno descreve, de forma ricamente detalhada, de modo comparável a uma descrição literária, uma noite típica em um salão de dança, não se tratando simplesmente de uma noite descrita em notas de campo (ibid).

apontadas anteriormente, acrescentando-se o obstáculo referente ao fato de na tradição francesa ser conferido especial destaque à “teoria” no ensino da sociologia, não viabilizando um amplo reconhecimento de estudos baseados nessa abordagem. (CHAPOULIE, 2000b).

As críticas que são feitas ao trabalho de campo, segundo o mesmo autor, podem ser resumidas do seguinte modo: (1) objetividade dos resultados, o que está relacionado à possibilidade de influência do pesquisador sobre os dados que ele coleta, considerando suas idiossincrasias e singularidades pessoais e circunstanciais; (2) a possibilidade de possível influência direta e de difícil controle da própria presença do observador em campo; (3) a dificuldade na generalização dos resultados a partir dos dados obtidos em campo (decorrência direta das duas críticas anteriores); (4) inviabilidade do controle sobre as observações feitas: unidades a observar geralmente definidas com imprecisão, impossibilitando dar sentido à noção de amostra representativa e promover inferências estatísticas e para finalizar, uma outra crítica é a baixa probabilidade, para os críticos, das evidências coletadas em trabalhos de campo gerarem evidências sólidas corroborando às propostas, com base na estrutura lógica da abordagem experimental.

Mesmo entre os favoráveis à pesquisa de campo, grande parte dos pesquisadores sinalizam concordância sobre dois critérios que se prestam a sua avaliação: (i) destacar e disponibilizar para o leitor, as bases sobre as quais se deram os resultados obtidos e (ii) expor claramente modelos ou elementos de análise e as categorias observadas analíticos. Ou nas palavras do autor - “a explicação para os leitores das condições da pesquisa como fonte de apreciação da plausibilidade de seus resultados; a importância dada à explicitação das categorias de observação e análise” (CHAPOULIE, 2000a).<sup>64</sup>

Ante tais críticas ao trabalho de campo e aos critérios que devem ser adotados para conferir validade a este, a escrita do texto a ele relacionado tem um papel de grande relevância, devendo se recobrir de cautela ao buscar se adequar a tais peculiaridades ou, talvez possamos dizer, vulnerabilidades decorrentes da abordagem adotada. O processo de escrita ainda que pleno de desafios e terreno de inseguranças para pesquisadores em qualquer fase de carreira, uma vez bem conduzido, pode se tornar um grande aliado do pesquisador, não devendo prevalecer,

---

<sup>64</sup> Tradução nossa.

por exemplo, a ideia dela ser sempre programada como a etapa final a ser cumprida numa pesquisa acadêmica (BECKER, 2015).

Os iniciantes na escrita carregam a ideia equivocada de que os grandes autores e veteranos não compartilham com eles certos problemas no processo de escrita de textos acadêmicos, sentindo-se muito aquém de seus pares mais experientes. Entretanto, conforme afirma Becker (2015), trata-se de mera imaginação dos que iniciam crer que os autores mais experientes também não padecem de algumas questões similares aos autores de outras fases, tais como insegurança, repetidas reformulações do texto. O autor inicia a demonstração dos vícios e erros cometidos por muitos pesquisadores, a partir da intenção de soar mais “científico” ou “profundo” ao leitor, o erro básico de recorrer a artificialismos, como uso de palavras e expressões pomposas e reiterada prolixidade, de modo que o erro não está no que se diz, mas como se diz.

Relacionado a relativa insegurança presente em boa parte dos pesquisadores que por sua vez, é refletida em sintomas de incidência frequente nos textos produzidos há algumas questões, como a dos sociólogos muitas vezes optar por locuções que permitem não dar respostas com clareza às questões que lhes são feitas. Becker explica tal questão alegando que as teorias disponíveis a esses pesquisadores não estão aptas a responder satisfatoriamente às questões colocadas, as teorias não dizem quem são os agentes das ações. Ou no dizer do autor sobre as diversas teorias sociológicas: “as coisas simplesmente acontecem sem serem feitas por ninguém. É difícil encontrar um sujeito para uma frase quando estão operando ‘forças sociais mais amplas’ ou ‘processos sociais inexoráveis’”, Desse fenômeno, decorre dois defeitos considerados típicos pelo autor – o costume do uso da voz passiva e de substantivos abstratos (BECKER, 2015, p.18).

Ainda de forma incisiva, outro defeito dos textos dos sociólogos segundo o mesmo autor seria a falta de vontade, ou mesmo incapacidade de traçar afirmativas causais, optando por descrever covariâncias de forma vazia, que apenas insinuam o que se quer dizer, exemplifica o autor com o exemplo, referindo-se aos sociólogos, a saber: como receamos dizer que A causa B, dizemos: “Há uma tendência de covariarem” ou “Parecem estar associados”.<sup>65</sup>

Godoy (1995) tratando do tratamento de dados na pesquisa qualitativa, aponta que nessa modalidade de pesquisa, o pesquisador tem como ponto de partida

---

<sup>65</sup> Ibid.

questões de interesse amplos ou vagos e que no decorrer da pesquisa vão se tornando mais específicos ganhando foco, não partindo, assim, de questões que se estabelecem anteriormente ao campo, de modo que o campo inspira abstrações a partir dos dados que são encontrados (“processo de baixo para cima”), onde o quadro teórico é construído paulatinamente com a coleta e exame dos dados. Nesse contexto, a escrita poderá ser usado não como a etapa final após as conclusões de campo, como costumeiramente se idealiza, mas sim como um instrumento de organização das ideias e meio de melhor visualizar as demandas teóricas do que vem sendo coletado e intuído.

Pode se afirmar que é historicamente evidente que sempre houve um esforço, que talvez ainda persista, de se fazer ou manter as ciências humanas ocupar o posto de ciência de fato e direito. Ainda que se saiba que mesmo as ciências naturais e exatas e seus métodos ainda têm tanto por alcançar e tantos erros cometerem, ainda vigora a ideia de uma hierarquia no campo científico, o que vem a ser refletido na subestima aos métodos e práticas adotados no levantamento de dados, elaboração e verificação de hipóteses, incluindo tratamento de dados e escrita.

Os métodos estatísticos, sem querer tirar nenhum crédito dos mesmos, vem a se tornar nesse processo e cultura, uma espécie de recurso garantidor da credibilidade e validade dos resultados e inferências da pesquisa sociológica ou das ciências humanas em geral.

Quando em comparação com as ciências naturais ou exatas, o que se conclui é que a linguagem nas ciências humanas vem a ter um papel preponderante e fundamental na sua produção. O zelo, clareza e rigor técnico no tratamento da linguagem na elaboração da teoria, pode vir a representar maior precisão e segurança refletidas nas pesquisas de campo e seus resultados. A pesquisa de campo, a seu turno, deve se avolumar em respaldo e qualidade quando for comum e padrão se expor exaustivamente as bases nas quais se constrói qualquer inferência e resultado, viabilizando ao leitor acessar suas próprias conclusões, permitindo-se embasar discussões, concordâncias e discordâncias, sendo o domínio da boa linguagem devidamente instrumentalizada fator de alta relevância.

Ante o exposto, entendemos que a abordagem metodológica proposta na presente pesquisa, mostrou-se condizente com os objetivos e as perguntas a serem respondidas. O trabalho possui um modelo analítico bem definido e experimentado, estando, assim, em plena sintonia com o método escolhido e fins pretendidos.

## **2. Fundamentação Teórica: Teorias Pós-Industriais, transnacionalismo, capitais e disposições e desigualdade implicados no empreendedorismo imigrado no Brasil do século XXI**

Este capítulo é dedicado à abordagem da fundamentação teórica considerada pertinente ante os objetivos propostos a serem alcançados e as questões suscitadas que compõem a problemática da pesquisa na qual se alicerça o presente trabalho. Considerou-se trazer à discussão, além daquelas mais tradicionais, as mais recentes

teorias aplicáveis aos estudos migratórios. Inicialmente, busca-se apresentar um apanhado geral das teorias mobilizadas em uma seleção de estudos; posteriormente, propõe-se um debate com ênfase nas abordagens teóricas e literatura especificamente aplicáveis à subcategoria do imigrante empreendedor no contexto dos movimentos migratórios internacionais (ou transnacionais) das décadas iniciais do século XXI, com ênfase para as terpoias dos capitais e aquelas de cunho integralista.

## **2.1 Teorias Pós-Industriais e as migrações no final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI.**

Inicialmente, consideramos como adequadas às pretensões da pesquisa, a mobilização das teorias pós-industriais, uma vez que, macrossociologicamente, tais teorias amparam a questão das reorientações dos deslocamentos migratórios a nível global a partir do último quarto do século XX, o que, ao menos em parte, elucida questões pertinentes ao imigrante internacional europeu que, fugindo ao mais usual em termos históricos (que seria ter como destino a região sudeste e a região sul do Brasil), sucede de se fixarem e empreenderem no norte e nordeste do Brasil (regiões menos desenvolvidas socioeconomicamente), mas que certamente detêm um apelo particular que se fizeram e fazem como locais de destino de imigrantes estrangeiros, peculiaridades que buscamos identificar e elucidar na pesquisa realizada.

As chamadas Teorias Pós-industriais detêm como um de seus atributos, o de explicar as novas disposições nas rotas migratórias no globo a partir do último quarto do século XX, como decorrência das mudanças geopolíticas, como aquelas trazidas pelo globalismo e as que se deram a partir das reconfigurações do capitalismo. A criação e concepção da nomenclatura “Pós-industrial” são atribuídas a Daniel Bell (1919 – 2011), que afirma a ter mencionado pela primeira vez em um seminário de 1959, cujas correspondentes atas foram publicadas no ano de 1962 sob o título: “*Notes on the Post – Industrial Society*”, publicado no periódico “*The Public Interest*”, no ano de 1967. Este teria sido o pioneiro trabalho com maior repercussão em que se lê a expressão “pós-industrial.”<sup>66</sup>

A explicação para o interesse despertado nas chamadas teorias pós-industriais, estaria no alto apelo e poder explicativo dessas sobre questões que permeavam a sociedade na transição do século XX para XXI. Ainda que sobre elas não haja maior consenso (“sendo a parcialidade comum nas teorias em geral”), pode ser ressaltada, a notória “fecundidade” a elas atribuível, desde quando emergiram na teoria

---

<sup>66</sup> DE MASI, 2003, p. 58

sociológica no último quarto do século XX, não devendo, portanto, serem de modo algum subestimadas (KUMAR, 1997).<sup>67</sup>

Com o advento da mundialização, as teorias pós-industriais acabaram sendo submetidas a certas ressignificações - quando a vida política, econômica e cultural passou a ser mais nitidamente influenciada por fatos que ocorrem no nível global. A renovada importância do local e a tendência para estimular culturas subnacionais e regionais, foram alguns dos efeitos reportados a partir de tal fenômeno.<sup>68</sup> Porém, aponta Kumar que há de haver cautela nessa ênfase da importância atribuída ao local na medida em que a descentralização na realidade pós-industrial não pode ser tão objetivamente entendida como uma manifestação de autonomia local, ou seja, como necessariamente algo favorável ou positivo.<sup>69</sup>

Acerca de tal questão, aponta Harvey (1989) que “a acumulação flexível explora tipicamente uma larga faixa de circunstâncias geográficas aparentemente contingentes e as reconstitui como elementos internos estruturados de sua própria lógica abrangente”<sup>70</sup>. Defende ainda Harvey (1989), implicando as questões migratórias e o pós-industrialismo, que a relação entre desenvolvimento capitalista e Estado deve ser vista mais como “mutualmente determinadora” do que como uma relação unidirecional. A estabilidade do poder estatal seria, enfim, tão estável quanto seja a economia política da modernidade capitalista.<sup>71</sup>

A respeito do advento da globalização sobre as relações socioeconômicas, a sua peculiaridade está no fato dessa ocorrer de modo parcial e ser inacabada, gerando diversos impactos às migrações. Ou nos termos do pensamento de Martine (2005):

O dinamismo e a força principal da globalização residem na integração econômica, forjada, imposta e gerenciada pelas regras do liberalismo. Essas regras, porém, são seguidas seletivamente pelos próprios países que as promovem. O resultado é que a globalização apresenta dificuldades e morosidades no cumprimento de suas promessas. Muitos países crescem pouco ou nada e, enquanto isso, as disparidades entre ricos e pobres aumentam. Tais desigualdades contribuem para aumentar o desejo, e até mesmo a necessidade, de migrar para outros países. Entretanto, (...) enquanto o capital financeiro e o comércio fluem livremente, a mão-de-obra se move a conta-gotas.<sup>72</sup>

<sup>67</sup>Cf. KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

<sup>68</sup> Ibid., pp. 132 -133

<sup>69</sup> Ibid.

<sup>70</sup> HARVEY, 1989, p.294, apud, KUMAR, op.cit., p. 197

<sup>71</sup> Harvey, op cit., p. 109.

<sup>72</sup> Martine, 2005, p. 3.

Em paridade com tal compreensão e com a nossa expectativa sobre a pesquisa a ser desenvolvida, Castles (2008), discorrendo sobre as dificuldades da constituição de uma teoria dos estudos da migração internacional, partindo da percepção dominante de que “migração é um problema”, acredita que significativos avanços seriam conquistados com a reinserção<sup>73</sup> (*re-embedding*) da pesquisa sobre migrações em uma perspectiva mais geral de sociedade contemporânea, relacionando-a a teorias mais abrangentes sobre mudança social, utilizando-se das diversas ciências sociais, ou seja, defendendo pesquisas que se utilizem da interdisciplinaridade dada a transversalidade do tema. Usando como ilustração para seus argumentos as alterações nas dinâmicas das forças de trabalho em países altamente desenvolvidos - ideias, vale destacar, atinentes as teorias pós-industriais - defende o autor que a “transformação social” deve ser considerada como categoria central em um quadro conceitual para estudos de migração, visando facilitar a compreensão da complexidade, interconexão, variabilidade, contextualização e mediações multi-nível dos processos migratórios no contexto de mudanças globais rápidas.<sup>74</sup>

Kumar (1997) elenca três como as teorias “pós - industriais” de maior relevância, a saber, a Teoria da Sociedade de Informação, o Pós-fordismo e o Pós-modernismo. Destaca ainda o autor, as ressignificações que devem ser consideradas na utilização de tais expressões no contexto da “globalização”, que atingiria todas as sociedades modernas (“e pós-modernas.”).<sup>75</sup>

Pode ser vislumbrado nas sociedades contemporâneas um novo ou reforçado grau de mudanças na organização do trabalho, fragmentação, pluralismo, individualismo e impactantes avanços na tecnologia, todos fatores destacados pelos teóricos pós – fordistas. Os mencionados sintomas ou mudanças podem ainda ser uma decorrência do declínio da nação – estado e das culturas nacionais dominantes. A vida política, econômica e cultural é agora muito influenciada por fatos que ocorrem no nível global. Esse fenômeno teve, inesperadamente, como um de seus efeitos, além da referida renovação da importância do local, uma tendência para estimular culturas subnacionais e regionais (KUMAR, 1997, p. 132-133).

Os termos nos quais se alicerçam as teorias pós-industriais, aponta Kumar, nos conduziram a avaliar o mundo em abordagens holísticas – em sua integralidade -

---

<sup>73</sup> Tradução nossa.

<sup>74</sup> Cf. CASTLES, Stephen. Understanding global migration: A social transformation perspective. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 36, n. 10, p. 1565-1586, 2010 (Tradução nossa).

<sup>75</sup> Ibid.

encarando as mudanças que se operam sobre o indivíduo e a sociedade em seus aspectos mais profundos, convidando-nos a, também de modo profundo, encarar o desafio de promover investigações, elaborar argumentos e exercitar amplamente a imaginação sociológica. Em consonância com tal compreensão, no presente trabalho, a partir dos casos selecionados para estudo, procuramos promover, o mais livre e abrangentemente possível, análises que integrem a realidade de tais empreendedores imigrados nas localidades que se instalaram, com variáveis e condicionantes micro e macrosociológicas.

As diversas teorias pós-industriais compartilham muitos pontos entre elas, podendo-se destacar dentre esses, o reconhecimento da contribuição dos avanços da Tecnologia de Informação (TI), sendo a alusão a esta mais proeminente na teoria da Sociedade de Informação, mas também se faz de fundamental importância em análises sobre as duas outras teorias citadas; o advento da “globalização” seria um outro ponto de convergência que as atinge, demandando ressignificações aos postulados das três teorias; seriam, ainda, pontos coincidentes, a ideia de “descentralização” e “diversificação”. Em outra perspectiva, o que diferencia essas teorias seria mais os “parâmetros de análise” sobre o mundo atual do que o seu tipo particular de desenvolvimento.<sup>76</sup>

Aquelas sociedades consideradas como pós-industriais, dentre as forças econômicas de produção, a grande protagonista vem a ser o conhecimento,<sup>77</sup> num contexto em que a força dos estados nacionais apresenta-se enfraquecida. Todavia, quando se usa o termo conhecimento, este não necessariamente mostra-se vinculado ao conhecimento formal, tradicional ou institucionalmente legitimado (ANDERSSON, 1999, p. 32). Ao invocar a teoria, surge o questionamento que também se vincula ao modelo analítico adotado nesta pesquisa: na perspectiva das “forças econômicas de produção”, qual seria o tipo e nível de conhecimento - formalmente adquirido ou não -, que caracterizam os perfis e as atividades dos sujeitos que compõem os atores de origem italiana estudados? (a mesma pergunta poderia ser formulada com a inclusão do conceito de “capitais” – no caso, mais especificamente, o capital humano e cultural).

A partir da compreensão de tais teorias, um dos possíveis vieses de abordagem ou “parâmetros de análise”, dos movimentos de empreendedores estudados neste

---

<sup>76</sup> Cf. Kumar, op. cit., p. 49.

<sup>77</sup> ANDERSSON, 1999; DE MASI, op.cit.

trabalho é o fato de poderem ser eles considerados fenômenos de descentralização produtiva transnacional (ou de “acumulação flexível”, na gramática pós-fordista), com implicações migratórias? comporia tal eixo transnacional, o norte e nordeste do Brasil, localidades que em termos históricos, apenas mais recentemente, se colocam como destino de imigração italiana de qualquer tipo, o que nos faz cogitar tratarem-se de ocorrências condicionadas eminentemente a implicações estruturais e relacionais no escopo explicativo das teorias pós-industriais.

Podemos ainda destacar como características das mencionadas teorias pós-industriais, os processos de descentralização, a inovação de processos e diversificação; o foco no conhecimento, como importante força econômica de produção, supressão do espaço e tempo, desterritorialização e a valorização do “local”, atributos que reforçam ainda mais, a ideia de considerarmos, sobretudo, em seus aspectos macrossociológicos, as teorias pós-industriais como adequadas para a exploração e, em certos aspectos, a explicação dos fenômenos estudados no presente trabalho.

A partir de um contexto marcado por decisivas mudanças na chamada sociedade moderna emergiram as teorias relacionadas à sociedade pós-industrial. Ante os claros sinais de crise do fordismo em meados dos anos 1960, período em que a Europa Ocidental e Japão já haviam se recuperado plenamente dos prejuízos da Segunda Grande Guerra, verificou-se a saturação do mercado interno e a necessidade de criação de novos mercados para exportação da produção excedente, necessidade suprida em parte pelo mercado dos Estados Unidos que se encontrava em guerra contra o Vietnã e contra a precarização do padrão de vida da sua sociedade (HARVEY, 1990).

Ainda como componentes de ordem político-econômica que marcavam o contexto de declínio do fordismo destacados por Harvey (1990), tem-se a queda de produtividade e lucratividade das grandes corporações após 1966<sup>78</sup>; a proliferação de políticas de substituição das importações nos países do “Terceiro Mundo”, particularmente, dos governos de países latino-americanos; o que ocorreu em compasso com a primeira grande leva de multinacionais que passaram a fabricar *offshore*, principalmente, no sudeste asiático. Deflagram-se, assim, movimentos de

---

<sup>78</sup>A crise das grandes corporações gera como consequência desequilíbrio fiscal nos Estados Unidos, seguido de aceleração na inflação e desvalorização do dólar americano como moeda de reserva internacional. O enfraquecimento do poderio norte americano de regulador do sistema financeiro internacional foi sinalizado a partir da implementação do mercado do “Eurodólar” e a crise do crédito de 1966-1977 (Ibid., p. 141)

“industrialização fordista competitiva” em lugares nunca antes explorados, onde se praticava fortemente a flexibilidade ou mesmo a total ausência de regulação das relações trabalhistas. Europa ocidental, Japão, juntamente com países em vias de industrialização, desafiavam a hegemonia estadunidense no fordismo, contexto que prenuncia a quebra do acordo de Bretton Woods.<sup>79 80</sup>

Destaca Tenório (2011), em perspectiva diversa sobre a crise do fordismo, a oposição que emerge face ao fordismo nos anos 1950 - 60, enquanto paradigma “técnico-organizacional ou técnico-econômico” em países como “Japão, Itália, França e EUA”, através de reações que tem origem em setores sociais diversos – governo, trabalhadores, especialistas em gestão organizacional, empresários.

Foram observadas ainda, reações de ordem político-cultural ao fordismo organizadas pelo movimento estudantil; a seu turno, operários, tornam-se contra a monotonia das rotinas de trabalho em linhas de montagem, tidas como causadoras do “absenteísmo” e alta taxa de *turn over* (respectivamente, ausência ao trabalho e baixa retenção de empregados), com consequente queda na produção e na qualidade; o empresariado, por sua vez, reage à diminuição nos lucros, a partir da queda na produtividade, aumento nos custos por unidade de produto, devido à internacionalização da produção; pesquisadores voltados para o estudo dos sistemas organizacionais, entre outras sugestões, demonstraram a necessidade das organizações, “para própria sobrevivência”, passarem a interagir com o ambiente etc.

Nessa toada, passam a ser estimuladas e propaladas inovações em gestão da produção, postas como necessidades tecnológicas determinantes da substituição do “paradigma gerencial fordista”, justificando tal substituição, em adesão ao pensamento de Schumpeter, alegada necessidade de se promover a “destruição criativa”.<sup>81</sup>

A alegação de “rigidez” passou a ser a mais usada para traduzir as razões da problemática em torno da crescente incapacidade do fordismo e Keynesianismo na

---

<sup>79</sup> Cf. HARVEY, op. cit.

<sup>80</sup> Acordo firmado em reunião entre *quarenta e quatro países, inclusive o Brasil*, na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, durante a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. *O planeta vivenciava os efeitos da “crise de 1929”, e seguida da Segunda Guerra Mundial*. O objetivo urgente era o de “reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional (IPEA, 2009) Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23). Acesso em 11 de agosto de 2020.

<sup>81</sup> É proposto como auxílio para a compreensão da crise do fordismo, a atenção ao resumo de “quatro descrições analíticas do fenômeno” (...) a elaborada por Alain Lipietz com Daniele Leborgne, a de Paulo Fleury com Rebecca Arkader, a de Cláudio Salvatore e enfim a de Dedecca e Ruy Braga. Cf. TENÓRIO, op.cit.

contenção das inerentes contradições do capitalismo no período de 1965 a 1973.<sup>82</sup> Segundo Scott Lash e John Urry, citados por Kumar (1997), a crise do fordismo e sua produção em massa teria sido fundamental na determinação do fim do chamado “capitalismo organizado”, sendo o termo atribuído à fase do capitalismo que se seguiu ao capitalismo liberal, período em que eram observados aspectos coincidentes com a sociedade industrial, tais como: estrutura da nação-estado concentradora, centralizadora e detentora do controle de empreendimentos econômicos; padrão corporativo nas relações industriais; concentração espacial e geográfica de pessoas e produção em cidades industriais; produção em massa de acordo com os princípios fordistas e tayloristas; além do modernismo cultural. No período entre 1870 e a Segunda Guerra Mundial, a maioria das sociedades ocidentais atingiu o capitalismo em nível “organizado”<sup>83</sup>.

Sob a designação de “capitalismo desorganizado”, este, contrariamente, viria a inverter muito dos aspectos fundamentais do “organizado”, como por meio da “descartelização e desconcentração do capital”, a partir do desenvolvimento de um mercado mundial. O processo que tem início na década de 1960 implica na substituição progressiva da produção em massa pela especialização flexível e em formas flexíveis de organização do trabalho. Ocorre o declínio da política de classe e do sistema nacional corporativista das relações industriais, a partir da contração e fragmentação da classe trabalhadora industrial de massa.<sup>84</sup>

Paralelamente, são efeitos dessa modalidade de capitalismo, o pluralismo e a fragmentação; a classe de serviços passa a ser fonte de valores e movimentos sociais novos, que paulatinamente desorganizam o sistema capitalista; a desconcentração espacial acompanhando a industrial, quando trabalhadores deixam regiões tradicionalmente industriais e se dispersam para demais regiões, incluindo os países ditos de “terceiro mundo” – “desindustrialização”,<sup>85</sup> realidade na qual acreditamos se

---

<sup>82</sup>Harvey (1990) argumenta que a problemática da “rigidez” se manifestava nos “investimentos de capital fixo de longo prazo e grande escala em sistemas de produção em massa, que gerava obstáculos a mais flexibilidade de design e crescimento estável presumido em mercados de consumo invariantes. Houve problemas de rigidez nos mercados de trabalho, alocação de trabalho e, em contratos de trabalho (especialmente no chamado setor de “monopólio”). E qualquer tentativa de superar essa rigidez era submetida a força aparentemente inamovível do poder da classe trabalhadora profundamente enraizada - daí a onda de greves e interrupções de trabalho do período 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado também se agravou quando os programas de direitos (segurança social, direitos à pensão, etc.) cresceram sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez da produção restringia qualquer expansão da base fiscal para as despesas do Estado”. HARVEY, op. cit, p. 142 (tradução nossa).

<sup>83</sup>KUMAR, op.cit.

<sup>84</sup>Lash e Urry, 1987 apud KUMAR, 1997, op.cit.

<sup>85</sup> Idem.

enquadra o objeto do presente trabalho. Ainda sobre a acumulação flexível e sua relação com as migrações internacionais, aponta Barros Gonçalves (2012):

As migrações internacionais não são uma invenção do século XX ou da modernidade, mas fazem parte da história da humanidade. Contudo têm aumentado em volume e significância, desde 1945, e mais particularmente, desde meados dos anos 80. Simmons (1987) sustenta que os padrões de migração contemporâneos reflectem duas importantes dimensões: instabilidade e nova estrutura de oportunidades económicas que emergem com a acumulação flexível. Neste contexto, as migrações internacionais são actualmente temporárias, circulares, globais e reguladas, obrigando os actores internacionais a criar novas grelhas de leitura (BARROS GONÇALVES, 2012, p. 165)

Entende-se que as mudanças do sistema capitalista em esfera global devem também serem levados em consideração ao analisar fenômenos migratórios ocorridos nas últimas décadas. Contudo, em perspectiva que relativiza o relevo dado as mais recentes mudanças do capitalismo, Faria (1999) procura ressaltar em sua crítica, as leituras equivocadas que são feitas de fenômenos socioeconômicos atuais. Argumenta que desde o seu surgimento no final da Idade Média, as mudanças na forma de se relacionar com o tempo e espaço são constantes e sempre se direcionaram no sentido do encurtamento de espaços e aceleração progressiva do tempo. Aponta que no final do século XX, o mundo experimentou um período similar ao ocorrido na passagem de final de século XIX e início do século XX, em que regimes se esgotam em meio a crises, dando vazão a um “novo ciclo expansivo”, a que chama ciclo norte-americano ou da “acumulação intensiva”.

Seja ou não considerado um fenômeno cíclico, Amin (1994), também um adepto da Teoria da Regulação, assim como Faria, considera importante para a explicação da coerência sistêmica das fases do capitalismo, a compreensão do que considera conceitos-chave relacionados à “Escola da Regulação.” (AMIN, 2011)<sup>86</sup> Para este autor, seriam dois desses conceitos que identificam o cerne dos mecanismos em questão, os conceitos de “regime de acumulação” e “modo de regulação”.

Ao traçar uma definição para “regime de acumulação” e “modo de regulação”, nos termos da escola francesa da Teoria da Regulação, Paulani (2009), elucida o princípio de que o processo de acumulação capitalista assume configuração peculiar em cada momento histórico determinado, situação em que o conceito marxista de modo de produção é desdobrado em duas categorias:

---

<sup>86</sup>Michel Aglietta, com a sua obra, *Régulation et crises du capitalisme* (1976) é reconhecido como fundador desta corrente. In: ARIENTI, Wagner Leal. Teorias da regulação capitalista, objeto e método: além do economicismo, estruturalismo e funcionalismo. **Textos de Economia**, v. 9, n. 1, p. 38-60, 2006.

O regime de acumulação (RA) , constituído pelo conjunto das regularidades econômicas e sociais que, em cada momento histórico, são capazes de garantir a acumulação no longo prazo e o modo de regulação (MR), que vem a ser o conjunto dos procedimentos e comportamentos individuais ou coletivos capazes de reproduzir as relações fundamentais ao processo de acumulação, sustentar e pilotar o regime de acumulação em vigor e garantir a compatibilidade de um conjunto de decisões descentralizadas” (PAULANI, 2009, p. 25).

O conceito de regime de acumulação tem o condão de caracterizar as fases que são de relativa estabilidade para acumulação nas economias capitalistas. Entretanto, esta será uma ajustada combinação da estrutura econômica com as demais estruturas, incluindo a regulação dos conflitos e distorções de forma a não desestabilizar ou paralisar a acumulação que gerarão, a seu turno, garantias para uma relativa estabilidade na definição de um regime de acumulação. Essa compreensão vem implicar que a necessidade de associar livre troca de mercadorias, livre concorrência entre os produtores e livre flutuação de preços não são suficientes para sustentar um regime de acumulação (ARIENTI, 2006).

Sobre tal composição harmônica entre estruturas com a finalidade de garantir a eficácia do regime de acumulação, complementa Harvey (1990): “o problema, no entanto, é trazer os comportamentos de todos os tipos de indivíduos - capitalistas, trabalhadores, funcionários do Estado, investidores e todos os outros agentes políticos e econômicos - em algum tipo de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando” (HARVEY, 1990, p.121).

Em uníssono com tal compreensão, David Harvey, chamado por Arienti (2006) de “regulacionista da pós-modernidade”, defende a hipótese de que as mudanças ocorridas a partir da crise de 1973 (“a maior crise do pós-guerra”) até então, são uma transição no “regime de acumulação”, associadas ao “modo de regulação política e social”. Ainda que nem todas as análises que se dão sobre o pós-fordismo adotem a Teoria da Regulação, os regulacionistas conseguiram estabelecer um novo referencial analítico.

Não compõe o intuito deste trabalho o aprofundamento no modelo analítico proposto pela Escola ou Teoria da Regulação, sendo aqui inserido mais como ilustração de uma das discussões que ocorre em torno dos aspectos socioeconômicos das sociedades pós-industriais. Infere-se, assim, que a estabilidade de um regime de acumulação está condicionada à sinergia de diversos atores e entes sociais, que devem cooperar entre si de modo a garantir a manutenção deste regime ou, em outros termos, seria a articulação coordenada dos interesses pertinentes a um regime, nas ações originadas dos diversos setores sociais, tais como: legislação, políticas

públicas, posicionamento de investidores, atores e adequação de processos do mercado, trabalhadores. Em síntese, a estabilidade seria a decorrência de um “modo de regulação” favorável.

Num exercício de aplicação de tal entendimento ao contexto do nosso objeto de pesquisa, podemos crer ser o desempenho de imigrantes empreendedores italianos no norte e nordeste do Brasil neste começo de século XXI, em parte decorrente ou condicionado ao quadro político-institucional vigente no período. O que em certa medida, propiciou as condições adequadas para a atração e manutenção desses empreendedores em seus negócios nas localidades de destino. Implicados em tal peculiar realidade regulatória, podem se encontrar os fatores a seguir: como fator mais remoto aos fenômenos de migração considerados, (i) prévia configuração favorável da política de abertura comercial brasileira materializada na normatização relativa ao imigrante e seu setor de negócios; (ii) (eventualmente) políticas estaduais e municipais – políticas de atração e fomentadoras de investimentos externos, (iii) aspectos da legislação trabalhista, (iv) ambiente institucional que favorece negócios específicos etc. Os fatores atinentes a esta temática, efetivamente verificados em nosso estudo de casos, será tratado mais detidamente adiante, em capítulo referente a apresentação e análise de dados.

O modelo analítico do *mixed embeddedness* adotado no presente trabalho, traz como um de seus pilares analíticos, o quadro político institucional da região em que se instalam o imigrante, como influenciador do processo de sua integração socioeconômica. Essas peculiaridades de natureza *macro* prevalecentes no referido período estudado, associado a variáveis ou fatores microssociológicos teriam feito, assim, desencadear dinâmicas, ao que acreditamos que, significativa parte delas, possam ser identificadas e analisadas a partir do *frame* analítico do mencionado modelo adotado.

Salienta-se, que nesta reflexão acerca do modo de regulação, estamos, momentaneamente, excluindo os fatores relacionados à conjuntura do país de origem do migrante (fatores de expulsão) e outros, já anteriormente citados, de ordem geopolítica (como mudanças específicas do capitalismo) e demais de ordem estrutural que certamente influenciam em alguma medida no processo de *descentralização produtiva* aqui tratado. Faz-se deste modo, por estarmos neste ponto da escrita a expor e discutir especificamente os conceitos e decorrências do regime de

acumulação e modo de regulação, geralmente peculiares às análises que utilizem a teoria pós-fordista.

Podemos resumir que são implicados em tais processos de integração transnacional de iniciativas visando acumulação de capital que incluem, no caso deste trabalho, processos migratórios de empreendedores, variáveis de ordem socioeconômica e política, cujas análises podem ser contempladas por meio do modelo do *mixed embeddedness*, mostrando-se ser o pilar analítico, a saber, “quadro político-institucional” relacionável com o conceito pós-fordista de “modo de regulação”, enquanto a ideia de “estrutura de oportunidades” (outro pilar analítico do modelo adotado) em um dado mercado, pode ser vista como variável crucial viabilizadora de uma iniciativa migratória visando a acumulação flexível.

## **2.2 Imigrações e o que é ser imigrante para a Sociologia?**

A mobilidade humana entre regiões geográficas, divisas ou fronteiras vem sendo uma constante na história da vida humana na terra. Nesse passo, encontram-se no mundo de hoje, poucas sociedades que não sejam o resultado da integração de grupos e culturas diversos no decorrer dos tempos, o que é ainda mais evidente quando se considera os processos vivenciados em certos territórios do planeta, como o caso das américas (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996).

Distintas tradições disciplinares compartilham de abordagens sobre tal campo - história, demografia, antropologia, economia, ciência política, sociologia... – cada uma delas com sua contribuição particular seja quanto a aspectos teóricos ou empíricos, desdobram-se, conceitos, categorizações e abordagens, em torno da mobilidade humana ou em categorização mais restrita, das migrações, o que favorece uma visão transversal e interdisciplinar sobre o tema (Peixoto, 2004; Lussi, 2015). Jansen (1969, p. 60) em citação de Peixoto (2004) justifica ser a migração também um tema da sociologia, “uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante”

A crescente importância atribuída aos debates em torno da temática das migrações internacionais observada na atualidade, decorre concomitantemente da expansão global dos fluxos migratórios e das peculiaridades relacionadas à gestão das políticas voltadas à questão (TRUZZI e MONSMA, 2018).

(...) fluxos migratórios e de refugiados reposicionam geograficamente indivíduos portadores de elementos de história e cultura singulares através de sociedades diversas, que acabam elas próprias se resignificando em um processo complexo de interação social.

Migrantes muitas vezes não são bem-vindos e causam ansiedade ao serem encarados como ameaças econômicas, políticas e culturais; outras vezes, são simplesmente invisibilizados, e outras ainda, encarados como necessários ou até mesmo convenientes (TRUZZI e MONSMA, 2018, p. 20).

A propósito, dentro da legislação vigente brasileira, a Lei Federal 13.445 de 24 de maio de 2017, em seu art. 1º, § 1º, inciso I, considera como imigrante a *pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil* (BRASIL, 2017), contudo, a previsão legal ainda que se preste enquanto uma referência formal e, podemos dizer, elementar, na perspectiva normativa brasileira, não vem a encerrar as possíveis dimensões em torno do ser migrante quando se passa a considerar as concepções adotadas pelas mencionadas disciplinas tradicionais.

A Organização Internacional para Migração (OIM)<sup>87</sup> em seu sítio na internet, define migração da seguinte forma:

Um termo abrangente, não definido pelo direito internacional, refletindo o entendimento comum leigo de uma pessoa que se muda de seu local de residência habitual, seja dentro de um país ou através de uma fronteira internacional, temporária ou permanentemente, e por uma variedade de razões. O termo inclui várias categorias jurídicas bem definidas de pessoas, como trabalhadores migrantes; pessoas cujos tipos específicos de movimentos são legalmente definidos, como migrantes contrabandeados; bem como aqueles cujo status ou meio de movimento não são especificamente definidos pelo direito internacional, como estudantes internacionais (OIM, 2021)<sup>88</sup>.

A OIM destaca ainda que não existe, internacionalmente, uma definição universalmente aceita para “migrante”. A definição anteriormente citada, foi desenvolvida pela OIM, portanto, para os seus próprios fins, sem a pretensão de criar ou de vincular-se a qualquer nova categoria legal<sup>89</sup>. Em publicação anterior, do ano de 2009 na qual propõe um “Glossário sobre Migração” aplicável ao designado *Direito Internacional da Migração*, na definição de *migrante*, propõe uma compreensão e aplicabilidade bastante inclusiva ao termo - (...) *O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de*

<sup>87</sup> A OIM é uma organização intergovernamental com 174 estados membros, adicionados de 8 Estados com status de “observadores”, escritórios em mais de 100 países e um orçamento anual de aproximadamente 1 bilhão de dólares americanos em 2021. A instituição dedica-se a promoção da migração humana ordenada, a partir do serviço de “aconselhamento a governos e migrantes.” (GEORGI, 2010; IOM, 2021). Tradução nossa.

<sup>88</sup> Disponível em <https://www.iom.int/node/102743>. Acesso em: 03/11/2021 (tradução nossa).

<sup>89</sup> OIM, 2021, Loc. Cit.

*factores externos que o forcem a tal* (OIM, 2009, p. 40). A mesma obra, de modo mais objetivo quanto a abrangência de uso do termo quando comparado com a mencionada definição do sítio da OIM na internet, define migração:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos<sup>90</sup>.

Ante a demonstrada amplitude dos segmentos disciplinares que podem abordar as migrações, cumpre-nos traçar uma reflexão, sobre como a temática costuma ser tratada na pesquisa sociológica, tendo em vista as observadas delimitações de seus objetos e vieses, incluindo em tal reflexão, os *insights* quanto aos possíveis efeitos ante certas limitações.

Coadunando com tal intento, deverão ser doravante traçados os contornos e peculiaridades da abordagem do tema das migrações pela sociologia. Inicialmente, busca-se, se não definições prontas do que vem a ser migrante ou migração constantes da literatura, ao menos, elementos que permitam perceber a amplitude e diversidade conferida hodiernamente pelos atores da academia na aplicabilidade do termo migração e (i)migrante nas ciências sociais, como também, o repertório teórico-metodológico adotado, para que sejam aqui discutidos.

Partindo dos autores percussores da Sociologia, Oliveira (2014) em abordagem sobre as migrações e o imigrante na sociologia clássica aponta que o tema das migrações não é comumente relacionado aos clássicos da sociologia, como Max Weber, Karl Marx ou Émile Durkheim, havendo autores que até fazem referências biográficas, porém, não analíticas. Entretanto, o mesmo autor, defende que em olhar mais detido sobre as obras de tais “fundadores”, considerável substrato pode ser extraído quanto à temática migratória.

Cabe-nos trazer à reflexão qual vem a ser a compreensão do termo imigrante para a sociologia, ou melhor, para a atual sociologia. Quanto a isso, aponta Sayad (1998) que a abrangência do termo imigrante ser de conotação “elástica” e “dinâmica”, o que, tendo em vista tal compreensão, restam prejudicadas tentativas de fixação de critérios de valoração ou mesmo técnicos para o enquadramento como imigrante. A partir daí, tendo em vista tal eventual delimitação do que seja imigrante para a sociologia, devemos refletir sobre o que vem sendo ou não viabilizado enquanto

---

<sup>90</sup> Ibid., 2009, p. 40.

objetos de pesquisa e os possíveis efeitos de tal delimitação para a própria ciência e para a sociedade.

Buscando aferir maior profundidade ao debate, tendo em vista a peculiar abordagem sobre o tema das migrações contemporâneas pretendida, mostra-se pertinente a reflexão sobre como os migrantes e as migrações passaram a ser apreendidos pelos teóricos da migração e pela academia e sobre de que modo os estudos contemporâneos dão conta dos recentes fluxos migratórios (SASAKI & ASSIS, 2016).

Sayad (1998), aponta que, costumeiramente, a situação de imigrante é entendida como um estado provisório, sobretudo para adequações de ordem legal, o que muitas vezes pode ser uma dissimulação para algo que não se pretende ou que não se sabe se de fato será provisório, como se o imigrante fosse compelido a viver em dissimulação quanto às suas reais intenções. Reitera-se que o autor entende que definições em torno do “ser imigrante” é algo “elástico” que pode sofrer alterações no tempo a partir de causas de ordem legal ou sociocultural e econômica. Quanto a tal questão, Lussi (2015) assevera que, tendo em vista que o fenômeno migratório não é estático e, portanto, está sempre se reconstruindo, mostra-se fundamental considerar a humildade na condução da atitude epistemológica.

Assim, poderíamos questionar: os casos de permanência definitiva ou longa e por prazo indeterminado, fugindo, assim, muitas vezes ao considerado legal, nos tornaria diante de um *caso de imigração atípico*? Ou pode se considerar haver uma descategorização ou desclassificação de modo ao sujeito em tal situação, não dever ser mais considerado como imigrante? Por critério lógico, entendemos que não. Outro ponto destacado por Sayad (1998) e que nos traz questionamentos é o que segue: afirma-se que a partir do momento que o imigrante adquire garantias (legais) de sua permanência e continuidade da presença e tal compreensão é compartilhada por todos, o imigrante naturalmente assumiria a posição de reivindicar os direitos do que o autor chama de uma “existência plena” e não mais somente os direitos específicos de trabalhadores imigrantes, isso os fariam, por parte de instituições e da sociedade em geral, passarem a ter a imagem dissociada ao que se classifica como imigrante, o que nos parece uma visão que vai de encontro a coerência e a ideia de justiça social, não devendo tal mascaramento ou condução da realidade passar despercebido e muito menos receber, em algum aspecto, adesão das ciências sociais, e mais especificamente pelos chamados *estudos migratórios*, quanto aos critérios para se

discernir o que deve ser ou não classificado como sujeito migrante, o que se reflete no que servirá de objeto de pesquisa ou não.

Ao se afastarem dos limites que lhes haviam sido outorgados, ao ultrapassarem seu papel de migrantes, eles deixaram, em certa medida, de se parecer com a definição que deles se dava. Era mais do que se poderia tolerar para que os migrantes continuassem sendo migrantes; assim, era necessário voltar a uma definição mais restrita da migração e do migrante (...). Assim, basta que as circunstâncias que se encontravam na origem da migração (ou seja, as condições econômicas) mudem e, ao mudar, que imponham uma nova avaliação dos lucros que se pode tirar dos migrantes, para que ressurgam naturalmente, contra a ilusão coletiva que permitia que a migração se perpetuasse, a primeira definição do migrante como trabalhador provisório e da migração como estadia literalmente provisória (SAYAD, 1998, p. 48).

A mencionada revisão aplicada conforme a descrição, tende a desencorajar a migração e, segundo o autor, que quanto a isso não faz juízo de valor, a mesma serviria ainda de pretexto para um refluxo de migrantes a partir dos critérios estabelecidos pelas autoridades e instituições do país ou localidade de acolhimento. Tal realidade de desclassificação da condição de migrante, que parece de antemão ser algo frustrante e até injusto com migrantes, uma vez verificadas no seio social, não pode passar ao largo da pesquisa científica ou pior encontrar guarida nesta ao tender a também propor uma visão restritiva ou exclusiva do que venha a ser migrante, tratando os que não se enquadrem em determinado perfil, como simplesmente estrangeiros ou qualquer outra designação que se converta em categoria não institucionalmente amparada, sendo mantida à sombra pela pesquisa.

Ainda sobre modalidades e a natureza cambiante do perfil migrante, as reconfigurações do capitalismo e demais questões de ordem sociopolítica e econômica podem ser mencionadas como vetores que podem produzir importantes mudanças nas migrações. A tal respeito, Castles e Miller (2004), há quase duas décadas apontava que os fluxos então contemporâneos guardavam ao menos cinco características que os fazem divergir com aqueles do passado, sendo elas: (I) a feição globalizada do fenômeno; (II) o apelo político atribuído aos processos; (III) o ritmo acelerado dos fluxos; mais pertinente ao que tratamos neste trabalho: (IV) a alteração das motivações a alimentar tais fluxos e das próprias figuras migratórias e; e por fim, (V) a feminização crescente dos fluxos. Em tal contexto, mostra-se relevante a reflexão irrestrita sobre a mobilidade humana sob toda e qualquer expressão, visando amplas e satisfatórias respostas ante a dinâmica realidade que vivenciamos (VILLAMAR e ALMEIDA, 2017).

Em exemplo mais extremado, ainda que alguém ou alguma instituição queira deslegitimar enquanto objeto de estudo das migrações, casos de estrangeiros que aportam ao destino com o status legal ou formal, por exemplo, de “investidores”, sob o pretexto de tais ocorrências não se tratarem “propriamente” de migrações, não justificaria de antemão haver tal descarte, uma vez que por trás de um *status* legal, deve-se averiguar, em campo, como se configura cada caso de mobilidade. A propósito, aponta a literatura que mesmo nos fluxos eminentemente comerciais, existem casos de pessoas que “migram com o capital”, seja na posição de detentores do mesmo ou atuando enquanto gerenciadores de tais investimentos ou prepostos de seus donos, havendo já há algum tempo, sólido amparo na literatura sociológica internacional acerca de tal modalidade (SASSEN, 1990; TSENG, 2000; WONG 1993, 1995).

Em estudo sobre “migrações vinculadas ao capital” em Taiwan, sustenta Tseng (2000), haver o tipo de mobilidade de capital que ocorre em conjunto com a migração dos empresários, podendo em tais casos, ser usada a imigração integrada ao investimento como uma estratégia para melhor servir aos interesses de tais empresários, divergindo esta migração da “clássica,” quanto aos canais mediadores de tais fluxos

(...) Embora seus movimentos sejam mediados e constrangidos por diferentes canais de migração (políticas governamentais, agências de recrutamento, corporações transnacionais etc.), os migrantes vinculados ao capital não são atores passivos nos sistemas de migração internacional. Eles se posicionam ativamente em relação aos canais de migração e selecionam as estratégias ativas que melhor atendem aos seus objetivos. (...) Tal compreensão dos processos de migração ligada ao capital e suas implicações contribuem para novas teorias da relação entre fluxos internacionais de capital e migração internacional. (TSENG, 2000, p. 144).<sup>91</sup>

Em tais casos, aponta ainda o mesmo autor que a imigração enquanto estratégia, pode, por exemplo, ser vista como um meio de incrementar a acumulação de capital ou de aquisição de uma nova nacionalidade. Pode ser apontado como um dos canais peculiares da modalidade migratória de uma classe empresarial/gerencial, o recrutamento direto por “programas de migração empresarial em países como Canadá, Austrália e Estados Unidos”. É natural que “em um sistema econômico

---

<sup>91</sup> Tradução nossa.

globalizado surjam novas condições para a migração internacional de capitalistas”<sup>92</sup>, suscitando novas teorias que contemplem tais relações.

Assim, no contexto da realidade, onde se vislumbram infinitas possibilidades de trajetórias, relações e de respostas transversais a diferentes questões, entendemos deva ser de antemão combatida nos chamados estudos migratórios, qualquer restrição a objetos de pesquisa (no que tange, por exemplo, a critérios relacionados a origem de indivíduos ou grupos, classes sociais, capitais de que são detentores em qualquer volume, atividades desempenhadas e status legal), devendo ser primeiramente considerados legítimos e viáveis, sem maior rigidez, aproximações e contextos que, dentro de uma percepção ampla, permita o enquadramento como objeto. A propósito, trazemos neste trabalho, um exemplo das possibilidades de estudo sobre casos de imigração de indivíduos relativamente mais capitalizados (no sentido bourdieusiano), que migram com a intenção de empreender.

Conforme anteriormente ventilado, tendo em vista as linhas de pesquisas e os vieses mais tradicionais da produção acadêmica nas ciências sociais, voltada às migrações, chega-se a uma definição de migração ou movimentos migratórios que gira em torno do processo migratório ou do sujeito/grupo que deixa sua região de origem por razões que em geral se restringem às de perseguição política, religiosa ou à precariedade de vida, relacionada à crises e contingências socioeconômicas no local de origem (SAYAD, 1998. 2002; SIMMONS, 1987; SKELDON, 2002).

Ainda sob a perspectiva mais usual sobre a migração, essas pessoas chegariam ao local de destino em busca de segurança, estabilidade e, sobretudo, de modo subalternizado ante oportunidades de trabalho. Tal perspectiva prevalecente e restritiva sobre o que seria imigrante, parece ganhar maior amplitude com a evolução dos estudos voltados aos movimentos migratórios que passam a implicar em suas análises uma perspectiva globalizante e as novas configurações do capitalismo, no que dentro da proposta do presente trabalho, nos atemos, especificamente, ao panorama do migrante empreendedor ou seja, aquele indivíduo / grupo que, ainda que tenha alternativas de escolha (inclusive a de não migrar) tendo em vista os recursos de que dispõem, optam por partir para determinado destino vislumbrando oportunidades, sobretudo de ordem socioeconômica, que os colocariam em melhor situação ou confeririam maiores vantagens (mesmo que dentro de perspectiva eminentemente subjetiva ou íntima) do que permanecendo na sua terra de origem.

---

<sup>92</sup> Ibid.

Ressaltamos, assim, que no presente trabalho, quando tratamos do empreendedorismo imigrado<sup>93</sup>, não há a intenção de nos referirmos estritamente aos casos enquadráveis na chamada *teoria da desvantagem*, que prescreve ser o imigrante impulsionado ao empreendedorismo por conta do desemprego ou dificuldades de inserção social (ALVIRAM, 2009; GIACONNE, 2014).

Considera-se, diversamente, a possibilidade de incidência, também, de fatores positivos no impulso ao empreendedorismo por parte dos imigrantes, tais como o desejo de auto realização, propensão ao risco, oportunidades de mercado que se abrem de forma individualizada ao imigrante ou ainda fatores negativos, porém com feição mais particularizada do que aqueles históricos prevalecentes, como insatisfação pessoal em decorrência de questões familiares, trabalhistas ou sociais<sup>94</sup>.

O conceito de empreendedor aqui adotado é o proposto por Mackenzie, Smothers e Ugbah (2007), ou seja, empreendedores enquanto “indivíduos e grupos de indivíduos buscando e explorando oportunidades econômicas”, complementada pela ideia do empreendedor como “articulador de redes” (VALE; WILKINSON e AMÂNCIO, 2008, p. 7). Sobre o migrante empreendedor no contexto da África do Sul, outra economia emergente, estudo desenvolvido por Fatoki e Patswawairi (2012), concluíram ser o “trabalho” o principal “gatilho” para a decisão de migrar e os obstáculos ao melhor desempenho do migrante inclui a questão financeira, mercados fracos, o capital humano e falta de apoio. Diz ainda que o networking, naquele contexto, seria restrito aos de mesma etnia (*coethnics*) e a maioria dos migrantes empreendedores não está vinculada a câmaras regionais de comércio.<sup>95</sup>

A migração de pessoas qualificadas<sup>96</sup> vem sendo considerada fenômeno de cada vez maior importancia nos fluxos migratórios globais. Entre os anos “2000/1 e 2010/11”, por exemplo, os países que integram a OCDE<sup>97</sup> viram o contingente total de

---

<sup>93</sup> Giaccone (2014) se utiliza do termo neste trabalho traduzido como **empreendedorismo imigrado** (*imprenditorialità immigrata*) que se aplica tanto à atividade empresarial mais complexa e estruturada, a ponto de gerar postos de trabalho, quanto as formas de “auto-emprego” e microempresa ou empresa individual. Assim, entendemos que em aplicação à realidade regulatória brasileira para o setor, o termo pode abranger tanto microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) quanto o microempreendedor individual (MEI).

<sup>94</sup> Ibid.

<sup>95</sup> Cf. FATOKI, Olawale; PATSWAWAIRI, Tilton. The motivations and obstacles to immigrant entrepreneurship in South Africa. **Journal of Social Sciences**, v. 32, n. 2, p. 133-142, 2012

<sup>96</sup> De acordo com Nathan (2014), o termo migrantes “altamente qualificados” se aplica geralmente considerando o nível de educação formal – possuidores ao menos de uma graduação. Em outros casos, o foco se dá sobre atividades que requeiram treinamento avançado, como cientistas, engenheiros e pesquisadores. In: NATHAN, Max. The wider economic impacts of high-skilled migrants: a survey of the literature for receiving countries. **IZA Journal of Migration**, v. 3, n. 1, p. 4, 2014.p 1 -2.

<sup>97</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

migrantes aumentar em mais de 20%, para cerca de 100 milhões de pessoas. Mesmo período em que aumentou a 70% o número de chegadas de pessoas com nível educacional superior.<sup>98</sup> Dentro desse perfil educacional, podem estar contidos parte dos migrantes empreendedores.

Em estudo sobre novos imigrantes e seus empreendimentos no Reino Unido, a partir dos anos 1990, constatou-se que o impacto desses novos imigrantes sobre o cenário do mercado dos pequenos negócios é um fato notório e crescente na economia das cidades de maior porte daquela região, entretanto, apesar da relevância dada ao tema, a frequência e intensidade que é abordado pela literatura, ainda não reflete tal importância. Entre os resultados obtidos, são verificados nos enfrentamentos vivenciados por essas novas levas de imigrantes, em boa parte, uma reprodução dos fatores que influenciavam a realidade dos antigos imigrantes, tais como precariedades, falta de apoio político e pífia lucratividade, mostrando-se o empreendedorismo apenas como uma alternativa ao desemprego (TREVOR JONES *et al*, 2012).

Tal perspectiva negativa sobre o empreendedorismo mostrou-se, porém, mais acentuada para os grupos de origem africana e médio-oriental, quando comparados aos grupos provenientes do leste europeu, para os quais eram ofertadas mais diversas opções de ocupação, de modo que estes viam no empreender uma opção de mais autonomia e liberdade, com as alegadas vantagens do “ser seu próprio chefe”. Tais resultados invocam os estudos em torno do chamado “capital étnico”, sendo a influência desta variável perceptível em todos os estágios do processo migratório, uma vez que contempla qualquer tipo de migrante, seja em menor ou maior intensidade, ou melhor, de modo mais ou menos favorável.<sup>99</sup>

Quanto as contribuições do empreendedorismo imigrante para o local de destino, a pesquisa de Paço e Ramos (2018) evidencia como as principais, a criação de empregos que podem ser úteis tanto a nativos quanto a outros imigrados; o possível desenvolvimento de relações negociais com países de origem, além do compartilhamento ou transmissão de tecnologia e conhecimentos decorrentes de aspectos culturais ou experiência de vida.

### **2.3 Teorias migratórias e o imigrante empreendedor.**

A obra em cinco volumes, intitulada *The Polish Peasant in Europe and America*, de Thomas e Znaniecki, publicada entre 1918 e 1920, é considerada como marco para

---

<sup>98</sup> NATHAN, op. cit.

<sup>99</sup> DURAND, op.cit.

os estudos migratórios dentro da sociologia, passando a temática a ocupar posição de centralidade, desde então. O trabalho aborda as experiências de vida de imigrantes de origem polonesa que chegaram a Chicago no início do século XX sendo descritos os mecanismos desencadeadores de “transformação cultural” e “aculturação” vivenciados pelo migrante cujas origens encontram-se em sociedades rurais estruturadas por valores religiosos, sendo compelidos a enfrentar uma sociedade urbana com suas diversidades e anonimato.

Tal violenta ruptura combinado com os enfrentamentos e dissabores urbanos pode fazer da migração uma experiência de “desorganização social” conduzir, marginalidade e desvios de comportamento. A dinâmica inicial de tal subcampo de estudos foi mais expressiva na América do que no continente europeu, fato pouco comum na tradição sociológica. A razão de tal fato se dá pelos vultosos impactos sociais, culturais e econômicos observados nos Estados Unidos, Canadá, Brasil e Argentina – grandes países imigrantistas americanos (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996; OLIVEIRA, 2014).

Mais especificamente, para as ciências sociais no Brasil, registra-se que o início de estudos sobre imigrantes dá-se ao final da década de 1930, no contexto de estabelecimento profissional da sociologia e da antropologia com o recente surgimento das primeiras instituições de ensino e pesquisa na área no país, ao passo em que era também verificada a proliferação de estrangeiros em várias regiões do país e o progressivo aumento de políticas governamentais de restrição (TRUZZI e MONSMA, 2018; TANIGUTI, 2018).

A respeito do papel do século XX, quanto a migração humana, aponta Outhwaite & Bottomore (1996):

O século XX mudou fundamentalmente o lugar da migração humana no pensamento social, não tanto a partir de novos insights ou debates teóricos quanto de mudanças no próprio fenômeno demográfico. O início do século XX separa mais ou menos as eras de migração livre e controlada. Fronteiras fechadas, controladas por uma multiplicidade de estados nações, reduzem o volume de migração e mudam o seu caráter para um pinga-pinga de dois extremos: refugiados e mão-de-obra qualificada. Essa mudança reforça a direção característica do pensamento social no século XX no que diz respeito à população, enfatizando o controle da sociedade sobre os fluxos migratórios (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996, p. 589).

Para os mesmos autores, a chamada *sociologia das migrações*, em manifestação talvez de visão mais obsoleta, é definida como o ramo da sociologia que

se dedica “essencialmente à imigração, ao processo de integração e assimilação de uma comunidade estrangeira na sociedade que a recebe”<sup>100</sup>

Buscando aferir maior profundidade ao debate, tendo em vista a peculiar abordagem sobre o tema das migrações contemporâneas pretendida no presente trabalho, mostra-se pertinente a reflexão sobre como os migrantes e as migrações passaram a ser apreendidos pelos teóricos da migração e pela academia e sobre de que modo os estudos contemporâneos dão conta sobre os recentes fluxos migratórios (SASAKI & ASSIS, 2016).

Reportando-nos às origens da sociologia, Oliveira (2014) em abordagem sobre as migrações e o imigrante na sociologia aponta que o tema das migrações não é comumente relacionado aos clássicos da sociologia, como Max Weber, Karl Marx ou Émile Durkheim, havendo autores que até fazem referências biográficas, porém, não analíticas. Entretanto, o mesmo autor, defende que em olhar mais detido sobre as obras de tais “fundadores”, considerável substrato pode ser extraído quanto à temática migratória.

Sobre tal abordagem de Oliveira, cumpre-nos destacar a sua análise sobre a obra de Max Weber (1864 – 1920) pela sua pertinência ao tocar, em alguma medida, aos propósitos deste trabalho.

Em abordagem mais atual, De Haas (2021) entende haver há décadas um impasse na teoria da migração, mantendo-se, lamentável e surpreendentemente, o campo dos estudos migratórios sub teorizado, havendo, assim, mais retrocesso do que progressos nesse campo de estudos. O autor defende a não dissociação conceitual entre os estudos dos processos de migração e os estudos mais amplos referentes a processos de mudança social, de modo que aqueles sejam abrangidos por esses permitindo, de tal modo, uma compreensão mais profícua dos processos migratórios.

Lamenta o mesmo autor, que muito do que se pensa sobre migrações, de modo explícito ou não, ainda órbita em torno de modelos simplistas como *push-pull* ou os neoclássicos que consideram como causa dos processos de migração a maximização de ganhos individuais ou vantagens, mostrando-se, assim, manifestamente incapazes de satisfatoriamente tecer explicações sobre os processos e padrões migratórios. Aponta ainda, o mesmo autor, que os atuais pesquisadores, por suas vezes, são muito

---

<sup>100</sup> Ibid.

mais hábeis em desacreditar as teorias anteriores do que de modo efetivo estabelecerem alternativas teóricas viáveis no campo migratório.

Ressalta ainda Haas, que contribuições da pesquisa relacionada a migrações, a partir do final dos anos 1960, traziam, “todas”, compreensões generalizadas do fenômeno da migração, com algumas exceções. Sendo algumas delas:

*A teoria da migração de Lee (1966), a teoria dos sistemas de migração de Mabogunje (1970), a teoria da transição da mobilidade de Zelinsky (1971), trabalho em transições migratórias de Skeldon (1990), a teoria neo-classica de migração de Harris e Todaro (1970), a teoria do mercado de trabalho dual de Piore (1979), a nova economia de migração de Stark (1978, 1991) e a teoria da causa cumulativa de Massey (1990). Com a exceção de alguns autores (Carling 2002; Faist 2000; Hatton and Williamson 1998; Skeldon 1997) (HAAS, 2021, p. 2)*<sup>101</sup>

Alega ainda Haas, que o precário andar da teoria contrasta com o grande aumento dos estudos empíricos sobre migrações, ainda que com a dificuldade de interpretação de fatos a contento, ante a mencionada carência de base teórica. Fatos estes que em análises bem amparadas por adequada teoria contribuiriam para a compreensão de como fatores macroestruturais configuram os processos migratórios. Serviria ainda, na explicação quanto a grande diversidade nas experiências de migração.

Haas (2021) entende que o abandono das “teorias gerais sobre migração” se evidenciou mais particularmente nas décadas de 1970 e 1980, com o surgimento da “ciência social pós- moderna”, o que teria ocorrido como efeito da onda de crítica a reconhecida como “grande – teoria”, ao viés estatal das pesquisas e ao “nacionalismo metodológico”, comum nas pesquisas de orientação política e focadas no estudo de identidades, vidas “transnacionais, multiculturais, diaspóricas, crioulistas” e experiências migratórias a partir de uma perspectiva “êmica”.<sup>102</sup>

Mais especificamente quanto ao imigrante empreendedor, subcategoria que nos interessa mais de perto neste trabalho, Solé *et al* (2007)<sup>103</sup> elenca as teorias que consideram mais relevantes a respeito do migrante empreendedor (ou em outra designação, economias étnicas<sup>104</sup>), a partir de trabalhos desenvolvidos tanto nos

<sup>101</sup> Tradução nossa. Para conferir as referências bibliográficas selecionadas por Haas (2021) para fundamentar seu apontamento, cf. DE HAAS, Hein. A theory of migration: the aspirations-capabilities framework. **Comparative Migration Studies**, v. 9, n. 1, p. 1-35, 2021.

<sup>102</sup> Ibid.

<sup>103</sup> SOLÉ, Carlota et al. El empresariado inmigrante em España. Fundación "la Caixa", 2007

<sup>104</sup> Os estudos voltados para o migrante empreendedor e seus negócios, também costumam se utilizar dos termos empreendedorismo étnico, negócios étnicos entre outros. (e.g. MÁRIO SERRA TRUZZI e SACOMANO NETO, 2007).

Estados Unidos, como em alguns países europeus. Os autores enumeram três grandes grupos de teorias, sendo elas: (1) As teorias de caráter étnico-cultural, que enfatizam a afinidade entre características culturais e o sucesso empresarial; (2) As que tratam o êxito ou não dos negócios étnicos como consequência direta de fatores peculiares à sociedade receptora, tal como as questões de inserção no mercado de trabalho e por fim, (3) a aproximação chamada “modelo integrador”, “que tem seu eixo na interação entre os recursos internos dos diferentes grupos, tais como recursos de classe e étnicos, em função das estruturas externas de oportunidades.”<sup>105</sup> O traço comum a todas essas teorias é a identificação dos fatores que subjazem no contexto das iniciativas empreendedoras de diferentes grupos estudados.

Dentre essas teorias, daremos destaque a reflexão promovida pelo estudo dos autores ao sustentar o modelo analítico de Kloosterman et al (1999),<sup>106</sup> cunhado como “*mixed embeddedness*”, consistindo este na ideia da experiência do imigrante no empreendedorismo estar condicionada a um conjunto de fatores nos quais se encontram imersos de modo simultâneo, a saber, *capital social e humano, a estrutura de oportunidades e o contexto político-institucional* e “como tais forças definem as oportunidades para os migrantes empreendedores”<sup>107</sup>. Esse modelo, mostrar-se-ia, assim, como um aprimoramento ou evolução da ideia de que as empresas estariam somente condicionadas às decorrências da imersão na sua “própria rede social”, como insistia, a princípio, Granovetter (1985).

### 2.3.1 Transnacionalismo como abordagem ao imigrante empreendedor internacional

Ante a sua assertividade e argumentação vigente que atesta sua legitimidade e seu potencial responsivo ante questões de alcance mais amplo, suscitadas em pesquisas contemporâneas voltadas aos movimentos migratórios, optamos por também incluir no arcabouço teórico do trabalho em desenvolvimento, a teoria do transnacionalismo. Ela busca compreender os fenômenos migratórios em sua integralidade e de modo circular e não uni ou bidirecionalmente, como costumava ser

---

<sup>105</sup>SOLÉ et al, op. cit., p.17

<sup>106</sup>KLOOSTERMAN, Robert; VAN DER LEUN, Joanne; RATH, Jan. *Mixed embeddedness*: (in) formal economic activities and immigrant businesses in the Netherlands. *International journal of urban and regional research*, v. 23, n. 2, p. 252-266, 1999.

<sup>107</sup> Cf. FATOKI, Olawale; PATSWAWAIRI, op. Cit.

mais frequente. Tal abordagem, inclui, assim, análises sobre os vínculos e estruturas verificadas terra de origem e não somente na de destino do movimento migratório.

Essa perspectiva teórica emerge nos estudos migratórios nos anos 1990 introduzida por um grupo de pesquisadores da antropologia – “Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Blanc-Szanton”, possivelmente, como decorrência das mudanças estruturais do sistema capitalista global a partir da década de 1980 (BARJABA, 2018, p. 14).

Um dos maiores responsáveis pela popularização e expansão da teoria foi o sociólogo de Princeton Alejandro Portes, com publicações a partir do ano de 1996. Ainda que de modo implícito, a introdução destes novos conceitos trazem consigo a sugestão que os quadros teóricos até então em voga estariam obsoletos para a tarefa de analisar os “novos imigrantes” (KIVISTO, 2001). Tais mudanças expandiram as dinâmicas da migração em um contexto de incertezas econômicas em nações que compõem eixos migratórios, levando a ocorrência de “vidas transnacionais”. O transnacionalismo vem se mostrando nas ciências sociais em geral, como meio de relevante e essencial abordagem na busca por compreensão sobre as práticas migratórias na contemporaneidade (BARJABA, 2018, VERTOVEC. 2006)<sup>108</sup>.

Por ser o transnacionalismo uma perspectiva relativamente recente nos estudos migratórios, ainda não é pacífico o que preconizam os seus postulados - encontrando-se em andamento discussões acadêmicas acerca de “sua definição, importância e tipologias”, até mesmo sobre a sua existência ou o fato de ser realmente algo novo na realidade migratória. Barjara (2018) entende que ainda que transnacionalismo não possa ser considerado um conceito novo, mostra-se como visão comum que o designado como transnacionalismo hoje é, em muitos aspectos, diferentes do que se verificava no passado. Devido as novas dinâmicas decorrentes do processo de globalização, as práticas dos migrantes transnacionais de hoje diferem em “diversidade, intensidade e regularidade” quando comparadas com as do passado. Notadamente, a opção de ser transnacional no passado histórico das migrações era desempenhada por uma elite migratória, sendo hoje o acesso mais amplo a tal prática seja quanto as atividades desempenhadas ou pessoas.

Tal ideia sobre o que perfil de um migrante transnacional seja no passado ou atualmente, reforça ainda mais a ideia de adequação de opção teórica quando se

---

<sup>108</sup> Tradução nossa.

objetiva a promoção de análises sobre grupos de migrantes empreendedores, sobretudo, não enquadráveis na teoria da desvantagem (vide supra)

Buscando uma definição para transnacionalismo no contexto migratório, chega-se à idéia de uma teoria que busca explicar as razões e características das ligações entre os extremos de um eixo migratório e da circularidade dos sujeitos implicados nesses movimentos. A teoria tenta ainda analisar como os vínculos sociais, políticos e econômicos dos migrantes com a terra de origem - seja envolvendo somente pessoas físicas ou ainda instituições - sofreram mudanças no decorrer do tempo.<sup>109</sup>

CARMICHAEL, DRORI e HONIG (2010) abordando a disposição de empreendimentos liderados por imigrantes apontam que no espectro do empreendedorismo transnacional, eles poderiam ser divididos em dois grupos: o primeiro, os que teriam maior visibilidade por terem seus negócios nas ruas das cidades e o segundo grupo, aquele formado por imigrados empreendedores possuidores de pequenas indústrias ou escritórios que passam despercebidos da comunidade em geral, mas presente em estatísticas e registros públicos.

O transnacionalismo, entendido enquanto movimento que diferentemente da histórica e usual idéia de considerar apenas a existência de uma migração unidirecional/bidirecional – da terra de origem em sentido à de destino ou vice-versa – para tomá-la enquanto um movimento de circularidade sobre um eixo migratório que presume um vínculo constante do imigrado com sua nação de origem. Nesse mesmo sentido, o transnacionalismo é descrito na caracterização dos movimentos migratórios contemporâneos, proposta por Solé et al (2007):

*Otra característica de los movimientos migratorios actuales es su transnacionalidad o transnacionalismo (usando el anglicismo común en la literatura sociológica sobre el tema). Los movimientos migratorios no son ya uni o bidireccionales, desde un punto de origen a otro de destino (y/o retorno), sino que son circulares o poliédricos, en todas direcciones, en el espacio (SOLÉ et al, 2007, p.7).*

O transnacionalismo, mostra-se como teoria adequada à idéia de um movimento que tenha como sujeito, imigrantes empreendedores dentro do perfil anteriormente descrito – não miserabilidade, detentores de maior liberdade de ir e vir (ou circular) entre destino e origem, certamente, por disporem de relativa facilidade financeira, estrutural e possivelmente posição favorável na “estratificação legal” dentre os imigrantes<sup>110</sup>. Adiante neste trabalho, tratamos de abordagem teórica que acreditamos

<sup>109</sup> BARJARA, Ibid, p. 28.

<sup>110</sup> Tal favorecimento de ordem legal e no relacionamento com instituições pode, por exemplo, consistir na facilidade de obtenção de vistos, licenças, créditos e autorizações por parte de determinados grupos de imigrantes.

responder à questões pertinentes às possíveis razões que podem levar a favorecimentos de determinados grupos de imigrantes, quando tratarmos de capital étnico e disposições. Outro fator que contribui na experiência transnacional do imigrante empreendedor, é a possibilidade de usufruir do contínuo avanço tecnológico que torna mais fácil a exploração de oportunidades econômicas, quando as facilidades de transporte, comunicações e fluxos financeiros permite o gerenciamento e operacionalização à milhas de distância e ao mesmo tempo.<sup>111</sup>

Barjara (2018) enfatizando a coerência na priorização da abordagem transnacionalista em estudos sobre o imigrante e a migração, elabora um paralelo, ao apontar que anteriormente, pesquisas sobre a integração do imigrante tinham seu foco sobre o processo gradual de “incorporação/assimilação” (*incorporation/ assimilation*) a que se submetia o imigrante no país de destino, não sendo promovidas análises sobre as conexões que eram mantidas com a terra de origem, o que acreditamos, faz deixar à sombra importante campo para análises e elucidações em torno da temática migratória, sobretudo, quando levada em consideração o entendimento de alguns autores ao afirmarem que a maioria dos migrantes têm em comum na sua experiência, um caráter intrinsecamente transnacional uma vez que “fazem parte” concomitantemente de mais de um país (LIGHT, 2010).<sup>112</sup>

Nas entrevistas conduzidas no presente estudo, foi confirmada a compreensão de que o imigrante do século, XXI, sobretudo aqueles que tem acesso às novas tecnologias, sentem-se entre “dois mundos”, conseguindo manter-se, em certa medida, integrados e atualizado quanto ao que ocorre na terra de origem na Itália, o que inclui certa integração a redes sociais – familiares, amigos etc. , quanto na terra de destino, tornando a experiência migratória certamente menos “disruptiva do que outrora, quando não se dispunha das tecnologias.

### 2.3.2 A teoria dos capitais de Bourdieu, outros capitais e as migrações transnacionais

<sup>111</sup> VERTOVEC, Ibid; BARJARA, ibid.

<sup>112</sup> Barjara (2018) destaca a prática de governos de apenas passarem a se interessar por contribuir com a manutenção de vínculos políticos, sociais e econômicos com emigrados quando se tornam evidentes os benefícios dos empreendimentos no exterior para o país de origem, momento em que programas nacionais são elaborados para auxiliar práticas transnacionais. Seriam exemplos, o de permitir a dupla cidadania, o voto aos emigrados e outros estímulos legislativos. A autora cita o caso do governo da Albânia que recentemente passou a permitir o voto dos emigrados nas eleições nacionais, incentivando a participação nas decisões políticas do país (a mesma prática já ocorre no Brasil). Esforços são também feitos para serem mantidos os vínculos da diáspora albanesa e incentivar o investimento de volta, em negócios no país.

Bourdieu (1986) entende ser de fato impossível explicar a estrutura e funcionamento do *mundo social* sem que se reintroduza a concepção de capital em todas as suas formas e não apenas na forma reconhecida pela teoria econômica. Devendo ser ainda, segundo o mesmo autor, incluída junto a de capital, a noção de “acumulação” e todos os seus corolários. Bourdieu lamenta ter a teoria econômica, permitido se definir a partir da “economia das práticas” - “invenção histórica do capitalismo”<sup>113</sup>.

Afirma ainda o mesmo autor que, uma ciência geral da economia das práticas (que tem a força de reapropriar a totalidade das práticas que, embora objetivamente econômicas, não são e não podem ser socialmente reconhecidas como tal e que só conseguem ser realizadas ao custo de todo um “trabalho de dissimulação ou mais precisamente, de eufemização”), deve se esforçar para captar capital, lucrar em todas as suas formas e estabelecer as leis pelas quais os diferentes tipos de capital se transformam um no outro. Para Bourdieu, capital em todas as suas formas, é sinônimo de poder (ANHEIER et al, 1995)

Bourdieu vai, assim, além do conceito marxista de classe como um sistema de direitos de propriedade, para introduzir uma noção de classe mais complexa que passa a considerar formas diversas de capital, além do econômico<sup>114</sup>

De acordo com tal raciocínio, Bourdieu defende que, a depender do campo em que funcione e a partir do atendimento da precondição de submissão a transformações que garantam sua eficácia em tal campo, o capital poderia se manifestar em três formas fundamentais: como (1) *capital econômico*, sendo este imediata e diretamente conversível em dinheiro, institucionalizável na forma de direitos de propriedade, posses. Bourdieu iguala o capital econômico a “trabalho acumulado”, não correspondendo, assim, ao seu sentido estrito adotado nas ciências econômicas. O capital econômico é o tipo de capital dominante, estando no cerne das outras formas de capital, que, a seu turno, a partir de iniciativa e procedimentos dos agentes sociais, são passíveis de transformação em capital econômico. Outra modalidade seria a do (2) capital cultural, também passível, em determinadas condições, de conversão em capital econômico e

---

<sup>113</sup> Jaeggi (2018) entende que “as práticas econômicas, (...), formam um sub-conjunto das práticas sociais em geral e compartilham as feições das “práticas”. Como tais, são interligadas de formas múltiplas com outras práticas e (junto com elas) fazem parte do tecido sociocultural da sociedade. In: JAEGLI, Rahel. A broad concept of economy: Economy as a social practice and the critique of capitalism. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, p. 503-522, 2018.

<sup>114</sup> Ibid.

pode ser institucionalizado na forma de qualificações educacionais; e, por fim, como (3) capital social, composto de obrigações sociais ("conexões"), que podem ser convertidas, em determinadas condições, em capital econômico e pode, por exemplo, chegar a ser institucionalizado na forma de um título de nobreza.

Tratando do *capital cultural* na concepção bourdieusiana, ele pode ser concebido de três formas: (i) *estado incorporado*, ou seja, "na forma de disposições duradouras da mente e do corpo"; (ii) *no estado objetivado* – "bens culturais (como fotos, livros, dicionários, obras de arte, instrumentos, máquinas, etc.)" -, que são o traço ou realização de teorias ou críticas dessas teorias, problemáticas, etc.; e no (iii) *estado institucionalizado*, - forma de objetificação que deve ser considerada a parte, consistindo nas qualificações acadêmicas e educacionais, conferindo propriedades inteiramente originais ao capital cultural que são garantidas por títulos e certificados social e legalmente validados<sup>115</sup>.

Anheier *et al* (1995), em síntese, define o capital cultural da seguinte forma: *Inclui disposições e hábitos de longa data adquiridos no processo de socialização, o acúmulo de objetos culturais valorizados, como pinturas, e qualificações e treinamentos educacionais formais*.<sup>116</sup>

Dentre as três formas mencionadas de capital cultural, o *incorporado* talvez seja o que mais nos interessa neste trabalho. Bourdieu (1998) o explica a partir do entendimento que esta modalidade de capital cultural, em estado fundamental, liga-se ao corpo do sujeito, pressupondo sua *incorporação* através de um processo de inculcação e assimilação, custando o tempo pessoal de vida do agente ("investidor"), não sendo um trabalho passível de delegação ou feito por procuração, ponto em que o autor faz analogia ao processo de bronzeamento do corpo que de modo algum pode ser terceirizado. É portanto um trabalho de "cultivar-se" (do sujeito sobre si mesmo), numa dinâmica que se inicia do "ter" para o "ser", que não cabe transmissão instantânea, ou nas palavras do autor:

O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da "pessoa", um *habitus*. Aquele que o possui "pagou com sua própria pessoa" e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo. Esse capital "pessoal" não pode ser transmitido instantaneamente (diferentemente do dinheiro, do título de propriedade ou mesmo do título de nobreza) por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. Pode ser adquirido, no essencial, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição. Não

<sup>115</sup> Bourdieu, *ibid.* (tradução nossa).

<sup>116</sup> Anheier *et al*, 1995, p. 862 (tradução nossa).

pode ser acumulado para além das capacidades de apropriação de um agente singular; depaupera e morre com seu portador (com suas capacidades biológicas, sua memória, etc.) (BOURDIEU, 1998)

Então, a alta dissimulação e até a invisibilidade é uma peculiaridade na transmissão (hereditária) do capital cultural na sua forma incorporada, estando ligado à pessoa de múltiplos modos, desde o aspecto biológico sendo um misto de propriedades herdadas e adquiridas, “na forma de disposições duradouras da mente e do corpo” (Bourdieu, 1986). De modo que se encontram reunidos no “ser” da pessoa submetido a tal processo, o acúmulo dos prestígios da “propriedade inata” juntamente com os “méritos da aquisição”, apresentando, conseqüentemente, mais elevado grau de dissimulação do que o capital econômico, havendo, por tal fato, mais predisposição a funcionar como capital simbólico, “ou seja, desconhecido e reconhecido, exercendo um efeito de (des) conhecimento”.<sup>117</sup>

Salienta o autor, que o economicismo, por definição, acaba por não se debruçar (não reconhece) sobre tal “alquimia propriamente social” que leva o capital econômico a se transformar em capital simbólico. Ignora ainda a lógica simbólica da *distinção* garantidora também de benesses materiais e simbólicas àqueles que detêm acentuado capital cultural, conferindo-lhes “valor de raridade”, retirado este da posição que ocupam na estrutura de distribuição do capital cultural. Segundo o mesmo autor, o “princípio mais poderoso” da eficácia da ideologia do capital cultural está, inequivocamente, em grande medida alicerçada na sua lógica de transmissão – demandante de alto custo financeiro e de longo período de tempo para a sua efetivação. Em tal compreensão, Bourdieu, quanto ao custo financeiro, se refere ao capital cultural objetivado – custo de cursos, tutores e obtenção de títulos acadêmicos, por exemplo. Quanto ao tempo despendido, deve ser considerado todo período de socialização que se inicia no seio familiar desde o nascimento, sendo tanto mais eficiente a transmissão quanto maior o capital cultural de familiares, acrescentado, ainda, do componente institucionalizado no processo de transmissão deste capital, através dos cursos prestados por instituições de ensino – ensino formal e os títulos deles decorrentes.<sup>118</sup>

Quanto ao capital cultural e sua forma de reprodução, Bourdieu (1986) salienta que os economistas, apesar de explicitamente considerarem válido o investimento em educação, tendo em vista os possíveis lucros dele decorrentes, mantêm-se, porém,

---

<sup>117</sup> Ibid.

<sup>118</sup> Ibid

alheios, cegos ao “melhor ocultado e socialmente mais determinante investimento educacional, a saber, a transmissão doméstica de capital cultural”, fato a que o autor chama de “paradoxo necessário”. Os estudos dos economistas sobre a relação entre “habilidade acadêmica” e “investimento acadêmico”, deixam claro que eles não se dão conta que a “habilidade” (acadêmica) ou mesmo o “talento” são em si mesmos o produto do investimento de tempo e capital cultural.<sup>119</sup>

Tais reflexões sobre as relações do capital cultural com a *habilidade e talento*, o *savoir – faire*, leva-nos a imaginar qual seria, mais claramente, o seu papel no contexto das migrações internacionais. Como, por exemplo, nas relações entre imigrados e nativos, o capital cultural especialmente em sua forma incorporada, ainda que velada ou indiretamente (ou aproveitando os termos de Bourdieu, de *maneira dissimulada e inconsciente*, como ocorre no processo de sua transmissão) certamente tem sua importância nos processos de integração e eventual ascensão social. Qual seria esse papel? Os efeitos do capital cultural na sua forma institucionalizada, mostram-se mais evidentes e até óbvios, como se constata diretamente dos estudos voltados para imigrantes de alta qualificação (*high skilled migration*), com seus diplomas e competências decorrentes de vivência acadêmica, cursos técnicos e experiência corporativa confundindo-se com os termos, mais estritamente econômicos, da teoria do capital humano (adiante pontuada).

Mas o que dizer sobre o status, distinção e sutilezas menos notórias decorrentes do capital cultural incorporado? Essa questão seria de grande interesse no presente trabalho, no que tange ao capital cultural. A questão pode se tornar ainda mais complexa quando consideramos a conversão de parte de tal capital em capital simbólico. De antemão, poderíamos considerar que compõe tal

Na teoria das formas de capital de Bourdieu, outra forma de capital que requer a nossa deferência neste trabalho, por estar estritamente ligada aos estudos voltados aos processos migratórios, é a do *capital social*. Em breve noção, esta forma de capital poderia ser definida como a combinação de recursos atuais e potenciais que podem ser mobilizados a partir da associação ou filiação do agente a redes sociais de atores ou organizações.<sup>120</sup>

Tais redes, na acepção Bourdieusiana (1986), fornecem a cada um de seus membros o respaldo do capital de propriedade coletiva, uma “credencial” que lhes

---

<sup>119</sup> Ibid. Tradução nossa.

<sup>120</sup> Anheier et al, Ibid.

confere direito a crédito, nos vários sentidos da palavra. Quanto aos relacionamentos abarcados por esses grupos, aponta Bourdieu:

(...) podem existir apenas no estado prático, em trocas materiais e/ou simbólicas que ajudam a mantê-los. Podem ainda serem socialmente instituídos e garantidos pela aplicação de um nome comum (o nome de uma família, uma classe ou uma tribo ou de uma escola, um partido etc.) e por todo um conjunto de atos instituintes projetados simultaneamente para formar e informar aqueles que a eles se submetem (Bourdieu, 1986, p. 247).

Buscando um método de mensuração do capital detido por um agente, o autor afirma que o volume do capital social é diretamente proporcional ao tamanho da rede de conexões efetivamente mobilizável pelo agente e do volume de capital que ele detém em nome próprio no âmbito dessas conexões, seja este econômico, cultural ou simbólico. De modo que embora o capital social não possa ser considerado redutível ao capital econômico e cultural que possua o agente (ou mesmo por todo o conjunto de agentes a quem ele está conectado), ele por outro lado, não é completamente desvinculado deste, uma vez que as trocas instituindo o reconhecimento mútuo pressupõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade de objetivo e porque exerce um efeito multiplicador no capital que ele possui em nome próprio.

O capital social atribuível a um agente pode ser algo volátil ou “líquido,” uma vez que as redes de conexão que o gera não é um “dado natural” ou “social” como ocorre mais estritamente na formação social decorrente das relações familiares ou de parentesco a partir de suas definições genealógicas. As conexões e consequentemente a manutenção ou extensão do capital cultural é o produto de um esforço contínuo e sem fim na instituição, cujos ritos institucionais marcam os momentos essenciais e necessários, por vezes, geradores de conhecimento e reconhecimento mútuo entre atores, que por sua vez, podem se prestar a “produzir e reproduzir relacionamentos duradouros e úteis que podem garantir lucros materiais ou simbólicos”<sup>121</sup>.

Aponta Bourdieu, que a existência de uma rede de conexões não é um dado natural, ou mesmo um dado social constituído definitivamente a partir de um ato inicial de instituição representado, no caso do grupo familiar, pela definição genealógica de relações de parentesco, que é a característica de uma formação social, mas é o produto de um esforço interminável de inserção e manutenção, cujos ritos institucionais marcam os momentos essenciais e necessários para produzir e

---

<sup>121</sup> Bourdieu, Ibid. (tradução nossa).

reproduzir relacionamentos duradouros e úteis, que eventualmente poderão garantir lucros materiais ou simbólicos.

Conforme já afirmado, os diferentes tipos e capital derivam ou são inspirados no conceito de capital econômico, tornando possível, em tese, a conversão de qualquer um deles em capital econômico, a partir de específico esforço a ser empregado em tal intuito, que em geral demanda dentro de tal esforço o investimento de tempo, de modo que dificilmente se observará o acesso imediato a bens e serviços proporcionado pelo capital econômico, na utilização das outras formas de capital. O capital econômico, por sua vez, também poderá ser eventualmente transformado em capital social e cultural em suas diversas formas.<sup>122</sup>

Em sua sociologia de concepção relacional e sistêmica, Bourdieu concebe a estrutura social como sistema de hierarquia de privilégios e poder, determinados por relações econômico - materiais e simbólico – culturais (respectivamente, renda e status/escolarização) entre agentes. A desigual distribuição dos recursos na sociedade decorre da diferente localização dos grupos na estrutura social. Tais recursos seriam traduzidos por Bourdieu nas três formas de capital aqui anteriormente descritas. Tal distribuição influencia ainda condicionamentos de ordem material e simbólica a que estão submetidos indivíduos e sociedade em geral, numa relação complexa de interdependência. De modo que o poder ou posição social ocupados por cada um na sociedade não dependem exclusivamente do capital econômico (volume de dinheiro) ou simbólico que detemos, mas da “articulação de sentidos” que tais elementos podem engendrar em um dado momento da história (SETTON, 2010).

Assim, a consideração a essa sofisticada “articulação de sentidos” que condicionam e conferem poderes e posicionamentos na escala social ao indivíduo, leva à exigência de reflexões e análises mais elaboradas sobre as relações intersubjetivas e disputas sociais, de modo a se evitar a visão mais simplista e imediatista, típicas do senso comum, que conduzem a redução hermenêutica de que somente a raça e poder econômico são os definidores do posicionamento na estrutura social. Podendo tal raciocínio quanto a necessidade de maior aprofundamento analítico ser estendido as relações entre imigrados ou imigrados e nativos numa dada comunidade.

Outra forma de capital, ainda que não listada na teoria das formas de capital de Bourdieu (1986) é a do capital simbólico, que é definida pelo autor como “a forma que

---

<sup>122</sup> Ibid.

os diferentes tipos de capital assumem uma vez que são percebidos e reconhecidos como legítimos” (BOURDIEU, 1987, p. 4)

Além das formas de capital elaboradas por Bourdieu, outra modalidade que cabe destaque neste trabalho ante a sua pertinência e relevante influência exercida nos fenômenos migratórios é a do capital humano. O próprio Bourdieu (1986) no contexto em que critica a abordagem eminentemente funcionalista dos economistas sobre a educação, cita o capital humano como um conceito mais ligado a economia, e que apesar das “conotações humanísticas, não vai além do economicismo” ao ignorar, entre outras questões, o fato de que o rendimento escolar da ação educacional depende do capital cultural previamente investido pela família.<sup>123</sup>

Estudos apontam o chamado “capital humano” como um dos componentes fundamentais nas análises sobre a experiência e desempenho do empreendedor em determinado contexto social, sendo juntamente com o designado capital social, fundamental elemento componente dos processos que resultam geração de valor e produtividade na realidade de tal empreendedor. Diferentemente do capital financeiro, o capital humano não sofre depreciação com o uso, tendendo, ao contrário, a melhorar a medida que se é utilizado (MUELLER, 2018).

Ao se buscar uma definição generalista para capital humano, passamos necessariamente por termos e conceitos como *formação educacional*, *habilidades*, *experiência* e *conhecimento*, recurso que contribuam de algum modo a gerar produtividade ou valor, podendo ser aplicado tanto à realidade do indivíduo, como a de grupos ou coletividades. Uma boa definição generalista para capital humano é atribuída a Huff (2007), que citamos a seguir:

Capital humano, recursos intangíveis coletivos possuídos por indivíduos e grupos dentro de uma determinada população. Esses recursos incluem todo o conhecimento, talentos, habilidades, competências, experiência, inteligência, treinamento, julgamento e sabedoria possuídos individual e coletivamente, cujo total cumulativo representa uma forma de riqueza disponível para nações e organizações atingirem seus objetivos.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> Bourdieu (1986) entende que a visão da área econômica é equivocada ou limitada quando num esforço para avaliar os lucros gerados a partir do investimento escolar, só conseguem considerar a lucratividade das despesas educacionais para a sociedade como um todo - a "taxa de retorno social" ou o "ganho social da educação - de acordo com mensurações de seus efeitos sobre a produtividade, ignorando os efeitos do processo de transmissão do capital cultural pelas famílias que por sua vez contribui com a reprodução do capital simbólico.

<sup>124</sup> Citado em "Human capital." *Britannica Academic*, Encyclopædia Britannica. 30 Maio de 2013May. 2013. Disponível em: [academic-eb-britannica.ez20.periodicos.capes.gov.br/levels/collegiate/article/human-capital/600940](http://academic-eb-britannica.ez20.periodicos.capes.gov.br/levels/collegiate/article/human-capital/600940). Acesso em: 20 de Julho de 2018.

Em perspectiva mais restrita, focada no apelo ao incremento da produtividade organizacional, Mueller (2018) concebe o “capital humano” como algo incorporado na pessoa individual e que se verifica nas habilidades, conhecimentos e características de uma pessoa à medida que contribuem para o processo de produção (MUELLER, 2018, p. 49).

Becker (1964), em seu livro chamado *Capital Humano*, define-o como conhecimentos e habilidades que se adquirem por meio de investimentos em “escolaridade, treinamento no trabalho e outros tipos de experiência”. A teoria do Capital Humano foi inicialmente desenvolvida como uma forma de estimar a distribuição de renda dos funcionários a partir de seus investimentos em aprendizado e educação. Duas conceituações básicas diferentes foram consideradas pelo autor: 1) O investimento em capital humano em comparação aos resultados do investimento em capital humano. E em uma outra perspectiva, que mais interessa a nós no presente trabalho, 2) o capital humano “relacionado à tarefa” (*task-related*) do capital humano “não relacionado à tarefa” (*not related to a task*) (cf. UNGER, 2011).

A hipótese da teoria macroeconômica do desenvolvimento de que o nível de capital humano em uma organização leva a melhorias de ordem macroeconômica, passa a justificar investimentos em recursos humanos – educação e qualificação, saúde etc, - ganha popularidade a partir de 1993, como uma maneira de desenvolver ou fazer manifestar competências latentes (BECKER, 1993).

Apesar da importância e consistência descritiva das definições, importante destacar que o capital humano pode assumir diversas características, cabendo sempre se considerar em uma análise, possíveis associações com certas variáveis, sendo, portanto, da natureza do capital humano assumir configurações diversas. Num movimento de aproximação do objeto do presente trabalho, trazemos o campo do empreendedorismo: onde podemos afirmar que diferentes modalidades de empreendedorismo podem requerer diversas configurações de capital humano. Estrin, Mickiewicz e Stephan (2016) em seu modelo de análise sobre a escolha do indivíduo em se tornar empreendedor, faz a distinção entre o *capital humano geral* e o *específico*, estando o primeiro tipo, relacionado ao conhecimento adquirido com a educação formal e o segundo à experiência, oportunidade em que se adquire conhecimentos específicos. O *empreendedorismo social*, por exemplo, requer configurações diferentes do empreendedorismo comercial ou este requer capital humano mais *específico*, enquanto o primeiro, o *geral*. Afirmam ainda que o *capital*

*humano empreendedor específico* é relativamente mais importante no empreendedorismo comercial, e o capital humano geral no empreendedorismo social, e que os efeitos do capital humano estariam condicionados a fatores de ordem regulatória e legal (Estrin, Mickiewicz e Stephan, 2016).

De um modo geral, os estudos e argumentos sugerem que o nível de capital humano pode estar diretamente ligado a propensão ao sucesso. Entretanto considerando que existem várias configurações de capital humano, uma das conclusões a que se pode chegar é que o capital humano para fins de sucesso no empreendedorismo, deve se dar de forma ajustada ao tipo de empreendimento que se deseja conduzir, de modo que um tipo ideal de capital humano em um empreendedor é aquele cuja bagagem de conhecimentos e habilidades esteja diretamente relacionado às necessidades de seu negócio, sendo esse o tipo de capital humano a que chama *task-related*, sendo assim, menos propenso ao sucesso o capital humano do tipo *not related to a task*, quando o conhecimento acumulado não é ajustado as atuais demandas . Por outro lado, defendia Becker (1964) a ideia que os investimentos em capital humano do tipo “educação formal e experiência de trabalho”, geram uma possibilidade de conduzir ao conhecimento/habilidade (efeitos possíveis do investimento em capital humano), trazendo, assim, menos garantias de bom desempenho e sucesso do que se contar de forma clara e objetiva com o conhecimento/habilidade adequados à uma dada realidade do empreendedor<sup>125</sup> (UNGER, 2011).

Assim, a teoria do capital humano, inicialmente ligada aos estudos da economia, mantem-se em evidência desde os anos 1960. Preconiza a ideia de que a bagagem educacional é determinante da produtividade do trabalho e consequentemente de ganhos e que a formação intelectual deve ser considerada uma modalidade de capital econômico. Vem também sendo de forte influência na política e na compreensão da esfera pública quanto às relações entre educação e trabalho. Entretanto, são apontadas falhas de ordem metodológica na teoria, notadas quando colocada à prova ante os fatos da vida. Ela não elucida como a educação de fato aumenta a produtividade, nem demonstra, a partir de sua perspectiva teórica única e “modelagem de sistema fechado, aplicação de ferramentas matemáticas e análise multivariada de variáveis interdependentes” como, por exemplo, os salários se tornaram acentuadamente desiguais ou o impacto do status, limitações discutidas “com

---

<sup>125</sup> UNGER, op.cit.

referência a pesquisas sobre estratificação, trabalho, rendimentos e educação” (MARGINSON, 2019).

Evidenciando as limitações explicativas da teoria do capital humano, ressalta Sweetland (1996) que os tipos e meios de educação são diversos, como também os benefícios gerados a partir da educação. Podem ser citados como exemplo de benefícios diversos decorrentes da educação, os ligados a melhorias de saúde e nutrição; a contribuição para o controle do crescimento populacional, propiciar relações mais justas, humanas e democráticas, com respeito à institucionalidade e direitos, fornecendo, assim, meios para uma cidadania esclarecida. Todos esses efeitos da educação guardam notável e óbvia importância, porém são benefícios de ordem qualitativa, gerando dificuldades para medições quantitativas, o que talvez explique por que o tema do crescimento econômico se tornou o “benefício de escolha” em análises empíricas (SWEETLAND, 1996).

Em consonância com tal compreensão sobre o capital humano, as diversas manifestações e efeitos decorrentes da bagagem educacional do indivíduo no contexto das migrações internacionais ou transnacionais são certamente campo fértil quanto a seus impactos quantitativos e qualitativos, de diversas ordens, nas localidades de destino e na vida dos imigrados.

No caso do presente trabalho cujo objeto são as relações em torno do imigrante empreendedor e suas percepções, observa-se que na maioria dos casos analisados, os imigrados detêm bom nível educacional – maioria com nível superior – porém, a princípio, nenhum deles atua no Brasil, mais diretamente no ramo da formação formal que obtiveram. Observando-se, assim agrônomos, pedagogos e engenheiros no ramo de restaurante ou economistas no ramo de hotelaria. Considerando os apontamentos de Becker (1964) seriam, no casos estudados, os italianos detentores do capital humano do tipo *geral*. Contudo, entendemos que as análises só possam se dar de modo mais satisfatório, ao considerarmos a combinação com outras formas de capital, incluindo aquelas acima apresentadas.

A concepção do capital humano se torna também de interesse do presente trabalho uma vez que está implicada na base de análises do modelo *mixed embeddedness*, que, a seu turno, demanda uma compreensão além do capital humano, a categorias do capital social e dos quadros político institucionais.

Antes de adentrarmos na reflexão sobre tal combinação de capitais na literatura relacionada às migrações, outro forma de capital que chama a nossa atenção,

também, pela pertinência quanto aos estudos migratórios, é a concepção de capital étnico.

O capital étnico, por sua vez, é inerente e essencial a toda pessoa humana, incorporando-se à vida do sujeito de modo involuntário, sendo um conceito estritamente relacionado à origem étnica e sociocultural<sup>126</sup>. Ainda que, em tese, o capital étnico não possa ser adquirido ou aumentado, ele é transferível, facilitando por sua vez, a obtenção de capital social, humano e consequentemente financeiro. Durand (2011) propõe uma definição bastante elucidadora acerca do capital étnico:

O capital étnico é o que cada pessoa tem quando tem um local de nascimento, nacionalidade, sobrenome, genealogia, raça e fenótipo. Em geral, este tipo de capital é legado em vez de adquirido, e é uma parte essencial de uma pessoa. Não se pode mudar o lugar de nascimento, que aparece em todos os documentos de identidade. É possível adquirir outra nacionalidade, mas com base em uma nacionalidade original. É impossível mudar os antepassados, que, além de um sobrenome, geralmente fornecem características genéticas, fenotípicas e raciais. O capital étnico não tem necessariamente um vínculo direto com a cultura, embora possa, obviamente, estar relacionado (DURAND, 2011, p. 68)<sup>127</sup>.

Poderá ainda o capital étnico ser entendido como um recurso chave na busca por estabelecimento de um negócio por parte de um migrante empreendedor, sobretudo em âmbitos de ocorrência de concentração e redes étnicas de um grupo em um dado local e tempo (WANG e MAANI, 2014).

Visando trazer maior clareza à exposição de razões para aplicação dos estudos sobre o capital étnico ao presente trabalho, mostra-se oportuno uma breve explicação sobre a modalidade de migração conhecida como transgeracional. Essa modalidade de migração diz respeito aos descendentes de imigrantes que fazem o movimento de migrar para a terra de origem de seus ascendentes aproveitando-se, geralmente, das facilidades de ordem política e cultural conferidas aos descendentes dos nacionais. Assim, não se pode alegar ser uma migração de retorno, visto que se trata, como mencionado, da terra de origem dos ascendentes daquele que está a migrar e não da sua própria. O padrão migratório em tais casos baseia-se na gestão da “identidade, fenótipo, nacionalidade, ancestrais, genealogia e sobrenome como recursos que o permitirá emigrar legalmente, regularizar sua situação, facilitar sua integração ou ajuste no local de destino” (DURAND, 2011, p. 66).

---

<sup>126</sup> Wang e Maani (2014) adotam definição mais abrangente de capital étnico do que a aqui explorada, ao entenderem que o termo também se vincula a idéia de concentração e rede étnica de um grupo de imigrantes.

<sup>127</sup> Tradução nossa.

Durand (2011) defende a suposição de que por parte do país que recebe tais migrantes transgeracionais (diferente do que acontece com as tentativas, não bem sucedidas, de se estabelecer programas para atender imigrantes de outras culturas e etnias), a afinidade cultural, racial e étnica, além de facilitar processos de assimilação, também minimiza a rejeição na sociedade de destino. Há os casos, porém, que ocorrerão relações estabelecidas entre não - coétnicos, ou seja, entre sujeitos de duas nacionalidades e culturas diferentes no contexto migratório, casos em podem ser incluídos as relações entre imigrantes não nacionais e nativos de determinado local.

Entretanto, cabe destacar que o capital étnico não sendo algo estático e ainda que em seu construto sejam destacados componentes de ordem genética e cultural, em determinado tempo e espaço, pode ocorrer dele ser significativamente influenciado por questões de ordem socioeconômica, contribuindo com que determinado povo ou grupo possa ser reconhecido ou acolhido de modo mais ou menos favorável no transcurso do tempo/história. A ideia Bourdieusiana de capital cultural enriquece esse debate, visto que do mesmo modo que pode ocorrer na perspectiva do capital étnico, segundo estudos com base no capital cultural, migrantes buscam criar mecanismos de validação desta modalidade de capital, tanto junto a nativos (maioria étnica) nas localidades de destino, quanto junto a coétnicos e redes sociais implicadas (EREL, 2010).

No concernente a capitais e preferências, em reflexão sobre os movimentos migratórios da Europa para a América, Canclini (2003) destaca que no decorrer da história, mostrou-se prevacente o “caráter mercantil da interação” entre Europa e EUA, sendo que as análises realizadas, tradicionalmente, não dão ênfase a tal aspecto. Aponta o mesmo autor, a distância que existiu e continua a existir entre o discurso humanista e as práticas políticas. De modo que atualmente, mais do que no passado, diversos países europeus dispensam tratamento desigual aos “imigrantes e turistas” das várias nações da América Latina. Em contrapartida, do lado latino americano, não ocorrem relações equânimes com todos os europeus. Já se mostrou, por exemplo, preferência por alemães a portugueses, franceses a espanhóis. Tal constatação, poderia ser explicada a partir da perspectiva conceitual do capital cultural e simbólico.

Bauman (1998) já advertia que de fato, certos indivíduos que se enquadram em certo perfil em termos de disponibilidade de recursos e de origem, estariam no topo da “hierarquia global de mobilidade”. No entendimento de Canclini (2003), hoje, a

concorrência e a discriminação no mercado, prevalecem sobre a ideia de universalidade de direitos, políticas e culturas, diferentemente do que ocorreu, em tese, na época em que o iluminismo e as ideias da Revolução Francesa prevaleciam nas constituições dos países e inspiravam as relações.

A concorrência e a discriminação no mercado prevalecem sobre a universalidade de direitos políticos e culturais. Portanto, por mais que nos dias que correm se fale muito mais de integração entre países latino-americanos e europeus e se realizem acordos mais concretos que em qualquer época anterior, a abertura aos outros, a construção de uma interculturalidade democrática, está mais subordinada ao mercado que em qualquer época precedente (CANCLINI, 2003, p. 76).

Assim dentro dessa estratificação na escala de valoração sobre a origem do sujeito ou grupo migrante das diversas nações, a teoria dos capitais pode ser de significativo apoio a análises que visem, em determinado local e tempo, aferir o grau de favorecimento ou tratamento conferido a um imigrante e, sobretudo, como isso pode se refletir na regulação, políticas e práticas de instituições em torno da realidade do imigrante, sendo este o maior interesse da pesquisa aqui apresentada.

Ante tais considerações, entendemos haver, em alguma medida, certa sobreposição entre o que dita o conceito de capital simbólico e cultural de Bourdieu com o de capital étnico. E pelo fato da teoria do capital étnico enfatizar mais acentuadamente o componente racial e fenotípico, não consideraremos mais diretamente tal modalidade de capital nas análises deste trabalho, uma vez que, como tratado anteriormente, fugiremos a explicações baseadas simploriamente na ideia do binômio raça/capital econômico como explicação para os achados de campo nas relações entre imigrantes internacionais e o nativo nacional, priorizando a mencionada “articulação de sentidos” apontada por Bourdieu. Assim, em nossa abordagem nos ateremos mais diretamente às concepções de capital cultural e simbólico, além do capital humano e social, estes dois últimos, sobretudo, por serem implicados no modelo analítico adotado – o *mixed embeddedness*.

Na literatura internacional, pesquisas sobre o imigrante empreendedor, em cujas análises são utilizadas a abordagem *mixed embeddedness*, seguindo o que preconiza tal modelo, são incluídas análises sobre o capital social e humano dentre os recursos pessoais do imigrante. Assim, em adaptação a essa perspectiva, visando ainda maior amplitude analítica e poder explicativo, acreditamos que possam ser abarcadas, com a mesma ênfase conferida às demais mencionadas formas de capital, análises relacionadas ao capital cultural e simbólico. Ante tal opção, reiteramos que o *mixed embeddedness* é na presente pesquisa, utilizado com adaptações. Tal adaptação ao

modelo original, tem ainda o intuito de melhor ajuste ante eventuais peculiaridades na aplicação aos casos dos imigrados no norte e nordeste do Brasil. Por tal razão, resta explicada e justificada a exploração da teoria das formas de capital de Bourdieu (1986).

Compõe a problemática do presente trabalho o questionamento: no caso dos italianos nas localidades da região norte e nordeste do Brasil estudadas, se estaríamos diante de grupos de imigrantes, numa “hierarquia migracional”, posicionados acima de demais grupos do ponto de vista da realidade de acolhimento, integração e, sobretudo, se desfrutariam de vantagens na concretizadas na atuação de entidades dos quadros político-institucionais (público e privados) de tais lugares. Para o imigrante (ou grupo de imigrantes) que venha a se enquadrar em tal perfil, cunho a designação de *imigrante overclass*, termo que será melhor explicado adiante neste trabalho.

Uma resposta afirmativa à pergunta anterior conduziria a reflexões sobre os impactos de tal peculiaridade sobre a vida dos imigrados diretamente favorecidos e até mesmo, a dos não favorecidos, sendo que estes, ainda que a primeira vista possam parecer prejudicados ou preteridos com tal possível realidade estrutural, eventualmente, mesmo que obliquamente, podem ser, em alguma medida, positivamente alcançados por tais benesses. E por qual razão seriam alcançados?

Na medida em que, sobretudo em se tratando de instituições públicas, estas têm as suas atuações estritamente vinculadas à normatividade que regem à Administração Pública, ou seja, são obrigadas na condução de seus atos, ao atendimento a princípios e demais normas que, a seu turno, refletem valores e regras constitucionais, podendo ser citados, a exemplo, os princípios como os da legalidade, impessoalidade, moralidade e isonomia, de modo que, dentro de alguma margem de discricionariedade, através de um ato, que eventualmente gere favorecimento ou benefício a um grupo específico ou outro, considerando a peculiaridade do caso a caso, este poderia, em tese, configurar precedente que poderia fomentar outros atos similares ou que seriam estendidos a outros grupos ou indivíduos. Ou mesmo, em dinâmica diversa, legitimariam reivindicações por parte destes grupos, a tratamento igualitário. De modo que, grupos, ainda que eventualmente preteridos com tal possível realidade estrutural, eventualmente poderiam ser positivamente impactados por medidas de natureza pública institucional.

Antes de adentrarmos nas reflexões sobre como os capitais na formulação de Pierre Bourdieu podem contribuir na elucidação de questões do campo migratório, insta introduzirmos conceitos básicos formulados e aprimorados na teorização atribuída a esse autor, tratando, a saber, dos conceitos de *campo* e *habitus*, que subsistem entrelaçados e que juntamente com outros, compõem a “*rede de interações* que orienta a sociologia relacional” (THIRY-CHERQUES, 2006).

A intenção aqui é a de abordar os conceitos de campo e *habitus* de forma breve, *en passant*, sendo mencionada apenas devido a sua obliqua relação com a teoria dos capitais (sobretudo a noção de *habitus*) e a teoria disposicionalista, mais precisamente no que concerne ao capital cultural e simbólico implicados na articulação de sentidos que se operam nas relações entre imigrado italiano e nativo nas localidades estudadas. Assim fugiria à pertinência ou necessidade tratar os mencionados conceitos à exaustão ou com delongas, quando uma compreensão mais elementar sobre eles e como se articulam, já satisfazem os fins analíticos aqui visados. A adequação da utilização da teoria de Bourdieu de forma pontual como no presente trabalho é facilitada pelo entrelaçamento dos seus “conceitos chave”, que funcionam de forma interdependente, tornando-os aplicáveis a distintas realidades, permitindo ainda, a sua utilização pontual em análises sociais, incluindo sua formação, compreensão de agentes, valores e costumes (JANOWSKI, 2014)

Lizardo (2004), aponta ser o *habitus* em si, uma *estrutura dinâmica generativa* que se adapta e acomoda a outra estrutura dinâmica de mesonível (*mesolevel*) composta principalmente por outros atores, práticas situadas e instituições duráveis - campos. Em tentativa de reconstruir as origens intelectuais da ideia de *habitus*, a atribui a uma criativa mistura de conceitos que teria sua origem *na antropologia proto-estrutural de Durkheim e Mauss, na antropologia estrutural pós-saussareana de Lévi-Strauss e no estruturalismo genético-psicológico de Jean Piaget*. (LIZARDO, 2004, p. 376).

O *habitus* tem ainda sua importância ao servir de expediente de salvação, ao evitar que a teoria de Bourdieu se funde no paradigma do *formalismo posicional racionalista* (“com agentes descorporificados inseridos em campos e engajados em estratégias para acumular diferentes tipos de capital”), permitindo análises sobre o agente social enquanto “ator físico e corporificado”, sujeito a restrições de ordem emotiva, cognitiva e de desenvolvimento, afetado pelas configurações físicas e institucionais reais do próprio campo. Trata-se, assim, de uma *sociologia cognitiva* que

considera em seus postulados o desenvolvimento de esquemas de percepção em função da história, considerando ainda a *classificação* e *ação*, que, a seu turno, podem ser responsabilizados pela reprodução social de ordem macroestrutural, como, também por sua mudança.<sup>128</sup>

Segundo Bourdieu (2007) o *habitus* é um sistema de disposições (estruturado e estruturante), nos quais estariam implicados em graus variáveis, a sensorialidade do indivíduo, compreendendo os modos de sentir, perceber, pensar, fazer, podendo condicionar o seu modo de agir em uma dada circunstância. Entretanto, deve ser salientado que as disposições que compõem o *habitus* são flexíveis, plásticas e não determinísticas ou mecânicas, ainda que possam se manifestar de modo despercebido pelo indivíduo. O *habitus*, enquanto “conjunto de disposições duráveis adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização”, pode ser compreendido ainda como uma reinterpretação da noção de *ethos*, proposta por Bourdieu (AMOSSY, 2005, p. 26).

Em reflexão sobre o conceito de *habitus*, aponta de modo bastante elucidador, um de seus principais “críticos”, Lahire (2002):

Com esta ferramenta teórica, o sociólogo pretendia apreender o social sob sua forma incorporada (o que o mundo social deixa em cada um de nós na forma de propensões a agir e reagir de certa forma, de preferências e detestações, de modos de perceber, pensar e sentir) e assim atacar as bases do mito da liberdade individual. Na longa tradição que se pode qualificar de “disposicionalista” (a que faz intervir no raciocínio sociológico as disposições sociais incorporadas, os hábitos, o *ethos*, as inclinações, os “pendores” contraídos no decorrer de experiências sociais repetidas), é, com toda evidência, do lado dos trabalhos de Pierre Bourdieu que se encontra o maior esforço de explicitação em matéria de teoria da ação (LAHIRE, 2002, p. 45)

Sobre as disposições que compõem o *habitus*, aponta de forma consistente, Thiry – Cherques (2006), nos termos a seguir:

São adquiridas pela interiorização das estruturas sociais. Portadoras da história individual e coletiva, são de tal forma internalizadas que chegamos a ignorar que existem. São as rotinas corporais e mentais inconscientes, que nos permitem agir sem pensar. O produto de uma aprendizagem, de um processo do qual já não temos mais consciência e que se expressa por uma atitude “natural” de nos conduzirmos em um determinado meio. O termo *habitus* (...). Denota o sistema de disposições duráveis e transferíveis, que funciona como princípio gerador e organizador de práticas e de representações, associado a uma classe particular de condições de existência. O *habitus* gera uma lógica, uma racionalidade prática, irreduzível à razão teórica. É adquirido mediante a interação social e, ao mesmo tempo, é o classificador e o organizador desta interação. É condicionante e é condicionador das nossas ações. O *habitus* constitui a nossa maneira

---

<sup>128</sup> Ibid. Tradução nossa.

de perceber, julgar e valorizar o mundo e conforma a nossa forma de agir, corporal e materialmente. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 7).<sup>129</sup>

Outro conceito bourdieusiano que brevemente destacaremos aqui é o de *campo*, uma vez que está diretamente ligado ao de capital, sendo no campo onde se operam disputas de posição e poder no âmbito social. O *campo* pode ser definido a partir da imagem de uma configuração ou rede de relações sociais, por sua vez organizadas com diferentes posições de dominância. Cada campo terá suas regras e o aprendizado dessas regras pelos indivíduos são abrangidos pelo conceito de *habitus*.

Contudo, a sociologia de Bourdieu vai além da análise sobre a reprodução de diferenças de capitais e poder, é interpretativa do jogo de poder e distinções que tem lugar em um dado *campo* de sociedades hierarquizadas, podendo ser aqui destacado o aspecto de sua obra relacionado à produção do gosto cultural. Para ele, tanto o gosto quanto as práticas culturais das pessoas resultam de um conjunto de condições específicas no processo de socialização. A composição do gosto de um indivíduo ou de grupos, pode ser apreendida na sucessão histórica de experiências na vida desses, como também é de onde se pode aferir as eventuais vantagens ou desvantagens de ordem material ou simbólica dessa composição decorrentes (SETTON, 2010)

Com a intenção estabelecermos uma base teórica que reforçará respostas à problemática deste trabalho relacionada às diferenciações de tratamento, interação e integração social de imigrantes internacionais em localidades de destino, mostra-se pertinente retomarmos em certa medida a reflexões sobre o capital cultural em Bourdieu em relação com outro conceito desse autor, o de classes sociais, estabelecendo ainda pontes com a teoria clássica de Marx e Weber e a teoria da estratificação social (OLINTO, 1995).

Em seu artigo de 1987 intitulado *What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups*, Bourdieu ante de iniciar sua reflexão, lança a seguinte pergunta: “as classes são um construto científico ou elas existem de fato?”. O autor em tom ainda mais provocativo, diz que tal pergunta trata-se de um eufemismo para outra pergunta mais direta e mais diretamente política, a saber, “as classes existem ou não?” (Bourdieu, 1987)<sup>130</sup>.

Em resumo, Bourdieu desdobra o conceito de classe em duas categorias nas quais estão implicadas e se destacam a ideia de capital cultural, distinguindo-as em:

<sup>129</sup> Para uma explicação mais completa e detalhada sobre o *habitus* e a síntese de outros componentes da teoria de Bourdieu, cf. Thiry-Cherques (2006).

<sup>130</sup> Bourdieu, 1987 (tradução nossa).

(i) classes teóricas (ou prováveis) e (ii) classes concretas (ou reais). As primeiras são definidas considerando as disponibilidades de capitais (formas básicas de poder) que detêm grupos ou indivíduos em um dado “espaço social”, de modo que, uma vez que as formas de poder são diversas, o indivíduo ocupará uma posição determinada nesse espaço social de multidimensões, onde as “classes” seriam os grupos que estão posicionados com maior proximidade entre si neste espaço, configurando uma estrutura de probabilidades, portanto, imprecisas, prováveis, suscitando “chances de vida”. As segundas - “classes concretas”, têm propriedades comuns mais evidentes, como, por exemplo, o compartilhamento entre os membros da “classe” de práticas culturais, locais de moradia, estilos de vida, atuação em função de interesses pessoais, sendo os atos desempenhados carregados de valor simbólico, status e prestígio conferido. O movimento entre as duas mencionadas concepções de classe pode ocorrer, não sendo, porém, dado dependendo, como visto de princípios consubstanciados, com o condão de compor identidades grupais<sup>131</sup>.

Bourdieu (1987) entende há a propensão de que agentes posicionados no espaço social com maior proximidade, estejam submetidos aos mesmos fatores condicionantes, e por consequência, possam engendrar disposições e interesses e reproduzir iguais práticas e representações. De modo que, posições semelhantes ocupadas no espaço social possibilitam o desenvolvimento do mesmo *habitus*

Ante tal perspectiva sobre a ideia de classe, seguindo o exercício proposto por Olinto (1995), podemos indagar como a concepção bourdieusiana de classe, com seu destaque dado ao aspecto cultural, alinha-se às teorias clássicas de Marx e Weber, salientando a associação usualmente feita de Bourdieu à corrente neo-marxista. O que seria em parte verdade, sobretudo quanto ao estilo e elementos prevaletentes na abordagem sobre o social, como o radicalismo no estilo e a priorização do capital.<sup>132</sup>

Entretanto, a autora demonstra de forma sagaz e coerente a maior alinhamento do pensamento de Bourdieu com o de Weber na sua concepção de classes. Uma vez que na análise proposta por Marx tudo deliberadamente é reduzido ao nível econômico, ao âmbito produtivo e à relação entre capital e trabalho. Enquanto em Weber, em que pese propor uma definição de classe por critério eminentemente econômico, este enfatiza a esfera de mercado na qual agentes compartilham as

---

<sup>131</sup> Olinto, *ibid.*

<sup>132</sup> Para maior esclarecimento sobre as afinidades entre Bourdieu e Marx, cf. Olinto, *ibid.*

mesmas chances e recursos, além do capital/trabalho e não se restringindo à esfera produtiva.

Com efeito, parece haver urna estreita semelhança entre as classes como chances de vida e as classes prováveis de Bourdieu. Da mesma forma, as classes e os grupos de status de Weber se assemelham aos grupos concretos de Bourdieu. Entretanto, Bourdieu se toma mais Weberiano do que o próprio Weber por incluir a dimensão cultural e simbólica na definição das próprias chances de vida e não apenas na formação de grupos reais. Em Bourdieu, o capital que estabelece essas classes teóricas não é apenas econômico, mas também social, cultural e simbólico. (...) Ao se identificar tanto com Marx quanto com Weber, ou mais com Weber do que com Marx., a teoria de Bourdieu não se mostra inconsistente ou reacionária, mas, ao contrário, segue a tendência convergente que caracteriza abordagens mais recentes à teoria de classe (OLINTO, 1995, p. 32)

Além das peculiaridades do conceito de classe de Weber e sua pretensa afinidade com o pensamento de Bourdieu, outro conceito de Weber a se salientar ante os propósitos do presente trabalho, é o de “grupos de status.” Este conceito dialoga com a ideia de classes reais ou concretas, mas com o diferencial de que enquanto as classes tendem a ser determinadas pela condição econômica, os “grupos de status”, a seu turno, são compostos, sobretudo, a partir do prestígio atribuído aos grupos, diferenciando-se ainda das classes por serem normalmente compostos por comunidades. De modo que, a “situação de status” designa elementos típicos que compõem os “destinos de vida” determinados a partir da honra ou estima social (positiva ou negativa) atreladas a cada um. (WEBER, 1966).

Então, consideramos plausível a abstração de promover a subsunção dos dados levantados em campo (no caso, junto aos italianos empreendedores no norte e nordeste do Brasil) à ideia de *grupos de status* de Weber, na medida em que utilizamos da proposição de serem os italianos nas localidades ou contextos sociais analisados, beneficiados enquanto imigrantes em tais contextos sociais, ante peculiar “articulação de sentidos” por parte dos nativos e suas instituições que, em geral, atribuem aos italianos valoração que possivelmente tendem a favorecer socialmente em tais contextos, a partir da percepção simbólica implicadas no *habitus* ou nas disposições dos nativos.

Os grupos de status, por sua vez, acabam por tornarem-se habilitados a acionar outras fontes de poder a partir do “estilo de vida” e por deterem “cultura de status própria” (OLINTO, 1995).

Enquanto o lugar genuíno das “classes” é na ordem econômica, o lugar do “grupos de status” está dentro da ordem social, isto é, dentro da esfera da distribuição da “honra”. A partir dessas esferas, classes

e grupos de status influenciam uns aos outros e influenciam a ordem jurídica e são por sua vez influenciados por ela (WEBER, 1968, p. )

Assim, observa-se que Weber aborda classe como uma formação não-social, em contraste com grupos de status e partidos (*parties*), que são vistos emergir através de modos comunitários ou associativos de socialização (GANE, 2005).

No capítulo referente a análise de dados, traçamos uma reflexão na qual está implicada a ideia de “grupos de status” de Weber, ao detalharmos o conceito, apresentado neste trabalho, de “imigrante *overclass*”.

### 2.3.3 A Teoria da Ação de Weber e o campo migracional

Entendemos que a aposta em buscar explorar a teoria das formas de capitais de Bourdieu em análises sobre o contexto entre imigrante europeu e o nacional brasileiro implicando os mencionados grupos de status de Max Weber, nos remete a sua à Teoria da Ação Social, cujos postulados podem ser também de contribuição com o presente trabalho.

Ainda que haja certo consenso quanto ao fato da teoria da ação de Weber ser demasiadamente generalista para sustentar respostas às questões ligadas à análises sobre o indivíduo (migrante ou o nativo), a mesma terá sua relevância para os interesses da presente pesquisa, dada a compatibilidade entre a teoria da ação social e as ideias preconizadas pela teoria dos capitais, mostrando-se, assim, pertinente tê-la como referência. Para Weber, a Sociologia seria: “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos”. Posta tal definição, mostra-se necessário também trazer uma outra de sua autoria, a de “ação”, que, deve ser entendida como “um comportamento humano” (“fazer interno ou externo, de omitir ou permitir”) relacionado pelo agente a um “sentido” subjetivo. A “ação social”, a seu turno, seria aquela que mesmo dentro de um “sentido visado pelo agente ou agentes”, tem como referência o comportamento por outros adotado (WEBER, 2009).

Aponta Weber (2009), em que pese a ação social seja deflagrada a partir da voluntariedade do indivíduo, essa nunca ocorre como “fenômeno isolado”, e sim tem sua ocorrência sempre orientada pelo comportamento de outro indivíduo ou de uma multiplicidade indeterminada de pessoas, dentro de uma perspectiva de reciprocidade e da lógica da “sociologia compreensiva” do autor<sup>133</sup>. Em sua obra, *Economia e*

---

<sup>133</sup> Cf. WEBER, op. cit., p. 13.

*Sociedade*, argumenta que como em toda ação, a “ação social” poderá ser classificada nos termos seguintes: 1) *a ação de modo racional referente a fins* (que possui finalidade clara a ser atingida, com base em expectativas sobre objetos do mundo exterior e as pessoas, que são utilizadas como “meio” ou “condições” para alcançar fins próprios, a serem alcançados dentro de uma conduta racional, como o sucesso, a estabilidade financeira; 2) *de modo racional referente a valores* – consistindo na crença consciente em valores, tais como os éticos, estéticos etc. – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) *de modo afetivo, especialmente emocional* – por motivos de afeto ou de cunho emocional momentâneo e 4) *de modo tradicional* – as que se dão devido aos costumes enraizados.<sup>134</sup> Assim, acreditamos que os *capitais*, no contexto das relações entre nacional brasileiro e imigrante italiano, está estritamente ligado ao preconizado por Weber sobre a ação social, talvez, como um combinado das modalidades de números 2, 3 e 4 (cf. supra), podendo serem considerados teorias a serem associadas para os fins da presente pesquisa.

De modo suplementar, poderíamos acrescentar outro instrumento analítico de Weber, dado a pertinência aos nossos estudos, a saber, o do “tipo ideal” que, em breve síntese, seria o tipo puro, concebido como típico, em uma construção elaborada pelo pesquisador. A ideia do “tipo ideal” é aclarada, quando é associada à primeira modalidade de ação acima enumerada, a ação racional referente a fim, como segue:

A construção de uma ação orientada pelo fim de maneira estritamente racional serve, nesses casos, à Sociologia como tipo (“tipo ideal”). Permite compreender a ação real, influenciada por irracionalidades de toda espécie (afetos, erros) como “desvio” do desenrolar a ser esperado no caso de um comportamento puramente racional (WEBER, 2009, p.5).

A sociologia compreensiva de Weber mostra-se, assim, racionalista, apenas na medida de uma conveniência metodológica. De modo que, somente enquanto recurso metodológico, deve ser considerada como racional, não devendo gerar o entendimento equivocado de que a Sociologia faz uso de um preconceito racionalista ou crê na efetiva predominância do racional sobre a vida.<sup>135</sup>

Por sua vez, a ação de migrar (da parte do que migra) utilizando-nos das definições relacionadas à teoria da ação social de weber, estaria, em tese, predominantemente enquadrada como “a ação de modo racional referente a fins”, uma vez que no processo migratório, sobretudo imaginando a perspectiva do migrante

---

<sup>134</sup> WEBER, op. cit., p. 15

<sup>135</sup>WEBER, loc. cit.

para fins de empreender, o ato de migrar, mais pragmaticamente analisado, parece visar o alcance de maior segurança, estabilidade profissional e atendimento a fins econômicos etc.<sup>136</sup>, o que pode variar se migrar ocorre a partir de outras motivações, como a de união familiar ou conjugal, por exemplo.

Do ponto de vista do homem nacional brasileiro na sua relação com o empreendedor migrante, atos que fujam a uma racionalidade, seja como consumidor (de seus produtos e serviços) ou na celebração de negócios, seja enquanto representantes das instituições públicas ou privadas encarregadas da elaboração, condução e aplicação de políticas, da regulação e atores através dos canais de interação com esse imigrado, imaginamos a possibilidade de tais interações serem permeadas por efeitos decorrentes dos capitais mobilizados de tais empreendedores imigrados em determinadas localidades e em um dado tempo. Cabe, portanto, à pesquisa desvelar o teor das ações nessas interações, podendo em parte nos ampararmos na Teoria da Ação Social preconizada por Weber e na Teoria Disposicionalista, que abordaremos mais detidamente na sequência neste trabalho.

Ainda que as mencionadas definições dos tipos de “ação social” sirvam de base para a compreensão do pensamento de Weber sobre a economia, sendo de alguma contribuição, talvez esteja mais proximamente relacionada ao tema deste trabalho, a aplicação da teoria de Weber quando trata do mais específico conceito de “ação econômica” e ou “ação social econômica”, senão vejamos: para justificar tal consideração, mostra-se necessário trazer as definições de Weber sobre tais modalidades de ação, constantes da sua obra *Economia e Sociedade*, obra cujo objetivo geral foi o de demonstrar a possibilidade da Sociologia e sua perspectiva particular, amparar a análise de fenômenos socioeconômicos, inserindo análises voltadas para interesses em uma dimensão social.<sup>137</sup>

Segundo weber, a ação econômica do indivíduo será social apenas quando levar em consideração o comportamento de mais alguém. A partir dos termos da

---

<sup>136</sup> Porém, Ao se considerar especificamente o migrante empreendedor, devido ao apelo dessa subcategoria às análises também no âmbito da economia e sociologia econômica, talvez mais acertado venha a ser considerar a aplicação da teoria de Weber quando trata da “ação econômica” e ou “ação social econômica”, ao invés da definição de “ação social”, de aplicação mais genérica. Para Weber a ação econômica do indivíduo será social apenas quando levar em consideração o comportamento dos outros. Ainda que o escopo das variedades de ação tratados pela sociologia é muito mais abrangente do que os da teoria econômica, ressalta Weber, que as duas tem um tipo de ação em comum, a saber, a “ação racional com objetivos exclusivamente econômicos” (cf. SWEDBERG, 2005., p. 45).

<sup>137</sup> In: SWEDBERG, Richard. Max Weber e a ideia de sociologia econômica. Via Lettera Editora e Livrar, 2005, p. 45.

teoria econômica e da sociologia de Weber, apesar do escopo das variedades de ação tratadas pela sociologia ser muito mais abrangentes do que os da teoria econômica, ressalta-se que as duas têm como objeto um tipo de ação em comum, a saber, a “ação racional com objetivos exclusivamente econômicos”.

Estava entre os projetos principais de Weber, o desenvolvimento de uma Sociologia Econômica e também uma nova concepção da própria Economia, que na sua concepção, seria uma ciência que abrangeria as ciências chamadas por ele de “culturais” – aquelas relacionadas a fenômenos que detêm significado – sendo elas: a teoria econômica, história econômica e Sociologia Econômica. Nessa consonância, Weber desenvolve o conceito de “interesse”, que para ele é algo impregnado de significado e que também propulsiona a ação do agente. O *interesse* é classificado, em sua visão, como interesse material e interesse ideal, este segundo tipo inclui, por exemplo, o “status, nacionalismo, etnia, honra e benefícios religiosos, como salvação”. Weber estava atraído pela possibilidade da colisão dos dois tipos de interesses, não acreditava, entretanto, ser somente o interesse influenciador da ação, podendo ocorrer dela se dar como decorrência do condicionamento da tradição e da emoção (SWEDBERG, 2005).

Assim, no que tange a perspectiva da incrustação da economia na vida social, o que somos induzidos a reter das ideias de Weber até aqui expostas, é que o autor de fato compreendia o homo *economicus*, como passível de influências por parte dos outros na construção de seus interesses e no deslinde das causas para suas ações. Tendo em vista a pretensão do presente trabalho, o conceito de interesse material e ideal remete a outro conceito de Weber, o de “Fenômeno”.

Weber (2009) designa e define três modalidades de fenômeno considerados em função da economia, a começar do “Fenômeno Econômico”: tipo de fenômeno que é objeto de interesse principal da economia, por se relacionar à luta material pela existência; outro tipo são os “Fenômenos Economicamente Relevantes”, que são aqueles cujo interesse principal não é a luta pela existência material, mas as suas consequências acabam sendo de interesse da economia como, por exemplo, a religião e a ciência e por fim os designados “Fenômenos Economicamente Condicionados”, nestes o interesse principal não é a luta pela existência material, mas ocorrem em certa medida como decorrência dela, por exemplo, o fenômeno artístico, casais que se formam entre grupo de funcionários de determinada empresa. Os fenômenos do tipo geográficos, biológicos, por exemplo, seriam

considerados, principalmente, “estímulos” ou “inibidores” da ação econômica, isto é, viabilizando ou não aquisição de bens econômicos (AMARAL, 2002). Swedberg (2005) enumera três pontos que trazem distinção a obra de Weber na Sociologia Econômica, a saber: 1) Explora amplamente os estudos sobre Economia; adota o estudo da economia combinado com diversos outros fenômenos e métodos; 2) Consegue feito inédito ao incluir a abordagem sociológica da economia na história econômica e 3) inovou ao priorizar atenção ao capitalismo como um sistema econômico-social diferenciado.

Azambuja (2006) aproveitando-se do pensamento de Helge Peukert, em seu trabalho de sugestivo título - *Max Weber: Precursor of economic sociology and heterodox economics?* - tece crítica a Weber no que tange a um propalado diferencial que haveria entre a sua Sociologia Econômica e a Economia Ortodoxa, ao considerar que a visão de Weber seria aproximada em relação a relevantes aspectos de ordem teórica e metodológica da ortodoxia econômica, no que afirma ser uma possível razão de tal polemica, estaria no fato de que ambos compartilham a centralidade de seus modelos teóricos no mesmo eixo conceitual – a ação econômica dos indivíduos - estando provavelmente em tal eixo, a crítica sobre a sociologia econômica de Weber (AZAMBUJA, 2006). De todo modo, em que pese as críticas, a obra de Weber acaba por influenciar todo um pensamento sociológico que se dedica a economia, como os contemporâneos da NSE, incluindo os autores aos quais damos centralidade neste trabalho.

Na divisão dos estudos da sociologia que se dedicam à economia, Weber estaria na chamada Velha ou Clássica Sociologia Econômica. Velha e Nova Sociologia Econômica torna-se uma divisão que implica diferenças que vão além de uma demarcação simplesmente temporal, acaba também por sinalizar para um combinado de rupturas e continuidades epistemológicas para com a teoria tradicional. Essa classificação vem sendo objeto de debates entre os sociólogos contemporâneos dedicados ao tema, sendo um dos precursores na defesa dessa divisão, Mark Granovetter. Este autor entende que a Velha Sociologia Econômica tem em seu foco, a discussão sobre as condições que se antecipam ao surgimento dos mercados e do modo de organização capitalista, de modo que os objetos de análise estavam à margem da economia, mas estavam com essa relacionada.

A NSE, a seu turno, aborda sociologicamente as questões intrínsecas à economia, de modo que cria um paralelo explicativo aos mesmos objetos estudados

pela Economia Ortodoxa (GRANOVETTER, 1990). Entretanto, para Granovetter, em posicionamento que compartilha com Swedberg (1992), alega não se trata que os estudos da economia tradicional não sejam úteis ou legítimos, uma vez que tem prestado de fato grande contribuição, o que se questiona, entretanto, é a defesa pouco coerente de se promover uma separação rígida e precisa entre o que é “economia e o que é “social” (SWEDBERG e GRANOVETTER, 1992).

#### 2.3.4 Processo de integração socioeconômica do imigrante sob a perspectiva da teoria disposicionalista e dos capitais cultural e simbólico

Antes de refletirmos sobre o processo de integração socioeconômica do imigrante sob a perspectiva da teoria disposicionalista, objetivo principal deste tópico, cabe-nos trilhar um roteiro que inicia com uma breve exposição sobre as premissas da sociologia disposicionalista. Na sequência, ainda neste tópico, pretendemos relacionar os postulados disposicionalistas com a noção de capital cultural e simbólico, buscando ilustrar tal triangulação com exemplos na literatura que considerem a perspectiva disposicionalista nas análises sobre os processos de integração socioeconômica do imigrante. Ao final, temos a intenção de demonstrar de que modo a teoria disposicionalista integra a proposta de solução da problemática do presente trabalho.

A sociologia disposicionalista está inserida na grande tradição teórica das teorias da ação (Bodart e Tavares, 2021; Oliveira, 2013). Essa concepção intenta desvelar as disposições que orientam as ações dos indivíduos nos mais diversos contextos sociais nos quais estejam inseridos, tais como trabalho, escola, família etc. Bourdieu, a partir da adoção dessa perspectiva descortina mecanismos estruturantes que têm lugar na sociedade contemporânea. A noção de disposição foi de central importância para a definição de habitus de Bourdieu, um de seus mais relevantes conceitos, desempenhando papel imprescindível em seu esquema, uma vez que Bourdieu define habitus como um “sistema” de disposições (LIZARDO, 2018).

A Teoria disposicionalista concebe que as ações dos atores sociais resultam de *disposições incorporadas* nestes através dos processos de socialização e de esquemas de ação e de pensamento tanto do passado quanto do presente, decorrentes dos contextos sociais nos quais estiveram ou estão inseridos tais atores, apresentando-se, de tal modo, concomitantemente como “síntese” do subjetivismo e do objetivismo, com ambos devendo ser contabilizados nas análises das disposições e das ações dos agentes sociais (Bodart e Tavares, 2021).

As disposições dos atores podem ser transferidas seja de forma voluntária ou involuntária pelas partes envolvidas (transmissor e receptor), não havendo, porém, garantias da efetividade tal transmissão, nem que ela se dará de forma idêntica ao observável no transmissor. Serve de ilustração dessa transferibilidade das disposições e da “naturalidade” com que é encarada socialmente, a herança do capital cultural, garantindo, segundo Bordieu (2007), a reprodutibilidade de estruturas sociais e perpetuação de marcadores sociais distintivos (RODRIGUES, 2018).

Em abordagem dialética, como contraponto ao pensamento de Bordieu e da tradição disposicionalista, Lahire (2004) aponta que a análise sobre a disposição de um indivíduo pressupõe um trabalho de interpretação sobre práticas ou comportamentos sociais, tendo ao fundo, a vida pregressa deste ator e a necessidade da busca por princípios que estariam no cerne das diversas práticas socialmente observadas.

Em artigo sobre a sociologia disposicionalista aplicada ao “homem de negócios”, aponta Sá (2010):

A sociologia disposicionalista permite observar ações, pensamentos e sentimentos dos homens de negócios como resultados objetivos de alguns desses princípios que os geraram. Estes princípios seriam frutos da origem, visão de mundo e hábitos “herdados” da família; dos contextos sociais dos quais participou (ou ainda participa) o indivíduo; de suas experiências educacionais e profissionais; enfim, das vivências significativas de sua trajetória de vida. Com este aporte espera-se apontar como esses conjuntos de disposições que os homens de negócios “herdam”, “ativam” (e “desativam”) ou incorporam (e desincorporam) ao longo de sua trajetória pessoal e profissional são relevantes no modo como pensam, sentem e agem, e consequentemente, atuam nos negócios (SÁ, 2010)

Considerando tal perspectiva, levantamos a hipótese de que o capital cultural e simbólico do imigrante empreendedor italiano, ante as disposições do homem médio brasileiro nas relações com tais sujeitos, geram reflexos favoráveis a tais imigrados não só nas relações interpessoais, mas também, podem ocorrer de, em alguma medida, estarem refletidas nos quadros político-institucionais que em determinada localidade e tempo podem significar favorecimentos a tais grupos de empreendedores imigrados.

No tocante a tal proposição, buscando articular a noção de *disposições* com a dos capitais em Bourdieu, em função da aferição de privilégio ou não-privilégio de determinados grupos sociais (como os grupos de imigrantes), nos deparamos com o entendimento inicial de que o *status* ou, mais especificamente, as posições de *privilégio*, incluindo suas nuances até o *não-privilégio*, é definida a partir do arranjo

específico de capitais (considerando volume e composição) que detém um determinado indivíduo ou grupo, capitais estes “adquiridos e ou incorporados ao longo de suas trajetórias sociais”. Contudo, o efeito desses capitais, no que tange a sua possível conversão em privilégios, está condicionado a um “sistema de disposições de cultura (nas suas dimensões material, simbólica e cultural, entre outras)”, - habitus – compartilhado nas sociedades nas quais se inserem tais atores ou grupos (SETTON, 2010).

Um dos objetivos do presente trabalho, é o de, a partir das impressões e do vivenciado pelos imigrados italianos nas localidades de Palmas – TO e São Luís - MA no norte e nordeste do Brasil, se buscar uma compreensão sobre os fatores implicados nas disposições do nacional brasileiro sobre os empreendedores imigrados dos grupos estudados e em que medida tais disposições podem estar refletidas na estrutura de oportunidades que se abre a esse imigrante empreendedor, o que, a seu turno, pode favorecer a entrada, instalação de seus negócios e eventual ascensão socioeconômica nas localidades estudadas e ainda, os eventuais reflexos no quadro político institucional que se coloca em torno desse imigrado e de seus interesses. Na busca por respostas e fundamentos na literatura ante tal problemática suscitada, consideramos a inclusão dos postulados da *Teoria Disposicionalista* como fundamentação teórica no alcance de tal objetivo.

Lembrando que as disposições de nativos em relação aos imigrados (ou as disposições em geral) pode ser algo cambiável no decorrer do tempo, o mesmo ocorrendo com a composição do capital – cultural e simbólico – que detém um determinado povo ante uma dada comunidade, não podendo prevalecer, sob pena de equívoco, uma perspectiva substancialista sobre tais fenômenos. Nesse sentido, preleciona Bourdieu:

O modo de pensar substancialista, que é o do senso comum - e do racismo - e que leva a tratar as atividades ou preferências próprias a certos indivíduos ou a certos grupos de uma certa sociedade, em um determinado momento, como propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas em uma espécie de essência biológica ou - o que não é melhor - cultural, leva aos mesmos erros de comparação - não mais entre sociedades diferentes, mas entre períodos sucessivos da mesma sociedade. (Bourdieu, 2008, p. 17)

Assim, neste tópico do trabalho, a intenção é, a partir do que preleciona a teoria disposicionalista, buscar traçar uma relação desta com o capital cultural e simbólico no contexto das relações entre imigrantes e nativos, ou em outros termos, na compreensão do nativo em relação ao imigrado e o possível impacto de tais dinâmicas no processo de integração socioeconômica do imigrante, buscando, a partir da

literatura e dos achados em campo, enfatizar as peculiaridades de tal realidade no caso do imigrado de origem italiana.

#### **2.4 Imigração, desigualdades e políticas públicas.**

Neste tópico, a proposta é, a partir da literatura, abordar a imigração no contexto das desigualdades nela implicadas e verificadas entre grupos diversos. E a eventual relação destas com as políticas públicas ou a estrutura político institucional vigente, sejam estas enquanto provocadoras dessas desigualdades e ainda o papel das políticas no sentido de minimizá-las. Inicialmente, buscaremos descrever ou destacar sucintamente abordagens sobre desigualdades, em geral, verificadas internacionalmente nas quais estão implicados processos migratórios, independentemente das origens dos imigrados. Na sequência, tendo em vista a proposta e objetivos do presente trabalho, tratamos, mais especificamente, da inserção do imigrante italiano em tal discursão.

A respeito do tema da desigualdade no campo migratório, relembremos, a já mencionada questão da desigualdade, na relação entre Europa e América Latina, brilhantemente apontada por Canclini (2006), quanto à dissonância histórica, ainda existente, entre discursos humanistas e as práticas das políticas voltadas ao migrante, esta muito mais calcada em interesses mercadológicos e econômicos, que a seu turno, têm como possível efeito, o fomento, sob tal viés, de uma “interculturalidade democrática” e a formação de redes.<sup>138</sup> Cumpri-nos, ainda, destacar nos estudos migratórios, o profícuo debate que tem como objeto a interação entre migração e a crescente “desigualdade socioespacial” das cidades, considerando o papel responsivo das políticas públicas voltadas a tal questão (Bastia, 2013; Cassiers & Kesteloot 2012; Kerbo, 2003; Lewis, 2015; Oomen, 2019).

Bastia (2013), aponta ser sempre contextual a relação que se opera entre migração e desigualdade, devendo-se casuisticamente evidenciar de qual manifestação de desigualdade estará sendo analisada. A autora demonstra que o exame da relação entre desigualdade e imigração, de modo que é necessário explicar que tipo de desigualdade está em jogo. A relevância do estudo da relação da desigualdade e da migração transnacional para além das questões relacionadas a renda e a ideia de que a desigualdade está estritamente relacionada ao modo que se organiza posições de privilégio nas quais são obtidas ou mantidas direcionamentos

---

<sup>138</sup> supra.

materiais ou não materiais de riquezas, direitos e reconhecimentos, são outros pontos destacados pela autora.

O mercado de trabalho é um campo onde podem ser mais pragmaticamente evidenciadas desigualdades entre imigrantes ou entre esses e nacionais ou seja, independentemente das causas que geram tais distinções, usando-se basicamente como parâmetro rendimentos e posição ocupacional.

Essa notada “estrutura hierárquica” dos imigrantes dentro do mercado de trabalho, pode se dar tanto por fatores individuais quanto estruturais, dentre esses fatores individuais que levam à desigualdade, podem ser considerados os fatores implicados na produtividade, como as decorrentes do capital humano, mas sobretudo, a distinção do mercado (empregadores), considerada a partir de “atributos não produtivos” na ocasião em que se efetivam “trocas de salários por produto”, sendo estes o que certamente mais nos interessam no presente trabalho. Entre tal modalidade de atributos podem ser citados a origem nacional e ainda raça e gênero (BORJAS, 1986)

Vilela (2018), relatando o observado na literatura, cita três abordagens diversas sobre a realidade dos imigrantes no mercado de trabalho. O primeiro, considera haver “um mercado aberto e dual”. Um dos dois segmentos seria o do setor primário - segmento de ocupações de prestígio, normalmente não direcionado a imigrantes - e o outro, do setor secundário, dos empregos precários sem grandes oportunidades de ascensão em posições de trabalho – onde, segundo tal abordagem, estariam inseridos os imigrantes. A segunda abordagem sobre os imigrantes no mercado de trabalho, possivelmente a que mais nos interessa neste trabalho, alega haver grupos de imigrantes que desfrutam de vantagens, como também, grupos em desvantagem.

Tal abordagem, defendida por Sassen (1990,1998), considera os dois segmentos da abordagem anterior, entretanto, para ele, os imigrantes poderiam ocupar os dois extremos dessa “estrutura ocupacional” – em vagas que exigem muito alta ou muito baixa qualificação, com, respectivamente, altas e baixas remunerações. Ainda afirma que os imigrantes podem ser originários não só de países pouco desenvolvidos, mas também daqueles desenvolvidos. Por fim, a terceira abordagem, considera haver um mercado paralelo ao mencionado mercado dual, onde os imigrantes estariam protegidos da competição com nativos na sociedade de destino,

referindo-se aos mercados étnicos e setores intermediários ou altos, onde teriam ainda maior autonomia e possibilidade de ascensão social.<sup>139</sup>

Van Tubergen *et al* (2004), em trabalho que enfatiza, além do componente individual, fatores de ordem macrossociológica como influenciadores da integração econômica de imigrados. Examinam a integração econômica de imigrados considerando a inserção no mercado de trabalho e o desemprego entre grupo de imigrantes. Em abordagem pouco comum, eles se utilizam da combinação de dois “desenhos” (“design comparativo duplo”) para investigação de grupos de origens múltiplas em destinos múltiplos, o que segundo os autores, garante à pesquisa a vantagem da perspectiva mais abrangente sobre a integração econômica de grupos de imigrantes, ao invés de confiar nas observações de grupos de origem múltipla em um único destino ou um grupo de origem única em vários destinos, como é mais comum nos estudos. Em tal abordagem sobre a dimensão macro da integração econômica de imigrantes, os autores perseguem a análise simultânea tanto dos efeitos decorrentes das origens (“*origin effect*”) dos imigrados quanto os efeitos relacionados aos destinos (“*destination effect*”) em tais processos de integração.

Defende tal perspectiva teórica, o entendimento, que em certa medida remete à teoria transnacionalista, o país de origem do imigrado faz diferença nos resultados econômicos deste no país de destino, independentemente da realidade do país no qual ele se estabeleça. Sendo que o mesmo pode acontecer em sentido inverso – circunstâncias e condições no país de destino podem influenciar os resultados dos imigrados independentemente de seu país de origem (o que soa um tanto óbvio).

Para os mencionados autores, outra vantagem da adoção do “design comparativo duplo” é a de permitir a observação do que entendem ser o “terceiro efeito” de ordem macro sobre a integração econômica dos imigrados - à combinação específica de origem por destino em que os imigrantes se encontram (“*community effect*”). Assim, usando esse design, podemos verificar se alguns grupos têm desempenho especialmente bom em determinados destinos e pior em outros, de modo independente dos impactos decorrentes da origem e destino.

A primeira e principal vantagem desse “design comparativo duplo” é que ele fornece uma visão mais representativa dos efeitos em nível macro. Afinal projetos comparativos “únicos” (*single*) dependem de um único país de destino ou de um único país de origem. As conclusões resultantes sobre os efeitos de origem não são, portanto, generalizáveis para outros países de destino, e as conclusões sobre

---

<sup>139</sup> Para maiores detalhes e referências sobre as três abordagens, Cf. Vilela (2018)

os efeitos de destino não são generalizáveis para outros grupos de origem (Van Tubergen *et al*, 2004, p. 705)<sup>140</sup>

Os autores citam como exemplo, questões de ordem política no país de origem e as políticas de imigração nos países de destino, como possíveis influenciadores de resultados do imigrantes. Em ambos os casos, reitera-se, os efeitos podem ocorrer independentemente de qual seja o país ou território do outro extremo do eixo migratório (seja na origem ou no destino). Outro exemplo relacionado ao “efeito comunidade”, seria os decorrentes do tamanho relativo de um dado grupo de imigrantes e a distância geográfica entre país de origem e de destino do imigrante (em tal ponto, os autores usam o exemplo dos mexicanos nos Estados Unidos).

No caso do presente trabalho, estudamos a experiência de italianos (origem única, em termos de país) no norte e nordeste do Brasil (país de destino único, ainda que sobre localidades domésticas diversas). No entendimento de Van Tubergen *et al* (2004), os resultados da presente pesquisa teriam a “desvantagem” de não serem generalizáveis, aplicado somente ao caso brasileiro, diferente do modelo do “design comparativo duplo” adotado por eles. No nosso caso, o modelo de “desenho único” adotado por nós satisfaz completamente nossas pretensões de pesquisa.

Ainda sobre o trabalho de Van Tubergen *et al* (2004), os autores entendem que pautados na teoria do capital humano, consideram hipóteses composicionais que predizem que os *macroefeitos* encontrados na pesquisa, podem ser atribuídos à seleção do capital humano. E a partir das teorias da discriminação, consideram hipóteses de ordem contextual que sustentam que os efeitos macro podem ser atribuídos a preferências do grupo e preconceitos de origem externa. A pesquisa considera dados relativos à força de trabalho dos imigrantes e emprego em 18 países ocidentais durante o período de 1980 a 2001.<sup>141</sup>

Em consonância e em extensão a tal compreensão referente a “ordem contextual, quanto a “preconceitos de origem externa”, entendemos ser, também, possível deduzir, de modo inverso, que preconceitos positivos (disposições favoráveis) a imigrados em uma localidade, possam ser geradores de macro efeitos positivos na vida de imigrados, como, por exemplo, os que possam se fazer refletir em aspectos regulatórios e no quadro político institucional em determinados contextos.

Relacionável à questão da imigração e desigualdade e, em certa medida, também baseada em minúcias decorrentes de políticas públicas, mas sobretudo,

---

<sup>140</sup> Tradução nossa.

<sup>141</sup> Para maiores detalhes, cf. Van Tubergen *et al* (2004).

fatores culturais com implicações do capital cultural, destacamos a descoberta de Octávio Ianni (1926-2004), a partir de pesquisa desenvolvida na década de 1950 acerca de relações raciais, mas que, por acaso, tendo em vista o teor de seus achados, passa a ser também de interesse dos estudos migratórios, mais especificamente, sob o viés das cabíveis análises dos capitais mobilizados no caso estudado.

A mencionada pesquisa foi promovida de modo inerente a um programa sobre o processo de modernização em curso na região Sul do Brasil, organizada e liderada por Florestan Fernandes (1920 – 1996) e contando com o apoio do “Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por Charles Wagley (OLIVEIRA, 2015).

Tal pesquisa foi analisada em trabalho de Oliveira (2015), traz conclusão inusitada extraída da relação entre brasileiros e poloneses naquela época na capital do Estado do Paraná, Curitiba. Além das questões centrais pertinentes às relações entre brancos e negros e preconceitos contra afrodescendentes - objetivo geral da pesquisa -, esta surpreendeu ao ser constatado em campo algo inusitado, um forte preconceito contra imigrantes poloneses e seus descendentes, manifestado através de “atitudes discriminatórias e testemunhos orais negativos” partindo da elite local e de outros grupos de imigrados como alemães e ucranianos, naquela capital do sul do país. Tal preconceito era explicado por questões ideológicas e raciais já trazidas da Europa (implicação de fator transnacional); além da conduta dos poloneses na sociedade de acolhimento (sendo vistos como “iletrados extremamente católicos e arredios”); por terem funções subalternizadas, como a de empregos domésticos ocupados pelas mulheres polonesas junto às casas de elite curitibana, e ainda pelo fato da política imigratória para poloneses promovida pelo governo local que em certa medida incomodava os imigrados alemães.<sup>142</sup>

Tal ocorrência, corrobora com a ideia, a que nos alinhamos, de que a constatação de afinidade e melhor acolhimento ou não, a um determinado grupo imigrado europeu em uma dada localidade e tempo não tem necessariamente como única explicação possível a redução ao binômio raça (branca)/ (alto) capital financeiro, redução que se mostra tendência em debates que tem como objeto a interseccionalidade raça e imigração. Assim, corroboramos com a compreensão de que seja estimulado e depositado maior crédito a pesquisas no campo das “migrações

---

<sup>142</sup> Cf. Oliveira (2015).

e desigualdades”, que em busca de explicações mais abrangentes, além do binômio mencionado, exploram outros fatores de análise relacionados a espaço, tempo, estruturas e os diversos recursos mobilizados por imigrantes.

Na mesma pesquisa, com o intuito de aferir o nível de preconceito entre os grupos imigrados na capital curitibana à época, Ianni, em entrevistas realizadas em campo, questionou sobre a aceitação hipotética de casamento dos entrevistados com grupos de imigrados diversos. Como resultado, além de se confirmar a alta rejeição aos poloneses, pejorativamente chamados de *polacos*, constatou-se que o grupo melhor aceito para fins de casamento era o italiano, o que torna um dado de interesse para esta pesquisa, na medida em que

Ianni decidiu verificar o preconceito encontrado incluindo perguntas específicas sobre a aceitação ou a rejeição do casamento com membros de outros grupos, para si e para irmãos, em seus questionários (...) Casar-se com um “descendente de italiano” foi aceito por 84% dos entrevistados. Os descendentes de alemães vinham em segundo lugar na preferência local, enquanto que apenas 41% eram favoráveis ao casamento com descendentes de judeus ou que 45% eram favoráveis ao casamento com descendentes de poloneses (OLIVEIRA, 2015, p. 806)

A propósito, quanto à integração italiana em terras de destino, pesquisa desenvolvida por Kelley e McAllister (1984) na Austrália mostrou que imigrantes de origem mediterrânea apresentaram desempenho inferior no mercado de trabalho do que outros imigrantes. Tais casos, reitera-se, enfraquece decididamente argumentos que, desconsiderando contextos seja de ordem macro ou microsociológicas, consideram a redução aos fatores capital econômico e componente racial como definidores cruciais de análises que busquem detectar facilidades ou não em processos de integração e nos resultados de ordem socioeconômica de imigrados e análises sobre a relação entre imigrantes e nativos, mostrando que múltiplos fatores, incluindo a articulação de sentidos e disposições dos envolvidos relacionada a arranjos diversos de capitais e outros fatores, conforme aqui defendemos, podem gerar resultados diversos.

No presente trabalho, suscitamos a hipótese de ser o imigrante empreendedor italiano em certa medida favorecido pelo quadro político institucional nas localidades do norte e nordeste na qual se instalaram, o que sua vez seria, para além das questões de renda, classe, um reflexo das disposições “favoráveis” do nativo brasileiro ante tais imigrados italianos. Acreditamos ser possível contextualizar o conceito de imigrante *overclass* nos estudos voltados para a relação entre migração e desigualdade e sua conexão com a formulação de políticas e regimes políticos, de

modo que esse se torna uma espécie de contraponto ao que se pretende combater através das políticas ou regimes, considerado nas análises.

### **3. Histórico da imigração e evolução do aspectos regulatórios no Brasil como condicionante da experiência do imigrante (empreendedor) internacional – “governança migratória” e “quadro político – institucional.”**

A História é uma das áreas das ciências humanas que tem os processos migratórios como objeto de estudos. A dimensão histórica dos fenômenos migratórios podem acabar servindo de apoio, contexto ou ponto de partida de estudos sobre migração também de outras áreas do conhecimento, como a sociologia. Ou em outros termos, a história pode ser revisitada, reelaborada e rediscutida sob uma multiplicidade de vieses (BRAUDEL, 1965; CUNHA, 2013).

Nesse sentido, pode ser observado na literatura referente à história da migração para as Américas, a adoção de uma divisão por fases migratórias que levam em consideração as causas de ordem geopolítica, além de aspectos e fatores socioeconômicos de cada época. No presente trabalho, busca-se proceder a apanhado histórico da migração da Europa e Ásia para as Américas e, sobretudo, para o Brasil, com o intuito básico de melhor dimensionar e contextualizar o atual momento das migrações que tem o Brasil como parte do eixo<sup>143</sup> (ou “destino”, - termo mais tradicional), buscando destacar os padrões migratórios em cada época, tendo em vista a realidade sociopolítica brasileira e as respectivas causas de repulsão e atração dos migrantes. Porém, o diferencial do que se pretendeu agregar com o presente capítulo, é o de traçar um histórico da migração internacional no país a partir do final do século XIX, com ênfase no final de século XX e início de século XXI, com a peculiaridade de serem priorizados os aspectos regulatórios que marcam as diversas fases e seus principais efeitos nos processos migratórios no decorrer desse tempo. O recorte histórico proposto se dará a partir do marco das chamadas Grandes Migrações (1890 – 1915)<sup>144</sup>, com maior destaque, porém, para o período a partir da reabertura democrática a partir dos anos 1970.

Tais aspectos regulatórios, dentro do disponibilizado na literatura, deverão ser abordados em função da sua importância ou impactos no campo das migrações, sobretudo. E, quando cabível ou possível, mais restritamente sobre aquelas migrações com o fim de empreender, podendo, assim, ter seus efeitos considerados em função do poder de atração dessa “categoria” de imigrante, ante a possível

---

<sup>143</sup> Eixo, é o termo utilizado nos estudos migratórios abordados a partir da teoria do Transnacionalismo para abranger o que no jargão mais tradicional se chama de terra de origem e terra de destino do fluxo migratório.

<sup>144</sup> Klein, op. cit.

criação de portas de entrada numa determinada atividade comercial ou mesmo viabilizar eventual ascensão social.

Botelho (2013), em obra que trata da crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco à teoria da modernização de Talcott Parsons e sua tradução e perspectiva sobre a sociologia weberiana e sua aplicação sobre o estudo da realidade da América Latina, e particularmente da brasileira, destaca a posição desta autora contra as perspectivas que, segundo ela, convertem relações históricas em modelos abstratos, com o isolamento de variáveis, propondo a dissociação entre “séries temporais desconectadas dos processos históricos concretos e variáveis”. A mesma autora propõe uma nova reflexão concernente à relação entre vida social e historicidade, apontando “as conexões de sentido que o processo histórico-social engendra entre categorias e relações sociais” (BOTELHO, 2013, p. 332).

Assim, buscando a não descontextualização de aspectos históricos, neste tópico, tendo em vista o modelo analítico adotado que considera o designado *quadro político-institucional* como uma das bases de análise sobre os processos vivenciados pelo imigrado no lugar de destino (o que abrange os aspectos regulatórios) no seu processo de integração e evolução<sup>145</sup>, ao que nos cumpre traçar um panorama que inclui a legislação e políticas brasileiras pertinentes à prática e realidade migratória e a vida desses imigrantes no Brasil dentro do período histórico proposto. Ao fim dessa reflexão, nesse sentido, analisaremos as disposições pertinentes ao tema constantes na Constituição Federal de 1988, na Lei 13.445 de 2017 (Lei de imigração) e outras normativas federais pertinentes, além dos aspectos regulatórios e a institucionalidade concernentes às esferas dos Estados e das municipalidades implicadas na presente pesquisa.

### **3.1 Historicidade das razões para migrar para as América - Fatores de Atração e Repulsão**

Sucedem-se muitos debates e publicações acerca das razões que levam as pessoas a migrar. Tais razões passam necessariamente pelos designados “fatores de repulsão ou de atração” e o equilíbrio entre eles. A propósito, no que pertine aos chamados *fatores de atração*, podem estar implicados aspectos pertinentes à regulação e governança ou seja, ao modo que determinado componente de ordem

---

<sup>145</sup> O modelo analítico adotado, também se utiliza do termo *estrutura de oportunidades* para designar a peculiar configuração estrutural que permite a entrada e instalação de um negócio com suas especificidades em uma determinada cidade ou localidade. Cf. Kloosterman e Rath, 2006 e Kloosterman. 2010 (tradução nossa).

político institucional em determinado tempo e em determinada região ou localidade geográfica (elementos “tempo e espaço”), pode favorecer e propiciar a imigração de indivíduos ou grupos.

Aponta Klein (2000) que, com exceção de uma minoria de casos para os quais migrar vem a suprir anseios pessoais de aventura ou mudanças, processos migratórios foram geralmente deflagrados por contingências de ordem econômica - carências e crises - quando os meios tradicionais de sustento se tornam inviáveis e as pessoas se deparam com a falta de alternativas de sobrevivência em suas comunidades de origem. Em um menor número de casos, migrações podem ocorrer ainda devido a perseguições relacionadas à nacionalidade, etnia ou crença religiosa. Como se observa, o autor se alinha, em tal passagem, a uma perspectiva mais clássica sobre o fenômeno migratório (*teoria da desvantagem* sobre as migrações)

Aponta ainda o mesmo autor, em reflexões que buscam obter respostas para a questão do porquê das mudanças contingenciais de vida e as razões que conduzem ao agravamento de crises que determinam o fenômeno da emigração, defende existir uma formula com a coexistência de três fatores prevaletentes: (I) o acesso à terra (implicando na disponibilidade de alimento); (II) a variação da produtividade da terra e (III) o número de integrantes de uma família que precisam ser mantidos. Para Klein, no período das chamadas “grandes migrações” dos séculos XIX e XX (1880 a 1915) - quando dois terços dos migrantes aportaram na América, uma combinação dos três mencionados fatores, estariam implicados como “fatores de expulsão”.<sup>146</sup>

Klug (2009), a seu turno, defende abordagem mais específica acerca dos fatores de expulsão do migrante europeu no decorrer do século XIX, ele aponta *a industrialização e a consequente proletarização de boa parcela da população; a crise agrária e dificuldade de reprodução da família camponesa; os desdobramentos das revoluções liberais; guerras diversas etc.* (KLUG, 2009, p. 202). No extremo oposto do eixo, estariam entre os *fatores de atração* para o Brasil que impulsionaram a vinda de milhares de europeus no mesmo período, *a política de branqueamento da população* (sobretudo no sul do Brasil), a necessidade e conveniência de habitação das regiões de fronteira nos extremos da mesma região, o projeto de implementação de classe média rural com apoio na propriedade familiar de pequeno porte<sup>147</sup>. Estes

---

<sup>146</sup> Para maiores detalhes Cf. Klein, op. cit..

<sup>147</sup> Klug, Ibid.

podem ser considerados aspectos regulatórios de governança migratória de ordem federal, que podem ser destacados no Brasil do século XIX.

No contexto de termino daquele século, o modo particular de evolução das políticas de gestão que conduz, à progressiva substituição da mão-de-obra escrava africana por aquela do migrante europeu e asiático, sobretudo nas lavouras de café da região sudeste do país, teria sido para Klein (2000) referindo-se as designadas “grandes migrações”, a razão primária de atração pelo Brasil por parte da maioria dos imigrantes dessa fase. A maior parte destes, tinha os deslocamentos para o país garantidos por políticas de imigração subsidiada, compondo assim, o que comporia, assim, a “estrutura de oportunidades” para o europeu naquela fase.<sup>148</sup>

Em fase precedente, com a mão de obra escrava disponível e abundante, além das razões estritas à realidade do sul do país anteriormente apresentadas, não havia maior interesse de ordem prática por parte do governo brasileiro na vinda de imigrantes europeus. O incentivo a formação de colônias agrícolas, deu-se inicialmente apenas para a região meridional fronteira do país, conforme já mencionado, por razões político-estratégicas, visando coibir eventuais tentativas de avanços dos hispano-americanos nos limites da região sul e oeste.

A política mais detalhadamente explicada, sucedeu, assim: houve a implementação de dois modelos de imigração europeia na primeira metade do século XIX – o de *colonização agrícola*, iniciado na década de 1820 e o *sistema de parcerias* entre as décadas de 1840 e 1850.<sup>149</sup> Por fim, o *sistema de colonato* entra em vigência com o processo que pôs fim ao regime de mão de obra escrava. Neste, as passagens dos imigrantes que substituiriam os escravos, eram totalmente subsidiadas pelos governos estadual e federal, recebiam salários e pagamentos por empreitada.<sup>150</sup>

O contrato subsidiado foi proibido pelos governos da Espanha e Itália na década de 1910, após apurações que constatarem exploração e maus-tratos aos imigrantes. Na sequência, com a crise da Primeira Guerra mundial, o começo da migração interna de trabalhadores provenientes do nordeste brasileiro, contribuiu para o declínio da imigração europeia. A vida nas cidades como São Paulo veio a se tornar, em geral, a escolha de preferência dos poucos migrantes não subsidiados que ainda chegavam

---

<sup>148</sup> Cf. KLEIN, Ibidem.

<sup>149</sup> A colonização agrícola baseado em pequenas propriedades rurais e o de parceria foram sistemas que consistiam na disposição dos migrantes europeus trabalhando ao lado dos escravos nas plantações de café. O programa foi promovido pelos fazendeiros de São Paulo e o governo. In: KLEIN, op. cit.

<sup>150</sup> Cf. KLEIN, op. cit.

ao país. Um movimento migratório com certa expressão para o país só vem a ressurgir após a segunda guerra mundial, devido ao empobrecimento da Europa do pós-guerra, tendo por razão de atração, o trabalho na indústria, promovido pelo programa oficial de substituição das importações, instituído pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).<sup>151</sup>

A largo do que se designa como fatores de expulsão ou atração e à fatores vinculados a aspectos regulatórios e de institucionalidade nacionais e locais, cumpre-nos tocar o contexto relacionado à viabilização da mobilidade humana pertinente às questões de ordem tecnológica e estrutural em sentido macro. Traçando uma breve comparação entre o contexto das migrações no final do século XIX e início do século XX; com o do final do século XX e início de XXI, observa-se que como decorrência da revolução tecnológica vivenciada na atual era pós-industrial, adentramos a chamada “sociedade da informação”, que veio propiciar a supressão espaço temporal, sendo caracterizada pela maior facilidade nas comunicações, arranjos relacionais e a economia “mundializada”. Muito antes disso, entretanto, os avanços tecnológicos do fim do século XIX, como o cabo telegráfico transatlântico em 1866, o incremento de ligações ferroviárias dos anos 1870, a total substituição das velas pelo motor a vapor na navegação foram, também, alegados como fatores facilitadores das chamadas grandes migrações (HARVEY, 1990).

As mencionadas redefinições do aparato tecnológico, assim, associado às questões de ordem econômico-social na Europa, combinado com os “fatores de atração” na América, como a grande disponibilidade de terra fértil e pouca de mão-de-obra nativa, fizeram do referido período das “grandes migrações” de crucial importância para a história das migrações para a América.<sup>152</sup> Dentro desse contexto, registros indicam que o período que vai de 1810 a 1979, o Brasil recebeu 5.611.892 imigrantes, sendo o maior contingente de Portugueses (31,9%), seguidos de italianos (29,0%), espanhóis (11,1%) e alemães. No período de 1880 a 1919, que abrange o das “grandes migrações”, teriam chegado ao Brasil maior parte desse contingente, ou o quantitativo de 3.105.335<sup>153</sup> europeus (FERNANDES, 2015).

---

<sup>151</sup> Ibid., p.60.

<sup>152</sup> Klein, *ibid.* O mesmo autor relata que ainda que dez milhões de africanos e possivelmente cerca de quinze milhões de europeus houvessem migrado para as Américas antes de 1880, esta década, teria assinalado “um ponto decisivo no fluxo migratório da Europa”.

<sup>153</sup> O resultado obtido foi conseguido ao se efetuar a soma dos contingentes totais por década, conforme apresentados na tabela por Fernandes (2015, p. 20-21) que tem como fonte Hernando e Martinez (2006, p.36) .In: FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI – Notas

A razão primária de atração pelo Brasil por parte da maioria dos imigrantes que compuseram as designadas “grandes migrações”, veio a ser o modo que evoluiu a gestão da mão-de-obra escrava africana, que propiciou a progressiva substituição pela mão de obra do migrante europeu e asiático, sobretudo nas lavouras de café da região sudeste do país. A maior parte desses migrantes tinha os deslocamentos para o país garantidos por políticas de imigração subsidiada.<sup>154</sup> Antes desse período, com a mão de obra escrava disponível e abundante, não havia maior interesse de ordem prática por parte do governo brasileiro na vinda de imigrantes europeus para o país. O incentivo a formação de colônias agrícolas, deu-se inicialmente apenas para a região meridional fronteira do país, por razões político-estratégicas, visando coibir eventuais tentativas de avanços dos hispano-americanos nos limites da região sul e oeste.

Aconteceram, assim, a implementação de dois modelos de imigração europeia na primeira metade do século XIX – o de colonização agrícola, iniciado na década de 1820 e o sistema de parcerias entre as décadas de 1840 e 1850.<sup>155</sup> Por fim, o “sistema de colonato” entra em vigência com o processo que pôs fim ao regime de mão de obra escrava. Neste, as passagens dos imigrantes que substituiriam os escravos, eram totalmente subsidiadas pelos governos estaduais e federal, recebiam salários e pagamentos por empreitada.<sup>156</sup> O contrato subsidiado foi proibido pelos governos da Espanha e Itália na década de 1910, após apurações que constatarem exploração e maus-tratos aos imigrantes.

Na sequência, com a crise da Primeira Guerra mundial, o começo da migração interna de trabalhadores provenientes do nordeste brasileiro, contribuiu para o declínio da imigração europeia. A vida nas cidades como São Paulo veio a se tornar, a princípio, a escolha de preferência dos poucos migrantes não subsidiados que ainda chegavam ao país. Um movimento migratório com certa expressão para o país só vem a ressurgir após a segunda guerra mundial, devido ao empobrecimento da Europa do pós-guerra, tendo por razão de atração, o trabalho na indústria, promovido pelo

---

introdutórias. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata, organizadores. Migrações e Trabalho. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. Seção I. p. 19- 39

<sup>154</sup> Cf. KLEIN, *Ibidem*.

<sup>155</sup> A colonização agrícola baseado em pequenas propriedades rurais e o de parceria foram sistemas que consistiam na disposição dos migrantes europeus trabalhando ao lado dos escravos nas plantações de café. O programa foi promovido pelos fazendeiros de São Paulo e o governo. In: KLEIN, *op. cit.*

<sup>156</sup> Cf. KLEIN, *op. cit.*

programa oficial de substituição das importações, instituído pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).<sup>157</sup>

Quando é traçado um comparativo das consequências para as migrações advindas dos avanços tecnológicos do final do século XIX, com o migrante do início de século XXI, constata-se está implicada em ambos os processos, o favorecimento gerado pelas facilidades de comunicação e tecnologia avançadas. Esses avanços, quando aliados às diversas modalidades de capital - como o social e humano - e quando inseridos dentro de um aparato institucional como ocorre, em tese, com os migrantes empreendedores, tornam-se potencializadores de configurações sociais totalmente peculiares a esse atual momento, sobre as quais trataremos melhor no desenvolvimento deste trabalho.

Enfatizamos, contudo, que questões de ordem legal, política ou regulamentares que contribuem, ou são imprescindíveis, para que as coisas ocorram do jeito que ocorrem estão sempre subjacentes a qualquer narrativa histórica relacionada à imigração, ainda que possamos deduzir que esta não seja a tônica de muitas narrativas históricas. De importância fundamental quanto ao aspecto regulatório relacionável à vida do imigrante internacional no país, temos também, o aparato institucional que compõe, assim, a *arquitetura institucional da governança migratória no Brasil*.

### **3.2 Estrutura de oportunidades, quadro político - institucional e o empreendedor imigrado internacional no Brasil - séculos XX e XXI.**

A intenção deste subtópico e o direcionamento de esforços se dá em abordar a imigração relacionando-a às configurações de ordem político-institucional e regulatória atinentes à vida do imigrante que vigoraram em cada ciclo de governo, com ênfase no período a partir da reabertura política, que ocorreu a partir da década de setenta do século XX. Por fim tentar delinear a atual feição de tal dimensão nas primeiras décadas do século XXI, coadunando, assim, com o modelo analítico adotado, o *mixed embeddedness*.

Conforme já pontuado anteriormente neste trabalho, um favorável quadro político-institucional na localidade de destino do imigrante é uma das variáveis que podem influenciar na decisão de migrar para outra nação, contribuindo ainda com a integração socioeconômica do imigrante com finalidades de empreender (ou não), o dando suporte na busca de oportunidades de trabalho compatível com seu nível e de

---

<sup>157</sup>Cf. KLEIN, op. cit., p. 60.

meios de garantir a sua manutenção, podendo contribuir ainda com a ascensão social desse, conforme preconizados nos argumentos defendidos nos estudos liderados por Kloosterman (1999, 2001, 2006, 2010). Fazendo uso dos termos pós-fordistas a atração do imigrado empreendedor internacional a uma determinada localidade e experiência, seria consequência de um adequado *modo de regulação*.

O histórico recente do Brasil que vivenciou vinte e um anos de regime militar (1964 – 1985) fez ser estabelecida política comercial caracterizada pelo fechamento do mercado nacional às relações comerciais externas, sendo tal aspecto visto como medida de autonomia e proteção ao mercado doméstico, baseado no modelo de “industrialização para substituição das importações” (ISI), de cunho nacional-desenvolvimentista.

O período de tempo delimitado nesta pesquisa para análises promovidas sobre o quadro político-institucional federal e das localidades nas quais se instalaram os empreendedores imigrados (municipal e estadual) é, mais diretamente, restrito ao interstício que vai de 2003 a 2021. Porém, ao considerarmos que quadros políticos-institucionais são também resultado de processos socioeconômicos, buscaremos, mais sucintamente, traçar uma contextualização histórica mais abrangente, de modo a ser incluído, a evolução do quadro regulatório iniciando-se no processo de redemocratização do país, o qual ocorre em parte, paralelo ao processo de reabertura comercial do Brasil, importantes marcos que de certo modo estão relacionados ao fluxo internacional de pessoas. Essa associação que propomos entre política externa brasileira e migrações é inspirada na ideia de autores que, de modo um tanto extremo, entendem não existir uma política imigratória nacional que funcione de modo independente da política externa brasileira, portanto, vigorando no país, “uma política migratória dependente da política externa brasileira: a política externa migratória brasileira” (UEBEL, 2018, p.

Outrossim, durante o período da ditadura militar, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), entende-se já estarem sendo delineadas algumas ações que prenunciavam a abertura do regime. Postura que foi continuada e desenvolvida no governo do general João Figueiredo (1979-1985), em cuja gestão foi aprovada a Lei da Anistia de 1979, através da qual se permitiu o retorno ao Brasil dos exilados e presos políticos; no mesmo período, foi extinto o bipartidarismo (entre ARENA e MDB), pela promoção de uma reforma partidária, o que viria a possibilitar surgimento de novos partidos; restabelecimento de eleições diretas para governadores dos estados

em 1982, eleições em que o PMDB, maior partido de oposição da época, consegue eleger vários governadores no país, indicando a falta de prestígio dos militares junto à população (FLEISCHER, 2016)<sup>158</sup>.

No plano internacional, o destaque ficava com a designada Guerra Fria – termo utilizado para o período de tensa rivalidade e corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética - quando a estratégia da política externa brasileira se restringe a ideia de manter a “autonomia pela distância”, na qual ainda que se permitisse certos vínculos ao ocidente, esses deveriam ocorrer com certo afastamento do líder ocidental, os Estados Unidos da América (ANDRADE, 2011).

Assim, a pretensão em ter o Estado, como o principal propulsor do desenvolvimento no país durante o regime militar é reafirmado. Dentro dessa pretensão desenvolvimentista dos governos militares, a principal meta vem a ser a expansão e promoção da indústria nacional, visto como a continuidade ao programa de substituição de importações com forte investimento nas indústrias de base. Imbuída do ideário do “pragmatismo responsável” herdado da gestão Geisel, a política externa brasileira nos anos 1980, vivenciava o desafio de manter a sua inserção no mercado internacional do “globalismo”, tendo como pano de fundo uma tripla crise – a crise de legitimidade do desgastado regime militar, a de ordem internacional com a Guerra Fria; e na área econômica, a progressiva crise do modelo nacional-desenvolvimentista, que se iniciada nos anos 1970 e que era caracterizado por grande endividamento externo, que corroía as economias dos países de *terceiro mundo*, sendo por tal razão conhecida como “crise da dívida”, consistindo a política comercial externa, na promoção de exportações, mantendo, contudo, a indústria doméstica sob a proteção do Estado (CASARÕES, 2011).

Nos anos iniciais da década de 1980, já com a aproximação do fim da ditadura militar, o falecimento do recém eleito Tancredo Neves que tinha pretensões de estreitamento de relações com os Estados Unidos, faz tomar posse como presidente, José Sarney (1985-1990), que acabou em larga medida se vinculando ao pacto nacional-desenvolvimentista, representado pelo chamado “centrão” (composto pelos partidos PMDB-PFL), que objetivava para a política externa brasileira, a manutenção

---

<sup>158</sup> David Fleischer, cientista político e doutor na área de Estado e Governo, aponta que a segunda metade da década de 80 ocorre importantes marcos da redemocratização, como a consolidação do multipartidarismo, a legalização dos partidos comunistas, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e promulgação da Constituição de 1988. In: **De Sarney a Dilma: 25 anos desde a redemocratização**, Agência Senado, disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/12/30/de-sarney-a-dilma-25-anos-desde-a-redemocratizacao> > acesso em 12 de maio. de 2020.

da orientação globalista.<sup>159</sup> Ainda que o chanceler de fato, Paulo Tarso, já manifestasse opinião favorável a uma inserção internacional do Estado brasileiro assumindo uma postura liberal, o processo de aprendizado acabou se mostrando letárgico, nem “as pressões estruturais, exercidas principalmente pelos Estados Unidos sobre as atitudes mais protecionistas do Brasil, não foram capazes de, por si próprias, causar uma ruptura”<sup>160</sup>.

Na perspectiva das prática e políticas migratórias, vigorava o Estatuto do Estrangeiro, publicado em 1980. A partir dos ditames deste, a fiscalização de atribuição da Polícia Federal foi endurecida. Nesse contexto, casos de imigração irregular eram conduzidos como caso de ameaça à segurança nacional. Em tal período também é percebida a mudança no perfil migracional – deixam de ser, majoritariamente, perseguidos políticos para os “migrantes econômicos”, que migravam fugindo das crises em outros países latino-americanos, com destaque para os bolivianos (SIMÕES, 2019). Paralelamente a isso, pela primeira vez na história, se verifica um fluxo migracional contínuo em sentido inverso de brasileiros deixando o país para se fixarem no exterior, sobretudo nos Estados Unidos, como uma consequência da desilusão com os rumos do país (REIS, 2011).

De fato, até o ano de 1988 (ano que foi promulgada a Constituição Federal até hoje vigente), as políticas protecionistas eram a tônica, seguindo, desse modo, à perspectiva tradicional, relacionadas ao ideal da *autonomia pela distância*. A política exterior seguia tal orientação incluindo os setores não diretamente ligados à economia. Ao final do governo Sarney, entretanto, eram esboçadas relevantes mudanças no sentido de maior adesão à evolução de cunho liberal introduzida pela globalização, sendo a Rodada Uruguai do Gatt emblemáticas, nessa direção. (VIGEVANI e CEPALUNI, 2012).<sup>161</sup>

Sobre tal contexto de mudança quanto as pautas migratórias e reivindicações de participação, destaca Simões (2019):

Com a Constituição de 1988, a participação que, durante a ditadura, era uma reivindicação disruptiva dos movimentos sociais vira gramática do Estado, é o Estado que fala, é sua retórica. Ele começa a criar espaços participativos, e algumas organizações da sociedade civil, como as direcionadas para a defesa dos migrantes, vão aproveitá-los e conseguir estabelecer certo domínio por meio de

<sup>159</sup> CASARÕES, op.cit.

<sup>160</sup> Id., loc.cit.

<sup>161</sup> A versão em português da sigla GATT seria: Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. In: VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, 2012.

conquistas institucionais a partir dessa participação, daí a ideia dos domínios de agência (SIMÕES, 2019)

O presidente eleito Fernando Collor de Mello, recebe do presidente José Sarney, um Estado altamente fragilizado, seja nas relações deste com o mercado, seja naquelas com os centros de poder político em escala mundial. Relações conturbadas com as nações mundialmente mais influentes, tendo como causa imediata a moratória da dívida externa brasileira - tônica nas relações externas do Estado brasileiro; a política protecionista vigente no mercado interno; a política externa de resistência aos regimes comumente impostos aos países ocidentais, acrescentando-se a tudo isso, o fato do Brasil estar em baixa em relação aos fluxos de capital externo, sobretudo financeiros, foram outros pontos de grande dificuldade. Considera-se o Governo de Fernando Collor de Mello (1990 - 1992), como o marco zero do processo de liberalização (SALLUM JR, 2011) e “período conclusivo da abertura democrática no Brasil” (CASARÕES, 2011, p.13).

No âmbito internacional, tal período é marcado por fase de importantes mudanças nas dinâmicas das relações globais - crise de transição com o fim da Guerra Fria e nos países que compunham o que era designado como terceiro mundo. Ideias de “modernização, inserção competitiva na economia mundial e procura de um lugar no ‘primeiro mundo’”, constavam entre as promessas de campanha eleitoral de Fernando Collor para o país.

De acordo com Saraiva (2010), um acirrado debate toma campo entre uma corrente liberal minoritária do Itamaraty em defesa do estreitamento das relações com os Estados Unidos, significando - submissão ao Consenso de Washington -, com alinhamento das políticas internas de acordo com a sua orientação, priorizando o alinhamento com os países à época chamados de “primeiro mundo” e aqueles que defendiam um posicionamento diverso, beneficiando-se com a adaptação às mudanças e reconfigurações que ocorriam internacionalmente, foi trazida pela gestão Collor de Mello ao meio diplomático.

Contudo, o primeiro dos mencionados paradigmas foi o escolhido por Fernando Collor. Embora tenha se comprometido com tal posicionamento, em termos práticos, tal alinhamento se traduziu muito limitadamente no decorrer de seu governo, prevalecendo em suas ações a adesão a uma linha de continuidade, mais à tradição do Itamaraty (SARAIVA, 2010). Ainda no contexto da crise internacional pós Guerra-Fria e a “implosão do terceiro mundo como bloco de interesses convergentes”, Casarões (2011), ressaltando seu caráter “condicional e instrumental,” justifica o

alinhamento do governo Collor com os Estados Unidos, ao considerar que *em qualquer hipótese, não havia nenhum outro centro de poder consolidado o bastante, seja em sua dimensão político-militar ou econômico-comercial, em torno do qual os interesses brasileiros pudessem gravitar* (CASARÕES, 2011, p. 68).

No mesmo tom de complacência, Andrade (2011) trata as intenções iniciais do governo Collor no que tange à sua política de comércio exterior, a qual teria sido “a maior abertura unilateral de comércio da história nacional”, no que ficou conhecido como a “segunda abertura dos portos”, em alusão ao decreto do período colonial que “abriu os portos às nações amigas”. A intenção de promover um “choque de concorrência”, seria a justificativa ao posicionamento modernizador no discurso do então presidente, não importando, assim, que criticáveis indústrias nacionais, artificialmente mantidas, pudessem fechar suas portas, como as da indústria de automóveis que, em suas palavras, produziam e negociavam “carroças” (e não carros).

O efeito pretendido seria com isso, abastecer o mercado nacional voltado para as classes médias, com bens de consumo com melhor qualidade, mais baratos e importados a menor custo. Tais medidas teriam o condão de gerar a modernização da indústria nacional. Seria em tal perspectiva, por outro lado, pouco interessante, a estratégia de buscar manter o protagonismo do Brasil dentre os países do *terceiro mundo*, sendo preferível renegá-los, optando-se pela tentativa de se inserir no chamado *primeiro mundo*, “sendo preferível ser o último dos primeiros que o primeiro dos últimos”.<sup>162</sup>

Para Sallum Jr. (2011), em entendimento diverso de outros autores que enquadram a proposta do governo Collor, como estritamente neoliberal, as reformas liberais por ele promovidas, teriam sido orientadas não por uma, mas duas diferentes diretrizes - aquela do receituário neoliberal, mas também, a da “integração competitiva”, não sendo, assim, precisa, mas reducionista, a idéia de que o reformismo liberal projetado por Collor deva ser enquadrado simplesmente como neoliberalismo. Aponta ainda o autor, que o padrão do nacional-desenvolvimentismo, vigente até essa fase, apesar de ter se tornado inviável devido à crescente dívida externa e aos desequilíbrios fiscais na década de 80, ainda encontrava muitos defensores, fazendo o reformismo liberal pretendido por Collor, encontrar grande resistência por parte das agências econômicas do estado e por parte do empresariado

---

<sup>162</sup>ANDRADE, op. cit. p. 22.

mais dependente das políticas estatais. Já no plano político, não havia tal resistência, ainda que uma “renovação” com “inflexão à esquerda” fosse desejada pelas forças e os partidos de esquerda.<sup>163</sup>

A “integração competitiva” tinha como ideia central, a transferência do centro motor do desenvolvimento brasileiro para a iniciativa privada com redução da função empresarial do estado e abertura da economia brasileira para o exterior. A proposta foi a de uma “reestruturação do sistema produtivo brasileiro”, com a intenção de torná-lo competitivo no plano internacional, mas de forma diferente do padrão neoliberal de simples “ajuste passivo” aos dinamismos do capitalismo mundial. Em tal proposta, seriam implementadas formulações e execuções de “políticas industriais” de estímulo ao setor empresarial privado, materializando-se aí uma diferença elementar em relação ao neoliberalismo, sendo ainda outra diferença, o fato de se tratar de um nacionalismo de afirmação nacional no plano exterior e não defensivo.<sup>164</sup>

Acerca desse período caracterizado pela reconexão do Estado com anseios populares e a consequente mútua constituição entre sociedade e Estado, que teve curso durante a transição democrática, onde eram observados processos de institucionalização de demandas sociais concretizados em “encaixes institucionais” conduzidos por organizações da esfera civil na defesa dos imigrantes, destaca Freitas (2018):

De maneira geral, da perspectiva da transição democrática e primeira década dos anos 1990, são comumente indicados como fatores explicativos dos avanços na área de direitos humanos, especialmente em relação ao direito dos refugiados: i) as pressões internacionais pela plena incorporação dos regimes de proteção de direitos humanos e, ii) as pressões internas por reciprocidade de tratamento devido ao crescimento exponencial das migrações de brasileiros para o exterior nos anos 1980 (FREITAS, 2018, P. 242)

No ano de 1991, dentro de medidas liberalizantes do governo e gestão de Fernando Collor, foi estabelecido o Tratado de Assunção, através do qual foi criado o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. Ainda que Collor tenha atuado com certa contundência sobre os princípios da insuficiente política externa até ali adotada, não foi capaz de em sua curta gestão “consolidar um novo conjunto de princípios”. Foi configurada uma “crise de transição”, na qual já eram sinalizadas novas orientações – “o MERCOSUL, a reforma monetária, a diversificação de relações, a candidatura ao Conselho de Segurança” – sem, entretanto, ser implementado um novo modelo,

---

<sup>163</sup>SALLUM JR. op.cit.

<sup>164</sup> Ibid.

persistindo a velha dicotomia entre os liberais de um dos lados e autonomistas de outro.<sup>165</sup>

Itamar Franco (de 29 dezembro de 1992 a 01 de janeiro de 1995) e seu breve mandato, foi inicialmente marcado por crise similar a legada por José Sarney, em 1990. Itamar Franco concentra esforços na contenção da crise doméstica, delegando a totalidade das demandas de política externa para o Itamaraty, cujo ministro das Relações Exteriores era Fernando Henrique Cardoso (FHC). Itamar sem fragilizar a condição do país, nem seguir à risca as diretrizes de Washington, consegue definir importantes estratégias para a política externa e econômica, com ativa participação de Fernando Henrique Cardoso, que reorganiza o Itamaraty, que reconhece ainda a importância de concomitantemente fortalecer à América do sul.<sup>166</sup>

Celso Amorim, a partir de 1992, substitui FHC no comando do Itamaraty, contudo, este não viria a alterar os rumos da política externa do país, ratificando a estratégia da inserção internacional do Brasil através do Conselho de Segurança das Nações Unidas, antiga ambição da diplomacia brasileira. Os impactos da crise econômica são aliviados com o lançamento do Plano Real, de 1994, pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, que leva a certo controle da inflação, aumento do consumo interno e a recuperação da economia brasileira, contribuindo para melhor projeção do país no contexto internacional. O sucesso do Plano Real teve ainda o condão de dar as condições para a vitória de FHC, nas eleições para a presidência da república em 1994.<sup>167</sup>

Na comparação da gestão de Itamar Franco com FHC, Fonseca (2011) entende ter havido total distinção entre os dois governos, pois FHC, não permitindo a fragilização do país e fugindo a um total alinhamento às diretrizes norte-americanas, consegue definir algumas estratégias favoráveis à política externa brasileira. FHC teve um papel assertivo quanto a recuperação da economia e na reorganização do Itamaraty (...) e reconheceu a necessidade de «adicionar uma base sólida à nossa própria região, se não for por outra razão, pelo menos para aumentar a nossa capacidade de negociação», embora isso não significasse uma ruptura das relações com os Estados Unidos (FONSECA, 2011, p.37).

Uma agenda internacional proativa, define o mandato de FHC (1995 - 1998 e 1999 - 2002), determinada pela lógica da autonomia pela integração”, promovendo

---

<sup>165</sup> FONSECA, op.cit

<sup>166</sup> Ibid.

<sup>167</sup> Ibid

empenho pelo aprofundamento dos meios de buscar substituir na política externa brasileira, a agenda reativa, “dominada pela lógica da *autonomia pela distância*, que prevaleceu na maior parte do período da Guerra Fria estendendo-se até 1988. Essa visão sobre a política externa brasileira teria se renunciado no governo Collor de Mello, com tímida continuidade no governo de Itamar Franco (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003). Os referidos autores destacam algumas mudanças favoráveis da gestão FHC:

Entre os resultados das mudanças favoráveis ao Brasil nos mandatos de FHC podemos citar: a confiabilidade despertada pelo país no exterior, possibilitando a atração de investimentos externos diretos, significativamente importantes para o sucesso da estabilidade macroeconômica; o apoio de organismos multilaterais e de governos de países desenvolvidos em momentos de ameaça de crise financeira e econômica, como a crise cambial de 1999 (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003)

No campo migratório, destaca-se que no que diz respeito a questão migratória, em especial, aos imigrantes empreendedores, o governo FHC representou um marco importante. De acordo com pesquisa de Oliveira (2018), foi de proveito ao imigrante empreendedor estrangeiro do ramo imobiliário, medida regulatória do governo FHC, que passou a permitir a compra de terras no Brasil por estrangeiros, viabilizando a vinda para o Brasil (fator de atração) de empreendedores de tal ramo de negócios, que posteriormente abririam empresas de tal setor em regiões diversas do país, sendo este um elemento da estrutura político – institucional ou em outros termos, do modo de regulação facilitador do fato. Ainda que, compulsando a legislação pertinente, observa-se que o dispositivo legal que prevê tais situações, é a Lei 5709 do ano de 1971, bem anterior ao governo FHC, portanto. Tal lei, em seu artigo primeiro, estabeleceu que as mesmas limitações aplicáveis à pessoa jurídica estrangeira também deveriam ser aplicadas à pessoa jurídica nacional da qual tenham participação pessoas estrangeiras, sejam elas físicas ou jurídicas que detenham a maioria do seu capital social e que residam ou tenham sede no exterior.

Ainda com a promulgação da Constituição Federal de 1988, prevalece por algum tempo o entendimento que o referido dispositivo não teria sido recepcionado pela Constituição Federal, tendo sido, assim, revogado por esta, passando a vigorar, apoiado pelo Governo Federal, a posição de não restrição à aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica brasileira, ainda que controlada por estrangeiros. Tal orientação foi concretizada por parecer da Advocacia Geral da União no ano de 1997 e aprovado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998, mostrando, assim, ter sido realmente favorável ao empreendedor internacional do ramo imobiliário tal

permissão do Governo Federal do país, que viabilizou a aquisição de terras por estrangeiros.<sup>168</sup>

Tal preâmbulo com a trajetória histórico-institucional do país que precede o lapso temporal a ser mais efetivamente considerado nas análises promovidas no presente trabalho - período entre 2003 e 2021 - coadunando, assim, ao preconizado como base de análise no modelo analítico adotado – *mixed embeddedness* - no que pertine a estrutura político-institucional federal, daremos continuidade ao breviário histórico no referido intervalo de tempo com ponderações mais específicas acerca de políticas e regulamentação pertinentes à realidade pertinente ao nosso objeto de pesquisa, coadunando, assim, com os termos da referida abordagem analítica.

Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), é eleito presidente da república em novembro de 2002. Devido ao fato de ser considerado um presidente socialista, causa suspense e preocupações por parte de *Wall Street* e mercados sobre quais os rumos do país a partir de janeiro de 2003 ou o que esperar acerca de seu posicionamento sobre as reformas orientadas para o mercado e a estabilidade financeira alcançados por seu antecessor Fernando Henrique Cardoso (WEYLAND; MADRID e HUNTER, 2010, p. 98). Provavelmente, como decorrência de tal apreensão, ainda na fase de campanha presidencial no ano de 2002, iniciou-se forte ação especulativa consubstanciada em redução em linhas de financiamento externo para o país, aumento nas exigências da parte de credores para aquisição de títulos do país e queda de cotação do real combinado com aumento do chamado risco país. No período de um ano – de dezembro de 2001 a dezembro de 2002 - a taxa de câmbio entre real e dólar norte americano sobe de R\$ 2,32 para R\$ 3,53, mesmo período que a entrada de capital externo líquido caiu de US\$ 27 bilhões para US\$ 8 bilhões (BARBOSA e SOUZA, 2010).

Em outra perspectiva, Weyland *et al* (2010) entendem que a vitória do Partido dos Trabalhadores mostrou-se inicialmente como importante vitória para as forças de defesa da justiça social, para a tomada de decisão participativa, para uma governança honesta e transparente e principalmente para uma rejeição ao paradigma neoliberal. Porém, constatou-se na prática, que a gestão de Lula da Silva não transitou nem em um extremo ou outro, não foi um esquerdista radical, não promoveu medidas populistas redistributivas incoscientemente, nem foi abertamente antineoliberal.

---

<sup>168</sup>A orientação dada pelo parecer da Advocacia Geral da União - AGU/LA nº 01, de 1997 e que tinha o poder de revogar o art. 1º, § 1º, da Lei nº vinculava todos os órgãos do Poder Executivo Federal, foi aprovado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso através do Parecer GQ nº 181/1998.

Não representou, enfim, uma clara alternativa de esquerda para o Consenso de Washington ou um novo estilo político como uma alternativa ao padrão tradicional do Brasil de construção de coalizões e negociação.<sup>169</sup>

Quanto ao desempenho geral da gestão Lula, afirmam ainda Weynad *et al*<sup>170</sup>, foi considerado bom em uma série de indicadores econômicos, tanto em relação ao passado do Brasil, quanto em relação aos demais países da América Latina naquele período. Sendo que tal relativo sucesso, não seria um reflexo de uma ruptura com o passado ou de uma inversão de prioridades. Lula, teria se beneficiado de uma economia internacional “excepcionalmente positiva até 2008” e por dar continuidade as políticas de Fernando Henrique Cardoso. Ainda para os mesmos autores, Lula teria, ainda, o mérito de ter conseguido minimizar os efeitos da crise internacional de 2009 sobre a economia brasileira.<sup>171</sup> O triunfo dessa orientação pragmática para o mercado, também é seguido pelo Chile, torna-se um consenso central na política do Brasil, sendo ambos considerados naquela fase como governos de “esquerda moderada”. Essa orientação pragmática para o mercado seria marcada por três elementos cruciais:

primeiro e acima de tudo, um firme compromisso com a estabilidade monetária; em segundo lugar, uma abordagem flexível relativamente ao resto da agenda da reforma do mercado (isto é, a adesão incompleta ao programa de política do Consenso de Washington); e, finalmente, um compromisso para resolver alguns dos problemas fundamentais de pobreza e desigualdade do país (WEYLAND *et al*, 2010).

A partir de uma perspectiva regional sobre a América Latina, Bresser-Pereira e Theuer (2012), diferindo dos argumentos acima, apontam que os anos 1990 podem ser descritos como os anos neoliberais para América Latina, tendo essa corrente prevalecido na maioria dos países da região. A “submissão ao consenso de Washington”, verificada no Brasil, iniciou-se no governo Fernando Collor de Melo (1990-92); seguida de uma tentativa de reversão dessa adesão pelo presidente Itamar Franco (1992–94), e o seu então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que ainda que tenha contribuído na implementação bem sucedida do “heterodoxo” Plano Real, ao chegar a presidência, no mandato subsequente (1995-2002) também terminou por sucumbir ante o ideário neoliberal.

---

<sup>169</sup>WEYLAND *et al* op. cit..

<sup>170</sup> Ibid.

<sup>171</sup>Ibid., p. 98.

Em que pese tenham sido constatadas algumas vantagens por um breve período em sua política, em médio e longo prazo, afloraram os riscos e desvantagens, tais como estagnação do crescimento econômico, desemprego crescente, vulnerabilidade às oscilações no mercado financeiro internacional, além da precoce desindustrialização. Assim, ante a confluência de fatos, tais como o irrisório crescimento econômico e a crise financeira de 1998, forjou-se a oportunidade da eleição de Luiz Inacio Lula da Silva em outubro de 2002. As políticas da gestão Lula, ajudam o país a alcançar estabilidade, ter algum crescimento e fomentar um ânimo de correção gradativa de históricas injustiças sociais (BRESSER-PEREIRA e THEUER, 2012).

Destaca Garcia (2011) entre os destaques da gestão Lula da Silva no campo da política externa, o fortalecimento do Mercosul com criação de novas instituições, como a UNASUL e o surgimento de diversas iniciativas regionais, seguindo o ideal de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007)<sup>172</sup>. Outrossim, o estreitamento de relações com China, Rússia, Índia e África do Sul (com criação da IBAS e os BRICS, a partir de 2008); apesar do fim das negociações da ALCA, houve iniciativas de relações setoriais com EUA, sendo bom exemplo, a questão do etanol; destaque ampliado nas atuações junto à OMC (com criação do G20 comercial), estreitamento de relações com países da África; iniciativas ligadas a temas sociais; ativa mobilização por reforma do Conselho de Segurança da ONU; intermediação de negociações com Irã e Honduras, participação no G20 no mesmo patamar dos chamado países desenvolvidos, FMI, Basiléia e demais ações de contenção da crise econômica mundial.

Ressalta Rodriguez (2013), que mesmo tendo sido verificado a partir do ano 2000, modificações importantes na Política Externa Brasileira, ao fundo constatou-se a preservação de traços de políticas externas anteriores. Cita alguns desses traços: a centralidade do desenvolvimento, o relacionamento multilateral com regiões diversas (universalismo) e a autonomia. O que ocorreu efetivamente foi a reconfiguração em termo da ênfase e abordagem dadas a esses elementos.

---

<sup>172</sup>Vigevani e Cepaluni (2007) trazem a definição de “autonomia pela diversificação”, do seguinte modo: “uma política de não-aceitação automática dos regimes internacionais prevalecentes e, sobretudo, a crença no desenvolvimento parcialmente autárquico, voltado para a ênfase no mercado interno; consequentemente, uma diplomacia que se contrapõe a certos aspectos da agenda das grandes potências para fins de preservar a soberania do Estado Nacional”. In: VIGEVANI e CEPALUNI, 2007. p. 283.

Em reflexão sobre tal fase, a maioria dos analistas considera haver, por exemplo, a priorização do “Sul” em relação ao “Norte”, destacado aumento da afinidade no alinhamento com ideias que almejam reformas na ordem internacional e alianças chamadas “revisionistas” – caso dos BRICS. Em revisita ao modelo predominante nos anos 70 a 90, a assertividade e senso de oportunidade passa a ser a tônica das ações da política externa brasileira (Cf. RODRIGUEZ, 2013, p. 112). A gestão Lula foi bem-sucedida em afastar os temores iniciais mais extremos em relação a políticas econômicas hostis, capital e globalização (FRANCO, 2005). Outrossim, o mérito do governo Lula em minimizar os efeitos da crise mundial de 2008 no Brasil acabou por favorecer em certa medida, o fluxo de imigrantes qualificados e empreendedores para o país (DE OLIVEIRA, 2018).

Na gestão da Presidente eleita Dilma Rousseff (2011- 2015), de um modo geral, observou-se a manutenção das mesmas estratégias em termos de política externa do governo precedente de Lula da Silva, tendo promovido uma “trajetória revisionista das instituições internacionais”. O Brasil se posicionou como representante dos países do hemisfério sul (Sul global), com ativa presença em fóruns multilaterais. As estratégias se materializavam em intrincadas e múltiplas coalizões e interações através de mecanismos adotados pela política externa. Entretanto, apesar do esforço de manutenção formal do vigor das estratégias políticas e dos posicionamentos diante das questões internacionais e da tendência desenvolvimentista, destaca Saraiva (2014), que o posicionamento do Brasil passou, contudo, por mudanças de ordem prática, tendo como efeito redução da proatividade, de modo que o protagonismo na política global foi sendo substituído por um caráter reativo aos fatos. A pressão crescente da conjuntura econômica internacional, da economia interna e do processo decisório teriam sido os fatores que influenciaram tais mudanças (SARAIVA, 2014).

Uebel (2018) destaca que entre 2003 e 2016 (governos Lula e Dilma), motivados por um cenário positivo para as imigrações, quando se verificou a “hiperdinamização das migrações” (o país recebeu algo mais do que um milhão de imigrantes com origem em todos os continentes), sendo, contudo, quanto a tais imigrados, observada entre eles, diferenciadas trajetórias, motivações e acolhimentos e sobretudo, proteção da parte do governo federal. Observa ainda o mesmo autor, que entre os anos 2003 e 2010, governo Lula, o salto do número de imigrantes entre temporários e permanentes foi de 25.659 (2003) para 53.302 (2010) representando aumento de mais de 100%. Destacando-se que foram 77.907 imigrantes que

chegaram ao país só no ano de 2009 – que o mesmo autor chama de “ponto de inflexão” (ápice da crise no hemisfério norte). “No acumulado dos oito anos, o país verificou um estoque imigratório de 336.451 imigrantes”, considerando somente a imigração regular e documentada (UEBEL 2018, p. 234).

A condução de políticas em tal seara tem como base projeto de governo de inserção estratégica do Brasil na América Latina e no continente africano, amparada por política externa que se adequa às continuidades e de rupturas da política doméstica. Nesse contexto, quanto aos Italianos que imigraram para o Brasil no período de 2003 a 2010, os números são de 12.241 (oitavo em número de imigrados ou 3,64% do total). Destaca que o fluxo de italianos para o Brasil é histórico e tradicional, tendo os dois países celebrado ao todo dez acordos pertinentes entre 1921 e 1975 e que mais recentemente, no período indicado, as motivações dos italianos para virem ao Brasil, seriam por questões econômicas relacionadas às crises econômicas do século XXI<sup>173</sup> (UEBEL, 2018. p. 251).

De acordo com dados da PF, ao fim da gestão Lula 336.451 imigrantes haviam escolhido o Brasil como destino migratório. Já na mesma fase do governo de Dilma Rousseff, os números surpreendem, foram exatos 1.018.322 imigrantes, com origem em 201 países ou territórios, sob diversas motivações. É registrado como o maior contingente imigratório contabilizado no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. A partir do ano de 2014, contudo, com o acirramento das tensões no campo político-institucional federal, eclodindo com um a crise, observou-se a diminuição ano a ano dos fluxos, chegando em 2016 a numerários registrado somente antes de 2012, com pico de diminuição nos anos de 2017 a 2018.<sup>174</sup>

Sobre o governo Dilma, destacamos apontamento de Uebel (2018):

Contrariamente à projeção exacerbada do Brasil durante o governo Lula da Silva, a política externa brasileira de Rousseff, que teve três chanceleres em cinco anos e meio, foi mais tímida, concentrada e centralizada na personalidade da presidente; Celso Amorim, o “pai-fundador” da política externa ativa e altiva de Lula da Silva passou para o Ministério da Defesa, enquanto Marco Aurélio Garcia continuou no seu papel de assessor internacional assim como o então vice-presidente Michel Temer se autodenominava: uma figura decorativa no Palácio do Planalto (UEBEL, 2018, p. 341)

Uebel, entende que o ano de 2014 operou-se uma ruptura da “política externa migratória brasileira”, que de acordo com o sinalizado, seria, ao contrário, o ano de reestruturação da legislação pertinente às migrações, porém, as projeções foram

<sup>173</sup> Para outros números, conferir Uebel, *ibid.* p. 251.

<sup>174</sup> *Id.*

frustradas com a destituição do governo de Dilma da presidência. Sobre o que prometia ser o ano de 2014, aponta Uebel: “prometia uma reestruturação legal migratória, com as conferências regionais sobre migrações e refúgio e que deveria culminar na aprovação da nova Lei de Migração (não a aprovada em 2017)”.<sup>175</sup>

A ampliação dos fluxos seria explicada pela combinação dos efeitos das ações herdadas da gestão Lula, questões de ordem geopolítica internacional. Entre as ações do governo precedente destacam-se: 1) *a participação do país em missões humanitárias no Haiti e África*; 2) *o Programa Mais-Médicos*; 3) *os programas de cooperação e concessão de bolsas de estudo e pesquisa*; 4) *a propagandização do país pelas redes migratórias e internacionais do trabalho como uma alternativa aos Estados Unidos, União Europeia e demais destinos tradicionais*.<sup>176</sup>

No presente trabalho, consideramos como referência inicial para fins de análise do respectivo quadro político-institucional e dos aspectos regulatórios, o ano de chegada dos empreendedores italianos às localidades estudadas no norte e nordeste do país. De modo que a conjuntura Federal, estadual e municipal devem fazer parte de tais análises. Prezando assim, por um marco inicial e final, primeiramente no âmbito federal, não por acaso, serão considerados o exame dos anos de 2003 a 2021, o primeiro por marcar o início de um governo federal, no caso o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e o segundo, o governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. O que se faz por nenhum posicionamento ideológico, mas por marcar dentro do século XXI, marcos que abrangem gestões diversas e individualizáveis e dada à conveniência para fins de análise tendo em vista o modelo analítico adotado.

No âmbito federal do Brasil, atualmente, constam como atores principais de tal governança, segundo o preconizado em legislação, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ). No caso do MRE, pode ser destacado, ante sua relação com a temática, o acordo celebrado com a OIM para o desenvolvimento e implementação do *Brazil Visa Application Center* (BVAC); quanto ao MJ, pode ser destacado as atribuições e trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Migração (DEMIG). Também no âmbito do MJ, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE); Polícia Federal (PF), da Coordenação Geral de Imigrações (CGIg) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

---

<sup>175</sup> Ibid. p. 342.

<sup>176</sup> Ibid. Loc. Cit.

Contudo, em que pese a relevância decorrente do quadro político-institucional federal, aplicáveis em todo país, relacionado à realidade do imigrado, observa-se que quadros regulatórios peculiares a realidades mais regionais – Estaduais e municipais -, ou a própria aplicabilidade da norma federal da alçada dos estados, estão progressivamente tornando-se atores mais proeminentes do que o ente federal em si nas políticas de integração dos imigrantes. No mesmo passo, observa-se o crescente interesse em aplacar desigualdades sociais e comunidades não inclusivas no mundo ocidental, o que se reflete no fomento e implementação de políticas com pretensões de promoção da integração do imigrante (TEIXEIRA, 2020). A relação entre políticas públicas e desigualdades no âmbito migratório, é também interesse deste trabalho, conforme visto no capítulo 2.

Na primeira década do século XXI, foi vivenciada uma crise iniciada no hemisfério norte do planeta e com efeitos na economia mundial. Com início no ano de 2008, o epicentro desta “crise mundial” foram as sociedades centrais do capitalismo e como um de seus impactos, observou-se a alteração no fluxo das migrações internacionais na maioria dos países. Em tal panorama, o Brasil claramente torna-se parte de uma reversão de fluxo, passando de polo de emigração (sobretudo para os grandes centros do hemisfério norte), para destino de migração de retorno dos nacionais e, em certa medida, passa também, a ser opção de destino de migrantes provenientes de países chamados “desenvolvidos”. Estes, em sua maioria, indivíduos possuidores de bom nível de instrução e em busca de oportunidades no mercado de trabalho (FERNANDES, 2015). Ao final da primeira década do século XXI, foram verificados novos fluxos migratórios enquadráveis como decorrentes da mencionada crise. Na teoria relacionada às migrações foram travadas discussões a respeito de tipologias, categorizações e impactos sociais e econômicos de tais movimentos migratórios (GUEDES et al, 2018).

Vale salientar que registros da Coordenação Nacional de Migração do antigo Ministério do Trabalho e Emprego, indicaram que a partir do ano de 2009, passou a aumentar em média em 25% ao ano, solicitações de autorização de trabalho por estrangeiros ao Governo do Brasil – progredindo de 42.914 - ano de 2009 - a 70.524 em 2011; no ano de 2012 registros indicam 73.022 estrangeiros, com uma redução para 65.693 nas solicitações durante o ano de 2013. Dessas, as solicitações para homens foi a grande maioria, 91,2% do total em 2009 descendo a 89,7% no ano de

2012. Relatórios do CNIg acusaram que os portugueses ficaram em primeiro lugar com 16,1 %, seguidos dos italianos com 13,2 % do total naquele mesmo ano<sup>177</sup>.

As reformulações dos órgãos governamentais e a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego com a reestruturação promovida pelo governo federal na gestão do Presidente Bolsonaro, levaram os órgãos e mecanismos de governo relacionados à imigração, passarem a se concentrar no âmbito do órgão que passou a ser designado Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Um desses órgãos é a Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL), que tem como competência legal a emissão de Autorizações de Residência para imigrantes que desejem ingressar no Brasil para fins laborais.

Com base nos registros administrativos deste do CGIL, entre os anos de 2011 e 2018, o numerário de 367.847 autorizações foram concedidas a imigrantes, sendo que 87,1% deste total, ocorreu nos termos da classificação do antigo marco regulatório, que era distribuído entre as chamadas autorizações Temporárias e Permanentes. As novas modalidades de autorização – designadas Residência e Residência Prévia, surgem no final do ano de 2017, a partir da regulamentação da Lei de Migração 13.445/2017 através do Decreto 9.199/2017, que são disciplinadas pelas Resoluções Normativas (RNs) editadas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg).<sup>178 179</sup>

Os registros da série histórica, indicam, portanto, ter havido uma queda progressiva do número de autorizações de residência no país, sobretudo a partir do ano de 2012, sendo a queda mais acentuada no ano de 2017. Tal fato teria como uma de suas causas, conforme visto anteriormente neste capítulo, a crise na economia do país, a partir do ano de 2014. No ano de 2018, porém, 30.619 autorizações foram concedidas, representando variação ascendente de 18,1% em relação ao ano de 2017, o que, mesmo discretamente, pode representar certa recuperação da economia<sup>180</sup>.

---

<sup>177</sup> Quanto às autorizações de trabalho “temporárias”, para contratos e trabalho com prazo de duração de dois anos, os portugueses receberam o maior número de vistos em 2012 – 14,5% do total, seguido por chineses 10,4 % e americanos 7,4% (Fernandes, 2015, p. 27).

<sup>178</sup> BRASIL. Relatório Anual de Imigração 2019.

<sup>179</sup> Buscando compreender as atuais definições de autorização, a *Residência Prévia* é a prevista para concessão ao solicitante que ainda se encontra fora do território nacional e poderá ser exigida por autoridades consulares brasileiras, vindo a ser condição necessária para a concessão de visto temporário para o que deseje ingressar no Brasil a trabalho. Em relação à *Residência*, será concedida a autorização ao solicitante que já se encontre no país. (ibid.)

<sup>180</sup> Ibid.

Com base na tendência histórica quanto às migrações internacionais que tem o Brasil como parte do eixo migratório, os numerários indicam que no período de 2011 a 2018, os estados do sudeste e sul ficaram entre os primeiros, no número de solicitações de autorização de residência pelos estrangeiros. Outra informação é a de que quanto especificamente ao ano de 2018, das 30.619 autorizações, a maioria delas foi concedida para indivíduos detentores de *nível superior*, ou 17.897 autorizações.

Os Estados brasileiros mais buscados foram os do Rio de Janeiro (12.451) e São Paulo (11.132), despontando nas primeiras posições; seguidos com significativa distância por Rio Grande do Sul (1.120) e o estado de Minas Gerais (1.119) encabeçando, assim, a lista. Já quanto aos estados da região nordeste, os Estados de Pernambuco (545), Bahia (527), Ceará (426) e Sergipe (229) foram os mais procurados<sup>181</sup>. Tendo em vista os mencionados números, observa-se que a oscilação de autorizações concedidas no decorrer dos anos reflete diretamente a realidade econômica do país, o que pode ser notado mais especificamente na *estrutura de oportunidades* e até no *quadro político institucional* relacionados a entrada, permanência e chances de ascensão desses imigrantes. Tais variáveis assim consideradas, estão estritamente relacionadas ao modelo analítico adotado neste trabalho.

Uma vez que a região norte e nordeste consiste no escopo espacial deste trabalho, deve ser destacado que a região, seguindo o historicamente usual, segue sendo menos buscada pelos imigrantes internacionais do que as regiões mais ao sul do país, fato que remete aos objetivos da pesquisa desenvolvida, na qual se buscou compreender as razões que levaram empreendedores imigrados a se tornarem atraídos por localidades específicas do nordeste, região menos desenvolvida do que a região sudeste e sul e cujas redes em que imigrados poderiam se inserir e se beneficiar são bem menos prováveis de existir ou de se mostrarem significativas.

### **3.3 Peculiaridades de ordem político-institucional em torno do imigrado empreendedor italiano no Brasil.**

A partir da pesquisa pode se constatar que a Itália via órgãos de natureza governamental ou mesmo privado e os italianos no exterior são notoriamente estruturados em termos de disponibilizarem uma rede de apoio a empreendedores imigrados (ou simplesmente investidores), ainda que tal estrutura e aparato

---

<sup>181</sup> Ibid.

institucional não tenha total capilaridade no território brasileiro e nem beneficie mais diretamente parte dos micro e pequenos empresários. Mas em todo caso, não deixa de ser um cenário tendente a favorável para muitos empreendedores que desejem se instalar no Brasil, contribuindo na composição de um propício quadro político institucional.

Buscando identificar o caráter transnacional nas relações entre região de origem e destino – Itália/ norte e nordeste brasileiro, pode se constatar que há empresas que há casos de empreendedores e grupos empresariais que são assessorados por agências de fomento e consultorias ligados ao processos de elaboração de projetos, captação de parcerias e gestão dos processos de instalação e manutenção dos negócios de italianos no Brasil, inclusive empresas de pequeno porte - EPPS. São agências, camaras de comércio, associações, compondo uma estrutura de dimensões da qual não se tem informações de similares em relação a entidades de outras nações sejam com origem na Europa ou outros países de outras regiões do mundo.

Há, por exemplo, empresas gerida por italianos instaladas em diversas partes do Brasil vinculadas à Italia Trade Agency (ITA), na Itália - agência ligada ao Governo Italiano atribuída da “missão de promover o intercâmbio comercial e tecnológico entre a Itália e os demais países, sobretudo no que tange as empresas de pequeno e médio porte, seus consórcios de exportação e suas associações” e ainda a “ICE”- agência para a promoção no exterior e à internacionalização das empresas italianas<sup>182</sup>.

O Brasil é considerado um dos principais parceiros econômicos da Itália. De acordo com informe dessa Agência, são atendidas mais de 2500 demandas anuais de empresas italianas interessadas em se estabelecer no Brasil, sejam em atividades de comércio ou indústria em diversos segmentos da economia. Sobre a apresentação da ITA em seu sítio na internet, em português, tem-se:

Por meio de uma rede 81 escritório espalhados pelo mundo, instalados no interior de embaixadas e consulados dos principais centros econômicos, garante apoio abrangente às empresas italianas que desejam atuar no exterior, fornecendo-lhes informações de caráter econômico, legal, fiscal e mercadológico, identificando parceiros e oportunidades de negócios, prestando serviços de consultoria personalizados e realizando um acurado plano de ações promocionais, que incluem a realização de Pavilhões Oficiais Italianos em exposições internacionais, a organização de missões de empresários e jornalistas estrangeiros à Itália, bem como de italianos ao exterior, a gestão de cursos e palestras e o desenvolvimento de

<sup>182</sup> Italia Trade Agency. Disponível em: <http://www.ice-sanpaolo.com.br/sobreNos.php>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

campanhas publicitárias em veículos econômicos e dirigidos (ITA, 2021)<sup>183</sup>

A Agência, como pode ser lido anteriormente, curiosamente dedica-se sobretudo, a empresas de médio e pequeno porte, em diversos segmentos, mantendo estreito contato com governo e entidades ligadas ao setor das diversas regiões da Itália, mostrando, assim, a importância que o país dá à internacionalização do empreendedorismo de pequena monta por italianos no exterior.

Outras entidades atuantes no país como a Câmara de Comércio Ítalo-brasileira no Nordeste (CCIN) pode ser citada como exemplo de instituição componente ou elo de ligação transnacional, no aparato político-institucional de apoio ao imigrante empreendedor de origem italiana no Estado do Ceará, desde o ano de 2010, estado com forte presença italiana. Ela conta com o significativo apoio da instituição italiana Câmara de comércio *Italo - brasiliana*. A CCIN acaba por integrar uma rede com outras seis Câmaras de Comércio Italiana no Brasil e como elas foi, também, reconhecida pela Associação das Câmaras Italianas (ASSOCAMERE), órgão que integra o “Ministério do Desenvolvimento Econômico Italiano (*Ministero Dello Sviluppo Economico Italiano*), sediado em Roma na Itália, no ano de 2013.

A referida Câmara está vinculada ainda ao designado “Sistema Itália Fortaleza”<sup>184</sup>. Esta assiste aos italianos que se encontram no Estado do Ceará, fomentando e intermediando colaborações bilaterais entre instituições públicas e privadas Italianas e Brasileiras, favorecendo empreendedores italianos com negócios no Ceará e italianos em geral. O Estado do Ceará na última década, ainda com as “instabilidades econômicas” continuou sendo polo de atração de empreendedores italianos, o que é favorecido pela estrutura político -institucional, como ilustra trecho de texto do periódico Diário do Nordeste a seguir:

O Ceará é a bola da vez para os italianos que querem e desejam investir no Brasil. Entre os nove estados da região Nordeste, é o lugar onde a imigração mais cresceu nos últimos dez anos. Entre os principais atrativos estão a localização geográfica, o clima, o dinamismo e as parcerias com os governos estadual e municipais e ainda com as instituições ligadas ao desenvolvimento econômico do local.<sup>185</sup>

<sup>183</sup> Ibid.

<sup>184</sup> O Sistema Itália Fortaleza, por sua vez, está no escopo do *Sistema Italia*, expressão que designa um sistema criado com o intuito de desenvolver redes de cooperação entre a Itália e outros países em diversos âmbitos. Disponível em: <http://www.sistemitaliafortaleza.org.br/chi-some/?lang=pt>. Acesso em 25 de julho de 2020..

<sup>185</sup> KOSSLING, Carol. **Ceará recebe novos investimentos italianos**. 30 de outubro de 2015. Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/ceara-recebe-novos-investimentos-italianos-1.1422403>. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

Assim, ainda que muitas desses empreendedores e suas empresas não possam sempre serem enquadrados como imigrante, especificidade objetiva deste trabalho, em todo caso, a “migração de capitais” (Itália – Brasil), certamente tem muito frequentemente implicada processos de imigração, ainda que não (sempre) propriamente dos intitulados “investidores”, mas de funcionários, gestores contratados, familiares dessas pessoas etc., podendo, assim, serem casos objeto para a sociologia.

#### **4. Análise de dados - Imigrantes empreendedores italianos no norte e nordeste do Brasil – estudo de casos múltiplos - *mixed embeddedness* aplicado no norte-nordeste do Brasil.**

O presente capítulo se destina a apresentação e análise dos dados. Serviu como objeto de pesquisa a realidade de imigrados empreendedores italianos que tiveram como local de destino migratório, as capitais Palmas - Estado do Tocantins e São Luís - Estado do Maranhão, respectivamente capitais localizadas na região norte e nordeste do Brasil. As cidades e respectivos estados escolhidos para a pesquisa, dentro da perspectiva dos estudos migratórios na sociologia, podem ser caracterizadas basicamente, como cidades e Estados que não detém, tradicionalmente, o histórico de serem destino de fluxos intensos ou de maior volume de migração internacional, incluindo a imigração italiana, sendo no Brasil, cidades da região sul e sudeste aquelas que historicamente se posicionaram como os destinos principais de grandes levadas migratórias internacionais, iniciando-se no século XIX, passando pelas chamadas Grandes Migrações (1845 – 1915), até o pós-guerra, incluindo expressiva imigração de origem italiana, nacionalidade a que escolhemos focar na pesquisa realizada. Tal característica desta pesquisa pode ser analisada ainda sob a ótica pós-industrial que em perspectiva macrosociológica, considera as reorientações de rotas migratórias como contingências das dinâmicas e reconfigurações do capitalismo.

Outra característica que seria, por sua vez, consequência da primeira, é a de serem cidades em que os imigrados italianos não dispõem de uma significativa rede social composta por conacionais ou usando termo mais frequente na literatura, *coétnicos*, de modo que os *laços* mais significativos na realidade cotidiana deles, em geral, tendem a se verificar com os próprios nativos - brasileiros, além, obviamente, de familiares de parentesco de primeiro grau (como filhos) e cônjuges. Tais características conferem um contexto peculiar a análises do tipo *embeddedness*, quando em comparação com as pesquisas nas quais prevalecem o estudo sobre grupos que escolhem localidades mais tradicionais de destino, constatando-se, por consequência, significativas relações e integrações a redes sociais composta por coétnicos, diferenças que certamente impactam particularmente na formação do capital social e na integração social de tais imigrados, conferindo, possivelmente, caráter mais inédito aos resultados da presente pesquisa.

Outra característica e ponto que permite reflexões de interesse acadêmico, é que a escolha de tais localidades no norte e nordeste do Brasil, tende a garantir

análises sobre as disposições dos nacionais em relação aos italianos em localidades onde não há uma comunidade de italianos (com maior quantitativo), o que propicia análises relacionadas ao capital simbólico e cultural em tais tipos de contextos. Inicialmente, após traçar um perfil sociopolítico e econômico das capitais visitadas pela pesquisa, vamos expor como os dados empíricos foram produzidos, tendo em consideração a perspectiva das metodologias e das técnicas na pesquisa adotadas.

Atendendo ao objetivo geral da pesquisa, a análise dos dados se pauta pelo modelo analítico do *mixed embeddedness*, já apresentado anteriormente em capítulo destinado aos aspectos teórico-metodológicos, o que acabou por definir a divisão e o modo de nominar cada um dos tópicos e subtópicos referentes à análise dos dados no presente capítulo. Reiteramos que o mencionado modelo analítico privilegia em suas abordagens o foco na relação entre os capitais social e humano do imigrado com as *oportunidades de entrada (nível micro)* e a *estrutura de oportunidades* nas localidades de destino, o que diz respeito aos processos de integração e eventual ascensão social dos imigrados. Foca ainda, na relação entre essa *estrutura de oportunidades (nível meso)*, com a estrutura político – institucional que de algum modo impacta na realidade dos imigrados empreendedores (*nível macro*).

Salienta-se ainda, que o modelo analítico proposto é adotado com adaptações, sendo a principal delas, o fato de, além dos mencionados capitais originalmente considerados nas análises conduzidas aplicando o modelo, acrescentarmos as concepções de capital cultural e simbólico nos termos preconizados na teoria das formas de capital de Bourdieu (1986). Naturalmente, a abordagem aos dados orienta-se, ainda, pelo intuito de alcance aos *objetivos específicos* traçados para a pesquisa. O modelo de análise adotado, vem também contribuir significativamente para a solução do problema proposto para a pesquisa.

#### **4.1 Perfil socioeconômico das localidades de destino dos imigrados – Palmas - TO e São Luís – MA.**

A cidade de Palmas, é a capital do Estado do Tocantins desde janeiro de 1990, sendo, portanto, a mais nova capital do Brasil. Integrando a região norte do país, o Estado surgiu a partir da sua previsão na Constituição Federal do Brasil promulgada no ano de 1988. A capital completou no ano de 2022, portanto, trinta e três anos de sua fundação. A capital tocantinense tem sua formação populacional notadamente composta a partir da imigração doméstica. Sendo a última cidade projetada do século XX no Brasil, foi terra de atração de imigrantes desde a sua construção com os

“trabalhadores e trabalhadoras pioneiros” e posteriormente, com pessoas de diversos estados do país que vieram em busca de oportunidades no comércio, serviços e nas vagas criadas nos diversos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal de modo que tanto a formação quanto a expansão demográfica da cidade se deu, portanto, com o protagonismo imigrante, fluxo que é constante, atuando “fortemente na produção espacial de seu território” (BEZERRA, 2013, p. 1).

FIGURA 3: MONUMENTO “SUPLICA DOS PIONEIROS” DE MAURICIO BENTES – PRAÇA DOS GIRASSÓIS – PALMAS – TO.



FONTE: produção própria do autor (2022)

Tratando doravante da outra capital contemplada para a pesquisa, a cidade de São Luís, capital do Maranhão, que tem em sua história a peculiaridade de ter sido fundada por colonizadores franceses e não portugueses como ocorreu com o restante do país. Sua fundação, atribuída aos franceses Daniel de La Touche e François de Rasily é datada em 8 de setembro de 1612. Registra-se que o nome da cidade teria sido cunhado em homenagem ao então Rei da França, Luís XIII. Passados três anos após a sua fundação, a cidade é retomada no ano de 1615, pelos portugueses. Mas a estabilidade no domínio da região veio a ser quebrada mais uma vez ainda no século XVII, dessa vez por investida dos holandeses. Contudo, em guerra de reconquista, os portugueses foram bem sucedidos e retomaram o domínio da ilha, desta vez definitivamente, após três anos, no ano de 1645, quando se inicia de fato o domínio português da uma vez chamada Upaon Açu (Ilha Grande) termo da língua tupinambá que designava a região da capital maranhense (IBGE, 2022).<sup>186</sup>

<sup>186</sup> IBGE. Histórico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/historico>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

Buscamos traçar doravante um breve perfil socioeconômico das duas capitais brasileiras que serviram de campo para a pesquisa, a começar por Palmas – TO: segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população de Palmas em 2021, era de 313.349 pessoas. O percentual de pessoas ocupadas em proporção à população total era de 43,9%, no ano de 2020, sendo o salário médio mensal de 3.9 salários mínimos. O PIB per capita em Palmas no ano de 2019 era de R\$ 34.933,66 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 0,788, sendo este dado de 2010.<sup>187</sup>

De acordo com o Relatório Anual de Imigração de 2020 do OBMigra<sup>188</sup>, a Região Norte, apenas após a região sudeste e sul do Brasil, é a que detém o terceiro maior número de registro de imigrantes de longo termo entre os anos 2010 e 2019 - 125.503 pessoas, com 20% do total de registros, sendo as maiores concentrações nos Estados de Roraima (84.785) e Amazonas (28.508), sendo que no ano de 2019, a região ficou em primeiro lugar nessa mesma categoria, registrando 52.242 imigrantes de longo termo, destacando-se Roraima com 37.928, fluxo que representou 38% dos registros, destacando – se ainda por apresentar o maior número de registros por ano na série histórica. Tudo considerado um efeito da imigração de venezuelanos para aquela região.<sup>189</sup>

A capital São Luís, a seu turno, contava no ano de 2021 com uma população estimada em 1.115.932 pessoas, sendo de 33,5% a proporção de pessoas ocupadas em relação a população total. A marca de 3.1 salários mínimos, seria, também de acordo com o IBGE, a renda média mensal. Quanto ao PIB per capita de São Luís no ano de 2019, este era de R\$ 29.135,32 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de 0,768, no ano de 2010 (IBGE, 2022).<sup>190</sup>

## 4.2 Da Coleta e Análise dos Dados

Conforme já tratado em capítulo inicial, o método principal adotado na pesquisa, de tipo eminentemente qualitativa, que dá base ao presente trabalho, é o Estudo de Casos Múltiplos, sob a perspectiva do modelo analítico designado *mixed embeddedness*. Considera-se de modo suplementar, elementos do método Análise

<sup>187</sup> Dados do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

<sup>188</sup> Dados do Relatório Anual de 2020, da OBMigra. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

<sup>189</sup> Ibid.

<sup>190</sup> IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

de Conteúdo e Observação Direta. Quanto às técnicas adotadas, optou-se pela priorização das entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas direta e presencialmente pelo pesquisador com exceção para um dos entrevistados, para o qual utilizamos a videoconferência usando o Google Meet, sendo constatado o tempo médio de 45 minutos para cada entrevista.

Utilizando-nos dos subsídios do método Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), após transcrição dos áudios das entrevistas, o texto resultante é fracionado em “unidades de registro” (“unidade de significação codificada”), o que no caso deste trabalho, tal “unidade” consiste nos parágrafos transcritos das entrevistas, sendo analiticamente considerados os “temas” extraídos do conteúdo de cada um deles (“recortes semânticos”), considerando o mesmo raciocínio, para os conteúdos de documentos e outros materiais condizentes (dados secundários). Tal procedimento, a seu turno, dá origem às designadas “categorias”<sup>191</sup>.

Assim, concomitantemente à fase de coleta de dados da pesquisa que orienta este trabalho, ainda dentro do preconizado pelo método Análise de Conteúdo, na sua fase de *pré-análise*, sobre o conteúdo colhido com as entrevistas, considerou-se a divisão em “categorias” ou temáticas, gerando, com isso, as “categorias iniciais” (classificação dos elementos do conteúdo por diferenciação e reagrupamento de acordo com o gênero, seguindo critérios predefinidos), considerando, neste trabalho, como “pertinente” em tal constituição de categorias, os componentes analíticos do modelo *mixed embeddedness*, em conjunto com a lógica decorrente dos objetivos a serem alcançados com a pesquisa (BARDIN, 2011).<sup>192</sup>

Assim, identificamos e dividimos o conteúdo, inicialmente, nas categorias a seguir: 1. *Capital humano*; 2. *Fatores de repulsão e atração*; 3. *Capital social* (local e transnacional); 4. *Estrutura de Oportunidades*; 5. *Capital cultural e simbólico*; 6. [Compreensão sobre a] *estrutura político-institucional*; 7. *Percepção sobre acolhimento e eventuais privilégios*.

---

<sup>191</sup>Bardin, op. cit., p. 134

<sup>192</sup>No entendimento de Bardin (2011), a “pertinência” é uma das qualidades que as “categorias” criadas devem possuir, podendo ser assim considerada: quando inserida no quadro teórico pré-definido para a pesquisa; mostrarem-se adaptadas ao material analisado, seguindo a ideia do que o autor chama de “adequação ótima”. O conjunto de categorias, a seu turno, será considerado pertinente quando reflete: os objetivos da investigação; as questões norteadoras do analista; as características da mensagem (DE OLIVEIRA 2018). Quanto às demais qualidades atribuíveis às categorias, na concepção da mesma autora. Cf. *Ibid.*, p. 150. Cf CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.p. 186.

A partir da natureza de cada uma das categorias consideradas, buscou-se nas entrevistas, colher as informações de modo mais pragmático e objetivo quando necessário e cabível, e de modo, inverso - estimulando respostas longas, a abstração e certa divagação - em assuntos onde se buscava impressões pessoais, opiniões e elementos de cunho mais biográfico do(a) entrevistado (a), ou seja, quando a liberdade para aprofundamento na verbalização das representações, possibilite melhor qualidade de dados e informações.

De acordo com Bardin (2011), devem ser consideradas três fases no processo de aplicação do método, a saber: (I) fase de *pré-análise*, seguida da (II) *exploração do material* e por fim, (III) o *tratamento dos resultados e interpretações*. Nesta última fase, os “resultados brutos” são tratados de modo que se tornem significativos e tenham validade, trazendo, ao fim, segurança ao pesquisador para, a contento, propor inferências e elaborar interpretações.<sup>193</sup>

A Análise de conteúdo propicia, de modo objetivo, a produção de inferências, a partir de uma dada comunicação, para o contexto social da qual tal comunicação é extraída, destacando, assim, seu caráter social (GASKELL, 2002). Como já anteriormente salientado, neste trabalho, foram aplicados os procedimentos previstos para a aplicação deste método, estritamente, no que é prelecionado para a sua primeira fase de “pré-análise”. Além da satisfatória segurança e sistematização das informações, justifica a adoção de tal procedimento, o fato dos textos relacionados ao modelo analítico *mixed embeddedness* não trazerem mais claramente, o modo em que devem ser processados os dados colhidos em campo.

A fase de coleta de dados, na presente pesquisa, com amparo nos métodos adotados consistiu basicamente na seleção de documentos – legislação e registros jornalísticos extraídos da internet; nas anotações a partir da observação do pesquisador em campo, além das entrevistas do tipo semiestruturadas. Os dados decorrentes das entrevistas foram explorados como um único *corpus*, sendo as análises promovidas considerando as categorias trabalhadas no modelo analítico adotado (DE OLIVEIRA, 2018).<sup>194</sup>

Na sequência, neste capítulo, são trazidas amostras de acordo com pertinência do conteúdo, extraídas das respostas e reflexões dos entrevistados durante as entrevistas realizadas, a partir do interesse de cada subtópico e ante os fins propostos

---

<sup>193</sup> Para mais detalhadas definições e roteiros de cada uma das fases. Cf. Bardin, loc. cit.

<sup>194</sup> Bardin, op. cit.

para a pesquisa. De modo que, não será exposto, exaustivamente, todo o conteúdo de cada uma das entrevistas realizadas, mas, sim, trechos são apresentados como ilustrações ante os fins propostos, evitando-se, assim, redundâncias no texto que além de contraproducentes, cansariam o leitor. Salientando-se que registros completos de entrevistas foram salvos em arquivos de áudio.

A primeira das entrevistas foi com o Italiano dono de restaurante especializado em comida italiana, Marco Bigiarini, na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, seguida de mais 03 entrevistas – com Enrica Massa (mãe do Marco); Fabrizio Perroti, (ex) engenheiro civil e juntamente com sua esposa brasileira, donos de uma pizzeria com atendimento *delivery* e com outro italiano atuante no ramo de gastronomia, que por questões de privacidade e não autorização expressa para uso do seu nome e dados, chamaremos de “entrevistado 03” - totalizando 04 entrevistas em Palmas, além de depoimentos e conversas informais com outros italianos não empreendedores. Encontros foram realizados também com 03 imigrados empreendedores italianos na capital São Luís, Estado do Maranhão – Luca Palmieri, atuante no turismo e pessoa de referência na comunidade italiana local; Alessandro Bruge, dono de duas pousadas na capital *ludovicense*; a dona de restaurante especializado em culinária italiana, Patrizia Rossi. Foi tentada ainda uma entrevista com engenheiro ambiental, que é também empresário e atual cônsul honorário italiano em São Luís, porém, apesar de tratativas iniciais e sinalizações no sentido da concessão da entrevista, infelizmente, após alguns contratempos, esta não foi realizada e o estudo deste caso teve que ser excluído da pesquisa.

Na sequência, considerando a ordem dos nomes anteriormente exposta, passaremos a traçar o perfil de cada um dos entrevistados, incluindo local de origem na Itália; dados relacionados ao *capital humano e cultural*; outros dados biográficos de cada um dos entrevistados; informações relacionadas ao processo de saída da Itália e chegada ao local de destino no Brasil com início de atividades profissionais e do empreendedorismo, além das impressões e pensamentos dos entrevistados acerca da vida no Brasil e das relações com os nativos. Após essa etapa, analisamos os dados de cada um dos investigados, considerando na abordagem de tais dados, como anteriormente mencionado, as categorias em que se sustenta o modelo analítico adotado – o *mixed embeddedness* (com adaptações) – distribuídas e debatidas nos tópicos subsequentes deste capítulo.

Iniciamos com o Italiano Marco Bigiarini, de 42 anos. Foram realizadas ao menos seis encontros, sendo o primeiro deles usado para uma primeira aproximação e exposição das intenções de pesquisa; no segundo encontro foi realizada uma entrevista preliminar, ainda sem o registro de gravação; no terceiro encontro foi agendado para a realização de uma entrevista gravada, na data de 09 de setembro de 2021, com duração de 59 minutos. Após o encontro para a entrevista ainda houve alguns outros encontros informais, em tais oportunidades, buscou-se a observação da rotina de funcionamento do restaurante e a colheita de eventuais informações “extras” vindas do pesquisado. Marco Bigiarini é natural da *comuna* de Prato, província de Prato na região italiana da Toscana.<sup>195</sup> A cidade fica a cerca de 37 Km de Florença, prestigiosa capital da região toscana, considerada o berço do período histórico europeu do Renascimento. A comuna de Prato tem cerca de 192.000 habitantes e já conhecida pela forte indústria têxtil, tendo sido uma das maiores da Europa em produção. Segundo informações do Marco, o setor atualmente está em decadência e se caracteriza pela predominância da propriedade de chineses na condução das fábricas.

Marco é proprietário do restaurante *Casa di Marco*, localizado na Quadra 108 Norte, na capital Palmas – TO. A trajetória de Marco até chegar a Palmas –TO pode ser explicada a partir da história de seus pais: Marco é filho de uma técnica em contabilidade e um operário, já aposentados. Ambos trabalhavam na companhia estatal de trens italiana, hoje chamada *Trenitalia*.

Ainda na Itália, em determinado momento os pais de Marco, Mario Bigiarini e Enrica Massa, se separam e seu pai passa a se relacionar com uma brasileira, unindo-se a esta mulher e, passado algum tempo, passam a morar no Brasil, inicialmente no estado do Pará, no ano de 2002. O casal teve uma filha no Brasil, de modo que Marco, que a princípio era filho único, hoje tem uma meia-irmã brasileira. O pai de Marco, em seguida, passou a residir na capital Palmas, na época percebida como uma capital promissora, com bom potencial de crescimento. Marco relata ter saído da Itália para

---

<sup>195</sup> A *comune* ou comuna em português seria o equivalente a um município no Brasil. Nos termos da Constituição da República Italiana em seu artigo 114, para ser considerado um comune, o local deve ter autonomia e seu estatuto próprio. Trata-se assim, de “uma organização territorial e administrativa”. Aquila Company. O que são os comunes italianos?. 2021. Disponível em: <<https://aquilacompany.com.br/2021/08/o-que-sao-os-comunes-italianos/>> Acesso em: 14/05/2022.

fazer algumas visitas a seu pai nesse período, utilizando-se de um visto de turista para tal.

Marco tem formação em engenharia agrônômica, tendo estudado em Florença, porém já estava “desempregado há alguns anos”, portanto, fora de sua área de formação antes de chegar ao Brasil. Considerando a sua situação de vida na Itália à época e após conversas com seu pai em que este o aconselhava a tentar a vida no Brasil, Marco é convencido a migrar para a cidade de Palmas, chegando para residir no ano de 2014. Segundo Marco, iniciar um pequeno negócio na Itália a época, parecia muito mais difícil e custoso do que fazer o mesmo no Brasil, sendo este, além de contar com a ajuda do pai, fator que tornava Palmas atraente na sua perspectiva.

Curiosamente, Marco e o pai tentaram primeiramente montar uma churrascaria, porém, o negócio não deu muito certo. Só posteriormente, Marco, dessa vez sem a participação direta de seu pai (que passou a viver com a nova família em São Paulo), pôs em prática a ideia que já o acompanhava desde os tempos da churrascaria, a de abrir um restaurante especializado na prestigiada comida italiana – massas e pizzas. Em relato sobre tal fase, ele diz que “sabia que a comida italiana era uma coisa interessante para os brasileiros”. Essa conclusão, segundo ele, foi formada um pouco a partir do que ouvia de seu pai e de outras pessoas (brasileiros) em Palmas, demonstrando, assim, a conscientização a partir da vivência no Brasil, da gastronomia de origem italiana como recurso a favor do italiano, o que pode ser classificado como capital cultural e simbólico do Italiano, sendo mais ou menos forte a depender da comunidade em que este se insere.

A tal propósito, o restaurante de Marco (figuras 4 e 5) é do tipo familiar, instalado em um prédio alugado, relativamente simples, do tipo residencial, que sofreu alguma adaptação para instalação de um restaurante, porém, mantendo-se de modo um tanto evidente, o aspecto de uma casa residencial de médio padrão, típica de uma família de classe média palmense (ou brasileira). Marco que não é casado, nem tem filhos (segundo ele, com o trabalho no restaurante e a folga somente às segundas-feiras, sobra pouco tempo para os relacionamentos e para diversão), vive parte do ano sozinho e parte acompanhado de sua mãe, a simpática e gentil Sra. Enrica Massa, que quando está no Brasil, também reside no prédio onde funciona o restaurante e ajuda no atendimento aos clientes.

FIGURA 4 – MURO FRONTAL DA CASA COM PLACA DO RESTAURANTE



FONTE: DE OLIVEIRA, ANDRÉ (2021)

Seguindo com a descrição do prédio, ele tem uma larga área externa que acompanha toda a lateral da casa, onde algumas mesas são dispostas (figura 5). A casa que tem saída para duas vias diferentes, sendo uma delas para uma avenida e outra para uma rua interna da quadra 108 Norte. O restaurante também dispõe de uma sala interna ao prédio com cerca de seis mesas. A intenção dessa descrição, a despeito do capital simbólico, é a de chegar a proposição de que o restaurante do Marco é muito simples e sem qualquer sofisticação, porém é frequentado por uma clientela de perfil bem diverso, certamente pela valoração atribuída aos fatores de lá ser comercializada a reconhecida e popular “comida italiana”, tendo um “legítimo italiano” preparando os pratos.

FIGURA 5 – RESTAURANTE CASA DI MARCO – ÁREA EXTERNA



FONTE: DE OLIVEIRA, ANDRÉ (2021)

Em observação, aferiu-se que o público do restaurante é bem diverso – com frequência majoritária de pessoas de classe média a classe alta, de jovens a idosos, membros da igreja católica – padres (religião do entrevistado), servidores públicos, empresários, pessoas de certo destaque na comunidade palmense, sendo ainda destino de brasileiros com alegada ascendência italiana, que no ambiente do restaurante tentam trocar algumas palavras no idioma italiano ainda que com o sotaque brasileiro. O cardápio traz as típicas massas e pizzas. Quanto aos ingredientes utilizados, Marco que diz ter, a início, tentado elaborar os pratos do modo mais autêntico possível, acabou tendo que abrir algumas concessões para atender ao gosto da clientela, como, por exemplo, a pizza de “frango com catupiry”, algo desconhecido na Itália, mas demandado por parte dos clientes brasileiros.

Outra curiosidade relatada em entrevista por Marco, típica dos simulacros de tradições e estéticas da pós-modernidade (Kumar, 1997), foi a sugestão de clientes brasileiros que queriam ver toalhas de mesa xadrez – vermelha e branca -, considerado por estes, como algo típico de um restaurante italiano, quando Marco, que preferia toalhas brancas, afirma que na Itália a toalha xadrez é usada em tratorias que são restaurantes de baixa categoria e de higiene duvidosa, sendo o xadrez, segundo ele, justamente um recurso para em tais restaurantes, disfarçar a possível sujeira das mesas.

Em informação mais recente, lamentavelmente, o pai de Marco, Mario Bigiarini, que segundo ele, foi o responsável pela abertura do restaurante Casa di Marco, faleceu em agosto de 2022 em São Paulo. Marco anunciou a morte do pai e pausa no

funcionamento do restaurante no perfil do restaurante na rede social *Instagram*, onde costuma postar anúncios e interagir com a clientela do restaurante. O Sr. Mario, não chegou a ver o mais recente sucesso do filho no empreendimento - Marco adquiriu terreno e construiu uma sede própria para o seu restaurante *Casa di Marco* que teve sua inauguração em janeiro de 2023. Voltamos a analisar partes da entrevista com o Marco nos tópicos seguintes deste capítulo.

Outra entrevistada para o presente trabalho foi realizada com a Sra. Enrica Massa, 70 anos, mãe de Marco Bigiarini. Ela concedeu a entrevista em italiano, pois alega ter ainda muita dificuldade com o português, apesar de já compreender razoavelmente o que ouve no idioma. Sra. Enrica, geralmente, passa seis meses do ano no Brasil e os outros seis meses na Itália, se bem que afirma que a partir de então pretendia passar mais tempo no Brasil com o filho. Costuma ajudar no atendimento dos clientes no restaurante, onde, também, estabelece relações de amizade. A entrevista foi realizada em outubro de 2022, cerca de um ano depois daquela gravada com seu filho Marco. Apesar da Sra. Enrica não ser propriamente uma empreendedora, com o amadurecimento da pesquisa, chegou-se à conclusão que essa entrevista teria sua relevância, pois é mais um olhar (de uma italiana) sobre a sociedade palmense, a partir de sua contribuição no negócio do filho.

Antes da entrevista, este pesquisador já havia mantido algumas conversações informais com a Sra. Enrica, que se mostrou sempre muito gentil, educada e com “bom nível cultural”. Sra. Enrica é aposentada (*pensionata*) desde 2013 da companhia estatal de trens italiana – hoje a empresa Trenitalia, onde trabalhou por 41 anos, atuando maior parte do tempo na área de recursos humanos; ela tem formação técnica na área de contabilidade, chegando a iniciar o curso de nível superior na mesma área, porém, não chegou a concluí-lo. Marco, é fruto da segunda união conjugal da Sra. Enrica, sendo que já era separada do pai do Marco há muitos anos. Começou a vir ao Brasil no ano de 2016, sendo que nesta primeira viagem ficou no país por apenas um mês. Esta viagem se deu para visita ao filho que estava no Brasil desde 2014. A partir daí, retorna sempre a Palmas, conforme já mencionado, para estadas de seis meses.

Quanto às impressões da Sra. Enrica Massa em relação a Palmas e palmenses, diz gostar muito da tranquilidade da cidade e do fato de ter muito verde e pássaros – relata ficar encantada com as araras que sobrevoam a cidade, imagem comum na capital do Tocantins. Porém, Sra. Enrica relata sentir falta de uma vida cultural mais interessante, gostaria, por exemplo de ir a shows e teatro. Quanto aos brasileiros, o

contato é frequente, considerando a natureza da atividade do negócio do filho, onde além da relação com funcionários, fez amizades e afirma ser muito bem acolhida. Acredita que o fato de serem italianos é um “valor agregado” (usou o termo *valore aggiunto*), ajudando na socialização e na formação do “tecido social” (usou o termo *tessuto sociale*). De modo emblemático, diz ainda se referindo ao trato dos palmenses em relação aos italianos: “tudo aquilo que é italiano é apreciado, das pessoas a comida e todo o resto”. Essa declaração da Sra. Enrica revelando sua percepção, remete à questão das disposições dos brasileiros (ou palmenses) em relação ao italiano, sua cultura e símbolos, configurando e evidenciando, assim, o favorável *capital cultural* e *capital simbólico* de que são detentores.

Entretanto, questionada mais diretamente se recebem um “tratamento especial” (questão formulada na entrevista trazia tal expressão) por parte dos brasileiros, pensa um pouco e titubeando, responde que não. Contudo, a pesquisa mostra que, considerando o contexto de vida de imigrantes em geral, no Brasil, ou mesmo em Palmas, a manifesta cordialidade e “simpatia” no trato com os italianos já caracteriza, no nosso entendimento, um tratamento diferenciado (e, portanto, especial) por parte dos brasileiros.

Mais adiante na mesma entrevista, a própria Sra. Enrica se faz entender melhor quanto a referida resposta negativa quanto ao “tratamento especial” ou não por parte dos brasileiros, ao afirmar que a depender do contexto da relação ou do papel (usou o termo *ruolo*) de cada um na interação social, a cordialidade no tratamento pode variar. A entrevistada citou como exemplo, o trato com os funcionários brasileiros do restaurante, disse acreditar não haver qualquer distinção por serem italianos, não sendo uma relação tão fácil, porém, em outras situações sociais, são muito bem tratados. Ainda quanto a relação com funcionários, fez a ressalva que não tem muita referência de tal tipo de relação, pois nunca foram empreendedores antes seja na Itália ou em qualquer lugar. Outras impressões da Sra. Enrica e conteúdo da sua entrevista, voltarão a ser comentadas adiante neste capítulo.

O próximo empreendedor italiano cujo caso foi analisado em Palmas resistiu bastante a ser entrevistado. Em tentativa de contata-lo através de um amigo seu, também italiano, foi obtida a informação de que ele tinha certa vergonha de conceder entrevista, provavelmente, segundo seu amigo, pelo fato de se sentir “não bem – sucedido”, o que não deixou de nos parecer um fato intrigante e de interesse da pesquisa. Ainda que a conversa com esse mencionado italiano tenha acontecido, essa

se deu através de uma estratégia em que este pesquisador se passou por cliente de seu estabelecimento, ou seja, não houve a realização de uma entrevista formal, mas conversas aconteceram de forma produtiva entre o atendimento de um cliente e outro em seu modesto estabelecimento. Assim, doravante, ele será chamado de “entrevistado 03”. Vamos ainda omitir algumas informações, no esforço de preservar a identidade do entrevistado, sem, entretanto, comprometer a compreensão dos fatos, reflexões e análises da pesquisa.

As causas de imigração do *entrevistado 03* são bastante típicas, ao considerar a própria amostra colhida nos casos que dão base a este trabalho – ele conheceu uma brasileira na Europa, mais precisamente na cidade de Barcelona na Espanha, tendo com ela se unido conjugalmente e na sequência (por conta da “saúde que a companheira tinha dos familiares no Tocantins”), acabaram vindo morar no Brasil. A mudança ocorreu no ano de 2013 e da união adveio um filho, nascido no Brasil, que na época da conversa para a pesquisa (2022), tinha 09 anos. A convivência, porém, não durou muito e o casal se separou. Segundo o *entrevistado 03*, as causas foram “diferenças de nível cultural”. A cidade de origem da esposa, no interior do Estado do Tocantins, tem cerca de 87.000 habitantes e fica ao sul do estado, próximo à divisa com o Estado de Goiás, a cerca de 214 km da capital Palmas, onde o *entrevistado 03* passou a residir após a separação.

Quanto as origens do *entrevistado 03*, segundo relato do mesmo, a sua família tem origem numa cidade (*comuna*) italiana na região dos Marche, província de Macerata. Segundo informações obtidas via *Google Maps*, a mencionada cidade litorânea tem cerca de 12.300 habitantes e fica à beira do mar adriático, leste da Itália.<sup>196</sup> A família do *entrevistado 03* tem histórico de atuar na área de gastronomia/restaurantes, sendo que antes de vir ao Brasil, já era imigrado na cidade de Barcelona, Espanha, onde, segundo o mesmo, seria sócio de um restaurante com irmãos.

Assim, o entrevistado 03 pode ser considerado o único dos entrevistados na presente pesquisa, seja em Palmas ou em São Luís, que atua na mesma área que atuava na Itália ou na terra de origem (detentor de “capital humano relacionado à tarefa”). Contudo, curiosamente, é o que se mostrou menos satisfeito, crítico e pessimista com a vida profissional no Brasil e a cidade de Palmas, sendo essa

---

<sup>196</sup> Informações Google Maps.

perspectiva pessimista uma característica percebida, em geral, em toda a expressão do entrevistado, parecendo ser esta uma característica ligada a sua personalidade.

Apesar de tal característica, o *entrevistado 03* é um tipo extrovertido e comunicativo, gerando facilidade de diálogo. O entrevistado é do tipo branco, aparentando ter entre 55 e 60 anos de idade. Ele alega ter viajado bastante pelo Brasil, elogiando a região sul do país, especialmente Santa Catarina e a capital Florianópolis, estado que considera ser “o primeiro mundo no Brasil”. Alega ter saudade do litoral e vontade de mudar de Palmas ou melhor, voltar para Europa. O *entrevistado 03* comercializa a consagrada comida italiana - pizzas e massas em geral, - sendo algo inusitado o fato do seu estabelecimento funcionar num grande caminhão adaptado (termo *food truck* é atualmente muito usado para tal formato de negócio) que, segundo ele, está à venda, porém, sem conseguir achar “propostas à altura”. O caminhão fica todo tempo num ponto fixo vizinho a um grande terreno baldio, numa quadra residencial da cidade, cujas casas são de bom padrão – bairro de classe média-, situada próximo ao centro da cidade; o caminhão fica logo ao lado do imóvel (prédio com unidades tipo *kitnet*) em que o entrevistado reside. Afirma o entrevistado que ainda não foi embora do Brasil apenas por causa do filho, que estaria aguardando ficar um pouco mais velho, para provavelmente partir com ele.

Quanto às suas impressões sobre Palmas, o entrevistado diz que não gosta muito, lembrando que há lugares melhores no Brasil. Questionado sobre o acolhimento dos brasileiros e tratamento aos italianos, diz que “já sentiu o que é racismo” e que em Palmas se “sente um bicho do mato”. Acha que as pessoas muitas vezes são rudes, sem cultura. Porém, questionado sobre a vizinhança na quadra<sup>197</sup> em que reside e tem seu negócio, diz ser uma vizinhança tranquila, muito boa. Quanto a isso, em observação, vê-se que o estabelecimento tem em sua maioria clientes da vizinhança, que frequentam com habitualidade, tecendo sempre elogios a comida servida e o tratando com cordialidade. Em resposta a questão, o entrevistado 03 alega que tende a ser recebido ou tratado com menos deferência ou maior estranhamento em situações em que tem que tratar com pessoas de baixa escolaridade e “nível cultural”, como na contratação de certos serviços, por exemplo.

Quanto a esta última informação, chama atenção ter impressão parecida o Pietro Ilario - aposentado italiano de cerca de 60 anos de idade, que vive em Palmas e

---

<sup>197</sup> A cidade de Palmas, como a cidade de Brasília, por exemplo, é uma cidade planejada. Em resumo, no projeto, a divisão da cidade se dá por quadras e não por bairros como é mais comum no Brasil.

também trabalha como motorista, através de aplicativos de transporte. Pietro, que também conheceu uma brasileira na Itália com que acabou se casando e vindo morar no Brasil, como o *entrevistado 03*, também faz entender que a confiança e o tratamento melhoram em relação ao italiano em ambientes onde as pessoas dispõem de “*mais cultura*” (termo usado pelo declarante).

Tais informações deixam, em certa medida, subentendida a ideia de que a valoração do nacional brasileiro sobre o italiano, talvez nem sempre possa ser considerada generalizadamente ante uma comunidade que habita determinada localidade (devendo, neste caso, o termo localidade ser compreendido como uma mera unidade político-territorial) ou cidade, uma vez que tal valoração varia sobretudo a partir de disposições dos nativos, disposições estas, por sua vez, decorrentes, em certa medida, de um repertório simbólico compartilhado que se vincula ao nível educacional e ou sociocultural de cada grupo ou indivíduo, não estando, assim, reiteramos, necessariamente de forma indistinta ou uniforme, ligada à comunidade de uma determinada localidade (como, por exemplo, a “comunidade palmense”), condição que uma vez dita, talvez soe quase como óbvia.

Estariam, assim, esses indivíduos ou grupos que compartilham de tais valores, provavelmente e em graus diversos, mais sensíveis ao apelo do capital cultural dos italianos ou, em outros termos, mostrando-se, por assim dizer, como munidos de um “decodificador” de tal capital ou, em termos mais apropriados e condizentes, munidos das específicas disposições de ordem sociocultural. Ante tais nacionais, pode se dizer que os italianos comporiam de algum modo “grupos de status”, remetendo, assim, a teoria de Weber (1966,1968) referente a tais grupos. Tal raciocínio, faz remissão ainda ao próprio conceito de *habitus* de Bourdieu, salientando que tal conceito se vincula “a uma estrutura psicológica e valorativa. Aplica-se também, e sobretudo, às formas de apreciação que também resultam de situações objetivas de classe” (OLINTO, 1995, p. 26). Lembrando que classe aqui deve ser considerado em acepção bourdiesiana, ou seja, não necessária ou restritamente ligada a poder econômico.

A última entrevista da pesquisa foi realizada em Palmas, em 25 de novembro de 2022, aconteceu com o engenheiro civil e empreendedor Fabrizio Perotti. Nascido em Roma em 06 de janeiro de 1962 (60 anos de idade). Lembrou o entrevistado que nasceu no “Dia da Befana”, o equivalente ao Dia de Reis no Brasil ou dia da Epifania no calendário católico, contudo, na Itália a data é comemorada com elementos bem

particulares, incluindo a simpática personagem da bruxa befana que sinaliza renovação e boa sorte.<sup>198</sup>

Quanto ao capital humano de Fabrizio, este é formado em engenharia civil e exercia a vida profissional em Roma, atuando como engenheiro civil e empreendedor na sua área de formação. Chegou a abrir juntamente com seu irmão mais velho duas empresas, a primeira uma de projetos e a segunda para a execução de obras. Conta que a crise de 2008 que assolou a Europa, acabou fazendo quebrar a maioria das empresas “que não eram grandes”. Nesse contexto, as demandas ao negócio dos irmãos passaram a desacelerar a ponto do mesmo se tornar inviável, o que pouco depois, os levaram a encerrar as atividades. Na vida pessoal, Fabrizio relata que nesta fase se divorciou de sua segunda esposa e encontrava-se um tanto “deprimido”, quando conheceu a brasileira Erika que também vivia em Roma na época.

Erika, que tem origem no Tocantins, falava para Fabrizio de sua terra natal, como um estado há pouco tempo criado, cuja capital, Palmas, tinha (à época) pouco mais de 20 anos de fundada, sendo, assim, um lugar emergente e promissor. A divulgação feita pela companheira acabou despertando em Fabrizio o interesse em migrar para o Brasil, sendo que o retorno a terra de origem passou também a ser o interesse de Erika. Relata Fabrizio que os fatores de atração a Palmas, mais especificamente, foi justamente o potencial de demandas na área de engenharia. Sobre Palmas, afirmou o entrevistado: “era uma cidade que precisava de todos”,

No ano de 2011, Fabrizio vem ao Brasil e a Erika, a seu turno, após dez anos de Itália, retorna ao Brasil (migração de retorno). A princípio, Fabrizio chega ao Brasil com um visto de turista, com prazo de 90 dias, tendo que retornar posteriormente à Itália para a regularização da situação, voltando ao Brasil, no ano de 2012, dessa vez com o visto de residente. Fabrizio e Erika geram o primeiro filho do casal logo após a chegada e hoje têm dois filhos juntos. Sobre o nascimento dos filhos em Palmas,

---

<sup>198</sup> No dia “6 de janeiro comemora-se o dia da Epifania, palavra de origem grega — “epiphanei” (com o tempo a palavra sofreu uma transformação, beffanei, befania, befana) — que significa “aparição”, ou seja, é o dia consagrado ao aparecimento dos Reis Magos. No Brasil comemora-se o Dia de Reis (...), enquanto que, na Itália, comemora-se o Dia da Befana”. A Befana é simbolizada pela figura de uma bruxa (do bem) que de acordo com a lenda, teria acolhido e orientado os reis magos quando estes se perderam do caminho até a manjedoura, no nascimento de Jesus. A Befana é muito celebrada pelos italianos, com festas em todo o país, sendo um símbolo de encerramento do ano anterior e boa sorte para o ano que se inicia. FERNANDES, M. Befana, a simpática bruxinha italiana. 2021. Disponível em: <https://casaditaliajf.com.br/2021/10/29/revista-casaditalia-befana-a-simpatica-bruxinha-italiana/>. Acesso em: 07/12/2022.

Fabrizio brinca com a comparação: “meus filhos são a segunda geração de Palmas, se nascessem em Roma, de qual [geração] seriam?”

Uma vez instalado e com situação regular no Brasil, Fabrizio relata que chegou a trabalhar como engenheiro coordenador em duas obras grandes no Tocantins. Em tais momentos, comandava dezenas de pedreiros e outros profissionais, tendo muitas dificuldades iniciais com a comunicação por conta de não falar bem o português à época, o que, além do serviço em si, tornava tudo muito desgastante para ele. Decide dar uma pausa com a engenharia e juntamente com sua esposa, resolvem investir o dinheiro ganho com as obras na abertura de um restaurante, isso no ano de 2017. Relata também o entrevistado, ter como fonte de renda mensal, os rendimentos de uma espécie de plano de previdência privada, feito na Itália.

Questionado sobre as relações e eventuais redes que integravam na chegada a Palmas, Fabrizio disse que contaram com a ajuda dos parentes da companheira Erika, sobretudo seus pais, que moram em Palmas. Não conhecia nenhum italiano na região. Disse que até hoje só conheceu três italianos em Palmas, um deles o Marco do restaurante *Casa di Marco*, também entrevistado pela pesquisa; outro, “simpático”, chamado Giuseppe que trabalhava como caminhoneiro fazendo entregas para uma empresa e um terceiro dono de restaurante que não recordava o nome (descobrimos posteriormente que se referia ao nosso *entrevistado 3*). Fabrizio diz que não frequenta italianos em Palmas, entende que não há uma comunidade italiana. Relata que quando chegaram a Palmas, foram muito ajudados pelos parentes da companheira, sendo estes muito hospitaleiros quando habitavam com esses até encontrarem uma casa para alugar.

Em resposta à pergunta sobre as impressões sobre o mercado em Palmas para o ramo de restaurante, atividade que exercem, Fabrizio inicia dizendo que:

“Meu parecer (*parere*)...o que eu sempre pensei... é que todos gostam da comida italiana aqui, mas tem um fator importante: se você só faz comida italiana, você não vai para frente, entendeu? Porque aqui não tem...aquele *bacino di utenza* (área de captação), como há em São Paulo ou em uma grande cidade, onde há um bom número de vendas. Entendeu? Aqui a gente gosta da pizza sempre, claro, mas as (outras) massas, por exemplo, eles comem uma vez por semana ou a cada duas semanas, entendeu? Não tem aquele fluxo (...) A comida de Tocantins e Palmas é muito diferente daquela Italiana. (...). Palmas tem muitos brasileiros importados, alguns de fora me dizem que com um restaurante desses em São Paulo eu ficaria Rico...(sorrindo) mas eu estou tranquilo em Palmas, gosto da qualidade de vida aqui.”

Questionado sobre dificuldades ou facilidades iniciais, Fabrizio lembrou que o pouco capital disponível para a publicidade do negócio, no começo, deixava tudo mais

difícil. Tiveram, assim, que fazer propaganda “boca a boca” e buscaram se imporem pela qualidade do produto. Posteriormente, observou-se que com a popularização das mídias digitais como *Instagram* e *Whatsapp* a publicidade foi facilitada, podendo muitas vezes serem impulsionadas “organicamente”<sup>199</sup>.

Ainda sobre o começo de vida em Palmas, questionado sobre eventuais ajudas de instituições públicas e privadas, Fabrizio diz que não houve ajuda de nenhuma instituição, mas depois recordou que a esposa é registrada como Microempreendedora individual (MEI) e que teve a ajuda do SEBRAE que considerou uma ajuda bem importante no começo. Lembrou ainda que pegaram um pequeno financiamento do Banco do Povo, serviço da Prefeitura de Palmas. Informou ainda que o sistema do financiamento piorou com o tempo e atualmente (final do ano de 2022) só é permitido o empréstimo de até R\$ 5.000,00. Respondeu ainda que o empréstimo sempre sai no nome da esposa e demorou para conseguir ter uma conta bancária própria no Brasil, evidenciando as dificuldades burocráticas ainda enfrentados por estrangeiros, o que certamente pode dificultar os negócios e pequenos investimentos de estrangeiros no país ou, mais especificamente, no Tocantins.

Em perguntas sobre as mudanças socioeconômicas mais marcantes no Brasil desde que aqui chegou, Fabrizio lembra, primeiramente, da alta inflação ultimamente; que no ano de 2022, tiveram que alterar três vezes os preços no cardápio. Sobre questionamento relacionado a possíveis problemas decorrentes da Pandemia da Covid-19, Fabrizio afirma que estranhamente, foi um período positivo para o seu tipo de negócio pois mais pessoas aderiram e demandaram do sistema de delivery e houve o auxílio governamental para eles. Sobre a concorrência em seu ramo de negócio, declara não haver nenhum tipo de problema; que ele e Marco (nosso primeiro entrevistado) se apoiam em alguns momentos quando há necessidade.

Perguntado sobre o acolhimento do brasileiro em relação ao italiano, Fabrizio dispara com entusiasmo: *eu fico encantado com os brasileiros porque eles ficam felizes quando encontram um italiano, ficam felizes! O que eu posso dizer é que o acolhimento é só alegria, desde o começo. É um acolhimento maravilhoso.* O pesquisador ante tal resposta, requestiona: Por que esse acolhimento maravilhoso? A que você atribui esse encantamento? Ao que Fabrizio, parecendo não compreender

---

<sup>199</sup> Termo que costuma ser utilizado para as divulgações de serviços ou produtos em mídias sociais sem a necessidade de investimentos financeiros para impulsionamentos de anúncios. É a versão para o mundo das mídias sociais da tradicional divulgação “boca a boca”.

mais precisamente as razões de tal encantamento, responde: *acho que gostam da língua, gostam da Itália, mesmo os que nunca foram lá. Acho que também por haver muitos descendentes de italianos [no Brasil]; São Paulo é a maior comunidade italiana fora da Itália, acho que isso criou um pouco...assim...um “gemellagio” (geminção).* Disse que não nota diferenças de tratamento relacionado ao acolhimento na relação com pessoas de diferentes níveis socioeconômicos, mas que percebe uma curiosidade maior sobre a cultura e o modo de pensar italiano na comunicação com pessoas de nível cultural mais alto.

Perguntado sobre as suas sinceras impressões em relação ao brasileiro, o entrevistado alega que o brasileiro é um tipo muito legal; que nunca viu em outro lugar no mundo pessoas capazes de resolver problemas como o brasileiro. Alegou o entrevistado que *“o famoso jeitinho brasileiro, é verdade, não há nada que [para o brasileiro] não possa ser resolvido. É um otimista”*.

O capital simbólico é talvez intuitivamente explorado pelo Fabrizio e sua esposa, sendo ela quem realmente cuida da cozinha e preparação dos pratos. No perfil do Instagram da empresa usam a frase: “Pizza feita por italianos”, mostrando que entendem que o apelo a origem possivelmente ajuda na valoração do produto e consequentemente nas vendas, numa óbvia conversão de capital simbólico em capital econômico. O restaurante também tem seu nome em língua italiana – *Fiore di Grano*.

Ante a pergunta: há uma estima maior por parte do cliente pelo fato de italianos estarem produzindo a comida? Percebe alguma distinção? Ao que ele responde: *A única distinção é que eles ficam felizes por ter um italiano fazendo a pizza. Quando eu vou em outros restaurantes, como cliente e eles descobrem que sou italiano, [percebo que] eles se esforçam mais para agradar.* A constatação de Fabrizio nos remete a ideia de capital simbólico e étnico, o que pode ser conduzido a ganhos econômicos – capital econômico. Seguimos, a partir daqui, tratando da experiência de campo, entrevistas e demais dados coletados em São Luís, Estado do Maranhão.

A capital ludovicense é, como visto, uma cidade bem mais populosa e, obviamente, mais antiga do que Palmas, sendo bem mais expressivo o número de italianos que compõe a assim chamada, comunidade italiana do Estado do Maranhão – cerca de 400 italianos.

Em busca por informações acerca dos italianos em São Luís, foram realizadas diligências a algumas entidades públicas, como a Secretaria de Cultura do Município, onde fui recebido por um de seus diretores, o senhor Sergio Pinto, servidor público de

longa data, que generosamente, prestou informações a seu alcance, relacionadas a “Semana de Cultura Italiana”, fornecendo ainda, a indicação de outras pessoas e entidades que, no seu entender, pudessem ser de alguma ajuda para a pesquisa, como a Agencia Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, presidida pelo Felipe Mussalen. Outra passagem relevante para a pesquisa foi à prefeitura de São Luís, localizada no centro histórico da cidade. Ali, buscou-se colher informações sobre a dita comunidade italiana em São Luís, conforme apresentada nas matérias da mídia e no site da internet da própria prefeitura, quando das divulgações sobre o 2 de junho - Dia da Comunidade Italiana, data que foi idealizada e concretizada em projeto de lei de autoria do atual prefeito, Eduardo Braide, do partido Podemos, na época em que este foi Deputado Estadual.

Na prefeitura, que, à época da visita, ainda não tinha normalizado o atendimento à comunidade, em decorrência das medidas de prevenção à disseminação do Corona vírus, foram conseguidas algumas informações, incluindo os contatos de pessoas italianas de referência na comunidade e que poderiam prestar maiores informações para a pesquisa; foi-me passado ainda impressão do referido projeto de lei do atual prefeito e uma impressão de parte do Diário Oficial do Poder Executivo do Estado, de 22 de agosto de 2017, com a publicação da Lei 10.656, de 21 de agosto daquele ano, lei esta que “inclui no calendário oficial de eventos do Estado do Maranhão, o dia 2 de junho como o Dia da Comunidade Italiana no Maranhão” (ver anexo). A escolha da data faz alusão ao celebrado feriado nacional italiano em que se comemora a formação da República da Itália.<sup>200</sup>

Os nomes indicados se mostraram bastante relevantes para a pesquisa ainda que não tenha sido conseguido o efetivo contato com todos eles. A princípio, por telefone, falei com Luca Palmieri, um dos nomes indicados pela prefeitura, que se disponibilizou a contribuir com a pesquisa, tendo indicado nomes e concedido uma entrevista na data de 21 de abril de 2022. Palmieri tem 50 anos, é natural de Gênova, na Itália e em São Luís trabalha no ramo do turismo, atuando como “*travel designer*” e guia turístico. Ainda sobre sua origem e família na Itália, o seu pai, falecido em 1994, foi diretor da área comercial da TV estatal italiana RAI e sua mãe era dona de casa,

---

<sup>200</sup> “O Dia Nacional de Itália, a “Festa della Repubblica Italiana”, celebra-se anualmente a 2 de junho, data que corresponde ao referendo institucional que teve lugar em 1946, quando, terminada a Segunda Guerra Mundial e a queda do fascismo, o povo italiano foi convocado a decidir qual a forma de governo a adotar. Este acontecimento originou a formação da República italiana.”. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/eventos/dia-nacional-da-italia>. Acesso em: 18 de junho de 2022.

tendo Luca morado com ela até quando se mudou para o Brasil no ano de 2010. Luca tem um irmão, oito anos mais novo que é “gráfico publicitário.”

Luca tem “formação humanística” iniciada no *Liceu classico*, com ênfase na área de humanas (equivalente na Itália ao ensino médio no Brasil), na universidade, formou-se em letras, defendendo monografia em “história crítica do cinema”, após graduado, dedicou-se a atividade cultural, tendo sido por dez anos, o presidente de uma associação que, segundo Luca, teria dado origem a um festival de cinema, o prestigiado evento “*Genova Film Festival*.”<sup>201</sup> Paralelamente, atuava como jornalista, tendo servido a alguns periódicos conhecidos do país, como o *La Repubblica* e o *Tutto Sport*, sobretudo, no jornalismo esportivo, cobrindo os times de futebol da sua região - Sampdoria e Genova, que são times que integram a primeira divisão de futebol italiana.

Apesar da boa qualificação e ter uma atuação profissional aparentemente interessante na Itália, tratando na entrevista concedida sobre a decisão de deixar seu país de origem, alegou Luca que não tinha boas perspectivas em relação à sua vida profissional na Itália. Alega que apesar de algumas promessas, ele nunca foi contratado de modo efetivo por um grupo de mídia e ao que parece trabalhava na modalidade *free lance* para os mencionados periódicos. Somado à citada precariedade e instabilidade no âmbito profissional, ele afirma sempre ter tido o hábito de viajar pelo mundo, tendo vindo a América do Sul algumas vezes, dizendo ainda que antes de se fixar no Brasil, já tinha estado no país, três outras vezes, mostrando, assim, espírito aventureiro e uma possível pré-disposição a emigrar. No caso de Palmieri, temos esclarecidos, portanto, os “fatores de repulsão” ou as causas de se deixar a Itália.

Na mesma data, de 21 de abril de 2022, uma quinta-feira, começo de uma tarde de sol, após algumas conversas prévias via telefone e aplicativo de mensagens (whatsapp), entrevistei Patrizia Rossi, em seu restaurante, o Espaço Mediterrâneo, no bairro Renascença em São Luís, bairro não muito habitado, onde se observa boas casas, muitas delas de alto padrão. O restaurante de Patrizia funciona em sua própria residência, uma casa de bom padrão, com andar, jardins e uma piscina. A sala da casa não tem móveis convencionais de uma casa residencial, funcionando como espaço onde estão dispostas as mesas e cadeiras do restaurante. O espaço um tanto improvisado, não dispõe de muitas mesas e tem decoração simples. O fato de se tratar

---

<sup>201</sup> Para mais informações, Cf. Site <http://www.genovafilmfestival.org/nuovosito/>.

de uma casa de boa estrutura e acabamento para os padrões médios brasileiros, acaba dando um toque de certa sofisticação, não proposital, ao ambiente, mesmo assim, não foge ao caráter de um restaurante familiar.

Patrizia Rossi, que informou não ter no momento funcionários, mostrou-se muito atribulada e para conceder a entrevista, impôs a condição da mesma ter que ser rápida e no horário das 14:30h quando o movimento de pedidos pelos aplicativos e transito de clientes no restaurante ficam menos intensos. A conversa, porém, fluiu bem, sem interrupções e o tempo da entrevista se mostrou suficiente e satisfatório.

Patrizia é a única empreendedora mulher dentre os entrevistados e a sua história no Brasil, é de superação e coragem. Patrizia tem origem em um vilarejo próximo a Piacenza, norte da Itália. A *comuna* de Piacenza fica na província de Piacenza, na região da Emília-Romana, situada a cerca de 70 Km da metrópole Milão.<sup>202</sup> Patrizia cursou o “liceu linguístico” e tem uma formação em pedagogia na Itália, chegando a ainda iniciar o curso de graduação em filosofia, porém, não concluiu o curso. Chegou a dar aulas de história e filosofia. Patrizia juntamente com o seu marido tinham um bar na Itália.

Patrizia e seu, à época, marido e dois filhos, chegaram ao Maranhão, no ano de 2010, inicialmente com o intuito de implantar uma pousada na região de Atins – vilarejo na região dos Lençóis maranhenses, onde tinham a referência de um amigo italiano que já vivia na região. Entretanto, alega Patrizia que a região de Atins, apesar de muito bonita e agradável, não tinha a estrutura adequada para se criar dois filhos - dois meninos de 11 anos. Assim, por conta da necessidade de um centro mais desenvolvido e “civilizado” para a criação dos filhos, acabaram optando por residir em São Luís, o que levou à mudança dos planos iniciais. Acabaram optando por abrirem uma pousada no centro histórico de São Luís, no bairro Renascer. Patrizia acabou se divorciando do marido, tendo assumido a abertura do restaurante Espaço Mediterrâneo sozinha, tendo hoje o apoio dos filhos. Voltaremos a tratar do caso de Patrizia nos próximos tópicos deste capítulo.

Na cidade de São Luís/MA, foi também entrevistado, na tarde do dia 20 de abril de 2022, o italiano Alessandro Bruge, de 57 anos, nascido na Itália, em uma pequena

---

<sup>202</sup> Informação Google Maps. Disponível em:

<https://www.google.com/maps/place/Mil%C3%A3o,+It%C3%A1lia/@45.2645071,9.1689006,10z/data=!4m2!1m1!1s0x4786c1493f1275e7:0x3cfffcd13c6740e8d!2zTWlsw6NvLCBJdMOhbGh!2m2!1d9.189982!2d45.4642035!1m1!1s0x4780e7f8f2c99505:0x60d323d99de42177!2zUGxhY8OqbmNpYSwgSXTDoWxpYQ!2m2!1d9.6929845!2d45.0526206!3e0!3m4!1s0x4786c1493f1275e7:0x3cfffcd13c6740e8d!8m2!3d45.4642035!4d9.189982>. Acesso em 30 de abril de 2022.

comuna na região de Marche, “litoral leste, a beira do Mar Adriático. Marche fica no centro da Itália, região pequena, de sociedade conservadora, economia agrícola, com pequenas empresas artesanais” como detalha o entrevistado ao lembrar da Marche de sua infância e adolescência. Narra ainda o entrevistado, que posteriormente a região de Marche passa a ser polo de atração de imigração para “extracomunitários”<sup>203</sup>

Na região em que nasceu, Alessandro cursou até o chamado Liceu Científico, correspondente ao ensino médio brasileiro. Em seguida, cursou a faculdade de economia, doa 19 aos 25 anos, na cidade de Siena, região toscana. Alessandro conta que foi formada uma turma na sua cidade de origem para ir estudar em Siena, formando uma república na cidade. Segundo o entrevistado, a Siena da época era uma cidade conservadora, com “valores, hábitos e cultura” bem parecidos com os da sua terra de origem. Marco fez ainda um estágio em Paris no antigo Banco Sudameris (que teve agências no Brasil), aproveitando uma oportunidade de intercâmbio ofertada por sua instituição universitária.

Após encerrar a faculdade, Alessandro consegue um emprego em uma instituição bancária, a *Banca Commerciale Italiana*, instituição que, segundo o entrevistado, tinha uma participação societária no Sudameris com sede em Paris. Alessandro, financiado pela instituição, cursou um mestrado em Paris, em três etapas, que aconteciam sempre nos verões – durante três anos. O Banco Sudameris, era formado por um “pool de bancos”, cujo sócio majoritário era o empregador do Alessandro, a *Banca Commerciale Italiana*. O Banco Sudameris – “Banco Ítalo - Francês para a América do Sul”, tinha atuação em toda a América Latina, incluindo o Brasil, com agências em várias capitais, sobretudo no eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

Alessandro acabou indo prestar serviço ao Sudameris, que em 1996 o transferiu para São Paulo – Brasil. Assim, Alessandro Bruge tem uma trajetória migratória diferente dos demais entrevistados até aqui comentados, nos seguintes aspectos: além de ter sido o primeiro dos pesquisados a chegar ao Brasil – final do século XX, ano de 1996, Alessandro chega ao país como executivo de uma instituição bancária multinacional, profissional de alta qualificação e não com a finalidade inicial de empreender. Outra característica diversa dos demais, é que ele tem o início de seu itinerário no país, não diretamente na região norte-nordeste, mas a partir de São Paulo-SP, sudeste do país, onde ainda reside sua esposa (brasileira) e filhos, ou seja,

---

<sup>203</sup> Extracomunitário – termo usado para designar pessoas que tem origem fora do âmbito da União Européia. Disponível em: <https://www.meudicionario.org/extracomunit%C3%A1rio>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

poderíamos dizer que neste caso, houve, em sequência, uma migração internacional, com uma, migração doméstica.

Tais peculiaridades talvez possam classificar o caso de Alessandro Bruge em uma categoria diversa de imigração ante os demais casos aqui estudados, mas não pretendemos nos ater a tal distinção classificatória, por entendermos que o cerne e viés do caso, independentemente do início de itinerário do imigrado, é o fato de se tratar de um caso de imigração de italiano para fins de empreender no norte e nordeste do Brasil, abordagem viável e que atende aos objetivos do presente trabalho.

Voltando a história do Alessandro no Brasil, na sequência, ele acabou assumindo uma função no mesmo banco no Rio de Janeiro, mas uma vez que tinha uma namorada à época que vivia em São Paulo capital, Alessandro pegava um ônibus interestadual para todos os finais de semana encontrá-la. Essa namorada trabalhava no Banco do Brasil S.A em São Paulo e é sua atual esposa, mãe de seus filhos.

Passados alguns anos, o banco Sudameris, onde trabalhava o entrevistado passou a iniciar um processo de venda para o antigo Banco Real (hoje também extinto), antes da conclusão desse processo, Alessandro sai do banco. Relata que nesse momento, poderia ter retornado para Itália, mas preferiu ficar no Brasil, pois estava muito bem no país; já tinha dois filhos; sua esposa tinha um emprego muito bom no Banco do Brasil. Diz: *não queria tirar ninguém do Brasil, pois já estávamos todos “enraizados” aqui.*

Nesse período conheceu outro italiano Simone, tornando-se muito amigos. Ambos passaram a vislumbrar algo a fazer no futuro, após a saída do emprego. Alessandro e Simone atualmente são sócios nos negócios em São Luís. Continuamos a abordar a trajetória do Alessandro em próximo tópico.

#### **4.2.1 Capitais e recursos pessoais mobilizados nos processos de entrada e integração do imigrante empreendedor italiano.**

Em continuação às análises sobre os dados levantados na pesquisa, reiterando que essas análises buscam seguir o preconizado no modelo analítico adotado, o *mixed embeddedness*, passamos a analisar os capitais que são mobilizados pelos imigrados empreendedores nos casos estudados, sendo tais capitais analisados, inicialmente, em função dos processos de entrada e integração dos italianos nas localidades estudadas.

Conforme já melhor debatido anteriormente neste trabalho, o referido modelo de análise, considera, originalmente, a abordagem sobre o *capital social* e *capital*

*humano* nos casos em que é aplicado, que devem, por sua vez, serem analisados considerando a interdependência e conexões entre eles, conforme melhor detalhado no capítulo 3 deste trabalho.

Antes de adentrarmos na discussão sobre o capital social e capital humano, salienta-se que em nenhum dos casos observou-se da parte dos sujeitos envolvidos, a detenção ou disposição de grande volume de capital econômico ou sequer houve o emprego de quantias vultosas em investimentos iniciais nos empreendimentos iniciados pelos imigrados, tratando-se, portanto, de pessoas enquadráveis economicamente, em uma “classe média” da sociedade, ainda que se possa, no caso a caso, considerar certa gradação ou hierarquia financeira entre os sujeitos nos casos em estudo. Feito tal registro, podemos passar à reflexão quanto aos capitais que interessam ao referido modelo analítico adotado, em todos os casos estudados - tanto na cidade de Palmas - TO, quanto em São Luís – MA.

Em resumo, quanto ao capital humano, na totalidade dos casos analisados, constatou-se que os italianos detêm formação educacional de nível superior, em áreas diversas do conhecimento, indo da pedagogia, caso da Patrizia Rossi (única mulher dentre os casos) à economia, passando pela engenharia agrônômica (o caso de Marco Bigiarini e engenharia Civil (caso de Fabrizio) em Palmas – porém, nenhum deles exerce no Brasil, ao menos diretamente, a profissão para a qual se graduaram na Itália, com única exceção para o caso do *entrevistado 3* que vem de uma família de culinaristas. Configurando, assim, a mobilização do capital humano “não relacionado à tarefa” que desempenham no Brasil (*not related to a task*) (UNGER, 2011).

Quanto ao capital social, nenhum dos entrevistados chega às cidades da pesquisa com prévia inserção em redes de conacionais, podendo ser um dos fatores que geram tal característica, o pouco expressivo contingente de italianos nas mencionadas cidades. De modo contrário, quando muito, parecem tratar-se de relações pontuais e distantes entre os poucos italianos nas referidas regiões, com encontros pouco frequentes, que poderiam certamente serem classificadas como *laços fracos* (GRANOVETTER, 1973).

A notada *ausência* de laços ou, no máximo existência de poucos *laços fracos* entre conacionais, parece ser suprida ou compensada em parte pelas relações com os nativos, o que, por sua vez, notou-se serem favorecidas por certo *status* ou valoração de que os italianos desfrutam junto às comunidades analisadas, o que

podemos traduzir em termos de mobilização favorável de capital cultural e simbólico (BOURDIEU, 1986). Assim, somos adeptos à proposição de que um maior volume de capital cultural e simbólico detidos por um imigrado, podem suprir, em certa medida, a ausência do capital social composto por coétnicos que na literatura é considerado fonte segura de apoio mútuo entre imigrantes.

A tal respeito, iniciando-se pelo caso de Marco Bigiarini de Palmas, que teve na sua chegada, seu pai, que já se encontrava no Brasil, como única referência de italiano (e familiar) no país. Seu pai, além do apoio de ordem moral e afetivo, contribui com orientações informais sobre a sociedade e mercado brasileiros. A companheira brasileira do pai de Marco, a seu turno, certamente também funcionou como fonte de informações e tornou-se uma sócia ficta, como uma forma de atender critérios da burocracia e formalização do negócio a ser aberto. Em tal ponto, o caso de Fabrizio Perroti e do *entrevistado 3* também se assemelham pois chegam ao Tocantins sem a referência de outros italianos, contando apenas com a esposa e familiares e demais contatos das companheiras brasileiras.

Atualmente, Marco conta com o apoio de sua mãe, Enrica, que passa parte do ano com o filho no Brasil e outra parte na Itália. Marco conhece alguns poucos italianos que também vivem e trabalham em Palmas, mas ao que se entende de sua fala em entrevista, trata-se de relações de contato pouco frequentes. Marco considera não poder ser dito que há, de fato, uma comunidade italiana em Palmas, o que também é afirmado por Fabrizio e pelo *entrevistado 3*.

No mais, o Marco em sua rotina se relaciona predominantemente com brasileiros entre eles, naturalmente, os clientes de seu restaurante, funcionários, e entregadores das refeições (motociclistas autônomos que trabalham com aplicativos de entrega). O restaurante do Marco, como dito em tópico anterior, é bem frequentado por pessoas de grupos sociais diversos da classe média e alta palmense, apesar do ambiente simples e em certa medida improvisado - uma vez que se trata de uma casa de tipo residencial, incluindo uma ampla área externa, adaptada para restaurante (vide figura 5).

Conforme já mencionado, a adesão “qualificada” ao restaurante de Marco pode ser atribuída ao fato de se tratar de um italiano oferecendo pratos, em tese, tipicamente italianos. Entrando nesse contexto, os fatores do gosto pela culinária que se entende italiana, ser bem difundida e popular no Brasil, aliado ao fato de ser um “autêntico italiano” conduzindo a cozinha. Tal fato (que pode ser convertido em termos

de capital simbólico) de que o italiano desfruta na localidade, mostra-se certamente como um fator que facilita a integração social do imigrado Marco junto à comunidade palmense. É comum observar Marco e sua mãe Enrica, tratarem alguns dos clientes como amigos, inclusive, quando possível, sentando-se à mesa, tendo conversas sobre assuntos diversos, surgindo ainda convites para eventos externos ao restaurante. A senhora Enrica conta em sua entrevista que já chegou a convidar e receber como hóspede em sua casa na Itália, brasileira que conheceu no restaurante do filho. No caso de Fabrizio e do *entrevistado 3*, a menor exposição a contato com clientes (por seus negócios se tratarem de estabelecimentos de menor porte), acabam restringindo a socialização quando em comparação com o caso de Marco.

Passando a tratar neste tópico, dos três casos de São Luís do Maranhão, quanto à mobilização de capitais e demais recursos, iniciamos pelo caso do jornalista Luca Palmieri que atua como “*travel designer*” e guia turístico. Luca Palmieri, já melhor apresentado em tópico anterior, faz o tipo sociável e, muito por conta do seu trabalho com o turismo. É contactado com frequência por italianos e europeus em geral, que tem interesse no turismo e outras atividades no Maranhão. Luca parece ser bem conhecido e ter bom trânsito na comunidade italiana em São Luís e contribuiu com a pesquisa indicando outros italianos na cidade que poderiam contribuir, além de conceder o seu próprio relato em uma das entrevistas realizadas, constituindo um dos casos estudado.

Como já relatado em tópico anterior, Luca afirma sempre ter tido o hábito de viajar pelo mundo, incluindo a América do Sul por algumas vezes. Antes de se fixar no Brasil, já tinha estado no país, três outras vezes. Em uma dessas viagens, no ano de 2007, estava em São Luís como turista, oportunidade em que conheceu uma mulher que hoje é sua atual esposa. Após esse encontro em 2007, Luca relata que ficaram por mais de um ano, ele e a mulher, comunicavam-se via plataformas na internet; ela que já tinha dois filhos de outra união, viajou à Itália no ano de 2009 para formalizarem o casamento, sendo que os filhos foram deixados com os avós no Brasil sob a promessa de que após a regularização da situação da mãe na Itália, para lá mudariam.

Entretanto, após uma “baixa” de uma de suas ocupações na Itália impactando em sua renda, o que coincidiu com a crise na Europa iniciada em 2008, Luca muda os planos e ao invés de trazer os dois filhos da esposa para Itália para lá viverem, faz o caminho inverso, vindo Luca e a esposa, residirem em São Luís para “ver o que

acontece”. Assim, a chegada de Luca a São Luís se dá basicamente com a finalidade de reunião familiar, sem planos ou maiores preparos de ordem profissional. Luca inicialmente, portanto, não contou com uma rede de conacionais italianos ou sequer teve, a princípio, o apoio de algum outro imigrado italiano na região, mostrando-se, portanto, desprovido de capital social ou econômico. Contava apenas com a sua formação e habilidades adquiridas na educação formal e experiência de vida – o que seria uma combinação de capital humano com o capital cultural, sendo o capital cultural um termo mais abrangente.<sup>204</sup>

Além da reunião familiar, Luca relata como outros atrativos que fizeram a ideia de mudar para São Luís se tornar mais interessante: ser a cidade que mais conhecia no Brasil, o que, conseqüentemente, o faria conseguir mais facilmente estabelecer contato com outras pessoas da comunidade italiana; o fato de ser uma cidade de história e cultura para ele interessante e ainda o fato de ser uma cidade litorânea com praias, como Gênova, a sua cidade de origem.

Segundo informações da Secretaria de Comunicação da Prefeitura de São Luís, há uma comunidade de cerca de 400 italianos na capital maranhense. Luca Palmieri atualmente pode se afirmar integra uma rede social de conacionais que, em certa medida, favorece a sua atividade profissional. Contudo, infere-se que tal fato se deve muito mais ao apelo da natureza do trabalho desenvolvido por ele do que por um espírito de colaboração e fraternidade entre os italianos em São Luís, tendo em vista que nos outros casos estudados, ao serem questionados sobre tal questão, as respostas foram no sentido de haver pouca ou nenhuma frequência no contato entre membros dessa comunidade no cotidiano dos entrevistados.

Luca Palmieri está integrado à comunidade ludovicense como um profissional que foi progressivamente conquistando seu espaço no setor do turismo, sendo sempre lembrado por emissoras de TV e outros veículos de comunicação quando o assunto é comunidade italiana em São Luís e até sobre roteiros e pontos turísticos no estado, já tendo concedido algumas entrevistas. É também lembrado por servidores da prefeitura de São Luís, nos assuntos relacionados aos italianos no Estado, participando de eventos e solenidades ligadas à comunidade italiana. A propósito, antes da pandemia do Covid -19, relatou Luca que eram organizados eventos anuais pela prefeitura de São Luís e incentivadas festividades e eventos privados que

---

<sup>204</sup> Melhor discutido anteriormente neste trabalho.

aumentavam ano a ano em comemoração ao Dia da Comunidade Italiana em São Luís.

No que diz respeito aos capitais e recursos pessoais mobilizados no processos de chegada ou entrada e integração caso de Patrizia Rossi em São Luís, passamos a descrever suas peculiaridades: Diferentemente de Luca, Patrizia chega ao Maranhão com marido e dois filhos, todos italianos com o projeto inicial de abrir uma pousada na região de Atins – Lençóis Maranhenses, a cerca de 260 KM do São Luís (mais uma hora de barco), região que é um dos maiores atrativos turísticos do estado do Maranhão. O casal só tinha, inicialmente, o contato e algum suporte de um único amigo italiano que era proprietário de uma pousada na mesma região, tendo o caso desse amigo inspirado o casal a enveredar no mesmo ramo de negócio.

Em síntese, o casal entra no consenso de que seria mais prudente residir em São Luís do que em Atins por conta da necessidade de melhor estrutura e escola para a criação e educação dos filhos. A certa altura o casal se divorcia e Patrizia passa a trabalhar no ramo de restaurantes na cidade. Patrizia e o ex-marido parecem ter chegado ao Maranhão com recursos financeiros (capital econômico) que foram suficientes, ao menos, para a aquisição de uma casa e bancar o projeto de uma pousada no interior do estado. Atualmente, porém, Patrizia parece ter como sua principal fonte de renda, a atividade no restaurante de pequeno porte que conduz com a ajuda de seus filhos.

Ao ser questionada sobre a integração social e as suas relações sociais em São Luís e a sua relação com a comunidade italiana, Patrizia alega que sabe da existência de italianos em São Luís, mas diz ser muito caseira e preferir ficar em família. Ou seja, não chega a integrar uma rede social composta por italianos, consistindo estes, no caso da Patrícia, relações distantes ou laços fracos.<sup>205</sup>

Patrizia tem uma boa clientela de classe média, em seu discreto restaurante, onde também reside com os filhos, no mesmo prédio. O restaurante não fica de portas abertas para a rua como um restaurante convencional, sendo necessário acionar o interfone afixado na lateral do portão para que se permita o ingresso. A fachada da casa que é a de uma residência normal de médio a alto padrão, sendo o poste na calçada com a placa luminosa com o nome do restaurante, o único sinal de que ali funciona um estabelecimento do tipo. Para ajudar na divulgação, o restaurante dispõe de conta no Instagram, onde são postadas fotos dos pratos e divulgação de eventos

---

<sup>205</sup> Granovetter, op.cit.

e promoções sempre ostentando a identidade italiana, além das contas nas mais populares plataformas virtuais de entrega de refeições (*delivery*).

Quanto a Alessandro Bruge, aparentemente, foi o que detinha maior capital econômico a ser empregado na abertura de seu negócio no ramo de hospedagens, ao chegar a São Luís. Lembrando que Alessandro Bruge, considerando especificamente a situação que chegou ao Brasil, poderia, inicialmente, ser propriamente enquadrado na literatura relativa a migrações na categoria que se nomina como imigrante altamente qualificado (*high skilled migration*) uma vez que ainda no ano de 1996, como alto executivo de uma grande corporação bancária, veio trabalhar em São Paulo, onde conheceu sua atual esposa (brasileira) com quem constituiu família. A apresentação e história do Alessandro antes da chegada a São Luís é melhor detalhada em tópico anterior.

A escolha da cidade de São Luís ocorre a partir da indicação de um amigo italiano, Simone, que “também estava cansado de multinacional e da pressão do mundo corporativo” e que buscava algo para investir e ao mesmo tempo propiciar mudança de vida. Em relato sobre a fase pré-chegada em São Luís, Alessandro diz que no ano de 2002, estava em São Paulo, enquanto seu amigo Simone estava em viagem pelo nordeste conhecendo e prospectando oportunidades.

Durante essa viagem, Simone mantinha frequente contato com Alessandro que ainda trabalhava em São Paulo. Simone reportava a Alessandro as coisas maravilhosas que via no nordeste. Porém quando chegou a São Luís, conta-nos Alessandro, que Simone liga para o futuro sócio e diz: “tira férias, aqui é o nosso lugar, vem visitar aqui” referindo-se a São Luís como local de implantação do futuro negócio. Assim Alessandro fez, tirou férias e seguiu ao encontro do amigo no nordeste do país.

Alessandro, após breve passagem por Fortaleza onde encontra seu sócio, chega a São Luís pela primeira vez, ainda no ano de 2002, mês de agosto, fase em que estava prestes a sair do banco Sudameris conforme já relatado em tópico anterior. Simone Cioccolani, atual sócio de Alessandro, é também um italiano que veio ao Brasil como executivo de uma grande multinacional, a Unilever, mas que a partir de determinado momento passou a desejar uma mudança de vida que incluía largar o bom emprego e montar um negócio.

Respondendo à pergunta sobre o que primeiramente atraiu os dois sócios ao centro de São Luís, relata Alessandro que Simone (e posteriormente ele mesmo), se encantou com “o estilo de vida simples” da região do centro de São Luís à época, o

jeito interiorano, pacato a até ingênuo do povo se relacionar, e o “patrimônio histórico” com a arquitetura que de certo modo, lembra as pequenas e antigas cidades italianas onde cresceram. Em suas palavras:

*O estilo de vida simples dessa região do centro, porque a gente imagina muito a praia...porque o Brasil espontaneamente é praia, mas a gente descobrimos (sic) uns aspectos de simplicidade, espontaneidade e ingenuidade típicos de um centro pequeno como [o que] fomos criados, não é? Embora com as diferenças culturais...Mas o espírito de sair à noite, de sentar na pracinha a noite, as coisas tão simples da vida que a gente tinha acostumado quando era adolescente nas nossas cidades (sic). E a beleza do patrimônio... e uma receptividade tão aberta, tão imediata com as pessoas aqui da região...muito simples, mas muito generosas também.*

Os sócios chegam a São Luís com recursos suficientes para a aquisição de um prédio e para reformas iniciais necessárias para abertura de uma pousada. Curioso que nessa primeira viagem a São Luís - que além de ocorrer para conhecer a cidade, serviria ainda para a prospecção de imóveis, eles se instalaram em um albergue, cujo prédio eles acabaram adquirindo posteriormente e hoje funciona a sua pousada. Trata-se de um casarão histórico, na Rua do Giz, com fachada típica do centro da cidade de São Luís. Posteriormente abriram outra pousada, mais acima, na Rua da Palma, onde também funciona o Café Américo.

Quanto ao capital social nesse período inicial, Alessandro não se integrava a nenhuma rede de italianos ou de qualquer outro tipo na cidade. Relata, porém, que passado algum tempo, conheceu um italiano chamado Mario Cella que liderava uma “associação de italianos” (o nome formal exato da instituição não foi lembrado pelo entrevistado). O Mario, além de ter acesso a outros italianos vivendo na cidade, tinha bom trânsito e relações nas instituições do Município e Estado. Ele foi alguém muito importante, especialmente, no processo de abertura da pizzaria que funcionou por um tempo dentro da pousada.

Em pesquisa em matérias jornalísticas na internet encontramos que o Mario Cella até anos atrás presidiu a Associação de Italianos do Maranhão – Círculo Itália, e hoje é Diretor de Relações internacionais da instituição. O Mario Cella foi citado por outros entrevistados também como alguém de contribuição significativa em algum momento da trajetória em São Luís. Sendo a Associação e seu representante, portanto, instituição privada que compôs o quadro institucional de favorecimento aos italianos em São Luís.

Quanto ao aspecto relacional ou ao capital social, a princípio mobilizado pelos entrevistados verificam-se peculiaridades no caso dos italianos permitindo a seguinte

reflexão: o fato dos italianos serem bem acolhidos pelos nativos e desfrutarem de certo prestígio (capital simbólico), os fazem ter atenuadas as naturais barreiras enfrentadas por imigrantes, relacionadas à entrada e integração socioeconômica nas cidades de destino, permitindo-lhes um bom trânsito social. Tal peculiaridade da imersão social (*social embeddedness*) dos italianos, possivelmente, acaba gerando uma propensão a se verificar *laços fracos* entre os italianos nas localidades de Palmas e São Luís.

Em outras palavras, desvencilhados de uma maior carência relacional entre conacionais, uma vez que se torna menos necessário ou dispensável o apoio mútuo (menor interdependência), as relações entre italianos nas localidades estudadas, quando ocorrem, tendem a se dar mais por afinidades de ordem pessoal ou por eventuais troca de interesses, comparável ao que aconteceria nas relações entre eles caso estivessem na própria terra de origem – Itália. Possivelmente, as inter-relações entre italianos verificadas nos casos estudados em Palmas e São Luís, seria um padrão das relações entre italianos em tais localidades.

Tal inferência quanto a um padrão, remete-nos a Granovetter (1973) ao tratar da relação entre os níveis de interação *micro* com padrões de *nível macro*, quando diz:

(...) a análise de processos em redes interpessoais fornece a ponte micro-macro mais frutífera. De uma forma ou de outra, é por meio dessas redes que interações em pequena escala se traduzem em padrões de grande escala, e que estes, por sua vez, retroalimentam pequenos grupos (GRANOVETTER, 1973, p. 1360)<sup>206</sup>

A literatura sobre a imersão de imigrantes em redes sociais (*social embeddedness*), destaca que o apoio advindo dos laços familiares e com pessoas de maior proximidade veem muitas vezes a suprir a falta de capital financeiro na fase de abertura de um negócio (KLOOSTERMAN, 2010; PORTES e SENSENBRENNER 1993; PANAYIOTOPOULOS, 2006). Apesar de todo o apoio que pode decorrer do capital social baseado em relações familiares e outras relações próximas (laços fortes), por outro lado, essa mesma rede de apoio tende a delimitar objetivos e até mesmo definir ações a serem tomadas pelos atores, sendo enfatizada a cooperação em detrimento da maximização de lucros (KLOOSTERMAN, 2010; UZZI, 1996).

Assim, uma vez desvencilhados, ou mesmo, ante a inexistência de tais redes de laços fortes, os italianos nas mencionadas localidades do norte e nordeste do Brasil, certamente tendem a desfrutar de maior autonomia na condução de seus

---

<sup>206</sup> Tradução nossa.

negócios. Quanto a eventual apoio por parte de terceiros, este, quando ocorre, teria origem não restrita a conacionais. Lembrando que certas barreiras interpessoais que seriam comuns para imigrantes em geral nas relações (LEE, 2009; CONSTANT, KAHANEC e ZIMMERMANN, 2009), entre italianos e nativos nas localidades estudadas parecem ser atenuadas. Esta seria, portanto, uma peculiaridade da configuração do capital social dos italianos nas localidades abrangidas pela pesquisa.

#### 4. 2. 2 Os Recursos dos Empreendedores imigrados italianos em Relação a Estrutura de Oportunidades.

Reitera-se que o modelo analítico adotado nesta pesquisa – *Mixed embeddedness* – combina para fins de análise, o nível micro (*microlevel*) dos empreendedores imigrados, incluindo seus recursos pessoais (capitais) com a “estrutura de oportunidades” (*mesolevel*), correlacionando ainda esta, de modo mais dissoluto com o quadro macro-institucional, permitindo insights sobre a identificação dos recursos necessários ou convenientes a um aspirante a empreendedor em combinação com as oportunidades dessa estrutura.

Lembrando que no presente trabalho o modelo é adotado com adaptações de modo que fossem incluídos como base analítica os recursos pessoais dos imigrados de modo mais abrangente ou menos restrito em termos de capitais. Assim, além do capital social e humano preconizados originalmente no modelo, a proposta é a de incluir nas análises, com igual ênfase, o que se designa como capital cultural e simbólico, e de que modo esse conjunto de recursos pode impactar nas relações entre imigrados e nativos.

Dentro da divisão proposta para este capítulo, o intuito neste tópico é a análise da “estrutura de oportunidades”, ou do cenário em termos de viabilização de entrada e abertura dos negócios pelos imigrados nas cidades onde ocorreu a pesquisa, em todos os casos estudados. Tal análise deve se dar em função da reunião específica de recursos e capitais de cada um dos italianos da amostra.

Assim, uma vez já delineado nos casos estudados, descrições elementares dos perfis de cada um dos entrevistados em termos de capital social e humano, avancemos para a etapa da aplicação do referido modelo analítico em que sobrepomos ou relacionamos tal reunião de recursos e capitais dos atores à *estrutura de oportunidades* que são dispostas para cada um desses empreendedores imigrados em um dado tempo e espaço, no caso específico de nossa pesquisa, respectivamente,

o período das primeiras duas décadas do século XXI, nas capitais de Palmas- TO e São Luís – MA.

Salienta-se que parte da aplicação da abordagem analítica do *mixed embeddedness* efetiva-se ao promover a análise da relação que se estabelece entre os recursos pessoais do empreendedor e a sua inserção na “estrutura de oportunidades” que se vislumbra para tal ator em uma dada economia e mercado, uma vez que para Kloosterman (2010), o tipo de negócio iniciado por um imigrante e a importância deste no processo de integração do mesmo são determinados além dos recursos que pode mobilizar este aspirante e empreendedor, também pela específica “estrutura de oportunidade”, em determinado lugar e tempo (Kloosterman, 2010, p. 26).<sup>207</sup>

A partir dos dados levantados em campo – através de entrevistas e matérias jornalísticas –, observou-se, nos casos estudados, que os capitais mobilizados pelos atores ou que se mostraram preponderantes nos processos de entrada e integração, tanto social quanto econômica, de cada um deles consistiram basicamente num arranjo do capital econômico, humano, cultural e simbólico dos entrevistados. Quanto ao capital econômico mobilizado, poderíamos considerar haver certa disparidade entre os entrevistados, mas em nenhum dos casos, esta modalidade de capital se mostra como fator dissociado dos demais capitais nos mencionados processos, estando sempre presentes destacadamente, em todos os casos estudados a força do capital humano e cultural. Sobre a força do capital econômico, a propósito, entende-se esta ter sua importância aumentada quando estamos diante de situações de déficit de capital social e humano (DE OLIVEIRA, 2018).

Certamente, vislumbramos em todos os entrevistados na pesquisa, haver o ímpeto aventureiro, evidenciando na predisposição a migrar e buscar a renovação de vida, o que pode ser um traço cultural do italiano que historicamente é um povo bastante voltado à emigração. Ressaltamos ainda, a compreensão de serem os empreendedores imigrados italianos favorecidos pelo capital cultural e simbólico do qual são detentores nos contextos sociais e no períodos analisados.

No que pertine à estrutura de oportunidade com a qual esses empreendedores se defrontaram inicialmente nas capitais de Palmas -TO e São Luís - MA, esta pode ser dividida em linhas gerais, do seguinte modo: quanto aos imigrados dedicados ao ramo de restaurantes, seria mais preciso e adequado considerarmos o subnicho dos

---

<sup>207</sup> Tradução nossa.

“restaurantes de comida italiana”, o que traz a realidade de uma competição muito menos acirrada (quando há), em comparação com restaurantes convencionais nas citadas regiões. Quando se considera esse componente étnico na categorização, entendemos que os italianos passam a gozar de considerável vantagem, ainda que saibamos que empresários nativos também possam atuar em tal subnicho, porém com certa desvantagem quanto ao apelo do capital simbólico.

A propósito, no caso de Palmas, relatou-nos o entrevistado Marco que juntamente com seu pai, antes do restaurante de comida italiana e pizzaria que possui atualmente, tentaram administrar uma churrascaria, contudo não obtiveram sucesso. Certamente, o insucesso se deveu em parte à concorrência mais ampla que enfrentavam no mercado de churrascarias e, ao contrário, das pizzarias, o italiano em geral, não goza de credibilidade ou qualquer autoridade junto a sociedade quando se considera a atividade de preparar churrasco (o que talvez seja predicado de brasileiros gauchos). Em todo caso, Marco, antes de chegar ao Brasil não tinha qualquer experiência prévia no ramo de restaurante ou gastronomia, ao que disse em entrevista: “foi uma escolha arriscada”. O mesmo se dando com Fabrizio (se bem que este apesar de usar do status do seu capital simbólico, fato notado é que é a sua esposa brasileira quem domina a cozinha).

Assim, tanto nos casos de Marco, Fabrizio e do *entrevistado 3* em Palmas, quanto no caso da Patrícia, em São Luís, que conduzem restaurantes de comida italiana, acreditamos que tal “risco” é minimizado. A boa aceitação da popular e internacionalmente reconhecida comida italiana, pela comunidade ludovicense e palmense (que certamente se reproduziria em muitas outras partes do país), aliado ao fato de sustentarem a autoridade de serem italianos preparando comida italiana, minimiza a concorrência, agrega valor e facilitou a entrada e destaque no mercado nas mencionadas cidades, influenciando portanto na chamada, “estrutura de oportunidades”.

Sobre o assunto, na entrevista com Marco foi questionado: “O fato de ser italiano te ajudou nesse ramo de restaurantes e gastronomia?” Ao que, com seu forte sotaque italiano, responde o entrevistado:

*acho que...tem os dois lados: por um lado, pode ficar ajudando (sic) pois pode se falar que é comida italiana produzida por um verdadeiro italiano...claro que eu fico produzindo as coisas (sic) com a receita original. Por outro lado, claro que fica atrapalhando também (sic) ...de várias formas, fica difícil se encaixar, ver as coisas da mesma forma dos brasileiros, por exemplo: demorei mais de um ano antes de entender que precisava das toalhas xadrez num restaurante italiano.*

*Um bom restaurante italiano, nunca usa toalhas xadrez. Toalha xadrez na Itália, você encontra nas trattorias....os restaurantes mais sujos, onde só vai almoçar os caminhoneiros, [onde] se usa as toalhas xadrez porque é mais simples, não precisam lavar todos os dias, por que não dá para ver as manchas (...) Eu queria usar as toalhas brancas, mas descobri no Brasil que a cantina italiana tem que ter toalhas xadrez! Na percepção dos brasileiros, cantina italiana tem que ter toalha xadrez, agora eu tenho as toalhas xadrez (risos) (...) Uma cantina italiana de bom nível não usaria toalhas xadrez.*

O mesmo raciocínio utilizado no casos das toalhas xadrezes, Marco passou a empregar a outras situações, conforme nos relatou:

*Isso é para várias coisas, tem várias outras (sic) fui descobrindo...(outro exemplo) a minha massa era muito ‘al dente’ quando deveria ser um pouco mais cozida (assada) (...) Uma receita original nem sempre é bem aceita, eles preferem a comida mais abasileirada (...) Assim, por um lado ajuda, por outro atrapalha [ser italiano].*

Como visto, em sua resposta Marco admite que o fato de ser italiano ajuda no ramo de restaurantes, ou mais precisamente, no subnicho de restaurantes de comida italiana. Contudo, ainda que não possa se considerar propriamente uma barreira, em sua resposta, acima transcrita, Marco se prende a curiosidades da percepção e expectativa dos clientes brasileiros sobre a comida italiana, havendo algumas vezes a necessidade de adaptações ou de “abrasileirar” os pratos. Resposta um pouco mais extrema à mesma pergunta, traz Fabrizio ao dizer que o restaurante de comida italiana para vender muito em Palmas, não pode somente vender comida italiana, entendendo Fabrizio que deva se oferecer também pratos regionais.

Uma dificuldade, que tanto Marco quanto Patrizia lembraram de terem a início, foi a de não encontrarem nos mercados locais alguns ingredientes que são originalmente incluídos nas receitas dos pratos que elaboram. Daí a opção era buscar a adaptação, dispensando-os ou substituindo por ingredientes disponíveis. Certamente, tais alterações não eram notadas pelos clientes. Isso nos remete a ideia dos simulacros comentados nas teorias pós-modernidade, onde tradições são revisitadas e adaptadas a novas realidades ou à demanda da ordem capitalista ou cultural (Kumar, 1997).

No caso de Luca Palmieri, este, considerando o exposto em entrevista realizada em 21 de abril de 2022, teve que contar majoritariamente com seu capital humano e cultural na decisão de deixar a Itália e vir para São Luís, onde assume a atividade de *travel designer* e guia turístico. O fato de ter uma formação na área de letras, atuado como jornalista, “fomentador cultural” e conhecimento de mundo, visto que tinha a

experiência com diversas viagens como turista certamente foi de ajuda no ofício que criou para si no Maranhão.

A relação com agências; instituições públicas, clientes de outras regiões do Brasil e de diversos países, além da comunidade italiana e das pessoas em geral, sem dúvida foi favorecida pelos dons comunicacionais de Luca. A propósito, afirma o entrevistado que atualmente a maior parte de sua clientela no turismo são de italianos vindos diretamente da Itália, o que faz o seu “capital social transnacional” ser algo de primeira importância na manutenção e bom andamento de suas atividades.

Entre os entrevistados, Luca parece ser o que mantém mais constante relação com a Itália, por conta da atividade profissional que exerce. Ele alega que 90% de sua demanda profissional e consequentemente da renda, vem da relação com os italianos, sendo marcante em sua experiência tal componente da transnacionalidade. Luca tem planos de implantar uma Associação Cultural em São Luís e atualmente é conselheiro Comitê Nordeste Italiano, que compõe o Comitês dos Italianos no Exterior - COM.IT.ES, tendo estado duas semanas antes da entrevista que nos concedeu, em Brasília a convite da Embaixada Italiana para a votação para o cargo de “Conselheiro Geral dos Italianos no Exterior” que, segundo Luca, é votado pelos conselheiros do COM.IT.ES, que seriam 04 no Brasil. Luca Palmieri por conta do destaque na Comunidade Italiana é sempre convidado para eventos oficiais em alusão a comunidade italiana, como os que ocorre anualmente por conta do 2 de junho, dia da comunidade italiana no Maranhão (ver anexo)

Quanto ao ramo de hospedagens – pousadas, hotéis – os italianos certamente enfrentam uma concorrência mais ampla no mercado. Especificamente, no caso do Alessandro Bruge em São Luís, esse nos conta que à época de seu início na atividade, no ano de 2003 quando abre a pousada Porta da Amazônia, a falta de experiência em empreender era uma barreira e desafio, carencia que podia ser em certa medida compensado pelo capital econômico.

Quanto a este, nos faz entender de seu relato, que como no início da década de 2000, a economia era mais favorável o que inclui tanto a demanda pelo serviço de hospedagem, como também o ambiente socioeconômico – menor inflação e custos – era permitido “errar mais” na gestão e investimentos, sem que isso trouxesse maiores riscos ou consequências para o futuro do negócio, diferente da situação atual, em que qualquer decisão de investimento deve dar com “respaldo científico”, deve ser pragmática, fruto de séria pesquisa. Do relato se apreende que o ambiente

macroeconômico e social da época da abertura do negócio, em São Luís, era mais favorável quando comparado com a atualidade, por exemplo.

Ainda relacionado ao aspecto do capital econômico mobilizado pelo Alessandro, o seu passado como bancário certamente foi de alguma ajuda nos enfrentamentos do tempo de iniciante no empreendedorismo. Relatou Alessandro que mesmo deixando o banco onde trabalhava, manteve lá uma conta corrente do tipo “pessoa física” e por conta do negócio, precisou abrir uma conta para a pessoa jurídica, sendo esta conversão facilitada através das pessoas que conhecia no banco. Alega que uma vez que a pousada ainda se tratava de uma empresa iniciante, sem histórico, as relações de amizade que tinha no antigo banco foram imprescindíveis no processo de aprovação do cadastro da empresa. Lembra o entrevistado que o antigo Banco Sudameris onde trabalhou, foi vendido ao Banco Real (também extinto) e que posteriormente, este foi comprado pelo Banco Santander. Por conta do pouco do Santander não ter uma presença forte no Maranhão, Alessandro, visando garantir maior viabilidade aos negócios, que inclui vendas de pacotes turísticos no interior, posteriormente abre outra conta no Banco do Brasil, “por ter maior capilaridade na região”.

#### 4. 2. 3 As relações da estrutura de oportunidades (nível *meso*) com o quadro político institucional (nível *macro*) nos casos estudados.

Neste tópico, atendendo ao preconizado no modelo de análise *mixed embeddedness*, buscamos traçar uma reflexão que relaciona a estrutura de oportunidades encontrada por cada um dos italianos dos casos estudados, com o quadro político institucional vigente, devendo ser abrangida nessa análise a institucionalidade pública e privada, aspectos legais e políticas que de algum modo possam ter impacto na realidade dos imigrantes e suas atividades no Brasil, o que inclui medidas decorrentes do âmbito federal/nacional, além do estadual e municipal. No caso do âmbito federal, nos referimos, mais especificamente, a questões ligadas a governos, Administração Pública e as políticas federais.

A legislação brasileira (federal) permite que estrangeiros possam adquirir imóveis e atendendo a alguns critérios abrir e formalizar empresas como os nacionais, o que de antemão já pode ser considerado, em alguma medida, um atrativo e facilitador gerando oportunidades para estrangeiros que aqui decidam se instalar, o que, certamente, é algo encontrado, de modo mais ou menos atraente em muitos outros países.

A começar da nossa Constituição Federal, (lei que hierarquicamente sobrepõe todas as outras no país), quanto ao estrangeiro, observa-se o intuito de conferir ampla liberdade, dignidade e garantias no país, seguindo as premissas de um estado democrático de direito. A tal respeito, poderíamos citar, o *caput* do seu art. 5º que diz: *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)*. O extenso artigo 5º e seus 79 incisos tratam justamente dos direitos e garantias fundamentais a serem considerados a todas as pessoas, sem distinções.

Os Poderes instituídos do país, sobretudo o Poder Executivo e Legislativo federais, através de normas e políticas poderão a cada mandato ou legislatura fazer variar as regras e atos de ordem social, econômica e estrutural que vão repercutir de modo mais ou menos favorável e significativo na vida dos imigrados no país.

Tais características do Estado brasileiro confere os Direitos Fundamentais e garantias que viabilizam a livre iniciativa e mobilidade, gerando, portanto, variadas opções a todo estrangeiro que viva no Brasil. Em capítulo anterior, buscou-se de modo breve, traçar análise sobre aspectos pertinentes à realidade do imigrante no país, nas diversas gestões do Poder Executivo, com foco no período que vai da reabertura democrática – anos 1980 - até a atualidade (ver capítulo 3).

Partindo para o nível Estadual, onde a legislação elaborada no âmbito Federal acaba tendo a sua aplicabilidade e execução, cada um dos Estados brasileiros e Distrito Federal terão a possibilidade, através de seus poderes e gestores, de estabelecer regras e condutas que poderão facilitar mais ou menos a realidade socioeconômica de imigrados e estrangeiros em geral, gerando impactos de diversos na “estrutura de oportunidades” (seguindo a terminologia do modelo analítico aqui adotado) que se dispõe a um imigrado empreendedor. Ainda que as estruturas de oportunidades vigentes em determinado tempo e espaço não se configurem exclusivamente em decorrência da normatização e políticas decorrentes dos poderes públicos, podendo contar também na sua configuração com componentes de ordem estritamente ambiental, cultural e social. Lembra-se ainda, que instituições eminentemente privadas, também podem, em alguma medida, serem de influência sobre o ambiente que se configura para imigrados e seus negócios.

Nos casos estudados nas cidades de Palmas – TO e São Luís – MA, considerou-se o levantamento da legislação, do quadro institucional e, sobretudo, a experiência

dos entrevistados italianos acerca da relação que se estabelece entre o quadro político-institucional e a realidade das atividades empresariais ou profissionais desenvolvidas por eles.

No caso de Palmas -TO, não se vislumbrou na legislação estadual de modo evidente normas que fomentem a atração de estrangeiros empreendedores ou não, tão pouco qualquer apoio mais direto a atividade desenvolvida por imigrantes internacionais. Lembramos que o Estado do Tocantins foi criado a partir da Constituição Federal de 1988, no território que antes era a parte norte do Estado de Goiás. A capital do Estado, Palmas, tem a peculiaridade de ser uma cidade planejada e fundada em 1989, portanto, não existindo anteriormente. Tal condição faz Palmas ter sua composição populacional formada majoritariamente por pessoas de outras cidades e estados do país, caracterizando, assim, como polo de imigração doméstica.

A propósito, curiosamente, Palmas já contou com um prefeito de origem colombiana, naturalizado brasileiro – Carlos Enrique Franco Amastha, que foi eleito para o período de 2013 a 2016 (PP) e foi reeleito para o período 2017 – 2020 (PSB), porém renunciou antes do término do segundo mandato, em 03 de abril de 2018, para disputar a eleição para governador do Estado. O ex-prefeito chegou ao Brasil aos 22 anos, residindo, a princípio na capital Curitiba – PR onde casou-se com brasileira e teve três filhos, chegou ao Tocantins no ano de 1999. É também empresário, tendo sido responsável pela construção do primeiro Shopping Center da cidade de Palmas, iniciando a obra no ano de 2007<sup>208</sup>. No ano de 2022, o Carlos Amastha, se candidatou ao cargo de Senador pelo Estado do Tocantins, tendo ficado em terceiro lugar na votação.

Marco Bigiarini, nosso primeiro entrevistado de Palmas, nos narrou um momento que teve com o ex-prefeito colombiano, conta que certa vez, ele esteve em sua pizzaria, quando foi muito solícito, tendo incluído Marco em um grupo do aplicativo Whatsapp direcionado para estrangeiros de nacionalidades diversas em Palmas. Tal curioso episódio à parte, Marco, contudo, desconhece ou não percebeu qualquer favorecimento mais direto do ponto de vista político-institucional a abertura e manutenção de seu negócio vindo da institucionalidade local. Disse que desde antes de chegar ao Brasil com fins de empreender, contratou um advogado na Itália para a

---

<sup>208</sup> Portal Terra. Colombiano candidato em Palmas diz que não é personagem político. 24 de setembro de 2012. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/colombiano-candidato-em-palmas-diz-que-nao-e-personagem-politico,5a18ca284566b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>> Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

questão de visto (de “investidor”) específico que lhe permitisse abrir um negócio no Brasil, contratando também, um contador no Brasil para cuidar da parte burocrática do negócio.

Ao contrário, Marco narra algumas dificultadores decorrentes da política de âmbito federal, como o fato de ter que ter inicialmente um sócio brasileiro, mesmo que de fachada, para viabilizar o negócio, encargo que coube a companheira brasileira de seu pai. E também o fato de à época o documento de identificação para estrangeiros - Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) – não ter uma fotografia o que dificultava a abertura de contas bancárias ou mesmo o cadastramento para cartões de crédito e promoções nos supermercados onde adquire insumos para a pizzaria. De onde se apreende que tais e outras pequenas questões de aparentemente simples resolução e que geram dificuldades com impactos diversos, passam despercebidas por parte de autoridades e instituições, talvez pela carência de representatividade política dos imigrados estrangeiros.

Assim, além do fato basilar de ser legalmente permitida a abertura de um restaurante por um italiano, Marco não vivenciou ou percebeu qualquer apoio direto de entidades públicas na abertura ou manutenção de seu negócio. Quanto a instituições privadas, Marco mencionou ser associado a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) que na prática lhe confere não muito, mas apenas o acesso a informações sobre o setor e a troca de ideias e esclarecimento de dúvidas com outros donos de restaurante via grupo de whatsapp.

Ante tais dificuldades, a solução encontrada pelo entrevistado Fabrizio Perotti foi a de a sua esposa brasileira sempre ser a titular nos registros e nos procedimentos burocráticos relacionados a atividade deles, conforme já melhor detalhado antes, neste capítulo.

No mesmo sentido, outra dona de Restaurante, a entrevistada Patrizia Rossi em São Luís, também não percebe maior apoio ou facilidades que tenham impactado em oportunidades na sua área de atuação, de modo que tanto para Marco quanto para Patrizia, a oportunidade consiste basicamente na liberdade conferida por lei para a abertura de um restaurante por um estrangeiro de modo semelhante ao nacional, no mais o facilitador seria de outra ordem - a boa aceitação da comunidade local pela comida italiana.

No caso de Luca Palmieri, o único ponto que relaciona a oportunidade de ter se tornado guia turístico com o quadro político institucional foram as dificuldades

enfrentadas a princípio pela falta de oferta de cursos na cidade de São Luís que, em tempo hábil, permitissem a sua regularização e habilitação formal na função, o que certamente passa por questões de ordem política e corporativa que provavelmente visavam restringir o acesso de novos profissionais a tal área, o que não é muito difícil de se imaginar que aconteça no Brasil em diversos setores.

Questionado sobre eventual concorrência na sua atividade, Luca alega que era muito requisitado por agências de turismo e sabia que desenvolvia um trabalho sério que agradava a maioria, porém, não chegando a ser exatamente uma questão de concorrência, ele enfrentou algumas dificuldades em relação a regularização da atividade. Durante alguns anos, por não haver a disponibilidade de cursos que viabilizassem o seu cadastramento e, portanto, habilitação formal como guia turístico no órgão competente, teve que trabalhar de forma não regular o que atraía alguns olhares de crítica de colegas. A propósito, ele foi aprovado em primeiro lugar em um curso do tipo, disponibilizado posteriormente pela Universidade Estadual do Maranhão.

Quanto a relação ou dependência entre as atividades desenvolvidas por Alessandro Bruge no ramo do turismo e hospedagens em São Luís, com o aparato político institucional presente no Estado ou município, a princípio, não se mostrava tão evidente, fazendo parecer que a viabilidade no ramo de pousadas em São Luís, dependeria exclusivamente da demanda dos turistas pelo serviço e preço da compra e reforma dos imóveis. Entretanto, com o passar do tempo, possível e aparentemente em decorrência da má gestão da segurança pública entre outros fatores de ordem política e socioeconômica, nota-se que o problema da criminalidade na região do centro histórico da cidade, passa a afastar turistas, diminuindo o fluxo, levando ao fechamento de muitos negócios, sobretudo entre os anos de 2014 a 2017.

Salienta-se que o intuito da análise neste trabalho, não é a de buscar a gênese dos mencionados problemas relacionados ao aumento na criminalidade no mencionado período ou buscar culpados, mas basicamente descrever o contexto vinculável a uma dada conjuntura político institucional e sobretudo, como esta impacta na realidade das atividades empresariais do imigrado no caso em estudo, a partir do que foi relatado por este.

Em relato sobre a experiência no começo da trajetória na cidade de São Luís, conta-nos Alessandro que o centro histórico, onde se localiza uma de suas pousadas, era inicialmente uma região bastante hospitaleira, em que uma vizinhança pacata se

cumprimentava e dialogava nas ruas de casario estilo colonial, como numa antiga cidade de interior que muito lembrava o ambiente de pequenas cidades italianas de décadas atrás na qual crescera. Aliado a isso, o turismo na cidade de São Luís era efervescente, o centro histórico era alegre e relativamente tranquilo, permitindo bares e restaurantes em praças, com mesas nas calçadas, eventos com musica ao vivo em praças e bares... Tal ambiente foi parte do que encantou Alessandro e antes disso, o seu sócio italiano, Simone, os fazendo despertar o interesse de ter o centro histórico de São Luís, também conhecido como bairro Reviver, como cenário para a mudança de vida, e das primeiras empreitadas no nordeste brasileiro.

Sobre o ambiente do centro de São Luís no incio de sua experiência na cidade, rela Alessandro, descreve Alessandro em tom nostálgico:

*Em 2002/2003, o Reviver estava sempre lotado nas ruas. Lembro de restaurantes na praça...aqui [rua] Lauro Machado, Rua da Estrela, tinha antigamente le Papagaio Amarelo, tinha Coisa Nossa, tinha o Companhia Paulista, todos esses retaurantes lotavam toda a praça. Daí se pegava Rua Portugal. Na Rua Portugal tinha o bar da Rai, o Bagdad Café, outros bares menores, toda aquela rua era alegria, era muito flxo, até chegar ao Bar do Porto...aquela praça esta sempre lotada, aquela praça maravilhosa com vista para a baía, onde tem sempre uma brisa que favorece a permanência. Então era tudo muito mais alegre...muito mais extrovertido. O turista se entrosa muito facilmente com tudo isso....Tinha a praça da Faustina com os barzinhos sempre lotados e o turista gostava dessa situação. Depois com a criminalidade, tudo isso se perdeu, muitos comércios fecharam e quem vem a São Luís hoje, não consegue sentir mais aquele...aspecto jovial que tinha antes.*

Assim, relata ainda Alessandro que passados 20 anos, ele e seu sócio pensavam que a coisa hoje estaria muito mais evoluída. Imaginavam que haveria “uma explosão” no segmento do turismo na cidade, com aumento de atividades comerciais, valorização do patrimonio histórico e em tudo que cerca o turismo, mas não foi o que aconteceu. Apesar de “grandes momentos no turismo – hospedagem, fluxo turístico” (menciona até os anos 2012 – 2013).

Disse Alessandro que após tal período, houve a piora progressiva na questão da segurança, a que ele se refere como “anos de terror”, que atinge a realidade do setor hoteleiro e outros ligados ao turismo como bares e restaurantes, na cidade de São Luís. Descrevendo um quadro de crise e ineficiencia na questão da Sergurança Pública, Alessandro atribui à chegada da droga craque como o pior momento desse período, sobretudo entre os anos 2014 a 2017. A crise da segurança aliada a questão economica do país, dificultava o turismo. Ante tudo isso, São Luís passou a funcionar para os turistas apenas como um entreposto, onde se hospedam por uma noite ou

nem isso, ante de se dirigirem ao destino final (“turismo de logística”) que são a região dos Lençóis maranhenses, (“que tem um grande apetite turístico, são fantásticos”) e outras localidades no interior do estado relata o entrevistado. O ramo de hospedagem em São Luís, tornou-se mais complexo e desafiador.

Contudo, Alessandro afirma que atualmente tudo está muito mais tranquilo. Alega ainda que houve uma mudança de público no turismo da região, hoje mais frequentado por um “público LGBT” (sic). Quanto a isso, Alessandro declara não ter nada contra, mas que poderiam ser criadas (talvez atribuindo a tarefa a gestores do turismo municipal) iniciativas para a atração de públicos diversos, gerando maior integração e consequentemente maior fluxo.

A pandemia entre março de 2020 e início de 2022, naturalmente foi outro grande desafio para o setor no período, pois praticamente todo o serviço ligado a hospedagens e turismo foi suspenso. Contudo, relata que a partir de março de 2022 a coisa voltou quase a normalidade do ponto de vista do fluxo, mas declara Alessandro, que do ponto de vista da “alegria” vai melhorar, mas ainda não voltou. “Aquela época morreu” com a pandemia. Relata que 26 funcionários tiveram que ser afastados no período nas duas pousadas que hoje tem em São Luís, ficando somente ele e seu sócio.

Em resposta a questionamento sobre a concorrência no setor de hospedagem na cidade, relata Alessandro, ainda invocando o período da pandemia do corona vírus, que o período da pandemia acabou levando ao fechamento aparentemente definitivo de hotéis e pousadas de referência na região do centro e algumas delas serviram no passado, de referência para o começo das atividades de Alessandro e Simone. Menciona a Pousada do Francês que era uma referência que serviu de inspiração no começo (esta fechada antes da pandemia), a Pousada Colonial (“pousada institucional muito bem administrada”) e que tinha certa parceria com eles; menciona ainda o “São Luís Grande Hotel que era o ex - Vila Rica”. Em certa medida eram todos concorrentes das pousadas de Alessandro, mas que não suportaram o ônus decorrente da pandemia.

Uma vez que estamos destacando neste tópico o quadro político institucional vigente à época dos fatos narrados, mostra-se de interesse trazer as autoridades e partidos que ocupavam o poder executivo no período em suas três esferas. Nos anos de 2003 quando Alessandro juntamente com seu sócio, abrem a primeira pousada em São Luís, no âmbito Federal tem-se início o governo do Presidente Luís Inácio Lula da

Silva (2003 até 2006, e de 2007 até 2011) do Partido dos Trabalhadores (PT); sucedida pela presidente Dilma Roussef (2011 – 2016) do mesmo partido. Na sequência, após a queda por impeachment da Presidente Dilma Roussef, a presidência é assumida por Michel Temer do PMDB

O Governo do Estado à época, era liderado por José Reinaldo Tavares (2002 – 2007) do Partido Socialista Brasileiro (PSL); na sequência, elege-se o Jackson Lago (2007 – 2009) do Partido Democrático Trabalhista (PDT); seguido por dois mandatos da Roseana Sarney (2009 – 10 de dezembro de 2014) do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), seguida por Arnaldo Melo (10 de dezembro de 2014 – 1º de janeiro de 2015) e Flávio Dino (2015 – 2019) que foi reeleito e esteve governador até 02 de abril de 2022 – pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) no primeiro e Partido Socialista Brasileiro (PSB) no segundo mandato.<sup>209</sup>

A prefeitura, por sua vez, estava no ano de abertura da pousada de Alessandro no comando de Tadeu Palácio (2002 - 2008) do Partido Democrático Trabalhista (PDT); que foi sucedido por João Castelo Ribeiro Gonçalves (2009 a 2012) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e depois por Edivaldo Holanda Junior que foi reeleito (2013 – 2021) inicialmente do Partido Trabalhista Cristão (PTC) passando em seu segundo mandato para o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Atualmente, a cidade tem o poder executivo liderado pelo prefeito Eduardo Braide (desde 1º de janeiro de 2021) do PODEMOS. Curiosamente, relembramos que o atual prefeito foi responsável pelo projeto de Lei que criou o Dia da Comunidade Italiana no estado do Maranhão, na época que este foi Deputado Estadual (2011 – 2019).<sup>210</sup>

#### **4. 2. 4 Possíveis efeitos do capital cultural e simbólico dos imigrados e disposições do nativo no quadro político - institucional nas localidades estudadas. São os italianos Imigrantes *overclass*?**

Na presente pesquisa, utilizando-nos do Estudo de Casos Múltiplos associados ao modelo de análise *mixed embeddedness*, buscou-se responder ao problema da pesquisa, a seguir transcrito: em que medida, nas relações entre os imigrantes empreendedores italianos e os brasileiros nas localidades de destino analisadas na

<sup>209</sup> Wikipedia. Lista de Governadores do Maranhão. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_governadores\\_do\\_Maranh%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Maranh%C3%A3o). Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

<sup>210</sup> Ibid.

presente pesquisa, os capitais mobilizados pelos imigrados em combinação com as disposições prevaletentes nos brasileiros (nativos) sobre tais imigrantes, podem estar se fazendo refletir na ‘estrutura de oportunidades’ e no ‘quadro político-institucional’ nos quais se inserem? E de que modo tais processos impactam na experiência migratória e integração socioeconômica de tais grupos?”

Na busca por uma resposta a tal questão, considerou a proposição ou hipótese de que os italianos por conta de uma específica reunião de capitais, com destaque para o capital cultural e simbólico em combinação com uma dada articulação de sentidos componente das disposições dos nativos, junto às comunidades do norte e nordeste brasileiro estudadas, contariam com facilidades no processo de socialização e integração socioeconômica, possivelmente capazes de os colocarem em situação positivamente distinta ante grupos de imigrantes de outras nacionalidades, o que pode inclusive ser refletido e, portanto, evidenciado no aparato político – institucional que vivenciam em um dada localidade (cidade, estado ou região).

O imigrante Italiano em certos contextos poderia se enquadrar, assim, numa categoria de imigrante que designo *imigrante overclass* – tal termo deve ser atribuído a categoria de imigrante que a partir de uma reunião específica de fatores e características, no contexto de determinado tempo e território (componentes tempo e espaço), desfrutariam de vantagens relacionadas ao acolhimento, à integração socioeconômica, usufruindo de favorável distinção, que pode ser convertida em oportunidades e vantagens normalmente não ofertadas a demais imigrantes. Tal condição de *imigrante overclass* pode ser evidenciada materialmente, por exemplo, em peculiaridades regulatórias e ou em aspectos da estrutura social e político-institucional (de natureza pública ou privada) que se prestam ao atendimento das necessidades ou em favorecimentos, em geral, de tais imigrantes. A mencionada “reunião de fatores e características” do imigrante em um dado contexto social, pode ser traduzida em termos de uma “configuração específica de *capitais*”, invocando aqui a teoria bourdieusiana das formas de capitais de (1986). Em tais casos, há na relação entre italianos e nativos, portanto, a verificação de elementos como simpatia, distinção, afinidade, prestígio dos italianos junto à comunidade nativa como um indício e, sobretudo uma premissa da condição de *imigrante overclass*, que pode (ou não) vir a ser concretizada considerando os termos anteriormente expostos.

Assim, uma explicação resumida do que seria um *imigrante overclass*, pode ser a constatação no caso de um dado grupo que a partir de uma específica reunião

de capitais, com especial relevância para os efeitos do capital cultural e simbólico (sobre uma dada comunidade) acabam por resultar em distinções positivas ou favorecimentos decorrentes de ações por parte dos nativos, que podem se materializar de diversas formas, como adventos normativos e ou em estruturas de ordem sócio – político - institucional que gerem vantagens a este grupo de imigrados. Remetendo-nos às disposições da teoria da Ação Social weberiana, poderíamos afirmar que tais ações dos nativos na relação com os italianos (que os tornariam *imigrantes overclass*) em um dado contexto, seriam fundadas numa combinação de “racionalidade” e “irracionalidade” - uma sobreposição, portanto, da “ação social racional com relação a valores” e a “ação social afetiva (WEBER, 2009).

Propõe-se que as análises para aferição da condição de imigrante *overclass* podem se dar sobre (1) a compreensão dos próprios imigrados (quanto ao acolhimento e eventuais benefícios sociopolíticos experimentados) e ou (2) aferição a partir do levantamento de evidências na estrutura político institucional e regulatória voltada a realidade de tais imigrados, permitindo inferir ocorrência de benefícios ou distinções que de algum modo favoreçam tais grupos ante demais imigrados em geral (ou sobre o nativo).

Outra característica que queremos considerar, na elaboração do status de *imigrante overclass* é a de ser algo que está, vinculado a determinada localidade e que pode variar no decorrer do tempo (componentes tempo e espaço), como um efeito das dinâmicas sociais, evitando-se, assim, como diria Bourdieu (2008), o modo de pensar do senso comum – substancialista -, sendo aquele que leva a tratar as atividades ou preferências próprias a certos indivíduos ou grupos de uma certa sociedade, em um determinado momento, como propriedades substanciais, inscritas de modo permanente “ em uma espécie de essência biológica ou - o que não é melhor – cultural, [que] leva aos mesmos erros de comparação - não mais entre sociedades diferentes, mas entre períodos sucessivos da mesma sociedade. (Bourdieu, 2008, p. 17)

Pode, portanto, ocorrer casos do imigrante que ostenta tal *status* em determinado local, não o sustentar igualmente em outra localidade (cidade, região, nação). E mesmo nas localidades que o ostenta, não se pode garantir ser uma condição permanente. Em resumo, destacamos o conceito no quadro a seguir:

*Imigrante overclass*

Tal termo deve ser atribuído a categoria de imigrante, que a partir de uma reunião específica de recursos e características (capitais) - com especial relevância para os efeitos do capital cultural e simbólico de que dispõem sobre uma dada comunidade (disposições), no contexto de determinado tempo e território (componentes tempo e espaço), acabam por usufruir de positiva distinção, com impactos favoráveis na integração e desenvolvimento socioeconômico do imigrado - oportunidades e vantagens de ordem política institucional e eventualmente regulatória, normalmente não ofertadas a demais imigrantes (ou mesmo a nacionais, em algumas circunstâncias).

Buscando uma esquematização para facilitar a compreensão, destacamos como componentes do conceito de imigrante overclass: (I) específica reunião de capitais, destacando alto capital cultural e simbólico, sobre uma dada comunidade – nativos – em um determinado tempo (*disposições*); (II) Consequentes privilégios de natureza institucional, política ou regulatória; (III) Vantagens não estendidas a imigrantes de outras origens ou mesmo a nativos de semelhante perfil socioeconômico (ao menos a princípio).

Já em antecipação a possíveis posicionamentos contrários aos termos desta proposta de “categoria migracional”, salienta-se que não define e não se resume o *status* de *imigrante overclass*, a constatação em um dado caso de imigração, do ordinário e costumeiro favorecimento ou distinções que podem ser notadas em determinados contextos direcionada a sujeitos ou grupos, decorrentes estritamente da reunião dos componentes alto capital econômico e ou perfil racial (no caso do imigrante, ser branco/europeu). Para além de tais fatores, estão implicados no conceito *imigrante overclass*, componentes de ordem sociocultural – peculiaridades do capital simbólico e cultural ante uma dada comunidade, geradoras de “afinidade” e estima, entre outras peculiaridades histórico-culturais. Ou, em outros termos, uma particular “articulação de sentidos” nas disposições do nacional que podem gerar como consequência, certas facilidades de ordem estrutural ou ambiental na vida do imigrado, como as anteriormente apontadas.

Em reforço contra a tal lógica de que qualquer favorecimento maior a imigrantes decorreria do aparente poder econômico e do fato de serem brancos, vale lembrar artigo de Marcio de Oliveira (2015) que traz reflexões sobre os resultados de pesquisa desenvolvida na década de 1950 por Otaviano Ianni, na qual se constatou em

determinado momento da história, serem os poloneses discriminados, gozando de baixa estima junto a sociedade de Curitiba – PR de então, mesmo os poloneses sendo brancos, trabalhadores e muitos deles financeiramente prósperos. Tal discriminação aos poloneses teriam origem, por um lado (na relação com outros imigrados europeus) por questões relacionadas a disputas históricas e questões culturais na terra de origem e por outro lado (na relação com os nacionais em brasileiros em Curitiba), pelo modo deles se conduzirem e se portarem na vida sociocomunitária, que geravam estranhamento e repulsa (Oliveira, 2015).

Nos casos estudados em Palmas e São Luís, notamos que, com exceção do entrevistado 3 (que a partir de nossa observação, mostrou-se um tipo mais recluso, angustiado e com desafios de ordem mais pessoal) todos os italianos e a italiana entrevistada sentem-se bem acolhidos na interação com os nativos no cotidiano das relações sociais, o que trouxe certa facilitação na integração social. Alguns entrevistados, inclusive, não se sentem à vontade com o termo imigrante quando usado para si, uma vez que, certamente, o termo porta o estigma de remeter a ideia de estranhamento, discriminação, tensões e outros pesares que envolvem a questão dos imigrantes na Europa, incluindo a Itália.

Entretanto, quando questionados sobre o tratamento ou acolhimento na relação destes com autoridades ou instituições, nenhum deles se queixam de distinção negativa (discriminação), porém também, em geral, não se sentem favorecidos ou tratados de forma diferenciada em comparação com outras pessoas. Em reflexão sobre tal compreensão por parte dos entrevistados italianos, nos vem a indagação: como deverão ser tratados imigrados de outras nações, como aqueles de outros países da América sul e central, asiáticos ou africanos nas mesmas situações? Para tal resposta caberia outra pesquisa na qual fossem implicadas análises comparativas entre grupos diversos de imigrados internacionais.

O fato dos italianos não notarem favorecimentos na interação com representantes de instituições públicas e privadas, mas também não vivenciarem discriminação, já, provavelmente, os colocariam em igualdade aos nativos quanto ao tratamento dispensado em tais situações. Contudo, ainda que a urbanidade no tratamento deva ser o natural, digno e esperado na relação de qualquer pessoa com as instituições, provavelmente essa, infelizmente, não seja a realidade de todos os imigrados no país, de modo que, a percepção neutra, indiferente sem nada de

negativo a dizer sobre o tratamento a eles dispensado por instituições nas localidades que vivem no Brasil, provavelmente já possa ser entendido como algo a eles favorável.

A propósito, talvez contribua com a reflexão, o exemplo trazido por Luca Palmieri, quando questionado sobre tal questão: ele alega não se sentir favorecido pelo fato de ser italiano quando recorre as instituições em São Luís, mas quando precisa ir a unidade da Polícia Federal é tratado com “gentileza”, sendo convidado a sentar e oferecido café (curiosamente o mesmo relatado pela Sra. Enrica, por seu filho Marco e por Fabrizio entrevistados de Palmas). Já a sua esposa brasileira, quando precisou de serviço semelhante em instituição equivalente à Polícia Federal na Itália, era tratada de forma ríspida com grosseria e aparente má vontade dos agentes. Ao que, em seguida, argumenta que na citada região da Itália há muito mais imigrantes do que em São Luís e talvez por conta disso não são tão bem tratados, “ainda que nada justifique”.

A propósito, em entrevista com o italiano Alessandro Bruge, acerca da questão do tratamento dispensado aos italianos pelos nativos em São Luís, foi-lhe questionado: *Pesquisador - Na sua percepção, em algum momento o senhor já sentiu que os italianos são tratados de forma diferenciada em relação a europeus de outros países ou estrangeiros da América do Sul ou outras nacionalidades em geral?* Ao que Alessandro responde prontamente:

*Eu acho que sim. Os italianos são bastante presentes em São Luís (...) Talvez os portugueses sejam maiores que os italianos, na colônia, não sei dizer...mas, tem bastante italiano (sic). Portanto, já tem uma interação maior com os italianos – restaurantes italianos, pizzarias, umas modas trazidas por nós (...) Portanto, toda uma situação de interação, isso favorece. Eu acho que tem um espírito de alegria que é comum nos dois lados, e isso favorece logo a mescla. Já o pessoal da América e norte da Europa já é menos flexível. Com o italiano, o jeitinho é mais ou menos o mesmo e o entrosamento é super rápido...Essa afinidade talvez transmita um carinho espontâneo imediato*

Então, na percepção de Alessandro, no alto de quem lida com estrangeiros de diversas nacionalidades no seu serviço de hotelaria, haveria de fato uma distinção no acolhimento dado aos italianos pelos nativos quando em comparação com povos de outras origens, denunciando assim uma peculiaridade e força do capital simbólico do Italiano na comunidade ludovicense. Em complemento a tal pergunta, questionei: *na sua percepção, como as pessoas de São Luís, enxergam o produto ou serviço prestado por vocês italianos, há uma estima maior por vocês serem italianos? Percebe alguma distinção?* Ao que Alessandro Responde:

*Acho que há uma “esterofilia” (“apreciar o que vem de fora”), na Itália temos isso também. Por exemplo: o americano chega com um produto...e há aquela imagem de poder; [em relação a] o alemão, há a questão da tecnologia e qualidade do produto...o japonês também (...) portanto, quando se diz ‘italiano’ [no Brasil], as pessoas tem uma expectativa de algo muito forte da tradição que vem de fora.*

A fala de Alessandro, nos remete ao curioso exemplo levantado por Marco, entrevistado de Palmas, quando questionado sobre o mesmo assunto, cita ter estado em uma loja de ferragens no comércio de Palmas em que divulgavam um certo produto hidráulico dando-se destaque ao fato de ser “feito na Itália” como um apelo para ajudar nas vendas. Contudo, segundo o entrevistado, se estivesse na Itália, os italianos dariam preferência aquele mesmo produto de origem alemã e não ao nacional italiano.

Os exemplos evidenciam que os italianos, de fato, desfrutam, nos relacionamentos com os sujeitos que compõem as comunidades estudadas, por conta das disposições destes, vantagens de ordem sociocultural e eventualmente econômica que, portanto, podem também ser concebidas em termos de capitais - cultural e simbólico – fazendo-os possivelmente favorecidos ante outros imigrantes em geral.

Sobre a mesma questão, o entrevistado Luca, curiosamente busca na história um dos elementos que, segundo ele, possivelmente levariam a hoje se estabelecer uma relação leve, livre de tensões e cheia de afinidade entre italianos e brasileiros, que seria o fato de entre Itália e Brasil nunca ter havido a relação de colonizador e colonizado. Considerando o argumento do Luca, curiosamente, no caso particular da história de São Luís, esse “desconforto” além dos portugueses e espanhóis, se daria também contra franceses e holandeses.

Assim, nos casos analisados, quanto a *estrutura de oportunidades* disponibilizada aos italianos nas localidades do estudo, o fator básico que traz viabilidade ao empreender é de ordem regulatória - o fato do estrangeiro nas localidades estudadas e certamente no país, em geral, terem a liberdade de iniciativa, podendo, nas mesmas condições dos brasileiros, abrir e conduzir uma empresa, apesar de notados alguns enfrentamentos de ordem prática que expandem ante poucos recursos financeiros. Além disso, observa-se que o arranjo e volume de capitais que detêm os italianos – cultural e simbólico – acabam por impactar de forma particular na estrutura de oportunidades a eles disposta, mais notadamente no setor de restaurantes de comida italiana, encontrando respaldo nas disposições do nativo

quanto ao italiano, ao que em termo bourdieusiano, podemos também aplicar a ideia *habitus*, conferindo aos italianos certa posição de privilégio em tais localidades. Nesse sentido, diz Setton (2010) tratando sobre privilégios, comentando Bourdieu:

Assim, a posição de privilégio ou não-privilégio ocupada por um grupo ou indivíduo é definida de acordo com o volume e a composição de um ou mais capitais adquiridos e ou incorporados ao longo de suas trajetórias sociais. O conjunto desses capitais seria compreendido a partir de um sistema de disposições de cultura (nas suas dimensões material, simbólica e cultural, entre outras), denominado por ele *habitus* (SETTON, 2010).

Refletindo estritamente sobre o ramo de gastronomia e restaurantes, poderia se alegar que restaurantes especializados na gastronomia de países e culturas diversas podem ser abertos e terem público em diversas cidades, porém, o que de fato se constata é que são muito mais comuns em grandes metrópoles, no caso do Brasil, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, geralmente onde existe uma realidade de convivência multicultural, decorrente de aspectos históricos – tradição como polo de destino de imigrantes de culturas diversas – ou de ordem mais estritamente econômica – sede de empresas multinacionais, alto fluxo turístico internacional, maior contingente de pessoas com alto poder aquisitivo etc.

Contudo, no caso dos restaurantes de culinária italiana se observa maior facilidade de penetração e capilaridade, até nos recônditos do país. Pode ser observado italianos que abrem restaurantes, com relativo sucesso, até em localidades remotas e de pequena população. A boa adesão aos restaurantes italianos ocorre ainda quando não haja investimentos financeiros mais expressivos na estruturação e divulgação do negócio, evidenciando um favorável “distinção”, ou em outros termos, um *habitus* da parte do nativo, favorável aos italianos.

Seguindo os termos do modelo analítico adotado e já em resposta ao problema suscitado para a pesquisa, recapitulamos: quanto a análise da relação entre a estrutura de oportunidades com o quadro político institucional nas cidades da pesquisa, no que se refere as dimensões que possam se relacionar a vida dos italianos, não se pode, ao menos mais claramente, sobretudo no setor público, identificar mecanismos que diretamente favoreçam aos interesses dos italianos, não sendo percebido pelos entrevistados italianos “favorecimentos” ou “benefícios” que destoem de uma normalidade, o que imaginamos possa se mostrar diferente de lugares onde há notoriamente uma maior efervescência da presença italiana no norte e nordeste, em localidades como Fortaleza-CE, por exemplo.

Também não foi mencionada, pelos entrevistados, qualquer distinção negativa aos italianos por parte do aparato institucional do setor público, seja da parte de autoridades ou representante das entidades, seja em normativas que possam impactar na vida do italianos em Palmas ou São Luís, o que não deixa de ser algo positivo.

O advento no Maranhão, da Lei 10.656 de 21 de agosto do 2017, que “inclui no calendário oficial de eventos do Estado do Maranhão, como o dia 2 de junho como o Dia da Comunidade Italiana no Maranhão”, mostra-se como uma evidencia do capital simbólico que o italiano detém no Estado do Maranhão (e, portanto, em São Luís, onde se situa a sede do poder legislativo), mesmo que se trate de uma comunidade italiana pequena – cerca de 400 pessoas. Segundo os entrevistados, a data ainda não se reverte em benefícios materiais diretos aos italianos e seus negócios. A tal respeito, foi relatado que antes da pandemia do Covid-19 e das medidas de restrição adotadas, já se notavam eventos particulares e promoções por parte de empresários italianos em alusão à data, mostrando, assim, o potencial de crescimento da importância atribuída a mesma. Por força de lei, a data é anualmente lembrada em evento oficial promovido pelo estado (ver anexo II).

Quanto a institucionalidade de natureza privada, os italianos inclusive em localidades mais a margem do país tendem a dispor de uma favorável organização institucional, representada por associações, consulado e demais entidades de apoio ao italiano, contudo, nos casos analisados na pesquisa, esta institucionalidade de apoio ao italianos se mostrou evidente em São Luís e, por ora, inexistente em Palmas. Em geral, por conta do exposto constata-se que o italiano tem minimizadas as barreiras nos processos de entrada e integração socioeconômica nas localidades analisadas. Nesse sentido, pertinente a declaração do atual cônsul honorário da Itália em São Luís, Francesco Cerrato em entrevista à TV Assembleia Maranhão postada na plataforma YouTube em 03 de junho de 2022:

O italiano que chega no Maranhão se sente em casa, pela forma que (...) os maranhenses acolhem os estrangeiros, coisa que cria muito rapidamente uma ligação muito forte (...) isso quebra todas aquelas barreiras iniciais de integração e de se acostumar a uma realidade um pouco diferente<sup>211</sup>

---

<sup>211</sup> Trecho de entrevista em vídeo postado no canal da TV Assembleia Maranhão no YouTube. “Conheça a importância do Dia da Comunidade Italiana no Maranhão, TV Assembleia Maranhão, Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=1p\\_32MccoF4](https://www.youtube.com/watch?v=1p_32MccoF4)>. Acesso em: 18 de julho de 2022.

Assim, entendemos restar respondida a questão de problema da presente pesquisa, ou seja: a combinação do capital cultural e simbólico mobilizados pelos imigrados italianos constante na particular articulação de sentidos inerentes às disposições prevaletentes nos brasileiros nativos, sobre as pessoas desta origem, se faz, em alguma medida se refletir na “estrutura de oportunidades” e no “quadro político-institucional” (sobretudo em São Luís).

Assim, ainda que não se verifiquem de modo mais pujante e claro um favorecimento aos italianos decorrentes do quadro político –institucional (sobretudo decorrente do setor público) e regulatório, observa-se um potencial, uma força latente de que isso eventualmente possa ocorrer, talvez a partir de maior representatividade política dos italianos em tais localidades. Quanto a tal representatividade, ante o constatado em campo, fácil acreditar que essa representatividade tem grande potencial de se consolidar em algum momento, num futuro não distante.



## 5. Considerações Finais

Acreditamos termos alcançado de forma satisfatória os resultados a princípio objetivados, ainda que, como é natural em toda pesquisa acadêmica, os objetivos possam ir se ajustando à medida que avançam os estudos na pesquisa, quando novas possibilidades e esclarecimentos podem promover o aprimoramento ou amadurecimento de perspectivas iniciais.

A adoção do método estudo de caso sob a perspectiva analítica do *mixed embeddedness* com adaptações e a suplementação metodológica propiciada pela Análise de Conteúdo e a Observação Direta, mostrou-se eficiente tendo em vista os fins pretendidos. Quanto às escolhas teóricas, estas vieram a cumprir plenamente com a sua função, amparando todos os questionamentos e objetivos específicos suscitados.

Os tipos de migração podem ser diversos, como também as abordagens sobre os movimentos podem seguir diferentes vieses, atendendo ao preconizado nas diversas áreas de conhecimento, em um dado momento no curso da trajetória evolutiva ou na dinâmica da ciência no decorrer do tempo, devendo serem estimuladas pela academia (e pela sociologia) a exploração das diversas e possíveis configurações de fenômenos relacionados a mobilidade humana e migração, de modo irrestrito.

No presente trabalho, abordamos o processo de pesquisa e seus resultados de campo que tiveram como objeto a exploração de casos de imigração italiana no norte e nordeste do país, considerando os fundamentos do modelo analítico *mixed embeddedness*. O objetivo geral foi o de, na perspectiva de tal modelo de análise, compreender como se configuram a integração dos italianos nas mencionadas localidades do norte e nordeste do Brasil, objetivo que entendemos ter sido alcançado com êxito.

Atendendo aos objetivos específicos da pesquisa, pudemos entender as razões de atração dos empreendedores italianos pelas localidades do norte e nordeste do Brasil nessas décadas iniciais do século XXI, ao que percebemos que cada um dos casos é bem particular, verificando-se um combinado de razões, mas todos eles têm em comum, a esperança de boas oportunidades de empreender nos locais de destino. Outro ponto a se destacar, é o de que, na maioria dos casos estudados, tal ímpeto foi fortalecido ou deflagrado a partir da força de influência e vontade do (a) cônjuge ou companheiro (a) do italiano(a), mostrando a força que pode deter a influência familiar no processo de migrar. A propósito, em dois dos casos analisados em Palmas, a

causa primordial para o italiano migrar pareceu ser justamente a vontade da c3njugue brasileira em regressar ao Brasil.

A pesquisa permitiu ainda constatar que, ao menos no ramo de restaurantes especializados em comida italiana, os italianos, nas localidades de Palmas e S3o Lu3s, tiveram grande facilidade para a entrada e a de se estabelecerem nos seus neg3cios, com praticamente nenhuma concorr3ncia, o que se atribui ao capital, sobretudo, simb3lico que det3m junto a tais comunidades, sendo que a facilidade aqui apontada n3o diz respeito a quest3es burocr3ticas relacionadas 3 formaliza33o do neg3cio, mas em espec3fico, pelo “espa3o” ou “demanda” de mercado para italianos. Conclui-se que tal facilidade 3 mantida at3 para aqueles com nenhuma ou pouca experi3ncia espec3fica no ramo (baixo “capital humano relacionado 3 tarefa” a desenvolver) ou baixo capital econ4mico para in3cio das atividades.

Buscando tra3ar an3lises relacionadas 3 dimens3o transnacional dos processos migrat3rios analisados, pode se observar que, na totalidade dos casos, a dinamicidade e import3ncia das rela33es e acontecimentos tendem a estar muito mais acentuadamente concentradas no Brasil (“terra de destino”) do que na It3lia (origem).

Poder3amos, assim, buscando a analogia do eixo migrat3rio It3lia - Brasil com a figura de uma balança de dois extremos, afirmar que a extremidade que mais pende e, portanto, que mais tem relev3ncia na vida pr3tica ou cotidiana do imigrado 3 aquela da terra de destino, com talvez a 3nica exce33o para o caso de Luca Palmieri que dada a natureza de seu trabalho de guia tur3stico e “*travel designer*” tenha parte significativa de suas rela33es pertinentes a trabalho e renda vindas da Europa.

Em resumo, o v3nculo com a It3lia para a quase totalidade dos entrevistados ao tempo da pesquisa, se restringia aos contatos eventuais com parentes e, para alguns deles, o local de onde vem parte da renda para manuten33o da fam3lia - caso de tr3s dos entrevistados que recebem aposentadoria ou dividendos de pequena monta, al3m da mencionada particularidade do caso de Luca Palmieri. Contudo, em rela33o 3 dist3ncia de parentes e da terra de origem, colhemos relatos de que, com o advento das novas tecnologias, que permitem maior facilidade de comunica33o em tempo real, a sensa33o de dist3ncia parece ser significativamente diminuída.

Quanto ao capital social, la3os e redes sociais nas quais se inserem, os italianos abordados, estes n3o se sentem integrando uma comunidade italiana, no m3ximo, apenas eventualmente (s3 nos casos de S3o Lu3s), sentem-se parte dela. A configura33o das rela33es dos italianos entrevistados se restringe majoritariamente

aos familiares mais próximos (cônjuge, pai ou mãe, e filhos) e aos próprios brasileiros nas diversas situações do cotidiano. É como se os italianos se frequentassem em São Luís ou Palmas, tanto quanto o fariam com amigos italianos e parentes distantes, na própria Itália, ou seja, contatos com pouca frequência ou dependência. De tal constatação, pode ser deduzido que o fato dos italianos terem um bom acolhimento e bom trânsito entre os brasileiros (com baixo ou nenhum estranhamento), os fizessem menos dependentes social ou até emocionalmente dos outros italianos.

Com a pesquisa, pudemos ainda captar a compreensão e perspectiva do próprio italiano, quanto aos possíveis efeitos do capital cultural e simbólico destes junto às comunidades que integram. E ainda, se a peculiar “articulação de sentidos” dos atores nacionais, os fazem, em alguma medida, serem favorecidos. E se tal possível favorecimento estaria refletido na “*estrutura de oportunidades*” (no caso, quanto “a natureza da demanda por produtos”)<sup>212</sup> que para eles se apresenta e ainda no “*quadro político institucional*” vigente em determinado período, ou em outros termos, na institucionalidade a eles relacionada, o que fariam tais italianos integrarem um tipo de imigrante detentor de privilégios específicos de tal ordem, condição a que atribuo o termo *imigrante overclass*. Salientando que tal indagação consiste no “problema” suscitado para a pesquisa.

Os casos analisados na região de Palmas -TO e São Luís - MA, podem levar a conclusão de que os italianos empreendedores imigrados sejam enquadráveis como *imigrantes overclass*, quando se considera a valoração, percebida pelos próprios italianos, por parte do nativo, valoração que é em parte decorrentes do capital cultural e simbólico (e *étnico*) dos imigrados ante tais comunidades. Notadamente, observa-se que essa confluência de capitais e o específico arranjo deles junto a tais comunidades, influenciam a realidade da estrutura de oportunidades disponível aos italianos em alguns setores da economia, sobretudo, no de “comida italiana”.

Entretanto, a atribuição do termo *imigrante overclass* a um dado caso, além do componente “efeitos favoráveis decorrentes do capital cultural e simbólico sobre uma determinada comunidade” que podem influenciar a “estrutura de oportunidades” disponibilizada ao imigrado, implica ainda, para a sua plena configuração, evidências de uma institucionalidade e ou de aspectos regulatórios (leis, políticas, normativas públicas ou privadas - formalizadas ou não) que sejam garantidoras de favorecimentos ou vantagens a um determinado grupo de imigrantes, como uma decorrência (mais

---

<sup>212</sup> Conceito de “estrutura de oportunidades” supra (p. 46).

específica e extrema) desse prestígio e status que desfrutam junto à comunidade (na qual, poderíamos dizer, seriam notados como “grupos de status”), ou, nos termos do modelo analítico adotado, evidências de um “quadro político-institucional” a eles favorável.

Através da pesquisa de campo realizada, tal componente relacionado à uma institucionalidade favorável ao italiano, não é algo evidente na compreensão dos próprios italianos, tão pouco se mostrou mais explicitamente a partir do analisado em dados secundários, como nos depoimentos de representantes de entidades públicas ou no levantamento documental, o que, por tal razão, não fariam dos italianos, o mais plenamente possível, *imigrantes overclass* nas localidades estudadas. Contudo, nota-se um potencial ou uma tendência de que isso possa ser constatado em São Luís- MA sob alguma perspectiva desde já ou em algum momento no futuro.

Contudo, salienta-se que os privilégios ou favorecimentos sociopolíticos que possam ser experimentados por um determinado tipo de imigrante, não se dá necessariamente de modo permanente, podendo vigorar, porém, por período de tempo indeterminado, sendo ainda sujeito a oscilações decorrentes das dinâmicas sociais, políticas e econômicas, considerando as dimensões tempo e espaço, de modo que um imigrante que se enquadre em um dado momento como *overclass*, pode não sê-lo em análise futura.

Outras possíveis pesquisas, que considerem outras localidades do nordeste brasileiro como, por exemplo, Fortaleza- CE, Natal- RN e Maceió – AL, talvez tragam significativas disparidades em relação aos resultados nesta pesquisa encontrados. É o que se nota da leitura de alguns dados sobre tais localidades, podendo, assim, ser objeto de pesquisas futuras.

A pesquisa que dá base a este trabalho, mostra ainda que a reflexão sobre as migrações em todas as suas expressões, constitui atividade relevante e imprescindível, ante a oportunidade de compreensão mais ampla e plena da realidade social que nos cerca. Assim, que tanto grupos de imigrados sob condição de vulnerabilidade, quanto aqueles de imigrantes qualificados e ou detentores, mais notoriamente, de capitais, possam livremente ilustrar pesquisas no âmbito sociológico.

## REFERENCIAS.

AGÊNCIA SENADO, De Sarney a Dilma: 25 anos desde a redemocratização, disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/12/30/de-sarney-a-dilma-25-anos-desde-a-redemocratizacao> acesso em 15 de ago. de 2016, às 13:35h.

ANDRADE, Pedro Henrique Gandra Pia de. Política doméstica e política internacional: a institucionalidade da política brasileira de comércio exterior. 2011. 91 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93742>>. Acessado em: 12/02/2018.

AMORIM NETO, Octavio; RODRIGUEZ, Júlio César Cossio. O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 1003-1027, 2016.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, p. 9-28, 2005.

ARIENTI, Wagner Leal. Teorias da regulação capitalista, objeto e método: além do economicismo, estruturalismo e funcionalismo. **Textos de Economia**, v. 9, n. 1, p. 38-60, 2006.

BAGNASCO, Arnaldo. Imprenditorialità e capitale sociale: il tema dello sviluppo locale. **Stato e mercato**, v. 26, n. 3, p. 403-426, 2006.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, JAP de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, p. 57-110, 2010.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTIA, Tanja (Ed.). **Migration and inequality**. Routledge, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalization: The human consequences**. Columbia University Press, 1998.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Zahar, 2007.

BECKER, Howard S. **Truques da escrita**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2015.

BEZERRA, Nilva Aparecida Pacheco. Migração em Palmas/TO: a felicidade no imaginário social. 2013. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Editora Zouk, 2007 [1979].

BARROS GONÇALVES, María Ortelinda. “Comunidades Transnacionais: Participação e Integração.” Poligonos (León), no. 17, 2012.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. Editora Contexto, 3ªed., São Paulo, 2014.

BEZERRA, Nilva Aparecida Pacheco. Migração em Palmas/TO: a felicidade no imaginário social. 2013. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2013.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. A história do ensino de Sociologia no Brasil sob as apropriações da Teoria Disposicionalista. Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, p. 44-66, 2021.

BOURDIEU, Pierre. The forms of Capital (1986). **Cultural theory: An anthology**, p. 81-93, 2011.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Papirus Editora, 2008.

BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley journal of sociology**, v. 32, p. 1-17, 1987.

BOTELHO, André. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sílvia de Carvalho Franco. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 331-366, 2013.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. The problem with human capital theory--a Marxian critique. **The American Economic Review**, v. 65, n. 2, p. 74-82, 1975.

BRAUDEL, Fernand. História e sociologia. **Revista de História**, v. 30, n. 61, p. 11-31, 1965.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e sociedade**, v. 21, n. SPE, p. 811-829, 2012.

CAPPELLIN, Paola. Entre a memória e o mercado. **Revista de sociologia e política**, v. 16, n. 31, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. A globalização imaginada. Editora Iluminuras Ltda., 2003.

CARMICHAEL, Barbara Anne; DRORI, Israel; HONIG, Benson (Ed.). **Transnational and immigrant entrepreneurship in a globalized world**. University of Toronto Press, 2010.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão et al. As três camadas da política externa do governo Collor: poder, legitimidade e dissonância. 2011.

CASSIERS, Tim; KESTELOOT, Christian. Socio-spatial inequalities and social cohesion in European cities. **Urban Studies**, v. 49, n. 9, p. 1909-1924, 2012.

CASTLES, Stephen. Understanding global migration: A social transformation perspective. **Journal of ethnic and migration studies**, v. 36, n. 10, p. 1565-1586, 2010.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <  
<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em: 20/08/2022.

CHAPOULIE, Jean-Michel. *Le travail de terrain, l'observation des actions et des interactions, et la sociologie*. **Sociétés contemporaines**, v. 40, n. 1, p. 5-27, 2000.

CHAPOULIE, Jean-Michel. *Enseigner le travail de terrain et l'observation: témoignage sur une expérience (1970-1985)*. **Genèses**, n. 2, p. 138-155, 2000.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, p. S95-S120, 1988. DE GIORGI, Alessandro. Immigration control, post-Fordism, and less eligibility: A materialist critique of the criminalization of immigration across Europe. *Punishment & Society*, v. 12, n. 2, p. 147-167, 2010.

CONSTANT, Amelie F.; KAHANEC, Martin; ZIMMERMANN, Klaus F. Attitudes towards immigrants, other integration barriers, and their veracity. *International Journal of Manpower*, 2009.

CUNHA, Flávio Saliba. **História & Sociologia**. Autentica, 2013.

FLEISCHER, David. **De Sarney a Dilma: 25 anos desde a redemocratização**, Agência Senado, disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/12/30/de-sarney-a-dilma-25-anos-desde-a-redemocratizacao> > acesso em 12 de maio. de 2020.

DE GIORGI, Alessandro. Immigration control, post-Fordism, and less eligibility: A materialist critique of the criminalization of immigration across Europe. **Punishment & Society**, v. 12, n. 2, p. 147-167, 2010.

DE HAAS, Hein. A theory of migration: the aspirations-capabilities framework. **Comparative Migration Studies**, v. 9, n. 1, p. 1-35, 2021.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. Senac, 1999.

DE OLIVEIRA, Sheila Borges. As teorias disposicionalistas e o estudo da pluralidade do repórter-amador. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 28, n. 1/2, p. 88-113, 2013.

DE OLIVEIRA, Andre L. S., Enesima Italia. Dimensões sociológicas da migração de empreendedores de origem italiana para o estado de Sergipe nos últimos anos. Dissertação. PPGS UFS, 2018.

DUCCI, Norma Pimenta Cirilo; TEIXEIRA, Rivanda Meira. As redes sociais dos empreendedores na formação do capital social: um estudo de casos múltiplos em municípios do norte pioneiro no estado do Paraná. 2011.

DURAND, Jorge. Ethnic capital and relay migration: New and old migratory patterns in Latin America. 2011.

ELMAN, Colin; GERRING, John; MAHONEY, James. Case Study Research Putting the Quant into the Qual. Sociological Methods & Research, 2016.

ENNES, Marcelo Alário. A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo. Unesp, 2001.

EREL, Umut. Migrating cultural capital: Bourdieu in migration studies. Sociology, v. 44, n. 4, p. 642-660, 2010.

FAIRLIE, Robert W.; LOFSTROM, Magnus. Immigration and Entrepreneurship, CESifo Working Paper, No. 5298, 2015.

FATOKI, Olawale; PATSWAWAIRI, Tilton. The motivations and obstacles to immigrant entrepreneurship in South Africa. **Journal of Social Sciences**, v. 32, n. 2, p. 133-142, 2012.

FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI – Notas introdutórias. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata, organizadores. Migrações e Trabalho. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. Seção I, p. 19-39.

FONSECA, Carmen. A política externa brasileira da democracia: O paradoxo da mudança na continuidade? *Relações Internacionais (R: I)*, n. 29, p. 33-43, 2011.

FREITAS, Patrícia Tavares de. Coalizões de defesa dos migrantes internacionais e política partidária, durante a transição democrática, em São Paulo. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 26, p. 231-246, 2018.

GANE, Nicholas. Max Weber as Social Theorist: 'Class, Status, Party'. *European journal of social theory*, v. 8, n. 2, p. 211-226, 2005

GARCIA, Ana S. Políticas públicas e interesses privados: a internacionalização de empresas brasileiras e a atuação internacional do governo Lula. *Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3. Encontro Nacional ABRI 2011*, 2011.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, v. 2, p. 64-89, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de administração de empresas*, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOERMAN, Patricia L. Adapting cognitive interview techniques for use in pretesting Spanish language survey instruments. *Survey Methodology*, p. 3, 2006.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. *American journal of sociology*, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. *American journal of sociology*, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. *American journal of sociology*, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. **American journal of sociology**, p. 481-510, 1985.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity: An enquiry into the origins of social change*, Cambridge - MA, Blackwell, 1990.

HAYDUK, Ron. Migration and inequality: A structural approach. *Cosmopolitan Civil Societies: An Interdisciplinary Journal*, v. 12, n. 1, p. 1-20, 2020.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 2009.

JACOUD, M.; MAYER, R. A Observação Direta e a Pesquisa Qualitativa. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos, v. 2, 2008.

JANOWSKI, Daniele Andrea. A teoria de Pierre Bourdieu: Habitus, campo social e capital cultural. In: *VIII Jornadas de Sociologia de la UNLP 3 al 5 de diciembre de 2014 Ensenada, Argentina. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología*, 2014.

JONES, Trevor et al. New migrant enterprise: novelty or historical continuity? *Urban Studies*, v. 49, n. 14, p. 3159-3176, 2012.

KATILA, Saija; WAHLBECK, Östen. The role of (transnational) social capital in the start-up processes of immigrant businesses: The case of Chinese and Turkish restaurant businesses in Finland. *International Small Business Journal*, v. 30, n. 3, p. 294-309, 2012.

KELLEY, Jonathan; MCALLISTER, Ian. Immigrants, socio-economic attainment, and politics in Australia. *The British Journal of Sociology*, v. 35, n. 3, p. 387-405, 1984.

KERBO, Harold R. Social stratification and inequality: Class conflict in historical and comparative perspective. McGraw-Hill College, 1996.

KIRSCHNER, Ana Maria. A sociologia diante da globalização: possibilidades e perspectivas da sociologia da empresa. *Brasil: mosaico da década de*, v. 90, 1999.

KIVISTO, Peter. Theorizing transnational immigration: a critical review of current efforts. *Ethnic and racial studies*, v. 24, n. 4, p. 549-577, 2001.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*, v. 2, p. 13-31, 2000.

KLEIN, Herbert S. A imigração espanhola no Brasil. Fapesp, 1994.

KLOOSTERMAN, Robert; VAN DER LEUN, Joanne; RATH, Jan. Mixed embeddedness:(in) formal economic activities and immigrant businesses in the

Netherlands. *International journal of urban and regional research*, v. 23, n. 2, p. 252-266, 1999.

KLOOSTERMAN, Robert; RATH, Jan. Immigrant entrepreneurs in advanced economies: mixed embeddedness further explored. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 27, n. 2, p. 189-201, 2001.

KLOOSTERMAN, Robert; RATH, J. Mixed embeddedness as a conceptual framework for exploring immigrant entrepreneurship. *Eurex Lecture*, v. 8, p. 111-135, 2006.

KLOOSTERMAN, Robert C. Matching opportunities with resources: A framework for analysing (migrant) entrepreneurship from a mixed embeddedness perspective. *Entrepreneurship and Regional Development*, v. 22, n. 1, p. 25-45, 2010.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

LAHIRE, Bernard. A Sociologia disposicionalista hoje: Entrevista com Bernard Lahire. Entrevista concedida a Cristiano das Neves Bodart e Plácido Adriano de Moraes Nunes. *Latitude*, Maceió, v. 15, n. 2, p.307-315. 2021.

LAHIRE, Bernard. Champ, hors-champ, contrechamp. In LAHIRE, Bernard (org.). *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes e critiques*. Paris: La Découverte, 2001.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? *Educação & Sociedade*, v. 23, p. 37-55, 2002.

LEE, Chris. Sociological theories of immigration: Pathways to integration for US immigrants. *Journal of human Behavior in the Social Environment*, v. 19, n. 6, p. 730-744, 2009.

LEVITT, Peggy; SCHILLER, Nina Glick. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society 1. *International migration review*, v. 38, n. 3, p. 1002-1039, 2004.

LEWIS, Hannah et al. Hyper-precarious lives: Migrants, work and forced labour in the Global North. *Progress in Human Geography*, v. 39, n. 5, p. 580-600, 2015.

LIZARDO, Omar. What are dispositions? Culture, cognition and action (culturecog). 2018. Disponível em: <https://culturecog.blog/2018/05/18/what-are->

dispositions/?utm\_source=www.google.com&utm\_medium=organic&utm\_campaign=Google&referrer-analytics=1. Acesso em: 30/11/2022.

MACHADO, Nuno. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: Notas Sobre O Conceito De (Dis) Embeddedness (Karl Polanyi and the New Economic Sociology: Notes on the Concept of (Dis) embeddedness) 2010.

MARGINSON, Simon. Limitations of human capital theory. *Studies in Higher Education*, v. 44, n. 2, p. 287-301, 2019.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da informação*, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005.

MCKENZIE, Brian; UGBAH, Steve D.; SMOTHERS, Norman. " Who Is an Entrepreneur?" Is It Still the Wrong Question? *Academy of Entrepreneurship Journal*, v. 13, n. 1, p. 23, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, p. 01-10, 1993.

MOMO, Gilda Amaral Carvalho; BÓGUS, Lucia Maria Machado. Fluxos migratórios qualificados da Europa para o Brasil: quem são os novos imigrantes. *Ponto-e-Vírgula. Revista de Ciências Sociais*. ISSN 1982-4807, n. 15, 2015.

NATHAN, Max. The wider economic impacts of high-skilled migrants: a survey of the literature for receiving countries. *IZA Journal of Migration*, v. 3, n. 1, p. 4, 2014

OLINTO, Gilda. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. 1995.. *INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, v.1, n.2, 1995. p.24-36. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/215>. Acesso em: 01/11/2022.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. *Revista Travessias*, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2008.

OLIVEIRA, Márcio de. A inesperada descoberta de Otávio Ianni sobre preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 799-817, 2015.

OOMEN, Barbara. Decoupling and Teaming up: The Rise and Proliferation of Transnational Municipal Networks in the Field of Migration. *International Migration Review*, p. 0197918319881118, 2019.

PAÇO, Suzy Rodrigues; RAMOS, Maria Conceição Pereira. Empreendedorismo em Portugal de imigrantes de países fora da União Europeia. **HOLOS**, v. 2, p. 365-385, 2018.

PANAYIOTOPOULOS, P. Immigrant enterprise in Europe and the USA. London: Routledge. 2006.

PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrossociológicas. SOCIUS—Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004.

PORTES, Alejandro; YIU, Jessica. Entrepreneurship, transnationalism, and development. *Migration Studies*, v. 1, n. 1, p. 75-95, 2013.

PORTES, A., e SENSENBRENNER. J.. Embeddedness and immigration: Notes on the social determinants of economic action. *The American Journal of Sociology* 98, no. 6: 1320–50. 1993.

PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (orgs.), Migrações e Trabalho. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

RATH, Jan; KLOOSTERMAN, Robert. A critical review of research on immigrant entrepreneurship. *International Migration Review*, v. 34, p. 657-681, 2000.

RATH, J. C. et al. Needle games. A discussion of mixed embeddedness. 2002b. In: *Unravelling the Rag Trade: Immigrant Entrepreneurship in Seven World Cities*. Editor Jan Rath. Oxford. New York: Berg Publishers, 2002.

REIS, Rossana Rocha. A política do Brasil para as migrações internacionais. Contexto internacional, v. 33, p. 47-69, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social. São Paulo: Atlas, v. 3, 1999.

RODRIGUES, Renan. A sociologia de Bernard Lahire e suas críticas à sociologia de Pierre Bourdieu. Revista Sinais-ISSN: 1981-3988, v. 22, n. 1, 2018.

SÁ, M. A sociologia disposicionalista e o homem de negócios contemporâneo. Anais do VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, v. 23, p. 1-17, 2010.

SALLUM JR, Brasílio. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. Dados, v. 54, n. 2, 2011.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. Mural Internacional, v. 1, n. 1, p. 45-52, 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? Relações Internacionais (R: I), n. 44, p. 25-35, 2014

SASSEN, Saskia. *The mobility of labor and capital: A study in international investment and labor flow*. Cambridge University Press, 1990.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: SAYAD, Abdelmalek. Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo, Edusp, 1998. p. 45-72.

SAYAD, A. A imigração. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. Especial. Travessia, ano XIII, n. esp., janeiro de 2000.

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Transnationalism: A new analytic framework for understanding migration. *Annals of the New York academy of sciences*, v. 645, n. 1, p. 1-24, 1992.

SETTON, Maria da Graça. Uma introdução a Pierre Bourdieu. *Cult.* 2010. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/uma-introducao-a-pierre-bourdieu/#:~:text=Assim%2C%20a%20posi%C3%A7%C3%A3o%20de%20privil%C3%A9gio,longo%20de%20suas%20trajet%C3%B3rias%20sociais.>>. Acesso em: 08 de junho de 2022.

SIMMONS, A. B. *Explaining Migration: Theory at the crossroads*. Louvain: Université Catholic, 1987.

SIMÕES, Janaína. Como a redemocratização do Estado brasileiro abre espaço para movimentos pró-migrantes. Centro de Estudos da Metrópole - FFLCH-USP, 2019. Disponível em: <https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/como-redemocratizacao-do-estado-brasileiro-abre-espaco-para-movimentos-pro-migrantes>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

SKELDON, R. Migration and poverty: ambivalent relationships. *Asia-Pacific Population Journal*, Bangkok, v.17, n.3, p.67-82, 2002.

SOLÉ, Carlota et al. **El empresariado inmigrante em España**. Fundación "la Caixa", 2007.

SOMMER, Elena. Social Capital as a Resource for Migrant Entrepreneurship: A Qualitative Study of Self-employed Migrants from the Former Soviet Union in Germany. 2018. Tese de Doutorado. Universität Bremen.

SEYFERTH, Giralda. A Imigração no Brasil. *Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais*. BIB, São Paulo, n. 57, p. 1, 2004.

SWEDBERG, Richard. Max Weber e a idéia de sociologia econômica. Via Lettera Editora e Livrar, 2005.

SWEETLAND, Scott R. Human capital theory: Foundations of a field of inquiry. **Review of educational research**, v. 66, n. 3, p. 341-359, 1996.

TEIXEIRA, Caio. Networked Technopolitics: Immigrant Integration as City Branding. *Cosmopolitan Civil Societies: an Interdisciplinary Journal*, v. 12, n. 1, p. 67-82, 2020.

THACHER, David. The Normative Case Study<sup>1</sup>. *American journal of sociology*, v. 111, n. 6, p. 1631-1676, 2006.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, v. 40, p. 27-53, 2006.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. DEMARTINI, ZBF; \_\_\_\_\_. *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: Editora UFSCAR, 2005

TSENG, Yen-Fen. The mobility of entrepreneurs and capital: Taiwanese capital-linked migration. *International Migration*, v. 38, n. 2, p. 143-168, 2000.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Política externa migratória brasileira: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

VALE, Gláucia Vasconcelos; WILKINSON, John; AMÂNCIO, Robson. Empreendedorismo, inovação e redes: uma nova abordagem. **RAE-eletrônica**, v. 7, n. 1, p. 7, 2008.

VAN TUBERGEN, Frank. "Self-Employment of Immigrants: A Cross-National Study of 17 Western Societies." *Social Forces*, vol. 84, no. 2, 2005, pp. 709–732.

\_\_\_\_\_, Frank; MAAS, Ineke; FLAP, Henk. The economic incorporation of immigrants in 18 western societies: Origin, destination, and community effects. **American sociological review**, v. 69, n. 5, p. 704-727, 2004.

VERTOVEC, S. Conceiving and researching transnationalism '. **Ethnic and racial Studies**, University of Oxford, 1999.

VERTOVEC, Steven. Migrant transnationalism and modes of transformation 1. **International migration review**, v. 38, n. 3, p. 970-1001, 2004.

VERTOVEC, Steven. **The emergence of super-diversity in Britain**. Centre of Migration, Policy and Society, University of Oxford, 2006.

VERTOVEC, Steven. **Transnationalism**. Routledge, 2009.

VILELA, Elaine Meire. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. **Dados**, v. 54, p. 89-128, 2011.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F., CINTRA, Rodrigo. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. *Tempo soc.* [online]. 2003, vol.15, n.2, pp.31-61. ISSN 0103-2070. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200003>> Acesso em 12.12.2017.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **Brazilian Foreign Policy in Changing Times: the quest for autonomy from Sarney to Lula**. Lexington Books, 2012.

WALDINGER, Roger; FITZGERALD, David. Transnationalism in question. **American journal of sociology**, v. 109, n. 5, p. 1177-1195, 2004.

WEBER, Max. Class, status, party. In: **The Inequality Reader**. Routledge, 2018. p. 56-67.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva, trad. **Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4ª Ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília**, v. 1, p. 243-275, 2009.

WEINAR, Agnieszka (Ed.). Emigration and diaspora policies in the age of mobility. Springer, 2017.

WEINAR, Agnieszka; KLEKOWSKI VON KOPPENFELS, Amanda. Highly-Skilled Migration: Between Settlement and Mobility: IMISCOE Short Reader. 2020.

WEYLAND, Kurt; MADRID, Raúl L.; HUNTER, Wendy (Ed.). **Leftist governments in Latin America: successes and shortcomings**. Cambridge University Press, 2010.

WONG, Lloyd L. Immigration as capital accumulation: The impact of business immigration to Canada. **International Migration**, v. 31, n. 1, p. 171-190, 1993.

WONG, Lloyd L. Chinese capitalist migration to Canada: A sociological interpretation and its effect on Canada. **Asian and Pacific Migration Journal**, v. 4, n. 4, p. 465-492, 1995.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 2015.

## **ANEXOS**

- I. Sugestão de Roteiro elementar para entrevista com um imigrado empreendedor italiano.
- II. Teor da Lei 11.687 de 2 de junho de 2008 que institui o “Dia Nacional do Imigrante Italiano”.
- III. Projeto de Lei Ordinária – PLO 162/2017 – institui o Dia da Comunidade Italiana no Maranhão.
- IV. Lei 10656 de 22 de agosto de 2017 – “Dia da Comunidade Italiana no Maranhão”.
- V. Matéria extraída do site da Prefeitura de São Luís - MA – “Prefeitura de São Luís celebra o dia da comunidade italiana”.
- VI. Matéria extraída do Site do Governo do Maranhão - Participação do entrevistado Luca Palmieri em sessão solene na Assembléia Legislativa do Maranhão em alusão ao Dia da comunidade italiana.
- VII. Matéria extraída do Site do Governo do Maranhão - “Dezenas de empresários italianos conhecem oportunidades de negócio no Nordeste.”

## ANEXO I

- Sugestão de Roteiro elementar para entrevista com um imigrado empreendedor italiano.

Parte Empírica - atividades de campo.

### PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA - 1

- **Sugestão de Roteiro elementar para entrevista com um imigrado empreendedor italiano.**

**I. Sobre o processo de saída da Itália e chegada ao Brasil (fatores de atração e repulsão, relações, redes, dificuldades, facilidades de entrada no mercado e integração), origem, capital humano e social.**

1. Poderia falar um pouco de sua origem na Itália e da formação familiar educacional (idade, lugar de origem, formação familiar, educacional)
2. Poderia falar sobre o processo de decisão de sair da (Itália) e vir para o Brasil empreender (ano, motivos, circunstancias socioeconômicas)?
3. Quais foram os fatores iniciais que te atraíram para esta cidade/localidade?
4. Já havia conhecidos, amigos ou parentes nesta região? (se afirmativo) Isso de algum modo contribuiu para que viesse (m)?
5. Há uma comunidade italiana em (\_\_\_\_)? Isso de algum modo favorece os negócios?

**1. Sobre a entrada e integração, estrutura de oportunidades.**

6. Quando se iniciou a ideia ou projeto de abertura do negócio na cidade de (\_\_\_\_) [desde a (Itália) ou somente após a chegada]?
7. Como perceberam inicialmente o mercado local para a sua atividade – oportunidades, facilidades ou dificuldades?
8. Alguma instituição de governo/adm. pública contribuiu no início ou em algum outro momento da sua atividade/negócio?
9. E alguma instituição privada, tipo associações, câmaras de comércio...?
10. Já precisou de créditos ou algum serviço financeiro junto a bancos privados ou estatais? Como foi a experiência?

11. Desde que se instalou aqui até hoje houve alguma mudança social ou econômica ou de mercado que impactou de algum modo na sua atividade?
12. Houve ou há alguma tensão ou dificuldade em relação a concorrentes brasileiros ou italianos.
13. Como foi a experiência com a pandemia do Covid-19 para a sua atividade? Acha que por ser italiano, enfrentou alguma dificuldade diferente de um empresário brasileiro, nesse período?

## **2. Acolhimento, percepção dos brasileiros, capital cultural, étnico.**

14. Por favor, fala as suas sinceras impressões sobre as pessoas / brasileiros (desta região) - sobre a acolhida vocês, tratamento...?
15. Em algum momento sentem ou já sentiram que os italianos são tratados pelos brasileiros (ou pessoas de “São Luís”) de forma diferenciada em relação a europeus de outros países? E em relação a pessoas de outros países da América do Sul ou outras nacionalidades?
16. Quanto a política e a legislação ou a burocracia relacionada à sua atividade, como a percebe? Há, por exemplo, algum incentivo legal ou algum favorecimento por parte do município, do Estado e ou do Governo Federal para os empresários italianos?
17. Como percebe a evolução da situação de vocês aqui no decorrer do tempo? Hoje está pior ou melhor do que quando aqui chegaram?
18. Acredita haver algum diferencial do seu produto ou serviço em relação aos concorrentes nativos? Qual seria?
19. Na sua percepção, como as pessoas da (cidade de acolhida) enxergam o produto ou serviço prestado pelo italiano? Há uma estima maior? Percebe alguma distinção?

## **3. Transnacionalismo**

20. Como é a sua relação com a Itália hoje? Quanto a atividade, há qualquer tipo de apoio de alguma instituição italiana para o empresário italiano que vive no Brasil?
21. E mais pessoalmente, como é seu vínculo com as pessoas da Itália hoje? Com qual frequência vai lá? Tem algum investimento lá? Faz remessas de dinheiro?

## **4. Privilégios / Overclass**

22. Você se considera um imigrante ou há outra palavra mais adequada para utilizar? Como se percebe enquanto italiano no Brasil?
23. Acha que o imigrante italiano é melhor acolhido pelo povo de (São Luiz ou do Maranhão) ou de algum modo, mais privilegiado do que europeus de outras nacionalidades, como franceses, alemães, espanhóis... por exemplo.

24. Existe em São Luiz o dia da Comunidade italiana, celebrado no dia 02 de junho. Essa celebração mostra o prestígio da comunidade italiana em São Luiz apesar de ser uma comunidade pequena, com cerca de 400 pessoas. Existe alguma outra lei ou alguma instituição que favoreça o italiano em São Luis, seja favorecimento nos negócios ou na vida social?

- ❖ A depender das respostas, perguntas poderão ser desdobradas ou surgirem outras questões relacionadas, por exemplo, à especificidades da atividade desempenhada pelo imigrante empreendedor selecionado e à localidade onde está situado o negócio.

## ANEXO II

1. Teor da Lei 11.687 de 2 de junho de 2008 que institui o “Dia Nacional do Imigrante Italiano”

Vale salientar que o art. 2º da mencionada lei foi vetado (mensagem de veto abaixo). Ele instituía que Os estabelecimentos de ensino público e particular, nos níveis fundamental e médio, deveriam incluir, em seus calendários comemorativos, eventos ou atividades alusivas à referida data, evidenciando assim, o certo “prestígio” do italiano junto a institucionalidade federal brasileira.

LEI Nº 11.687, DE 2 DE JUNHO DE 2008.

Dispõe sobre a instituição do “Dia Nacional do Imigrante Italiano” e dá outras providências.

**O VICE–PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o “Dia Nacional do Imigrante Italiano” a ser anualmente comemorado no dia 21 de fevereiro, em todo o território nacional.

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de junho de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

*Fernando Haddad*

Gilberto Gil

### Mensagem de Veto

#### **MENSAGEM Nº 340, DE 2 DE JUNHO DE 2008**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 340, de 1999 (nº 2.669/00 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a instituição do “Dia Nacional do Imigrante Italiano” e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério Educação manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

**Art. 2º**

“Art. 2º Os estabelecimentos de ensino público e particular, nos níveis fundamental e médio, incluirão, em seus calendários comemorativos, eventos ou atividades alusivas à data.”

Razões do veto

“É indiscutível o mérito da proposta uma vez que os italianos, como imigrantes no Brasil há mais de um século, têm contribuído para a formação, o crescimento e o desenvolvimento do nosso País.

No entanto, tornar obrigatório que os estabelecimentos de ensino público e privado incluam em seus calendários, eventos e atividades alusivos a esse dia, fere todo o princípio de organização curricular e pedagógica que rege a legislação educacional brasileira, que se pauta pela flexibilidade e pela progressividade nos graus de autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares e dos próprios sistemas de ensino (Lei nº 9.394, de 1996, art. 15).

Nesse sentido essa mesma Lei coloca que é de incumbência dos estabelecimentos de ensino, dentre outras tarefas, elaborar e executar sua proposta pedagógica. Com efeito a organização do calendário escolar não pode estar dissociado dessa proposta pedagógica. Ora, estabelecer em âmbito nacional a obrigatoriedade de realização de eventos ou atividades alusivas às diferentes datas comemorativas que compõem o calendário civil em nosso País, certamente, além de ferir o espírito e o texto maior da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB poderá trazer profundas dificuldades para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem em nossas escolas.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 2 de junho de 2008.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.6.2008

### **ANEXO III**

Projeto de Lei Ordinária – PLO 162/2017 – institui o Dia da Comunidade Italiana no Maranhão.

O Projeto, já sancionado, inclui no calendário oficial de eventos do estado do Maranhão, o dia 2 de junho como o Dia da Comunidade Italiana no Maranhão de autoria do Deputado estadual e atual prefeito Eduardo Braide



ESTADO DO MARANHÃO  
Assembleia Legislativa

**Gabinete do Deputado EDUARDO BRAIDE**

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N – Cohafuma - CEP: 65.071-750  
Telefones: (98) 3269-3216 / 3217 - eduardobraide@al.ma.gov.br

---

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2017**

Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Maranhão o dia 2 de junho como o Dia da Comunidade Italiana no Maranhão.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO DECRETA:**

Art.1º - Fica incluído no calendário oficial de eventos do Estado do Maranhão o Dia da Comunidade Italiana, a ser comemorado anualmente no dia 2 de junho.

Parágrafo único – A data comemorativa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo homenagear toda a comunidade italiana que se estabeleceu no Estado e contribuiu para a sua formação e crescimento.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Esta proposta tem como objetivo incluir no calendário oficial de eventos do Estado do Maranhão, o Dia da Comunidade Italiana, a ser comemorado anualmente no dia 2 de junho.

A data é celebrada anualmente na Itália e em todos os locais onde existam comunidades italianas, e assinala o nascimento da República. Por meio de um sufrágio universal, realizado em junho de 1946, os italianos foram chamados às



ESTADO DO MARANHÃO  
Assembleia Legislativa

**Gabinete do Deputado EDUARDO BRAIDE**

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N – Cohafuma - CEP: 65.071-750  
Telefones: (98) 3269-3216 / 3217 - [eduardobraide@al.ma.gov.br](mailto:eduardobraide@al.ma.gov.br)

---

urnas para expressar suas opiniões sobre qual a forma de governo, monarquia ou república, gostariam de adotar no país. Após 85 anos de reinado, com 12.718.641 votos contra 10.718.502, a Itália tornou-se uma República.

Várias capitais brasileiras comemoram a data, especialmente Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e Minas Gerais, as cidades que mais concentram descendentes de italianos no país.

A inclusão da referida data no calendário oficial de eventos do Estado homenageia assim aqueles imigrantes italianos que se estabeleceram no Maranhão e contribuíram para a sua formação e crescimento, deixando aqui seus legados e descendentes.

A comunidade italiana encontra-se espalhada, de modo geral, por São Luís e sul do Maranhão, principalmente Imperatriz e Balsas – representando umas das maiores comunidades internacionais do Estado. Na capital maranhense, por exemplo, existe uma Agência Consular da Itália, cursos de idiomas que ensinam italiano e uma Associação Cultural Italiana (Circolo Itália), onde os italianos se reúnem com suas famílias para resgatar as tradições da terra natal.

É oportuno frisar que, de acordo com informações consulares, a imigração italiana – antes formada de italianos trazidos por motivos religiosos ou missionários – é hoje composta por empresários e profissionais liberais que criaram uma atividade fixa no Maranhão. Estima-se ainda que há várias empresas italianas querendo se instalar aqui, trazendo recursos e tecnologias para alavancar o

desenvolvimento do Estado. A instituição do Dia da Comunidade Italiana no Maranhão servirá ainda para incentivar o turismo.

Dessa maneira, contamos uma vez mais com o indispensável apoio de nossos nobres pares para a aprovação desta importante propositura.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2017.

**Eduardo Braide**  
**Deputado Estadual**

**ANEXO IV**

Lei 10656 de 22 de agosto de 2017 – institui o “Dia da Comunidade Italiana no Maranhão”.



**ESTADO DO MARANHÃO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835  
DIRETORIA LEGISLATIVA**

**LEI Nº 10.656 DE 21 DE AGOSTO DE 2017**

Inclui no calendário oficial de eventos do Estado do Maranhão o dia 2 de junho como o Dia da Comunidade Italiana no Maranhão.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,**

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica incluído no calendário oficial de eventos do Estado do Maranhão o Dia da Comunidade Italiana, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de junho.

**Parágrafo único** - A data comemorativa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo homenagear toda a comunidade italiana que se estabeleceu no Estado e contribuiu para a sua formação e crescimento.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 21 DE AGOSTO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.**

**FLÁVIO DINO**  
**Governador do Estado do Maranhão**

**MARCELO TAVARES SILVA**  
**Secretário-Chefe da Casa Civil**

## ANEXO V

Matéria extraída do site da Prefeitura de São Luís - MA – “Prefeitura de São Luís celebra o dia da comunidade italiana”.

“Prefeitura de São Luís celebra Dia da Comunidade Italiana - 02/06/2021 15h24  
- Atualizada em 04/06/2021 17h57”

“A nossa primeira palavra para a comunidade italiana é de gratidão por toda a contribuição que eles dão ao Maranhão e, sobretudo, à nossa cidade em diversas áreas. Na nossa cultura, gastronomia e história têm as marcas da presença da comunidade italiana. Por isso, nada mais justo que celebrar as contribuições que dão diariamente ao desenvolvimento de São Luís” (declaração do prefeito Eduardo Braide).

Disponível em: <https://saoluis.ma.gov.br/amdes/noticia/37103/prefeitura-de-sao-luis-celebra-dia-da-comunidade-italiana#:~:text=A%20data%20foi%20celebrada%20na,sua%20vida%20em%20S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs>. Acesso em: 13 de abril de 2022.

[Início](#) / [Notícias](#)

## Prefeitura de São Luís celebra Dia da Comunidade Italiana

02/06/2021 15h24 - Atualizada em 04/06/2021 17h57

Secom



Em 2017, um projeto de lei estabeleceu 2 de junho como o Dia da Comunidade Italiana no Maranhão. A data foi celebrada na manhã desta quarta-feira (2), com uma solenidade na Prefeitura de São Luís, que reuniu representantes dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) bem como filhos e netos de italianos que construíram sua vida em São Luís.

A data foi estabelecida com o objetivo de homenagear toda a comunidade italiana que se estabeleceu no Maranhão, contribuindo para a sua formação e crescimento e resulta de projeto de lei proposto pelo prefeito Eduardo Braide, quando era deputado estadual.

“A nossa primeira palavra para a comunidade italiana é de gratidão por toda a contribuição que eles dão ao Maranhão e, sobretudo, à nossa cidade em diversas áreas. Na nossa cultura, gastronomia e história têm as marcas da presença da comunidade italiana. Por isso, nada mais justo que celebrar as contribuições que dão diariamente ao desenvolvimento de São Luís”, declarou o prefeito Eduardo Braide.





Serra, cantou o hino da Itália. Em seguida Maria Rosimar Alves Montes, filha do veterano da FEB, Anselmo Alves, e secretária da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – Seção Regional de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, fez um breve pronunciamento.

Maria Rosimar Alves Montes falou da importância do reconhecimento. “Infelizmente, no Brasil os veteranos de guerra não receberam o reconhecimento devido e muitos, ao retornarem para suas cidades, tiveram que buscar novas formas de sobreviver e sustentar suas famílias porque não tiveram apoio. Então, essa data de hoje é importante para reconhecer a importância histórica de pessoas como meu pai”, disse.



Dilercy Adler, que é organizadora do livro “Pelos caminhos da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial: condições e contradições de uma época” entregou ao prefeito Eduardo Braide uma cópia do livro com dedicatórias dos veteranos Anselmo Alves e Simão Pereira. Em seguida, os professores Mário Cella e Lucas Palmieri fizeram um breve relato da chegada dos italianos a São Luís.

O secretário Municipal de Cultura, Marco Dualibe, afirmou que são muitos os traços da comunidade italiana na cultura ludovicense. “Desde a hospitalidade, do abraço acolhedor, da comida gostosa. Temos mais de cem palavras de origem italiana no nosso vocabulário do dia a dia. Então, reconhecer a importância dessa comunidade é reconhecer todas as influências da nossa própria cultura”, disse.

A Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – Seção Regional de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar – fez a entrega de um estandarte ao prefeito Eduardo Braide. Em seguida Gabriela Buonocore, acompanhada do músico Renato Serra, encerrou a solenidade cantando a música “Torna a surriento”.





Também participaram da solenidade, os secretários municipais de Governo, Enéas Fernandes; de Comunicação, Joaquim Haickel; a secretária-adjunta de Turismo, Sabrina Martins; a presidente da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico, Kátia Bogéa; e o presidente da Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, Felipe Mussalém.

## OUTRAS NOTÍCIAS

07/12 18h56

**Prefeitura de São Luís celebra 25 anos da inclusão do Centro Histórico na lista de Patrimônio Mundial da Unesco**

01/12 03h29

**Prefeitura de São Luís e parceiros lançam programa Agenda Cidade Unicef**

17/11 19h18

**Prefeito Eduardo Braide entrega obras de urbanização do Anel Viário**

18/10 18h31

**Prefeito Eduardo Braide discute novas parcerias com representantes do Itaú**

31/07 12h28

**Último dia do "Arraial na Prefs" encanta público com apresentações da cultura popular do Maranhão**

MAIS NOTÍCIAS

**AMDES**  
**Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social**

Rua do Giz, 445, Centro. São Luís - MA. CEP: 65.010-620.

(98) 9 9123-1163



## **ANEXO VI**

Matéria extraída do Site do Governo do Maranhão - Participação do entrevistado Luca Palmieri em sessão solene na Assembléia Legislativa do Maranhão em alusão ao dia da comunidade italiana.

“Assembleia realiza sessão solene em homenagem ao dia da comunidade italiana no Maranhão”

02/06/2022 16h00

## Assembleia realiza sessão solene em comemoração ao Dia da Comunidade Italiana no Maranhão

Agência Assembleia



Agência Assembleia



Cônsul honorário da Itália no Maranhão, Francesco Cerrato, discursou na tribuna da Assembleia Legislativa do Maranhão

A Assembleia Legislativa do Maranhão realizou, na manhã desta quinta-feira (02), sessão solene em comemoração ao Dia da Comunidade Italiana no Maranhão. A deputada Helena Duailibe (PP), autora da proposição, presidiu a solenidade, com a presença dos deputados Roberto Costa (MDB), Hélio Soares (PL), Mical Damasceno (PSD), Wellington do Curso (PSC) e Neto Evangelista (União Brasil).

Na mesa dos trabalhos estavam o desembargador Gervásio Santos, representando o Tribunal de Justiça (TJ/MA); o procurador geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau; o cônsul honorário da Itália no Maranhão, Francesco Cerrato; a primeira-dama do Estado do Maranhão em exercício, Daniela Buna Velten; a presidente da Associação "Circulo Itália", Mônica de Lucca; e o diretor de Relações Institucionais do Circulo Itália, Mário Cella, além da presidente da Sociedade "Danti Alighieri", Isabella Pearce, e o representante do Maranhão no Comitê Nordeste Italiano, Luca Palmieri.

Agência Assembleia

### + Notícias

- 18 Jul** PRF intensifica fiscalização nas estradas neste período de férias
- 18 Jul** Endometriose: saiba mais sobre a doença que atinge 6 milhões de brasileiras
- 18 Jul** Lei reconhece município de São Domingos como 'Capital do Abacaxi'
- 18 Jul** Alema realiza sessão solene em homenagem aos 50 anos da Ampem
- 15 Jul** Ministério da Saúde alerta sobre a varíola dos macacos





Em seu discurso, Helena Duailibe justificou a homenagem prestada à comunidade italiana no Maranhão

### Reconhecimento

Helena Duailibe justificou a homenagem prestada à comunidade italiana no Maranhão. "Temos muito que agradecer aos italianos pela grande contribuição dada ao Maranhão. Precisamos homenagear essas pessoas que têm contribuído muito para o desenvolvimento do nosso estado", acentuou.

O desembargador Gervásio Santos destacou a importância da homenagem prestada pela Assembleia à comunidade italiana. "A data de hoje, na qual a Itália comemora sua opção pela República e a Democracia, significa um exemplo para a comunidade ocidental, inclusive para o Brasil", frisou.

### Agradecimento

"É uma homenagem significativa de uma Casa Legislativa que reconhece a contribuição da comunidade italiana para a sociedade maranhense. Isto tem um valor muito grande para nós", disse Mônica de Lucca.

O cônsul da Itália agradeceu a homenagem prestada pelo Parlamento Estadual à comunidade italiana. "Ficamos muito contentes e honrados por esse reconhecimento à comunidade italiana nesse dia muito importante. Trata-se, para nós, de um ato simbólico muito grande e de um valor incomensurável", ressaltou.





Assembleia

História  
Mesa Diretora  
Recursos Humanos  
Escola do Legislativo  
Creche Sementinha  
Gedema Parlamento Estudantil

Deputados

Portal da Transparência

Gestão

Webmail  
Contracheque Consulta Processos  
Gestão Fiscal  
Licitações Portal da Transparência

Portal da Legislação

Processo Legislativo

Comissões  
Ordem do Dia  
SAPL - Apoio Proc. Legislativo  
Matéria Legislativas  
Relatório das Atividades  
Sessão Plenária  
Audiências Públicas  
Consultoria Legislativa  
Diários

Imprensa

Notícias  
Especiais  
Discursos  
Galeria de Fotos  
TV Assembleia  
Rádio Assembleia  
Agência Assembleia  
Publicações Impressos

ATENDIMENTO

Palácio Manuel Beckman  
Av. Jerônimo de Albuquerque - Sítio do Rangedor - Calhau  
São Luis - Maranhão - CEP: 65071-750  
Telefones: (98) 3269-3000 | 3269-3001

EXPEDIENTE

De segunda a sexta-feira das 8h às 18h

SESSÕES PLENÁRIAS

- Segunda-feira: a partir das 16h;
- De terça a quinta-feira: a partir das 9h30.

AGÊNCIA ALEMA

## ANEXO VII

Matéria extraída do Site do Governo do Maranhão - “Dezenas de empresários italianos conhecem oportunidades de negócio no Nordeste”

20 de novembro de 2019 às 19:11”

Disponível em: <https://www3.ma.gov.br/dezenas-de-empresarios-italianos-conhecem-oportunidades-de-negocio-no-nordeste/>. Acesso em: 13 de abril de 2022.



Dezenas de empresários italianos conhecem oportunidades de negócio no Nordeste (<https://www3.ma.gov.br/dezenas-de-empresarios-italianos-conhecem-oportunidades-de-negocio-no-nordeste/>)

20 de novembro de 2019 às 19:11



(<https://www3.ma.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/vice-governador-encontro-NE.jpg>)

Governadores falam sobre as potencialidades do Nordeste. Foto: Divulgação

A Itália é um dos países de interesse do Nordeste para ampliação do fluxo de negócios. O vice-governador Carlos Brandão e os demais governadores da região participaram de um evento com dezenas de empresários italianos em Roma, nesta quarta-feira (20), quando apresentaram o potencial do Nordeste para investimentos em áreas como sustentabilidade, infraestrutura, turismo, saúde, segurança pública, saneamento e energias limpas.

Durante o evento, organizado pela Confederação Geral da Indústria Italiana (Confindustria), os empresários conversaram com os governadores em busca de informações mais detalhadas sobre os negócios e também para o esclarecimento de dúvidas.

A diretora de Relações Internacionais da Confindustria, Ana Elisa Bison, destacou a importância da união dos estados. “A ideia do consórcio é muito interessante porque consegue fazer, entre outras coisas, compras conjuntas e economizar. Juntos como um único território eles têm mais força para atrair mais investimentos estrangeiros”. A diretora revelou que a Confindustria está planejando uma missão ao Brasil para 2020.

“Essa foi uma grande oportunidade para mostrarmos as potencialidades do Nordeste. Todos os empresários foram convidados a ir ao Brasil para conhecer detalhadamente nossos estados e para fecharmos parcerias nas mais diversas áreas”, contou o vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão.

A viagem à Europa é uma articulação do Consórcio Nordeste para atração de investimentos, inclusive com a perspectiva de abertura de parcerias público-privadas (PPP). Na Europa, os governadores destacam a capacidade de consumo e de desenvolvimento da região, que é a segunda mais populosa do Brasil e a terceira maior em extensão territorial.

O Consórcio busca investimentos europeus para promover melhoria da infraestrutura rodoviária, de transmissão elétrica e para conexão de internet no Nordeste. Os gestores também negociam o emprego de tecnologia de ponta na segurança pública, além do fomento a rotas de turismo e a programas de sustentabilidade.

### **Financiamento na área social**

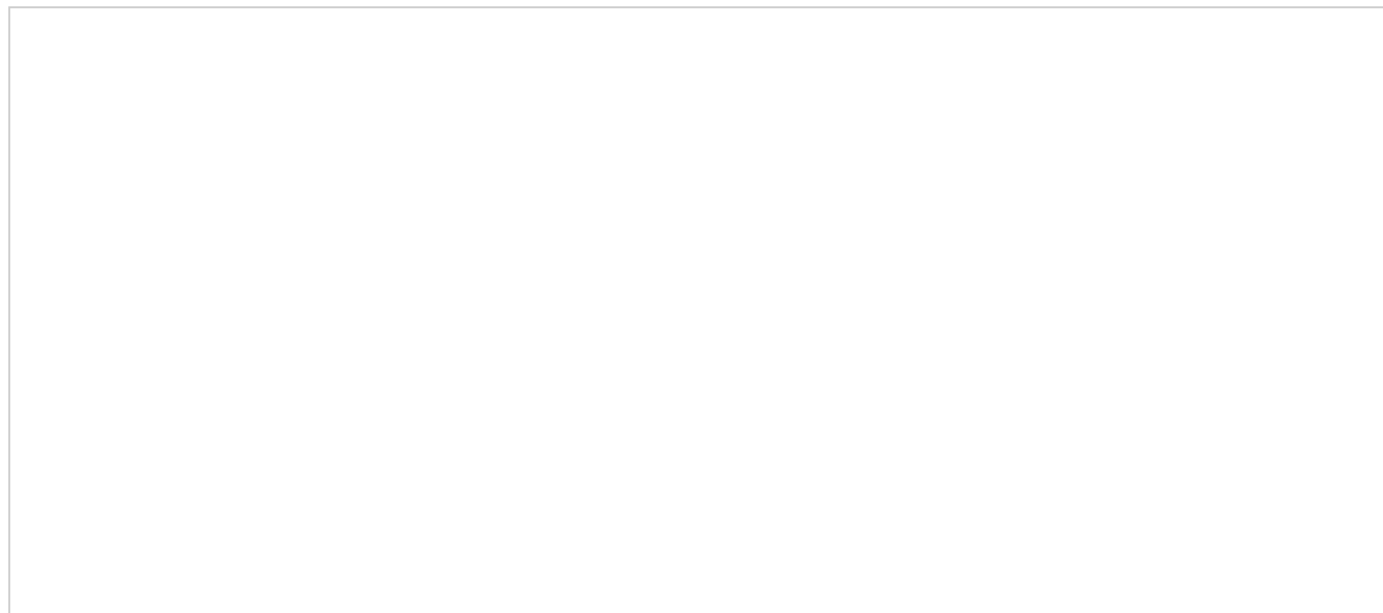
Ainda nesta quarta em Roma, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), parceiro do Nordeste em projetos de agricultura familiar, gestão produtiva e promoção da sustentabilidade, recebeu os governadores na sede da instituição. O Fida investe no Nordeste desde 1980, por meio de parcerias com governos estaduais e federal, concentrando esforços na população rural de baixa renda.

Durante o encontro, o Fundo se comprometeu a analisar a elaboração de um projeto único para financiar o Consórcio Nordeste em ações de abastecimento de água.

### **O Nordeste**

A região brasileira possui 3,9 milhões de estabelecimentos agrícolas, sendo 77% da agricultura familiar. As iniciativas do Fida têm o objetivo de apoiar e promover o aumento da produção e da renda dos agricultores familiares. No total, 71.654 famílias nordestinas já foram beneficiadas.

### **Encontros governamentais**





([https://www3.ma.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/20308\\_20308\\_europa\\_texto\\_3273002422404309506\\_4937710650940322321.jpg](https://www3.ma.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/20308_20308_europa_texto_3273002422404309506_4937710650940322321.jpg))

Governadores falam sobre as potencialidades do Nordeste. Foto: Divulgação

Também como parte da extensa agenda desta quarta-feira em Roma, os gestores nordestinos apresentaram o Consórcio ao ministro italiano de Economia e Finanças, Roberto Gualtieri, e à vice-ministra de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Marina Sereni.

“Os senhores representam uma parcela muito importante da população, com 57 milhões de habitantes. É uma parte do território brasileiro que pode ter o maior desenvolvimento nos próximos anos. Muitas de nossas empresas italianas estão em seus estados e a cooperação econômica é também uma ferramenta para superar os desafios em comum que nós temos”, comentou a vice-ministra Marina Sereni.

Já o ministro Gualtieri disse que a Itália está muito interessada na cooperação política e econômica com o Brasil. Ele sugeriu a criação de uma mesa de trabalho entre o Nordeste e a Itália para aprofundar os temas, em especial na área de infraestrutura urbana.

### **Tratamento de resíduos sólidos**

Secretários de Estado e representantes dos governos estaduais nordestinos também estiveram na estação de tratamento de resíduos sólidos “Sorain Cecchini Tecno (SCT)”, onde foram recebidos pelo CEO Alberto Carrera.

O Maranhão teve a sua participação garantida pela presença do secretário-adjunto de Planejamento e Orçamento, Roberto Matos, que conheceu de perto a empresa, que implementa sistemas integrados de tratamento de resíduos sólidos, com foco na recuperação de matérias e na sua utilização na geração de energia, adubos, reciclagem e afins.

“A planta visitada funciona 12 horas por dia e apresenta custo de operação três vezes menor do que uma usina tradicional de tratamento de resíduos”, garantiu o Matos.

Segundo o secretário, o custo de implantação equivale a 80 milhões e atende a uma população em torno de 1,2 milhões de habitantes, sendo o seu modelo adaptável para regiões menores. Matos também informou que já em dezembro a empresa fará uma visita ao Nordeste com o objetivo de consolidar parcerias comerciais com os Estados.

Depois de Roma, o grupo segue para Berlim, onde tem compromissos na quinta (21) e sexta-feira (22), encerrando a missão na Europa.

Assim como o vice-governador Carlos Brandão, representando o governador Flávio Dino, participam da viagem os governadores Rui Costa (Bahia), Renan Filho (Alagoas), Camilo Santana (Ceará), João Azevêdo (Paraíba), Paulo Câmara (Pernambuco), Wellington Dias (Piauí), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte). O governador de Sergipe está representado pelo superintendente de PPPs, Oliveira Junior.

☰ Notícias (<https://www3.ma.gov.br/secao/noticias/>) ➤ Secap (<https://www3.ma.gov.br/tag/secap/>), Vice-governador (<https://www3.ma.gov.br/tag/vice-governador/>)



(<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>)

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).